PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI · 2024-2028

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI · 2024-2028

INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
COMISSÃO CENTRAL DO PDI 2024 - 2028

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2024 – 2028

Blumenau
2023

Dados da Catalogação Anglo-American Cataloguing Rules – AACR2
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI

I59 Instituto Federal Catarinense

Plano de desenvolvimento institucional 2024-2028. / Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Comissão Central do PDI 2024-2028 – Blumenau, 2023.

626p.: il; PDF
Contêm referências e apêndice.

1. Plano institucional – Institutos de educação – Guia. 2. Educação – PDI – Institutos de educação. 3. Instituto Federal Catarinense - Planejamento. 4. Gerência institucional. I. Título.

CORPO DE GESTÃO DO IFC PERÍODO 2019-2023

Reitora
Sônia Regina de Souza Fernandes

Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional
Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Pró-reitor de Administração
Stefano Moraes Demarco

Pró-reitora de Ensino
Josefa Surek de Souza

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Fátima Peres Zago de Oliveira

Pró-reitor de Extensão
Fernando José Taques

Diretor-Geral – Campus Araquari
Cleder Alexandre Somensi

Diretora-Geral – Campus Blumenau
Aldelir Fernando Luiz

Diretor-Geral – Campus Brusque
Eder Aparecido de Carvalho

Diretor-Geral – Campus Camboriú
Sirlei de Fátima Albino

Diretor-Geral – Campus Concórdia
Rudinei Kock Exterckoter

Diretor-Geral – Campus Fraiburgo
Tiago Lopes Gonçalves

Diretor-Geral – Campus Ibirama
Douglas Hörner

Diretor-Geral – Campus Luzerna
Eduardo Butzen

Diretor-Geral – Campus Rio do Sul
André Kuhn Raupp

Diretor-Geral – Campus Santa Rosa do Sul
Jorge Luís de Souza Mota

Diretor-Geral pro tempore – Campus São Bento do Sul
Rogério Luís Kerber

Diretor-Geral – Campus São Francisco do Sul
Adalto Aires Parada

Diretor-Geral – Campus Videira
Jaquiel Salvi Fernandes

Diretor – Campus Avançado Abelardo Luz
Elodir Lourenço de Souza

Diretor – Campus Avançado Sombrio
Victor Martins de Sousa

COMISSÃO CENTRAL DO PDI 2024 - 2028

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN)
Jamile Delagnelo Fagundes da Silva - Coordenadora;
Bárbarah Cristine Leidow Sorgetz - Coordenadora Adjunta;
Maysa Eichner da Silva Bazana

Pró-reitoria de Ensino (PROEN)
Josefa Surek de Souza
Reginaldo Leandro Placido

Pró-reitoria de Extensão (PROEX)
Fernando José Taques
Débora de Lima Velho Junges

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI)
Fátima Peres Zago de Oliveira
Marilane Maria Wolff Paim

Pró-reitoria de Administração (PROAD)
Stefano Moraes Demarco
Rafael Marcos Fernandes

Diretoria Executiva
Lucas Spillere Barchinski
Eliana Alice de França Cunha

Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)
Frederico Andres Bazana
Renato De Souza Muniz

Coordenação-Geral de Comunicação (CECOM)
Carlos Eduardo Pieri
Poliana Santos de Souza

Núcleo de Gestão Ambiental (NGA)
Rafael da Rosa Couto

Ouvidoria
Brunei de Oliveira Maiochi Malfatti
Franciscarla Makiko Sooma Severino

Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)
Vivian Castro Ockner

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)
Fernando José Taques

Colegiado de Gestão de Pessoas (COGEPE)
Cladecir Alberto Schenkel
Fabiana Aparecida Mafra Reisch

Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE (CIS)
Herlon Iran Rosa

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)
Fernando de Britto Falci

Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Angela Maria de Menezes

Campus Araquari
Fernando José Braz
Otavio Patrício Netto

Campus Avançado Abelardo Luz
Manuel Sampaio Schiavi
Camila Munarini

Campus Avançado Sombrio
Patrícia Kellen Pereira

Campus Blumenau
Ana Clara Medina Menezes e Souza
Juliana Vasconcelos Wurmeister

Campus Brusque
Fábio Lamartine Barbosa Toledo
Eder Aparecido de Carvalho

Campus Camboriú
Marcel Amaral Daoud
Sirlei de Fátima Albino

Campus Concórdia
Rudinei Kock Exterckoter
Adenilson Trindade

Campus Fraiburgo
Vanderlei Cristiano Juraski
Jacob Michels

Campus Ibirama
Flávia Regina Back
Sonia Schappo Imhof

Campus Luzerna
Simone Martins de Jesus Nissola
Eduardo Butzen

Campus Rio do Sul
Adriano Becker
Ellenise Elsa Emídio Bicalho

Campus Santa Rosa do Sul
Cláudio Luiz Melo da Luz
Rodrigo da Rosa Gonçalves

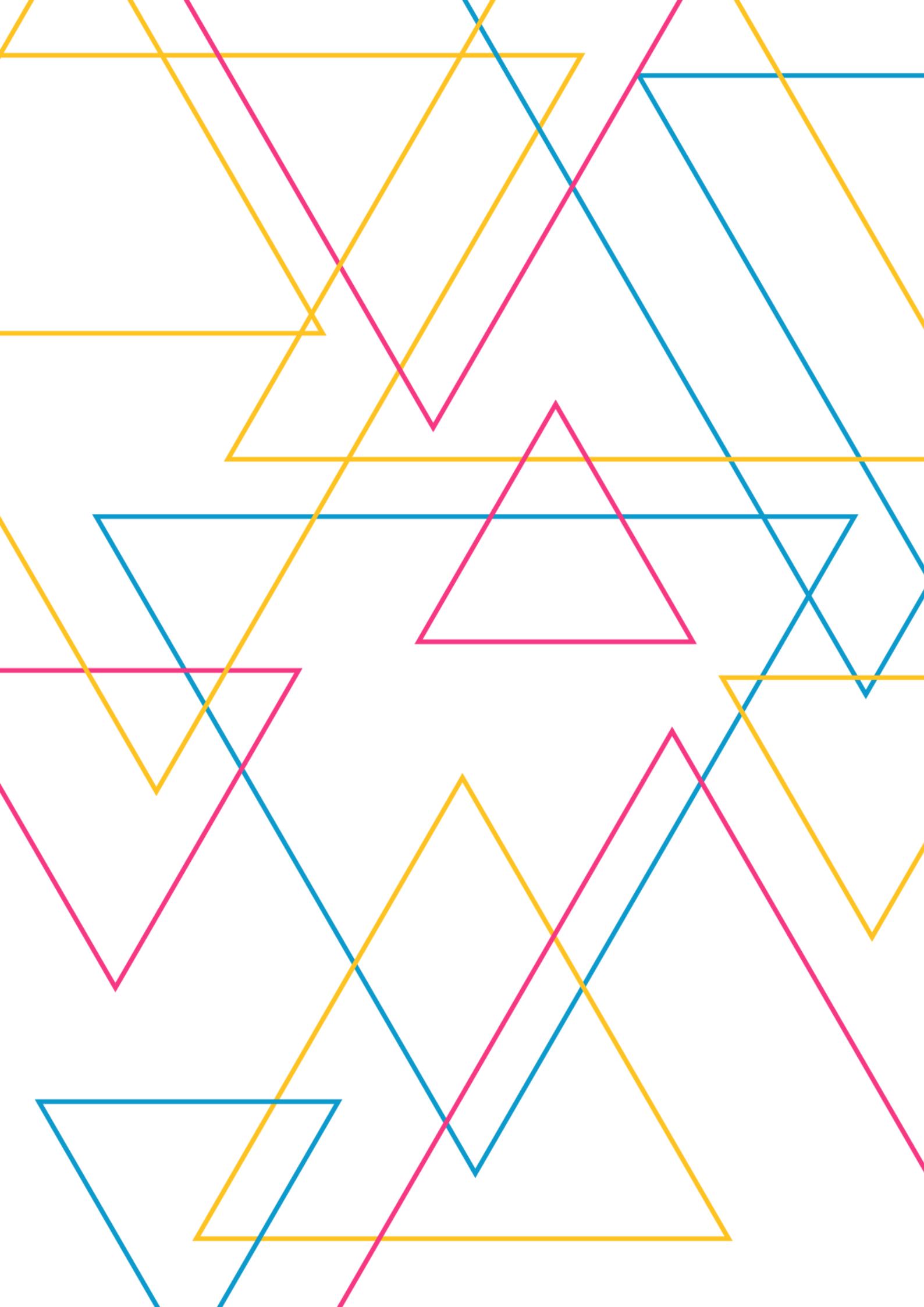
Campus São Bento do Sul
Willian Alberti

Campus São Francisco do Sul
Cassiano Pessanha Madalena
Adriano Silveira Mastella

Campus Videira
Rodrigo Zuffo
Josy Alvarenga Carvalho Gardin

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Data	Descrição
04/10/2023	Versão prévia disponibilizada para consulta pública
08/11/2023	Versão encaminhada para apreciação do CONSUPER
16/11/2023	Versão encaminhada para apreciação do CONSUPER
19/12/2023	Versão aprovada pelo CONSUPER
	Versão revisada



CARTA DA REITORIA

É com muita alegria e sensação de dever cumprido que, após um processo intenso, participativo e democrático, iniciado ainda em março de 2023, apresento o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) à comunidade do IFC e à sociedade de modo geral, fruto de um trabalho desenvolvido a várias mãos. O PDI, além de caracterizar o compromisso institucional com a oferta da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Socialmente Referenciada, se constitui num documento estratégico com vistas às diferentes dimensões que compõem o escopo da gestão — dentre elas, a missão, visão, valores, políticas, planos, metas e objetivos com os quais o IFC assume o compromisso público em realizar. Deste modo, é chegada a hora de disponibilizar o resultado deste trabalho: a nova edição do nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), válida para o quinquênio 2024-2028.

O processo envolveu, de modo cuidadoso, desde a escuta dos reitores que antecederam a atual gestão e especialistas e intelectuais da educação, até a participação ativa e comprometida dos estudantes, servidores e gestores de todos os campi e da Reitoria do IFC. A dinâmica complexa teve início com um seminário específico de abertura, com vistas à mobilização; perpassou reuniões, capacitações, pesquisas e consultas públicas, até chegar à apreciação e aprovação final do/no Conselho Superior do IFC (Consuper), órgão máximo, representativo e deliberativo que tem, entre as suas atribuições, o papel de aprovar as diretrizes para atuação do IFC e zelar pela execução de sua política educacional. Durante esse período, abraçamos juntos o desafio de planejar, para os próximos cinco anos, os próximos passos de nossa instituição em direção à consolidação de seu papel como referência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica em Santa Catarina e no Brasil.

Discutimos o IFC de modo radical: suas diretrizes pedagógicas, estrutura organizacional, filosofia de trabalho e as futuras atividades nas dimensões acadêmica, administrativa, orçamentária, política-pedagógica e institucional,

entre tantas outras. Atuamos em conjunto para esmiuçar o funcionamento de cada uma de nossas unidades, buscando o equilíbrio entre celebrar as vocações e particularidades de cada campus e promover a atuação integrada de todos enquanto uma única instituição — dentro da devida e necessária compreensão do pertencimento institucional: Somos Todos IFC. Agora, com a publicação do Plano, nossa comunidade acadêmica tem em mãos um documento cuidadosamente elaborado, que aponta de modo teleológico, os compromissos com o futuro.

Assim como a vida é dinâmica e complexa, o PDI também o é. Desse modo, irá enfrentar diferentes desafios que surgirão do constante movimento dialético da sociedade e da organização autárquica. Por isso, o PDI não é um documento estanque; mesmo durante o período em que estará em vigor, ele deve prosseguir sendo revisado e aprimorado, para que os compromissos ali delineados e assumidos possam ser transformados, caso necessário. Dessa forma, o IFC seguirá firme em sua missão: Proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

Esta edição do PDI é a última de cuja elaboração participo enquanto reitora da Instituição. Durante os últimos oito anos, entre tantos outros valores, nossa gestão defendeu o planejamento institucional como um dispositivo transparente para o desenvolvimento e a consolidação dos objetivos do IFC. E por isso, ao realizar — com a comunidade, no sentido freireano, como sempre convém ressaltar — a entrega do PDI como uma das últimas ações deste período, ratifico o sentimento de missão cumprida e, principalmente, de profundo e respeitoso agradecimento pelo apoio e pela participação de cada estudante, professor e técnico administrativo do IFC, e demais atores envolvidos, na construção de uma instituição inclusiva, acolhedora e plural, que zela pelos princípios públicos e republicanos da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (LIMPE) e que, cada vez mais, se consolida como referência, organicamente, com os pés no local, na região, e com os olhos no mundo!

Cordialmente,

Sônia Regina de Souza Fernandes
Reitora do Instituto Federal Catarinense - IFC

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Seminário "PDI IFC 2024/2028" 31
Figura 2: Visita ao Campus São Bento do Sul 32
Figura 3: Visita ao Campus Araquari 33
Figura 4: Visita ao Campus Camboriú 33
Figura 5: Formação "Elaboração de indicadores de desempenho" 38
Figura 6: Formação "Alinhamento estratégico entre planejamento e orçamento" 38
Figura 7: Site do PDI 39
Figura 8: Mapa de abrangência institucional 53
Figura 9: Linha do Tempo: criação dos campi do IFC 55
Figura 10: Vagas ofertadas em 2023. 73
Figura 11: Potencial de Crescimento dos Campi 79
Figura 12: Relação entre governança e gestão 88
Figura 13: Modelo de Governança 89
Figura 14: Etapas do gerenciamento de riscos 90
Figura 15: Organograma do IFC 95
Figura 16: Tipologia da propriedade intelectual. 277
Figura 17: Alinhamento estratégico. 336
Figura 18: Cadeia de Valor do IFC 338
Figura 19: Quadro interativo. 342
Figura 20: Mapa estratégico do IFC 346
Figura 21: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 347
Figura 22: Critérios para priorização da abertura de cursos e vagas 399
Figura 23: Projeção de evolução na quantidade de vagas ofertadas 404
Figura 24: Projeção dos percentuais legais 405

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição do PIB Municipal por setor econômico 80

Tabela 2: IDH 2022 e a população anos 2019-2022 81

Tabela 3: Quantidade de alunos no EF e EM do Município e Região imediata . . 82

Tabela 4: Fatores de equivalência para o Banco de Docente Equivalente - BPEq-EBTT 411

Tabela 5: Quadro de servidores do IFC por unidade - Técnicos Administrativos em Educação (por nível) e Docentes EBTT 412

Tabela 6: Quadro de Docentes EBTT efetivos e substitutos. 415

Tabela 7: Formação dos Docentes EBTT efetivos e substitutos 416

Tabela 8: Formação dos Docentes EBTT efetivos e substitutos, por unidade . . 416

Tabela 9: Cronograma de expansão do corpo docente 417

Tabela 10: Formação dos Técnicos Administrativos em Educação, por unidade. . 419

Tabela 11: Cronograma de expansão do corpo técnico administrativo em educação 420

Tabela 12: Acervo bibliográfico SIBI-IFC 2023 (até 30/06/2023) 452

Tabela 13: Acervo atual das bibliotecas 454

Tabela 14: Acervo físico atual e previsão de expansão até 2028. 457

Tabela 15: Infraestrutura física das bibliotecas em 2023 e previsão de expansão até 2028. 459

Tabela 16: Orçamento 486

Tabela 17: Recurso extraorçamentário 482

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Distribuição geográfica 74

Quadro 2: Campus, existência e Tipologia da Unidade. 76

Quadro 3: Lista de instituições por município com atuação em EPT e Ensino Superior (presencial) 84

Quadro 4: Matriz SWOT 344

Quadro 5: Relação dos OE com os ODS 348

Quadro 6: Painel de indicadores. 343

Quadro 7: Cursos ofertados pelo IFC em 2023. 384

Quadro 8: Previsão de abertura de novos cursos e novas vagas. 390

Quadro 9: Blocos de priorização da oferta de cursos e vagas 400

Quadro 10: Oferta de cursos de pós-graduação lato sensu 402

Quadro 11: Evolução na oferta de vagas 403

Quadro 12: Cursos com indicativo de abertura para o próximo PDI ou para a revisão do PDI. 406

Quadro 13: Horário de funcionamento das bibliotecas do IFC 450

Quadro 14: Quantitativo atual de servidores que trabalham nas Bibliotecas e projeção de expansão do quadro funcional até 2028. 451

Quadro 15: Estratégias e meios de comunicação interna do IFC 492

Quadro 16: Estratégias e meios de comunicação externa do IFC. 495

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APLs – Arranjos Produtivos Locais

AVEAs - Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem

BPEq-EBTT - Banco de Docente Equivalente

BSC - Balanced Scorecard

CAC – Colégio Agrícola de Camboriú

CAFe – Comunidade Acadêmica Federada

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAD - Centro de Educação a Distância

CECOM – Coordenação-Geral de Comunicação

CEDUP - Centro de Educação Profissional

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPROF - Centro Educacional Profissional de Fraiburgo

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CEUA - Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA);

CFTICGI - Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia e Inclusão

CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

CGU – Controladoria-Geral da União

CIPATEC - Ciclo de Palestras Tecnológicas

CIS - Comissão Interna de Supervisão

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODIR – Colégio de Dirigentes

COFOR - Colegiado Institucional Articulador da Formação de Docentes

COGEPE – Colegiado de Gestão de Pessoas

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CONCAMPUS – Conselho de Campus

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUPER – Conselho Superior

CORREG - Corregedoria

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DINTER – Doutorado interinstitucional

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

EaD – Educação a Distância

EAFC - Escola Agrotécnica Federal de Concórdia

EDUROAM - Education Roaming

EF – Ensino Fundamental

EFD – Estratégia Federal de Desenvolvimento

EGD - Estratégia de Governança Digital

EM – Ensino Médio

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETVARPE - Escola Técnica Vale do Rio do Peixe

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

FEESC - Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

FEJA - Fórum de Educação de Jovens e Adultos

FIC - Formação Inicial e Continuada (FIC)

FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Ensino Superior

IFC – Instituto Federal Catarinense

IFETs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

INDA - Infraestrutura Nacional de Dados Abertos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

JIFC - Jogos Internos do IFC

JIFs - Jogos dos Institutos Federais

JIFSul - Jogos dos Institutos Federais da Região Sul

LAI – Lei de Acesso à Informação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MICTI - Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar

MINTER – Mestrado Interinstitucional

NAPNE's – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NGA – Núcleo de Gestão Ambiental

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAC – Plano Anual de Contratações PAE - Programa de Assistência Estudantil

PARFOR – Plano Nacional de Formação de docentes da Educação Básica

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PDA – Plano de Dados Abertos

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PE – Planejamento Estratégico

PET - Programa de Educação Tutorial

PGR – Política de Gestão de Riscos

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBIC-AF – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas

PIBIC-EM – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PLS – Plano de Logística Sustentável

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

POCV - Plano de Oferta de Cursos e Vagas

PPA – Plano Plurianual

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com

Educação Básica

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

QRSTAE - Quadro de Referência de Servidores Técnico Administrativos em Educação

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIBI – Sistema Integrado de Bibliotecas

SIEPE - Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão Internacional do Instituto Federal Catarinense

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SWOT – Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

Técnico-administrativo em Educação – Técnicos Administrativos em Educação

TAM – Termo de Metas e Compromissos

TEDs - Termos de Execução Descentralizada

TI – Tecnologia da Informação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UC – Unidades Curriculares

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIEDU - Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina

SUMÁRIO

Apresentação **29**

1 Perfil Institucional **41**
1.1 Documentos de Referência 42
1.2 Desenvolvimento Histórico (Da EPT) 45
1.3 O Instituto Federal Catarinense - IFC. 52
1.3.1 Histórico dos campi 56
1.4 Áreas de Atuação Acadêmica. 71
1.5 Inserção Regional 73
1.6 Previsão de Abertura e Adequação de Campus 76
1.7 Farol do IFC 80

2 Organização Administrativa **86**
2.1 Governança e Gestão 87
2.1.1 Estrutura de Governança e Gestão 88
2.1.2 Gestão de Riscos. 89
2.1.3 Programa de Integridade. 91
2.2 Estrutura Organizacional 91
2.2.1 Reitoria 94
2.3 Dos Campi do IFC 95
2.4 Órgãos Colegiados 96
2.4.1 Conselho Superior (Consuper) 96
2.4.2 Colégio de Dirigentes (CODIR) 100
2.4.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) 101
2.4.4 Colegiado de Gestão de Pessoas (COGEPE). 104
2.4.5 Conselho de Campus (CONCAMPUS). 105
2.5 Pró-Reitorias 107
2.6 Unidade de Auditoria Interna (UNAI). 109
2.7 Procuradoria Jurídica 109
2.8 Corregedoria 109

2.9 Coordenação-Geral de Comunicação (CECOM) 110
2.10 Ouvidoria 110
2.11 Comissões. 112
2.11.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) 112
2.11.2 Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (CIS) 113
2.11.3 Comissão de Ética. 114

3 Projeto Político-Pedagógico Institucional 115
3.1 Concepções Filosóficas e Pedagógicas. 120
3.1.1 Educação e Trabalho. 128
3.1.2 Ciência, Tecnologia e Cultura 131
3.1.3 Juventudes 136
3.1.4 Formação Integral e Currículo Integrado. 139
3.1.5 Educação Profissional e Tecnológica 142
3.2 Princípios Político-Pedagógicos 147
3.2.1 Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão. 151
3.2.2 Pesquisa como Princípio Pedagógico. 155
3.2.3 Trabalho como Princípio Educativo. 157
3.2.4 Gestão democrática da educação. 161
3.2.5 Responsabilidade Social: desenvolvimento humano e econômico e responsabilidade ambiental. 164
3.2.6 Inclusão, direitos humanos e diversidade 168
3.2.7 Interdisciplinaridade e Verticalização. 170
3.2.8 Avaliação como elemento de Ensino-Aprendizagem 174
3.2.9 Formação continuada 177
3.3 Organização Didático-Pedagógica. 179
3.3.1 Perfil do egresso 180
3.3.2 Modalidades, níveis e forma de oferta de cursos 183
3.3.3 Organização acadêmica 185
3.3.4 Formas de Ingresso 187
3.4 Políticas de Ensino. 188
3.4.1 Educação Superior – Graduação 193
3.4.2 Educação Superior - Pós-graduação 199
3.4.3 Educação Profissional Técnica de Nível Médio 208
3.4.4 Qualificação Profissional 212
3.4.5 Educação de Jovens e Adultos 214
3.4.6 Educação do campo 217

3.4.7 Educação a Distância 221
3.4.8 Programas e Projetos de Ensino 225
3.5 Políticas de Extensão 227
3.5.1 Áreas e linhas temáticas da extensão 232
3.5.2 Atividades e Ações de extensão 236
3.5.3 Parcerias 237
3.5.4 Internacionalização e interculturalidade 238
3.5.5 Ações Empreendedoras 243
3.5.6 Estágios 246
3.5.7 Acompanhamento de egressos 248
3.5.8 Diálogo com a sociedade 251
3.6 Políticas de Pesquisa 254
3.6.1 Pesquisa 254
3.6.2 Produção e difusão científica 263
3.7 Política de Inovação 272
3.7.1 Fomento a projetos com potencial de inovação 275
3.7.2 Propriedade Intelectual 276
3.7.3 Transferência de Tecnologia 277
3.8 Políticas Estudantis 278
3.8.1 Assistência estudantil 280
3.8.2 Apoio didático pedagógico 287
3.8.3 Atendimento Educacional Especializado 288
3.8.4 Organização e movimentos estudantis 289
3.8.5 Esporte, lazer e bem-estar 291
3.8.6 Acesso à cultura 294
3.9 Ações para Atendimento ao Projeto Pedagógico 297
3.9.1 Construção de documentos institucionais 298
3.9.2 Práticas pedagógicas inovadoras 298
3.9.3 Pesquisa, inovação e desenvolvimento artístico e cultural 300
3.9.4 Valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial 302
3.9.5 Políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social 304
3.9.6 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e ações acadêmico-administrativas 307
3.9.7 Princípios orientadores dos Projetos Pedagógicos de Cursos 309
3.9.8 Acompanhamento e Avaliação do PPI 311

4 Acesso, Permanência e Êxito . . . 314
4.1 Concepção . . . 315
4.2 Permanência e Êxito No IFC . . . 317
4.3 Planejamento para a Permanência e o Êxito dos Estudantes do IFC 2024-2028 . . . 319
4.3.1 Fluxo de etapas . . . 321

5 Política de Inclusão e Diversidade . . . 324
5.1 Conselho de Inclusão e Diversidade . . . 328
5.2 Núcleos Inclusivos . . . 328
5.2.1 Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) . . . 329
5.2.2 Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) . . . 329
5.2.3 Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES) . . . 330
5.3 Núcleo Bilíngue: Libras/Língua Portuguesa (NUBI) . . . 330

6 Plano Estratégico Institucional . . . 332
6.1 Introdução . . . 333
6.2 Alinhamento Estratégico . . . 334
6.3 Metodologia para Construção . . . 336
6.4 Cadeia de Valor . . . 337
6.5 Referencial Estratégico . . . 338
6.5.1 Missão . . . 339
6.5.2 Visão . . . 339
6.5.3 Valores . . . 340
6.6 Análise Ambiental . . . 341
6.7 Mapa Estratégico . . . 345
6.7.1 Associação dos Objetivos Estratégicos Institucionais aos ODS . . . 347
6.8 Objetivos Estratégicos e Indicadores . . . 351
6.9 Monitoramento . . . 379
6.9.1 Portfólio estratégico - projeto piloto . . . 379

7 Plano de Oferta de Cursos e Vagas . . . 381
7.1 Introdução . . . 382
7.2 Metodologia . . . 382
7.3 Oferta Total de Vagas do IFC . . . 384
7.4 Critérios para Criação e Extinção de Cursos . . . 388
7.5 Oferta de Novos Cursos e Novas Vagas . . . 389

7.6 Critérios para Priorização da Oferta de Novos Cursos e Vagas 399
7.7 Oferta de Cursos e Programas de Pós-Graduação Lato. 402
7.8 Adesão a Cursos de Mestrado em Rede 403
7.9 Evolução na Oferta de Vagas 403
7.10 Percentuais Legais. 404
7.11 Cursos com Indicativo para Revisão ou Próximo PDI. 405

8 Organização e Gestão De Pessoas 407
8.1 Seleção e Admissão De Pessoal. 408
8.2. Dimensionamento da Força de Trabalho e Quadro de Pessoal 409
8.2.1 Carreira Docente EBTT 413
8.2.2 Carreira Técnico-Administrativo em Educação. 318
8.3 Formação Continuada e Desenvolvimento de Servidores. 421
8.3.1 Bases conceituais e legais da capacitação e formação continuada . . 422
8.3.2. Formação Continuada dos Docentes 425
8.3.3 Capacitação e formação continuada para as atividades técnicas . . 426
8.3.4 Capacitação e formação continuada para atividade de gestão. . . 426
8.3.5 Capacitação e formação continuada para atividade em EaD 427
8.3.6 Ações e incentivos à capacitação 428
8.4 Atenção à Saúde e Segurança e Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho 429
8.4.1 Atendimento ao servidor - saúde e segurança no trabalho 429
8.4.2 Qualidade de Vida no Trabalho – QVT 430
8.5 Movimentação de Servidores. 430

9 Projeto para Constituição de Acervo Acadêmico em Meio Digital 432
9.1 Apresentação. 433
9.2 Responsabilidades. 435
9.3 Infraestrutura para Execução das Atividades Relativas ao Acervo Acadêmico Digital. 436
9.4 Segurança e Preservação dos Representantes Digitais 436
9.5 Sistemas Legados 436
9.6 Detalhamentos, Orientações e Normatizações Adicionais 437

10 Bibliotecas 438
10.1 Serviços e Produtos das Bibliotecas. 441
10.2 Ações das Bibliotecas. 446
10.2.1 Plano de Capacitação do SIBI 449

10.3 Dados e Indicadores das Bibliotecas 450
10.4 Formas de Atualização e Expansão, Identificada sua Correlação Pedagógica com os Cursos e Programas Previstos 456
10.5 Espaço Físico das Bibliotecas para Estudos, Horário de Funcionamento, Pessoal Técnico-Administrativo e Serviços Oferecidos 458

11 Infraestrutura e Instalações Acadêmicas (Físicas e Tecnológicas) 462
11.1 Estrutura Existente 463
11.2 Priorização de Obras e Serviços de Engenharia 463
11.3 Obras Novas 466

12 Tecnologia da Informação 467

13 Sustentabilidade Financeira e Orçamentária 474
13.1 Capacidade e Sustentabilidade Financeiras 475
13.2 Previsão de Orçamento 476
13.3 Origem, Planejamento e Aplicação dos Recursos 476
13.3.1 Fontes de Recursos 476
13.3.2 Forma de distribuição dos recursos 477
13.3.3 Controle Financeiro para Utilização de Recursos 480
13.4 Política de Administração e Gestão Financeira 481
13.5 Recurso Extra Orçamentário 481

14 Gestão Ambiental no IFC 483

15 A Política de Comunicação do IFC 489
15.1 Princípio da Comunicação Pública 490
15.2 Comunicação com a Comunidade Interna 492
15.3 Comunicação com a Comunidade Externa 494
15.4 Objetivos da Comunicação Do IFC para o Período 2024–2028 497
15.5 Transparência e Divulgação de Informações da Instituição 499
15.5.1 Ouvidoria 499
15.5.2 Lei de Acesso à Informação 500
15.5.3 Transparência Ativa e Passiva 501
15.5.4 Plano de Dados Abertos 502
15.5.5 Monitoramento da Implantação da LAI 503
15.5.6 Canais de Comunicação e Atendimento 503

16 Educação a Distância 505
16.1 Sede 510
16.2 Polos. 510
16.2.1 Estudo para criação e implantação de polos. 511
16.2.2 Estrutura dos polos 512
16.3 Metodologias e Tecnologias 512
16.3.1 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação 513
16.4 Oferta de Cursos e Componentes Curriculares 516
16.5 Infraestrutura Tecnológica e de Pessoal 517
16.6 Formação e Capacitação para Atuação em EaD. 519
16.7 Produção e Distribuição de Material Didático 520

17 Avaliação e Monitoramento do Desenvolvimento Institucional 521
17.1 A Avaliação Institucional no IFC. 522
17.1.1 O Processo de Autoavaliação Institucional e o papel da CPA 523
17.1.2 Divulgação e análise dos resultados da Autoavaliação Institucional. . . 525
17.2 Construção da Política de Avaliação Institucional do IFC 527
17.3 O Monitoramento do PDI 528

Referências 530

Apêndice A - Check-list POCV 548

Apêndice B - Painel de indicadores e metas 552

Apêndice C - Planilhas da Estrutura atual e Novas estruturas das unidades do IFC 629

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), é o documento que identifica a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.

Para o IFC o PDI é mais do que um documento necessário ao credenciamento e recredenciamento institucional, é o documento que apresenta os compromissos da instituição com a sociedade para o próximo quinquênio, de 2024 a 2028.

A elaboração do PDI seguiu as orientações para composição dos elementos mínimos de conteúdo, conforme o Artigo 21 do Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. No entanto, foram adicionados outros conteúdos na perspectiva de importância e relevância institucional.

Para a condução dos trabalhos, foi atualizado o **manual de elaboração** e foram designadas **comissões locais**, uma em cada campus, e uma **comissão central**.

A comissão central foi formada por representantes das Pró-reitorias, diretorias, órgãos de apoio à governança, comissões como CIS-PCCTAE e CPPD, representantes de órgãos colegiados, representantes do sistema integrado de Bibliotecas, NGA, CPA, além dos coordenadores das Comissões Locais, como representantes dos campi na Comissão Central.

A coordenação dos trabalhos da Comissão Central ficou a cargo da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e da Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

Figura 1: Seminário "PDI IFC 2024/2028"

Fonte: Arquivo Prodin (2023).

A Comissão Central aprovou o cronograma geral de atividades para elaboração do PDI, sendo que a primeira ação para abertura dos trabalhos foi a realização de um Seminário que teve por objetivo apresentar e debater temáticas relevantes para a construção do PDI.

A programação do seminário contou com palestras, mesas temáticas, apresentações culturais, com o propósito de promover discussões e reflexões que permearam a elaboração deste documento por meio do diálogo entre a instituição e a comunidade escolar. Saiba mais clicando aqui.

Outra ação importante, foi a divulgação e o convite à comunidade para participar de uma **pesquisa de diagnóstico**, que teve como objetivo

estabelecer o diálogo e elaborar um diagnóstico preliminar acerca das melhorias que a comunidade gostaria de enxergar no próximo PDI. Esse questionário foi organizado em cinco eixos: Ensino, Pesquisa e Extensão; Desenvolvimento de servidores; Gestão da Comunicação e Informação; Gestão orçamentária e financeira; e Infraestrutura. O resultado da pesquisa diagnóstico foi compartilhado com as pró-reitorias e demais áreas técnicas para análise e avaliação e para nova redação do PDI.

Com a proposta de uma construção coletiva, participativa e democrática, um dos destaques do processo de elaboração foi o **roteiro de sensibilização** nos campi e reitoria. Esse cronograma de visitas foi elaborado e executado pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional entre os meses de abril e junho de 2023. Considerando que a dinâmica envolveu reuniões por segmento em cada unidade, foram realizadas no total 59 encontros, nas 16 unidades, com mais de 2.600 contribuições (2.614 só na composição da matriz SWOT).

Figura 2: Visita ao Campus São Bento do Sul

Fonte: Arquivo Prodin (2023).

Figura 3: Visita ao Campus Araquari

Fonte: Arquivo Prodin (2023).

Figura 4: Visita ao Campus Camboriú

Fonte: Arquivo Prodin (2023).

Importante destacar que a finalidade desses encontros de sensibilização foi a realização de uma análise ambiental, que resultou numa matriz SWOT que, por sua vez, subsidiou a escrita, não só do Plano Estratégico Institucional, mas de todos os demais capítulos do PDI, visto que revelou elementos essenciais para avanço da instituição.

Ao mesmo tempo em que era executado o cronograma de visita aos campi, foi feita a distribuição de conteúdo às áreas técnicas que iniciaram as ações necessárias para redação dos capítulos. As áreas técnicas tomaram por referência, além do PDI 2019/2023, os relatórios institucionais de avaliação, os relatórios de gestão, a pesquisa diagnóstica e os resultados das discussões realizadas nos campi (compiladas em documento compartilhado).

Este PDI 2024/2028 está organizado em 17 capítulos, além do monitoramento e anexos.

O capítulo 1 vai tratar do **Perfil Institucional**, onde será apresentado o perfil da instituição, o histórico do IFC e de cada campus, as áreas de atuação e inserção regional.

O capítulo 2 apresenta a **Organização Administrativa** do IFC, com elementos de governança e gestão, gestão de riscos e plano de integridade e a estrutura organizacional da reitoria do IFC.

O capítulo 3 vai tratar do **Projeto Político-Pedagógico Institucional**, com as concepções filosóficas e pedagógicas, os princípios políticos e pedagógicos, as políticas de ensino, pesquisa, extensão, inovação, políticas estudantis, inclusão e diversidade, e ações para atendimento ao projeto pedagógico.

No capítulo 4 constam aspectos da **Permanência e do Êxito** de estudantes no IFC, com a concepção, o planejamento, fluxo e etapas para execução, acompanhamento e avaliação.

No capítulo 5 constam aspectos da **Política de Inclusão e Diversidade**, com destaque para os núcleos inclusivos.

O **Plano Estratégico Institucional** consta no capítulo 6, iniciando com o alinhamento estratégico, a cadeia de valor, o referencial estratégico, o mapa estratégico, a relação dos objetivos estratégicos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e o Painel de Indicadores.

O **Plano de Oferta de Cursos e Vagas** está no capítulo 7 do PDI, com a proposta de oferta de cursos apresentada pelos campi, os critérios para abertura e priorização da oferta de cursos e o alinhamento institucional.

No capítulo 8 está a **Organização e Gestão de Pessoas**, com informações do perfil do corpo docente e de técnicos-administrativos em educação, o dimensionamento da força de trabalho, o desenvolvimento de servidores, a atenção à saúde e promoção da qualidade de vida no trabalho, a movimentação de servidores e o plano de desenvolvimento e carreira.

No capítulo 9, está o **Projeto de Acervo Acadêmico em Meio Digital**, com a apresentação, as responsabilidades, a infraestrutura necessária para execução das atividades relativas ao acervo acadêmico digital, sobre a segurança e preservação dos representantes digitais, sistemas legados e os detalhamentos, orientações e normatizações adicionais.

No capítulo 10, constam as informações relativas à **Gestão das Bibliotecas**, com a apresentação, os serviços e produtos das bibliotecas, as ações do SIBI-IFC, o plano de capacitação, os dados e indicadores das bibliotecas, os dados de acervo bibliográfico, as formas de atualização e expansão, espaço físico e horário de funcionamento, além da necessidade de expansão da infraestrutura física e de pessoal.

Consta no capítulo 11, a **Gestão da Infraestrutura** contempla a infraestrutura existente e as necessidades de infraestrutura, sejam elas de adequação, ampliação ou reforma, acessibilidade ou regularização. Além disso, está descrita a priorização de obras e serviços de engenharia e a estrutura mínima dos campi.

No capítulo 12, é apresentado o conteúdo de **Tecnologia da Informação**, com a estrutura organizacional mínima, o fortalecimento de pessoal, a sustentabilidade de serviços, as políticas e planos relacionados à TI e o alinhamento institucional.

No capítulo 13 estão contemplados os conteúdos referentes à **Sustentabilidade Financeira e Orçamentária**, que contempla aspectos da previsão orçamentária, da distribuição dos recursos, da implementação dos centros de custos e as diretrizes para gestão dos recursos extraorçamentários.

O capítulo 14 apresenta elementos da **Gestão Ambiental** no IFC, que destaca a necessidade e a importância da inserção da variável ambiental nas políticas e ações institucionais especialmente, mas não exclusivamente, por meio do Plano de Logística Sustentável (PLS).

O capítulo 15 apresenta os aspectos da **Comunicação com a Comunidade**, com destaque para as diretrizes apontadas na Política de Comunicação do IFC, mecanismos de transparência e divulgação de informações da instituição e canais de comunicação e atendimento.

A **Oferta de Educação à Distância** está contemplada no capítulo 16, com detalhamento acerca da responsabilidade social e desenvolvimento econômico, sede e polos, metodologias e tecnologias, oferta de cursos e componentes curriculares, infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, formação e capacitação para atuação em EaD e a produção e distribuição de material didático.

No capítulo 17 está detalhado o conteúdo de **Avaliação e Monitoramento do Desenvolvimento Institucional**, com destaque para o processo de autoavaliação institucional promovido pela CPA, a divulgação e a análise dos resultados dessa autoavaliação, sobre a construção de uma política institucional de avaliação e o monitoramento, controle e revisão do PDI 2024/2028.

Outro aspecto que pode ser destacado nesse processo de elaboração do PDI foram os momentos de formação que subsidiaram a Comissão Central e as áreas técnicas para elaboração do novo PDI, a saber:

- Formação "PDI e Plano Estratégico Institucional" ministrada pela Diretora de Desenvolvimento Institucional do IFFluminense, Alline Morais;

- Formação "Elaboração de indicadores de desempenho" também com a Diretora de Desenvolvimento Institucional do IFFluminense, Alline Morais;

- Formação "Alinhamento estratégico entre planejamento e orçamento" com a servidora Jéssica Santos, Coordenadora-Geral de Planejamento e Gestão, da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de EPCT/SETEC.

Essas formações foram de fundamental importância para subsidiar a Comissão Central na tomada de decisões e encaminhamentos ao longo do processo de construção do PDI.

O resultado do trabalho das áreas técnicas foi consolidado num documento, numa versão preliminar do PDI e foi disponibilizado para consulta pública à comunidade, no período de 04/10/2023 a 31/10/2023.

As sugestões registradas nesta consulta pública foram avaliadas pela Comissão Central e consolidadas na versão final do documento que seguiu os trâmites de apreciação junto aos órgãos colegiados.

Figura 5: Formação "Elaboração de indicadores de desempenho"

Fonte: Arquivo Prodin (2023).

Figura 6: Formação "Alinhamento estratégico entre planejamento e orçamento"

Fonte: Arquivo Prodin (2023).

O PDI do IFC é fruto do trabalho conjunto de muitas mãos, agregando o conhecimento de servidores técnico-administrativos em educação, docentes, discentes e representantes da comunidade, que centraram esforços no intuito de realizar um trabalho que proporcionasse discussões nos diversos segmentos da instituição, respeitando suas especificidades e necessidades para consolidação.

Todas as etapas de elaboração do PDI, cronogramas de trabalho, prestação de contas do PDI 2019/2023, portarias das comissões e demais informações estão disponíveis para a comunidade clicando aqui.

Figura 7: Site do PDI 2024/2028

Fonte: Site institucional IFC (2023).

O IFC apresenta à comunidade uma proposta institucional comprometida com a sua missão, visão e seus valores, para o fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa na direção dos objetivos delineados para o período de vigência deste documento.

1

PERFIL INSTITUCIONAL

1. PERFIL INSTITUCIONAL

No intuito de traçar o perfil, bem como a identidade do IFC, este capítulo traz informações a respeito da trajetória histórica de implantação do IFC, bem como o histórico individual de cada campus, a área de atuação acadêmica e a inserção regional do IFC no estado de Santa Catarina.

1.1 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- **Carta de Córdoba**[1] – Concepção de Universidade na América Latina.

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988[2].

- Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006[3] - Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

- Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009[4] - Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza, sob a forma de sistema, as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal e dá outras providências.

1 Disponível em: http://www.cres2018.unc.edu.ar/uploads/Declaracion2018-Port-CRES.pdf
2 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5825.htm
4 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6944.htm

- Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014[5] - Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017[6] - Dispõe, no art. 21, sobre os elementos que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deverá conter.

- Decreto Nº 10.531, de 26 de outubro de 2020[7] – Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.

- Diretrizes Pedagógicas para a Educação Profissional (Unesco, 2005)[8].

- Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável[9].

- Instrução Normativa Nº 24, de 18 de novembro de 2020[10]. Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal.

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990[11] - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

- Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993[12] - Dispõe sobre a contratação

5 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm

6 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm

7 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10531.htm

8 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15892-formacao--professores-educacao-profissional-produto-2-pdf&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192

9 Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/

10 Disponível em: https://www.gov.br/funarte/pt-br/acesso-a-informacao-lai/institucional/governanca-institucional/gestao-estrategica/plano-estrategico-funarte/legislacao/instrucao-normativa-ndeg-24-de-18-de-marco-de-2020.pdf/view

11 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm

12 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.745%2C%20DE%209%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201993&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20contrata%C3%A7%C3%A3o%20por,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncia

por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996[13] - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004[14] – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências.

- Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005[15] - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008[16] - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008[17] - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

- Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012[18] - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior.

13 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

14 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

15 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm

16 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/30000-uncategorised/67731-leis-legislacao-e-atos-normativos-setec#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.741%2C%20de%2016,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica

17 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

18 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014[19] - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

- Resolução nº 046/2015/Consuper, de 05 de agosto de 2015[20]. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense, 2014/2018.

- Resolução nº030 Consuper/2019[21] – Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense.

- Termo de Acordo de Metas (TAM) estabelecido entre IFs/Setec/MEC[22].

1.2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO (DA EPT)

Em 1909, com o Decreto Nº. 7.566, de 23 de setembro, foi estipulada a criação nas capitais dos estados da República, as Escolas de Aprendizes Artífices, para oferecer Ensino Profissional primário, gratuito e não obrigatório. Subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove escolas foram instaladas inicialmente com o objetivo de formar operários e contramestres, por meio do ensino prático de conhecimentos técnicos necessários à aprendizagem de um ofício, para um público composto de crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos.

O acesso, cujos requisitos não envolviam verificação de escolaridade anterior, apenas critérios físicos e de saúde, era permitido a tantas pessoas quantas o prédio comportasse, preferencialmente aquelas destituídas de recurso. Os desfavorecidos da fortuna na visão do decreto, os proletários eram o alvo da política pública (Brasil, 1909).

19 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

20 Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2022/12/Resolucao-ad-referendum--002-2015-PDI.pdf

21 Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2022/12/Resolucao-30.2019-PDI.pdf

22 Disponível em: https://www.ifs.edu.br/prodin/images/banners/termo_de_acordo_de_metas.pdf

Num contexto de recente abolição da escravidão e instauração de um suposto trabalho livre, o governo da República assumiu o dever de formar cidadãos úteis à nação, ou seja, por meio da criminalização do ócio, implantar os hábitos do trabalho difundidos como ajuda para os trabalhadores vencerem suas dificuldades sempre crescentes na luta pela existência.

Em 1911, uma nova estrutura didático-administrativa foi criada para as Escolas de Aprendizes Artífices, com o Decreto Nº 9.070, de 25 de outubro, o primeiro regulamento nacional para o Ensino Técnico Profissional. O acesso foi alterado para adolescentes entre 12 e 16 anos, mantidos os pré-requisitos e a ênfase nos desfavorecidos da fortuna, isto é, os trabalhadores (Brasil, 1911).

A partir da expansão industrial, nos anos de 1930, e com o objetivo de atender demandas da política de industrialização por substituição de importações, elas se fortaleceram.

Com a Lei Nº 378/1937, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Liceus Industriais e, nos anos seguintes, tiveram alterada sua denominação para Escolas Industriais, com a responsabilidade de expandir o ensino profissional, em todo o território nacional. A Constituição brasileira de 1937, além de manter os menos favorecidos como destinatários do ensino profissional, visto como o primeiro dever do Estado em matéria de educação, envolveu a fundação de institutos de ensino profissional, bem como especificou um pouco mais a questão dos subsídios para Estados, municípios e indivíduos ou associações particulares e profissionais, como as indústrias, que receberiam auxílios e facilidades do Poder Público para cumprir o dever de criar escolas de aprendizes para os filhos de seus operários ou associados (Brasil, 1937).

A partir de 1941, com uma série de leis que ficaram conhecidas como a "reforma Capanema", o ensino profissional, denominado industrial, passou a ser considerado de nível médio, de acordo com a lei orgânica do ensino industrial Decreto Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. No capítulo VIII do referido decreto, o ingresso nas escolas industriais passou a depender de comprovação de escolaridade anterior, assim como de exame de admissão e de vacinação, mantida a obrigação de não ser portador de doenças contagiosas (Brasil, 1942):

> Art. 29. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos industriais, de mestria, ou técnicos, ou na única série dos cursos pedagógicos, deverá desde logo apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.
>
> Art. 30. Deverá o candidato satisfazer, além das condições gerais referidas no artigo anterior, as seguintes condições especiais de admissão:
>
> 1. Para os cursos industriais:
>
> a) ter doze anos feitos e ser menor de dezessete anos;
>
> b) ter recebido educação primária completa;
>
> c) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
>
> d) ser aprovado em exames vestibulares.
>
> 2. Para os cursos de mestria:
>
> a) ter concluído curso industrial correspondente ao curso de mestria que pretenda fazer;
>
> b) ser aprovado em exames vestibulares.
>
> 3. Para os cursos técnicos:
>
> a) ter concluído o primeiro ciclo do ensino secundário, ou curso industrial relacionado com o curso técnico que pretenda fazer:

> b) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
>
> c) ser aprovado em exames vestibulares.

No final dos anos de 1950, por meio da Lei Nº 3.552/1959, as Escolas Industriais deram origem às Escolas Técnicas Federais. Com maior autonomia administrativa e escolar, essas instituições prepararíam os jovens para o exercício de uma atividade especializada em nível médio. Além disso, essa lei estabelecia que os cursos deveriam adequar-se às exigências do mercado de trabalho da região. Transformadas em autarquias, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, as escolas industriais poderiam manter cursos de aprendizagem, curso básico e cursos técnicos, cujo ingresso, além de outras condições, semelhante à legislação anterior, dependeria de escolaridade prévia, assim como concurso, quando o número de candidatos fosse maior que o de vagas disponíveis (Brasil, 1959):

> Art. 9º A matrícula na primeira série em qualquer dos cursos de ensino industrial, além de outras condições a serem fixadas em regulamento, dependerá: a) no curso básico, da aprovação do último ano do curso primário ou no exame de verificação de conhecimentos a que se refere o § 1º deste artigo; b) nos cursos técnicos, da conclusão do curso básico ou do primeiro ciclo de qualquer dos ramos de ensino médio.
>
> § 1º Aos candidatos ao curso básico, que não tiverem escolaridade regular, será proporcionado exame de conhecimentos equivalentes aos do último ano do ensino primário.
>
> § 2º Haverá concurso, sempre que o número de candidatos for superior ao número de vagas existentes no estabelecimento.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o ensino médio envolveu dois ciclos - o ginasial

e o colegial, abrangidos, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de docentes para o ensino primário e pré-primário. Os cursos técnicos de grau médio eram três: industrial, agrícola e comercial. O ingresso continuou com a dependência de exame de admissão, que demonstrasse satisfatória educação primária, de estudantes com onze anos completos ou a completar no curso do ano letivo (Brasil, 1961).

Em virtude da qualidade de formação ofertada, as Escolas Técnicas Federais passaram a atender demandas de grandes empresas privadas ou estatais, nas décadas de 1960-1970. Neste período, os Governos Militares usaram a Educação Profissional para atender às ideologias e demandas do mercado. (SCHENKEL, 2012).

Após a redemocratização do país, já na década de 1980, a educação foi assegurada como um direito pela Constituição Federal de 1988, conforme segue no capítulo 3: da educação, da cultura e do desporto, seção 1:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988).

Entretanto, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, outros movimentos iniciaram por mudanças na educação. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) chamam a atenção para a postura do governo de Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, na direção de processos de desregulamentação, flexibilização e privatização da educação.

Depois, em 1994, a Lei Nº 8.948/1994, permitiu a transformação de Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, com a finalidade de, além de ofertar ensino profissionalizante, inclusive em nível superior, realizar pesquisas e desenvolvimento tecnológico

para criação de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor, Nº. 9.394, de 20 de dezembro, tratou da educação profissional em um capítulo próprio. Como esta legislação já recebeu inúmeras alterações, é suficiente enfatizar um dos princípios base do ensino ministrado: a dupla igualdade, para o acesso e permanência na escola, prevista no seu artigo 3º (Brasil, 1996).

A Lei Nº 9.394/96, que normatiza a educação nacional atualmente, pode ser considerada um marco, pela forma global como trata a autonomia institucional e pela flexibilidade que confere ao sistema e às instituições de ensino. No que se refere à educação profissional, a versão original da LDB normatizou a educação profissional como um capítulo à parte da educação básica.

O Decreto Nº 2.208/97, que regulamentava a oferta da educação profissional, impossibilitou, juridicamente, a oferta de educação profissional integrada à educação básica. A educação profissional nesse período ocorria apenas por meio de cursos de formação básica voltados à formação de trabalhadores, cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao ensino médio e cursos superiores de tecnologia.

A partir de 2004, por meio das lutas das organizações de trabalhadores e entidades acadêmicas, o Decreto Nº 5.154/2004 revoga o anterior e retoma a possibilidade jurídica da integração entre a educação profissional e a educação básica, com destaque para a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia.

O novo Decreto Nº 5.154/2004 amplia as possibilidades de oferta da educação profissional, ao normatizar diferentes cursos e programas

formativos que se integram a diferentes níveis de escolaridade, desde a educação básica à educação superior. A partir disso, a educação profissional pode ser desenvolvida por meio dos seguintes cursos e programas: qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores – cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); educação profissional técnica de nível médio, por meio de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos concomitantes e cursos técnicos subsequentes ao ensino médio; e cursos de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

A partir dessas possibilidades de cursos e programas, as instituições de educação profissional poderão verticalizar a oferta, de forma a constituir diferentes itinerários formativos que abrangem desde cursos FIC à pós-graduação nos diferentes eixos tecnológicos. De acordo com o mesmo Decreto, Art.3º, § 1º, "considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos" (BRASIL, 2004).

No contexto dessa nova concepção e forma de oferta da educação profissional foram criados os Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A partir da Lei Nº 11.892/2008, são definidas novas mudanças no perfil institucional, e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia passam a ter objetivos norteadores bem mais abrangentes e complexos.

Como observado, ao longo de sua história, o ensino profissional público federal, no Brasil, tem buscado objetivos diferentes, desde a formação profissional dos desfavorecidos da fortuna até a formação superior em nível de pós-graduação, cujos pré-requisitos variaram entre a não consideração de escolaridade anterior; provas de saúde e aptidão física; até a aprovação em exames de admissão.

Nos Institutos Federais, atualmente, a igualdade de condições para o acesso à escola deve ser cumprida, assim como a comprovação, pelos ingressantes, de determinadas escolaridades, de acordo com a modalidade do curso pretendido: Integrados, Concomitantes ou Subsequentes ao Ensino Médio, garantidas as vagas reservadas para estudantes de escolas públicas.

1.3 O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - IFC

O IFC foi criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

A trajetória formativa do IFC se integra às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais/regionais com cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, graduação e pós-graduação – lato e stricto sensu.

O IFC possui atualmente 15 campi, distribuídos nos municípios de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria instalada no município de Blumenau, conforme ilustrado na Figura: Mapa de abrangência institucional.

Figura 8: Mapa de abrangência institucional

Fonte: IFC (2023).

A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã.

Consoante tal concepção, o processo de gestão democrática se consolida no IFC por meio da prática da gestão institucional integrada, materializada por via da participação representativa junto ao Conselho Superior, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, aos órgãos colegiados, núcleos, comitês e às comissões específicas.

O acompanhamento aos estudantes, no IFC, é fomentado pela Política de Atendimento aos Discentes, com estratégias para acesso,

permanência e êxito na aprendizagem. São desenvolvidos programas e ações diretamente nos campi, por equipe multiprofissional composta por docentes e profissionais das áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Medicina, entre outras. Inúmeras atividades e programas compõem a Política de Atendimento aos Discentes, ofertados conforme particularidades dos campi: a) Programa de Assistência Estudantil (PAE); b) Moradia Estudantil; c) Auxílio financeiro como incentivo à participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva; d) Alimentação Escolar; e) Cultura, Esporte e Lazer; f) Organização e Movimentos Estudantis; g) Inclusão e Diversidade; h) Atendimento Educacional Especializado; i) Permanência e Êxito. O IFC, em consonância com a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, reconhece a importância do desenvolvimento de seus servidores como requisito para cumprir a missão relacionada à transformação do cenário regional em benefício da sociedade. Tal reconhecimento sugere não apenas a relevância de um Plano de Desenvolvimento de Pessoal, mas também o estabelecimento da capacitação como uma meta prioritária de gestão. Ainda no que diz respeito aos servidores, o IFC conta com o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), que tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo.

A missão do IFC encontrada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023, constitui um ponto de partida para a avaliação da responsabilidade que a instituição tem para com a sociedade.

Ela é um esforço coletivo para sintetizar em uma expressão o que a sociedade espera como resultado dessa instituição de ensino. A seguir, é possível observar o histórico do IFC, em forma de linha do tempo, com destaque aos principais eventos que marcaram o desenvolvimento da instituição ao longo dos anos.

Figura 9: Linha do Tempo: criação dos campi do IFC

Fonte: CECOM (2023).

1.3.1 Histórico dos Campi

Campus Avançado Abelardo Luz

O Campus Avançado Abelardo Luz está localizado na Estrada Geral, Assentamento José Maria, s/nº, no município de Abelardo Luz/SC, na região Oeste Catarinense. A implantação desta unidade, foi pauta de audiência pública realizada em agosto de 2011. Ali iniciaram as tratativas para implantação de mais uma unidade do IFC, com olhar especial para a concentração de assentamentos da reforma agrária no Município de Abelardo Luz. Historicamente, esta unidade iniciou as atividades em 2013, inicialmente implementado como Polo de Abelardo Luz vinculado ao Campus Concórdia. No ano de 2015, por meio da Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015, passou a ser denominado "Campus Avançado Abelardo Luz", vinculando-se diretamente à Reitoria do IFC, em Blumenau. A partir do ano de 2018, o Campus Avançado Abelardo Luz voltou a ter vínculo pedagógico e administrativo com o Campus Concórdia.

Além de estar em área de concentração de assentamentos da reforma agrária, o Município de Abelardo Luz possui ainda duas áreas indígenas, fazendo parte do Território da Cidadania. Está localizado em faixa de fronteira com o Estado do Paraná e faz parte da mesorregião do Oeste Catarinense. Assim, pela abrangência, justifica-se a pertinente necessidade de um Curso Técnico em Agropecuária, oferecido pelo IFC, que atenda essa população.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Avançado Abelardo Luz é "IF Campus Avançado – 20/13". A unidade organiza a oferta de educação profissional voltada para as áreas de Recursos Naturais e de Formação de Docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Araquari

O Campus Araquari está localizado na Rodovia BR 280 - Km 27, no município de Araquari/SC, região Norte Catarinense.

O Campus Araquari é uma das instituições pioneiras no ensino agrícola em Santa Catarina, e sua história tem início a partir de um acordo entre o estado de Santa Catarina e o Governo Federal, com sua publicação no Diário Oficial da União nº 63, em 18 de março de 1954, o qual criou a "Escola de Iniciação Agrícola de Araquari". Até 1959, a escola esteve em construção. Este ano de 1959 marcou o começo das atividades do curso de Iniciação Agrícola, que contou em sua primeira turma com 20 alunos e passou a ser denominada "Escola de Iniciação Agrícola Senador Gomes de Oliveira". No ano de 1968, a escola passou a ser vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Desse modo, integrou-se ao sistema federal de ensino, oferecendo a formação para técnicos agrícolas e estudantes que ingressavam no Segundo Grau. Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a unidade passou a ser denominada Campus Araquari.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Araquari é "IF Campus - 90/70 Agrícola". Deste modo, o campus organiza a oferta de educação profissional, desde a qualificação profissional até a pós-graduação, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Infraestrutura e de Formação de docentes.

Campus Blumenau

O Campus Blumenau está localizado na Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81, no município de Blumenau/SC, região do Vale do Itajaí.

O Campus Blumenau é resultado do plano de expansão do Ensino Tecnológico no Brasil. Em novembro de 2010, iniciou-se o processo de compra do imóvel da então empresa Bernauer, localizada às margens da BR-470, no bairro Badenfurt. Com o prédio ainda em reforma, para o primeiro curso ofertado, em fevereiro de 2012, foi preciso que alunos, docentes e técnicos administrativos usassem três salas de uma paróquia, cedidas pela comunidade do Badenfurt. Ainda durante as reformas, em agosto de 2013, iniciaram-se as aulas da primeira turma do curso superior. Em julho de 2014, após o término das obras, ocorreu a solenidade de inauguração oficial, com o descerramento da placa inaugural.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Blumenau é "IF Campus – 70/45". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação e Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Brusque

O Campus Brusque está localizado na Avenida Hugo Schlosser, nº 605, Bairro Jardim Maluche, no município de Brusque/SC, na região do Vale do Itajaí.

Em 2011, a Prefeitura de Brusque doou ao IFC um terreno com área de 20 mil m², localizado no bairro Jardim Maluche, para a implantação de um campus no município. Em janeiro de 2012, começaram as obras

no local. Em outubro de 2013, o Ministério da Educação autorizou o funcionamento do Campus Brusque, que começou a ofertar cursos na modalidade Pronatec, numa sede alugada, em parceria com a Gerência Estadual de Educação (GEREI) de Brusque. Em 2017, iniciaram-se as aulas dos cursos regulares em um prédio provisório, porém maior que o anterior, que foi alugado pela instituição. Em abril de 2018, o Campus Brusque mudou-se para sua sede permanente, um prédio novo e adequado aos propósitos do ensino de qualidade. Com ótima localização, o IFC Campus Brusque ganha nova visibilidade no município e amplia a concorrência de novas turmas para os anos seguintes.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Brusque é "IF Campus – 70/45". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Produção Alimentícia e Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Camboriú

O Campus Camboriú está localizado na Rua Joaquim Garcia, s/nº, no município de Camboriú/SC, região do Vale do Itajaí. O Campus Camboriú, até final de 2008, era denominado Colégio Agrícola de Camboriú – CAC. Foi fundado em 08 de abril de 1953, após um acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado de Santa Catarina. Em 1962, foi dado início às atividades pedagógicas, momento em que a instituição oferecia o Curso Ginasial Agrícola.

Primeiramente, a escola ficou sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura. A parte didático-pedagógica,

por sua vez, passou a estar vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação (MEC). O Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transferiu a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estando diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau Profissionalizante. No final de 2008, com o advento da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Agrícola de Camboriú (CAC) transformou-se num campus do IFC.

Com a mudança surgiu o crescimento vertical do ensino. Hoje, com mais de 2.500 alunos, e 240 servidores e 50 terceirizados, o IFC Campus Camboriú oferece:

- Cursos de qualificação profissional;
- Dois cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT);
- Quatro cursos de nível Técnico integrado ao Ensino Médio;
- Quatro cursos Subsequentes ao Ensino Médio;
- Seis graduações;
- Duas pós-graduações lato sensu;
- E um Mestrado em Educação.

O IFC - Campus Camboriú também avançou na questão do Ensino a Distância (EaD) e hoje possui dois cursos nesta modalidade: o Técnico subsequente em Defesa Civil e a graduação em Tecnologia em Sistemas para Internet.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia

atribuída ao Campus Camboriú é "IF Campus - 90/70 Agrícola" (Portaria nº 713, da Setec). A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Segurança, Ambiente e Saúde, Formação de docentes, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Gestão e Negócios, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Concórdia

O Campus Concórdia está localizado na Rodovia SC 283, Km 17, no município de Concórdia/SC, na região Oeste Catarinense.

Suas atividades pedagógicas tiveram início em março de 1965, com o Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Passou de Ginásio Agrícola para Colégio Agrícola, em 12 de maio de 1972, a partir do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 4 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformada em autarquia federal pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do Anexo I, do Decreto nº 2.147, de 14 de fevereiro de 1997, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Por fim, mediante a Lei nº 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se Campus Concórdia.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Concórdia é "IF Campus - 90/70 Agrícola". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Produção

Alimentícia, Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Fraiburgo

O Campus Fraiburgo está localizado na Rua Cruz e Souza, nº 100, Centro, no município de Fraiburgo/SC, na região Oeste Catarinense.

O Campus Fraiburgo está localizado no centro no município. O prédio que sedia o campus foi construído nos anos 60 e abrigou a escola Sedes Sapientiae (Sede da Sabedoria). Na primeira década do século XXI, o edifício abrigou o Centro Educacional Profissional de Fraiburgo (CEPROF). Com a federalização do CEPROF, foi possível retomar e ampliar a oferta de cursos. Em 2008, com a publicação da Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais. Em 2010, a unidade Videira, que funcionava como extensão de Concórdia, recebeu status de campus. Em 2012, como extensão do Campus Videira, foi criado o Campus Avançado de Fraiburgo, que iniciou as atividades pedagógicas em 1º de agosto de 2012. Em 23 de abril de 2013, a unidade foi denominada Campus Fraiburgo.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Fraiburgo é “IF Campus - 70/45”. A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Informação e Comunicação, Segurança, Gestão e Negócios, Infraestrutura, Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Ibirama

O Campus Ibirama está localizado no município de Ibirama/SC, na região do Vale do Itajaí - Rua Dr. Getúlio Vargas, nº 3006, bairro Bela Vista. Foi instalado em 1º de fevereiro de 2010, na antiga Escola Hamônia, e iniciou suas atividades de ensino no segundo semestre deste mesmo ano. Esteve vinculado ao Campus Rio do Sul e posterior à Reitoria do IFC até 23 de abril de 2013, quando recebeu oficialmente sua autonomia por meio da Portaria 330/MEC.

A unidade organiza a oferta de educação profissional voltada para as áreas de Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Produção Industrial, Produção Cultural e Design e Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação. Atendendo diferentes segmentos da comunidade que circunvizinham a instituição, como os municípios de Ascurra, Apiúna, Lontras, Presidente Getúlio, Dona Emma, Vitor Meireles, José Boiteux e Witmarsun.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Ibirama é "IF Campus - 70/45". No ano de 2023 contamos com 56 servidores, dentre eles 22 técnicos administrativos e 34 docentes.

Campus Luzerna

O Campus Luzerna está localizado na Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, no município de Luzerna/SC, na região Oeste Catarinense.

As instalações físicas e a infraestrutura que hoje constituem o Campus Luzerna foram fundadas em 1999 para abrigar a Escola Técnica Vale do Rio do Peixe (ETVARPE), instituição que, até 2008, ofereceu cursos

técnicos e profissionalizantes para estudantes de Luzerna e região. Em 2010, ocorreu a federalização da ETVARPE, que passou a integrar o IFC. Em julho de 2012, Luzerna deixa de ser ligada administrativamente ao Campus Videira e se torna Campus Luzerna.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Luzerna é "IF Campus - 70/45". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controles e Processos Industriais, Segurança, Informação e Comunicação e Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Rio do Sul

A sede do Campus Rio do Sul está localizada na Estrada do Redentor, nº 5665, no município de Rio do Sul/SC. O campus possui ainda outras duas unidades: Unidade Urbana, localizada na Rua Abraham Lincoln, nº 210, no bairro Jardim América, e Unidade Tecnológica, localizada na Rua Mafalda Lingner Porto, nº 93, no bairro Progresso, na região do Vale do Itajaí.

O IFC - Campus Rio do Sul, antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, tem sua origem intimamente ligada a problemas econômicos e sociais percebidos a partir da década de 70 na região do Alto Vale Catarinense. Após um estudo da situação da agricultura regional, houve uma mobilização política pró-criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

Em 1986, após quinze anos de mobilização, o projeto foi oficializado. Em 30 de junho de 1993, pela Lei Federal nº 8.670, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, e as atividades letivas de 2º grau

(ensino técnico em nível médio) iniciaram no dia 05 de junho de 1995. A partir da lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008), a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul se tornou Campus Rio do Sul. Além da unidade sede, para melhor atender às demandas e estar mais próximo do público, o Campus Rio do Sul possui uma unidade urbana, localizada na região central de Rio do Sul. A partir do ano de 2017, por meio da Lei Estadual 17/415/2017, o Campus Rio do Sul recebe do Governo do Estado de SC a cessão de uso, por 20 anos, do antigo CEDUP (Centro de Educação Profissional), contendo um edifício escolar com 3.000 m² de área construída, equipado, bem como o terreno de 10.000 m², permitindo a oferta de cursos na área industrial e oportunizando a expansão de novos cursos nessas áreas.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Rio do Sul é "IF Campus – 90/70 Agrícola". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Controles e Processos Industriais, Infraestrutura, Segurança, Produção Industrial e Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus São Francisco do Sul

O Campus São Francisco do Sul está localizado na Rodovia Duque de Caxias, km 6, no município de São Francisco do Sul/SC, na região Norte Catarinense.

O Campus São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado pela Resolução Ad Referendum nº 6/2011, do Conselho Superior, em 28/02/2011. Iniciou como campus avançado, vinculado administrativamente ao Campus Araquari, e ganhou autonomia em 23

de abril de 2013, com a Portaria MEC nº 330/2013. As atividades de ensino, no entanto, tiveram início em março de 2010, com o Curso Técnico em Informática para Internet, na modalidade subsequente, realizado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira, no bairro Reta. No início de 2012, a Prefeitura Municipal efetivou a doação de um terreno de 40.128 m², no Km 6 da Rodovia Duque de Caxias, no bairro Iperoba. As obras iniciaram ainda em 2012, e o término da construção se deu em 2014. Assim, desde fevereiro de 2015, o campus conta com uma sede própria.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus São Francisco do Sul é "IF Campus - 70/45". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controle e Processos Industriais, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Gestão e Negócios e Engenharias, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Santa Rosa do Sul

O Campus Santa Rosa do Sul está localizado à Rua das Rosas, s/nº, Bairro Vila Nova, no município de Santa Rosa do Sul, Santa Catarina, na região do Extremo Sul Catarinense.

O Campus Santa Rosa do Sul, originalmente denominado Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS), ligada à Escola Técnica Federal de Santa Catarina, foi inaugurado em 5 de abril de 1993 por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Em 16 de novembro do mesmo ano, a Escola foi transformada em autarquia federal pela Lei nº 8.731, entrando em funcionamento a partir de 28 de março de 1994. Em dezembro de

2008, por meio da Lei nº 11.892, a Escola Agrotécnica passou a compor o IFC, sendo denominada, a partir de então, Campus Sombrio.

Em 10 de junho de 2014, por meio da Portaria nº 505, do Ministério da Educação, o nome do Campus foi alterado para Santa Rosa do Sul, adequando-se ao nome do município no qual está sediado, sendo que a extensão do Campus construída no Bairro Januária, no município de Sombrio, passou a ter status de campus avançado, sendo denominada Campus Avançado Sombrio.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Santa Rosa do Sul é "IF Campus – 90/70 Agrícola".

Deste modo, o campus organiza a oferta de educação profissional, voltada para o eixo temático recursos naturais e área do conhecimento ciências agrárias e formação de docentes, da qualificação profissional, incluindo ensino médio integrado, até a pós-graduação.

Campus São Bento do Sul

O Campus São Bento do Sul está localizado na Rua Paulo Chapiewski, nº 931, no bairro Centenário, no município de São Bento do Sul/SC, região Norte Catarinense.

O Campus São Bento do Sul nasceu em 2012, fruto da união de esforços realizados pelo poder público, comunidade e por diversas entidades organizadas da região, através da cessão de um terreno, com área de 42.547,18 m², dentro do ambiente do Parque Científico e Tecnológico de São Bento do Sul, localizado no bairro Centenário. Desta forma, em 2014, foram iniciadas as obras do campus. Em 2016, com o fim das obras, obteve-se a autorização de funcionamento por meio

da Portaria nº 378, de 09/05/2016/MEC, publicada no DOU de 10/05/2016, iniciando as atividades no segundo semestre de 2016.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus São Bento do Sul é "IF Campus - 70/45". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Segurança e Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Avançado Sombrio

O Campus Avançado Sombrio está localizado na Av. Prefeito Francisco Lummertz Jr, nº 930, no município de Sombrio/SC, região Sul Catarinense.

Em 05 de abril de 1993, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em autarquia federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº 8.731, e entrado em funcionamento em 28 de março de 1994. Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Sombrio. Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do campus fica localizada no município de Santa Rosa do Sul, que foi emancipado após a criação da escola. Em meados de 2008, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada, inicialmente, Núcleo Avançado de Sombrio e, posteriormente, Unidade Urbana de Sombrio.

A partir da expansão da Rede Federal, por meio da Portaria nº 505/2014 do Ministério da Educação, o referido campus passou a ser denominado Campus Avançado Sombrio (conf. Portaria/MEC 1.074/2014).

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Avançado Sombrio é "IF Campus Avançado – 20/13". A unidade organiza a oferta de educação profissional, voltada para as áreas de Informação e Comunicação, Turismo, Hospitalidade e Lazer e de Formação de docentes, desde a qualificação profissional até a pós-graduação.

Campus Videira

O Campus Videira está localizado na Rodovia SC 135, Km 125, bairro Campo Experimental, no município de Videira/SC, na região Oeste Catarinense. A história do IFC - Campus Videira está ligada à antiga Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC). Em 2006, o município de Videira passou a ofertar o curso técnico em Agropecuária, viabilizado por meio de convênio entre a EAFC e a Prefeitura Municipal de Videira, que cedeu o apoio administrativo, o corpo docente e a destinação do espaço físico da Escola de Educação Básica Criança do Futuro (CAIC) para realização das aulas.

Com vistas à ampliação e à construção de um espaço próprio, a EAFC recebeu por cessão de uso um terreno da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com área total de 235.989,5 m². A partir da publicação da Lei nº 11.892/2008, as então Escolas Agrotécnicas e os Colégios Agrícolas passaram a ser campi do IFC.

Com a criação dos Institutos Federais, a unidade que funcionava em Videira, como extensão da EAFC, foi elevada à condição de campus

do IFC, passando a ter autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. As obras do Campus Videira tiveram início em 05 de maio de 2008, e a unidade foi inaugurada em 01 de fevereiro de 2010, com o início das aulas em 26 de abril do mesmo ano.

De acordo com o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, a tipologia atribuída ao Campus Videira é "IF Campus – 70/60 Agrícola". Deste modo, o campus organiza a oferta de educação profissional, voltado para os eixos tecnológicos de Recursos Naturais, Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Gestão e Negócios, Segurança, além de Formação de docentes, qualificação profissional e pós-graduação.

Centro de Formação de Treinador e Instrutor de Cães-Guia e Inclusão

O Projeto Cães-guia nasceu em 2010, como uma ação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFC – Campus Camboriú, recebendo o apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD/SDH).

Posteriormente incorporado no Programa "Viver sem Limite", lançado em 2011, pelo Governo Federal, a partir daí passou a se chamar Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia (CFTICG), sendo pioneiro na área e o primeiro da rede federal do Brasil a ofertar a formação profissional de Treinador e Instrutor de Cães-guia, concomitante com o treinamento de cães-guia e entrega destes, enquanto tecnologia assistiva, aos deficientes visuais da região sul do Brasil.

Em 2018 passou a ter atuação mais ampla na Inclusão social, incorporando a palavra Inclusão, tanto no nome como nas ações e passou a se chamar Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia e Inclusão (CFTICGI), se tornando referência nacional na área.

1.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O IFC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, cujos cursos ofertados atendem diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

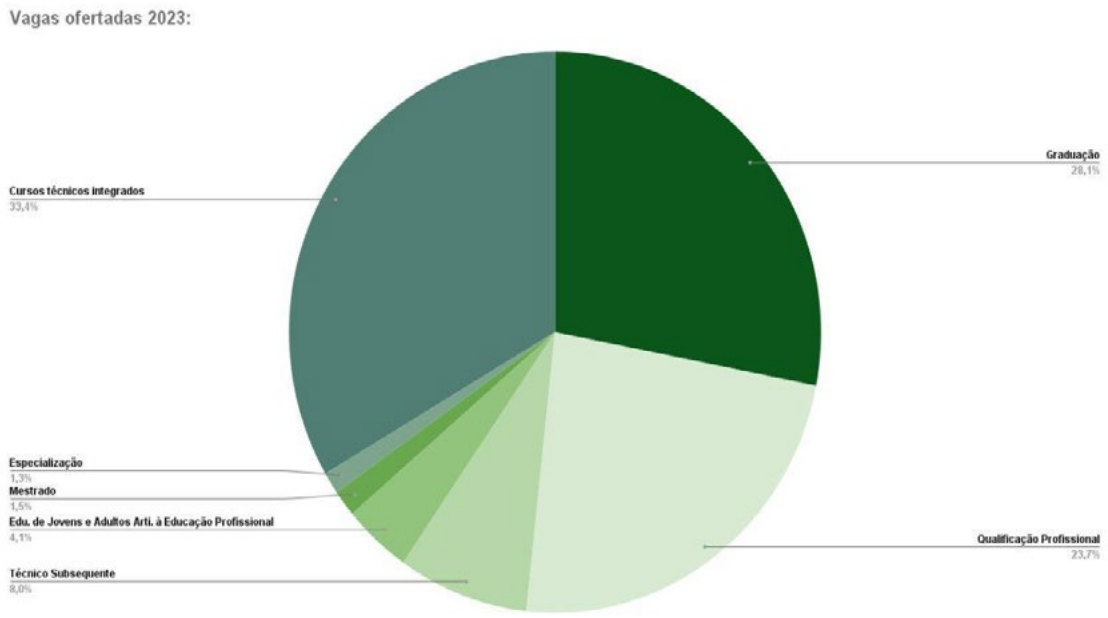
A atuação acadêmica de todos os Institutos Federais está baseada nos artigos 7 e 8 da Lei nº 11.892/2008, que apresentam os seguintes objetivos:

> I - Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
>
> II - Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
>
> III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
>
> IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

> V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
>
> VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
>
> e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (Brasil, 2008).

Com a implementação de ações em favor da melhoria da educação, expressas por meio do Acordo de Metas, o IFC busca atender ao compromisso de oferecimento de vagas para cursos técnicos – pelo menos 50%; de manutenção das vagas de formação de docentes e licenciaturas – pelo menos 20%; de oferta de vagas para Proeja, FIC, entre outros. Isso tudo tendo como perspectiva promover a inclusão e atender a demanda regional, bem como o disposto na Lei nº 11.892/2008.

Figura 10: Vagas ofertadas em 2023



Fonte: Relatório de gestão 2022 e dados de Ingresso 2023 (2023)

1.5 INSERÇÃO REGIONAL

Os Institutos Federais fazem parte de uma política de expansão e interiorização da Rede Federal pelo país. A interiorização visa atender regiões distantes dos grandes centros urbanos. O IFC, assim como todos os Institutos Federais, ao instalar-se numa localidade, é chamado a conhecer as características regionais, a fim de que estabeleça a relação entre o local e o global num movimento de interação entre o poder público e a sociedade, comprometido com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

No estado de Santa Catarina, encontram-se instalados dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Santa Catarina, que englobou o antigo CEFET de Santa Catarina; e o IFC, com sede em Blumenau/SC,

criados pela Lei nº 11.892/08. Este iniciou suas atividades reunindo as antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, vinculados à UFSC.

Os campi do IFC estão distribuídos pelo estado de Santa Catarina. O território é dividido regionalmente em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, de modo a subsidiar o planejamento e a gestão de políticas públicas, bem como para divulgação de dados estatísticos e geocientíficos.

O IFC está presente em 12 das 24 regiões imediatas e em 5 das 7 regiões intermediárias de SC.

Quadro 1: Distribuição geográfica

Unidade IFC: Reitoria **Existência:** -- **Município:** Blumenau **Região geográfica imediata:** Blumenau **Região geográfica intermediária:** Blumenau
Unidade IFC: Araquari **Existência:** Pré-expansão **Município:** Araquari **Região geográfica imediata:** Joinville **Região geográfica intermediária:** Joinville
Unidade IFC: Abelardo Luz **Existência:** Expansão 2013/2014 **Município:** Abelardo Luz **Região geográfica imediata:** Xanxerê **Região geográfica intermediária:** Chapecó
Unidade IFC: Blumenau **Existência:** Expansão 2011/2012 **Município:** Blumenau **Região geográfica imediata:** Blumenau **Região geográfica intermediária:** Blumenau
Unidade IFC: Brusque **Existência:** Expansão 2013/2014 **Município:** Brusque **Região geográfica imediata:** Brusque **Região geográfica intermediária:** Blumenau
Unidade IFC: Camboriú **Existência:** Pré-expansão **Município:** Camboriú **Região geográfica imediata:** Itajaí **Região geográfica intermediária:** Blumenau
Unidade IFC: Concórdia **Existência:** Pré-expansão **Município:** Concórdia **Região geográfica imediata:** Concórdia **Região geográfica intermediária:** Chapecó

Unidade IFC: Fraiburgo **Existência:** Expansão 2011/2012 **Município:** Fraiburgo **Região geográfica imediata:** Videira **Região geográfica intermediária:** Caçador
Unidade IFC: Ibirama **Existência:** Expansão 2003/2010 **Município:** Ibirama **Região geográfica imediata:** Ibirama – Presidente Getúlio **Região geográfica intermediária:** Blumenau
Unidade IFC: Luzerna **Existência:** Expansão 2003/2010 **Município:** Luzerna **Região geográfica imediata:** Joaçaba – Herval d'Oeste **Região geográfica intermediária:** Chapecó
Unidade IFC: Rio do Sul **Existência:** Pré-expansão **Município:** Rio do Sul **Região geográfica imediata:** Rio do Sul **Região geográfica intermediária:** Blumenau
Unidade IFC: Santa Rosa do Sul **Existência:** Pré-expansão **Município:** Santa Rosa do Sul **Região geográfica imediata:** Araranguá **Região geográfica intermediária:** Criciúma
Unidade IFC: São Bento do Sul **Existência:** Expansão 2015/2016 **Município:** São Bento do Sul **Região geográfica imediata:** São Bento do Sul - Rio Negrinho **Região geográfica intermediária:** Joinville
Unidade IFC: São Francisco do Sul **Existência:** Expansão 2011/2012 **Município:** São Francisco do Sul **Região geográfica imediata:** Joinville **Região geográfica intermediária:** Joinville
Unidade IFC: Sombrio **Existência:** Expansão 2013/2014 **Município:** Sombrio **Região geográfica imediata:** Araranguá **Região geográfica intermediária:** Criciúma
Unidade IFC: Videira **Existência:** Expansão 2003/2010 **Município:** Videira **Região geográfica imediata:** Videira **Região geográfica intermediária:** Caçador

Fonte: PRODIN (2023).

Devido ao número de campus e sua distribuição geográfica, destaca-se que o IFC possui uma boa cobertura do território catarinense, contribuindo assim para transformar-se em uma instituição de desenvolvimento estadual e seus campi em elos de desenvolvimento regional.

1.6 PREVISÃO DE ABERTURA E ADEQUAÇÃO DE CAMPUS

As diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II estão estabelecidas na Portaria Nº 713, de 8 de setembro de 2021. Esta portaria define parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito da Rede Federal.

Neste ato normativo, o IFC é caracterizado pela tipologia "Reitoria de 10 a 16 campi" e cada um dos seus campi é enquadrado em uma determinada tipologia. Porém, considerando o dimensionamento de alguns destes campi, bem como a realidade local/regional de demandas, pleiteamos junto a SETEC o reenquadramento da tipologia atual. A seguir apresentamos o enquadramento de cada unidade do IFC, bem como a tipologia pleiteada.

Quadro 2: Campus, existência e Tipologia da Unidade - IFC

Unidade: Campus Araquari **Existência:** Pré-expansão **Tipologia:** IF Campus 90/70 Agrícola **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 150/100 Agrícola
Unidade: Campus Avançado Abelardo Luz **Existência:** Expansão 2013/2014 **Tipologia:** IF Campus Avançado 20/13 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 40/26
Unidade: Campus Avançado Sombrio **Existência:** Expansão 2013/2014 **Tipologia:** IF Campus Avançado 20/13 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70//45
Unidade: Campus Blumenau **Existência:** Expansão 2011/2012 **Tipologia:** IF Campus 70/45 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70/45

Unidade: Campus Brusque **Existência:** Expansão 2013/2014 **Tipologia:** IF Campus 70/45 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70/45
Unidade: Campus Camboriú **Existência:** Pré-expansão **Tipologia:** IF Campus 90/70 Agrícola **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 150/100 Agrícola
Unidade: Campus Concórdia **Existência:** Pré-expansão **Tipologia:** IF Campus 90/70 Agrícola **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus – 120/90 Agrícola
Unidade: Campus Fraiburgo **Existência:** Expansão 2011/2012 **Tipologia:** IF Campus 70/45 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70/45
Unidade: Campus Ibirama **Existência:** Expansão 2003/2010 **Tipologia:** IF Campus 70/45 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70/45
Unidade: Campus Luzerna **Existência:** Expansão 2003/2010 **Tipologia:** IF Campus 70/45 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70/45
Unidade: Campus Rio do Sul **Existência:** Pré-expansão **Tipologia:** IF Campus 90/70 Agrícola **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 120/90 Agrícola
Unidade: Campus Santa Rosa do Sul **Existência:** Pré-expansão **Tipologia:** IF Campus 90/70 Agrícola **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 90/70 Agrícola
Unidade: Campus São Bento do Sul **Existência:** Expansão 2015/2016 **Tipologia:** IF Campus 70/45 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70/45
Unidade: Campus São Francisco do Sul **Existência:** Expansão 2011/2012 **Tipologia:** IF Campus 70/45 **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 70/45

Unidade: Campus Videira **Existência:** Expansão 2003/2010 **Tipologia:** IF Campus 70/60 Agrícola **Tipologia Pleiteada (reenquadramento):** IF Campus 90/70 Agrícola
Unidade: Reitoria **Existência:** Reitoria/Direção **Tipologia:** Reitoria de 10 a 16 campi **Tipologia Pleiteada (reenquadramento): -**

Fonte: Portaria Nº 713, de 8 de setembro de 2021, MEC (2023).

Para subsidiar o cronograma de implantação e desenvolvimento institucional, assim como os critérios para criação e extinção de cursos, o IFC vem trabalhando, por meio da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, em um projeto chamado Observatório de dados, cuja a principal ferramenta é o **Farol IFC,** a fim de contribuir com a gestão por meio de informações relevantes a instituição. O objetivo deste projeto é reunir dados técnicos qualitativos e quantitativos significativos que possam identificar o potencial de crescimento dos campi.

Esse tipo de informação busca suprir a carência de referências objetivas na definição de critérios para expansão do instituto, sobretudo num contexto de racionalização financeira pela qual passa a rede federal de ensino.

A expansão de uma instituição é um fenômeno multidimensional, influenciado por diversos fatores com determinada complexidade de mensuração. No IFC não é diferente, seu crescimento materializa demandas regionais, aspectos demográficos, socioeconômicos, aspirações pessoais, tanto de alunos, servidores, comunidade, e é limitado, dentre outros fatores, pela estrutura física, de pessoal e capacidade de gestão. A partir disso, surge o questionamento: quais são os principais fatores que influenciam o potencial de crescimento dos campi do IFC?

Para responder essa pergunta, foram levantados alguns indicadores que compõem um modelo de análise, em desenvolvimento, que é dividido em 6 dimensões conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 11: Potencial de Crescimento dos *Campi*

Fonte: PRODIN (2023).

A seguir, serão apresentados os dados de alguns dos indicadores utilizados para o desenvolvimento do PDI, os quais fazem parte do conjunto de informações que dizem respeito ao potencial de crescimento dos campi.

1.7 FAROL DO IFC

A síntese do Raio X de cada campus pode ser acessada no Observatório de Dados, em específico no Farol do IFC.

Nas tabelas a seguir apresentamos em destaque alguns destes dados, tais como os dados socioeconômicos, o IDH 2022 e a população nos últimos anos de cada município onde o IFC possui campus.

Tabela 1: Distribuição do PIB Municipal por setor econômico

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	PIB Município
Abelardo Luz	301.918	102.801	255.687	91.098	800.447
Araquari	77.670	1.999.686	1.349.097	220.728	5.510.946
Blumenau	103.286	4.064.209	9.235.606	1.812.754	17.783.621
Brusque	5.073	2.065.216	3.012.308	696.375	7.001.785
Camboriú	27.487	259.401	922.512	400.061	1.828.301
Concórdia	295.377	1.001.288	1.779.465	363.351	3.913.064
Fraiburgo	215.760	210.782	438.749	187.018	1.151.367
Ibirama	25.152	108.786	206.872	96.809	486.338
Luzerna	30.264	82.282	68.417	32.918	238.302
Rio do Sul	23.112	699.139	1.652.236	364.645	3.115.478
Santa Rosa do Sul	38.155	9.840	52.889	42.419	152.707
São Bento do Sul	58.687	1.374.859	1.346.920	427.032	3.644.559
São Francisco do Sul	24.363	1.488.665	2.062.915	324.380	4.758.498
Sombrio	134.661	105.823	341.489	144.321	783.607
Videira	221.998	856.707	1.236.577	269.884	2.967.393

Fonte: IBGE (2022).

Tabela 2: IDH 2022 e a população anos 2019-2022

Município	IDH 2022	2019	2020	2021	2022	Crescimento populacional (%)
Abelardo Luz	0,696	17.904	17.960	18.015	17.392	-0.72%
Araquari	0,703	38.129	39.524	40.890	45.108	4.29%
Blumenau	0,806	357.199	361.855	366.418	361.261	- 0.28%
Brusque	0,795	134.723	137.689	140.597	141.385	1.21%
Camboriú	0,726	82.989	85.105	87.179	103.074	5.57%
Concórdia	0,8	74.641	75.167	75.683	81.646	2.27%
Fraiburgo	0,731	36.443	36.584	36.723	33.481	-2.10%
Ibirama	0,737	18.950	19.096	19.238	19.862	1.18%
Luzerna	0,789	5.685	5.684	5.683	5.794	0.48%
Rio do Sul	0,802	71.061	72.006	72.931	72.587	0.53%
Santa Rosa do Sul	0,705	8.358	8.378	8.397	9.792	4.04%
São Bento do Sul	0,782	84.507	85.421	86.317	83.275	-0.37%
São Francisco do Sul	0,762	52.721	53.746	54.751	52.674	-0.02%
Sombrio	0,728	30.374	30.733	31.084	29.991	-0.32%
Videira	0,764	53.065	53.610	54.145	55.466	1.11%

Fonte: Estimativas da População, IBGE (2023).

Em continuidade, dentro do contexto onde os campi do IFC estão inseridos, destacamos a quantidade de alunos concluintes do Ensino Fundamental e concluintes do Ensino médio, com total por Município e por Região Geográfica Imediata. É apresentado também, um quadro com a listagem de Instituições que ofertam EPT e Ensino Superior (presencial) no município.

Tabela 3: Quantidade de alunos no EF e EM do Município e Região imediata

Município: Abelardo Luz	**Alunos 9º ano no município:** 314 **Alunos 9º ano na região imediata:** 1.744 **Alunos Ensino Médio no município:** 176 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 1.290
Município: Araquari	**Alunos 9º ano no município:** 705 **Alunos 9º ano na região imediata:** 13.909 **Alunos Ensino Médio no município:** 868 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 11.436
Município: Blumenau	**Alunos 9º ano no município:** 4.739 **Alunos 9º ano na região imediata:** 8.473 **Alunos Ensino Médio no município:** 3.253 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 6.128
Município: Brusque	**Alunos 9º ano no município:** 1.829 **Alunos 9º ano na região imediata:** 2.930 **Alunos Ensino Médio no município:** 1.391 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 2.145
Município: Camboriú	**Alunos 9º ano no município:** 1.145 **Alunos 9º ano na região imediata:** 11.739 **Alunos Ensino Médio no município:** 936 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 8.694
Município: Concórdia	**Alunos 9º ano no município:** 976 **Alunos 9º ano na região imediata:** 1.805 **Alunos Ensino Médio no município:** 907 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 8.694
Município: Fraiburgo	**Alunos 9º ano no município:** 479 **Alunos 9º ano na região imediata:** 1.676 **Alunos Ensino Médio no município:** 383 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 1.220
Município: Ibirama	**Alunos 9º ano no município:** 255 **Alunos 9º ano na região imediata:** 823 **Alunos Ensino Médio no município:** 210 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 576
Município: Luzerna	**Alunos 9º ano no município:** 91 **Alunos 9º ano na região imediata:** 2.162 **Alunos Ensino Médio no município:** 210 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 1.756

Município: Rio do Sul	**Alunos 9º ano no município:** 936 **Alunos 9º ano na região imediata:** 2.612 **Alunos Ensino Médio no município:** 853 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 2.062
Município: Santa Rosa do Sul	**Alunos 9º ano no município:** 145 **Alunos 9º ano na região imediata:** 2.837 **Alunos Ensino Médio no município:** 224 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 2.358
Município: São Bento do Sul	**Alunos 9º ano no município:** 1.133 **Alunos 9º ano na região imediata:** 1.908 **Alunos Ensino Médio no município:** 902 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 1.485
Município: São Francisco do Sul	**Alunos 9º ano no município:** 824 **Alunos 9º ano na região imediata:** 13.909 **Alunos Ensino Médio no município:** 623 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 11.436
Município: Sombrio	**Alunos 9º ano no município:** 432 **Alunos 9º ano na região imediata:** 2.837 **Alunos Ensino Médio no município:** 466 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 2.358
Município: Videira	**Alunos 9º ano no município:** 681 **Alunos 9º ano na região imediata:** 1.676 **Alunos Ensino Médio no município:** 499 **Alunos Ensino Médio na região mediata:** 1.220

Fonte: Farol, 2023.

A seguir, o quadro: "Lista de instituições de ensino superior com atuação no município" apresenta a listagem de instituições de ensino superior (presencial) com atuação nos municípios onde se encontram instalados os campi do IFC.

Quadro 3: Lista de instituições por município com atuação em EPT e Ensino Superior (presencial)

Município	Instituições de EPT	Instituições de Ensino Superior
Abelardo Luz	Não foram encontradas instituições de EPT no município.	Não foram encontradas instituições de ensino superior no município.
Araquari	Instituto Tecnológico Assessoritec	Não foram encontradas instituições de ensino superior no município.
Blumenau	Senai SC - Blumenau Núcleo de Estudo Sistêmico Instituto Tecnológico Assessoritec Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau EEB Pedro II CEDUP Hermann Hering	Furb UFSC Faculdade Senac - Senac Faculdade - INPG Faculdade Politécnica - ÉPICA Uniasselvi Unisociesc Centro Universitário SENAI Centro Universitário Dante
Brusque	SENAI SC - Brusque Instituto Tecnológico Assessoritec Centro de Educação Profissional Senac de Brusque	Furb Faculdade São Luis - FSL Uniasselvi Centro Universitário Brusque - Unifebe
Camboriú	EEB Prof. José Arantes Centro Educacional Menna Barreto	Não foram encontradas instituições de ensino superior no município.
Concórdia	EEB PROF Olavo Cecco Rigon Senai SC - Concórdia Faculdade Senac Concórdia	Faculdade Concórdia - FACC Faculdade Pitágoras de Concórdia Faculdade Senac Universidade do Contestado - UNC
Fraiburgo	EEB Vinte e Cinco de Maio SENAI SC - Fraiburgo	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP
Ibirama	Não foram encontradas instituições de EPT no município.	Udesc
Luzerna	SENAI SC - Luzerna	Não foram encontradas instituições de ensino superior no município.

Município	Instituições de EPT	Instituições de Ensino Superior
Rio do Sul	SENAC SENAI SC - Rio do Sul	Centro Universitário Para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI Faculdade Metropolitana de Rio do Sul - FAMESUL Faculdade Norte-Sul - FANS Faculdade Uniavan
Santa Rosa do Sul	Não foram encontradas instituições de EPT no município.	Não foram encontradas instituições de ensino superior no município.
São Bento do Sul	EEM Prof. Roberto Grant SENAI SC - São Bento do Sul Cedup Padre Afonso Robl Senac de São Bento do Sul	Faculdade de Tecnologia Tupy Faculdade Luterana de Teologia Faculdade Sociesc de Educação Universidade da Região de Joinville - Univille Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
São Francisco do Sul	EEB Santa Catarina Senai SC - São Francisco do Sul Instituto Tecnológico Assessoritec	Universidade da Região de Joinville - Univille
Sombrio	EEM Macario Borba	Não foram encontradas instituições de ensino superior no município.
Videira	Senai SC - Videira Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Grupo Educacional Filadelfia	Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc

Fonte: Farol IFC (2023

A utilização de indicadores ganha relevância no planejamento organizacional à medida que as decisões estratégicas passam a ser, cada vez mais, baseadas na razão e respaldadas por números, dados, índices e demais ferramentas de gestão. Nesse contexto, os indicadores fornecem aos gestores informações relevantes e permitem descrever, classificar, ordenar, comparar ou quantificar de maneira sistemática aspectos de uma realidade de modo a atender as necessidades dos tomadores de decisões.

2

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1 GOVERNANÇA E GESTÃO

A governança organizacional se refere a um conjunto de regras, práticas e processos pelos quais uma organização ou entidade é dirigida, administrada e controlada.

Segundo o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), 2020, a governança pública serve para aumentar e preservar o valor que o Estado entrega aos que o mantêm.

No âmbito da administração pública federal, foi o Decreto 9.203/2017, que instituiu a política de governança da administração pública federal, estabelecendo princípios, diretrizes e práticas no tema.

De acordo com o mencionado Decreto a governança pública é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Dentro das organizações a governança e a gestão são duas funções que se relacionam, porém são distintas. Elas desempenham papéis complementares para garantir que a organização alcance seus objetivos de maneira eficaz, eficiente e ética.

Figura 12: Relação entre governança e gestão

Fonte: Referencial básico de governança organizacional, TCU 2020 (2023).

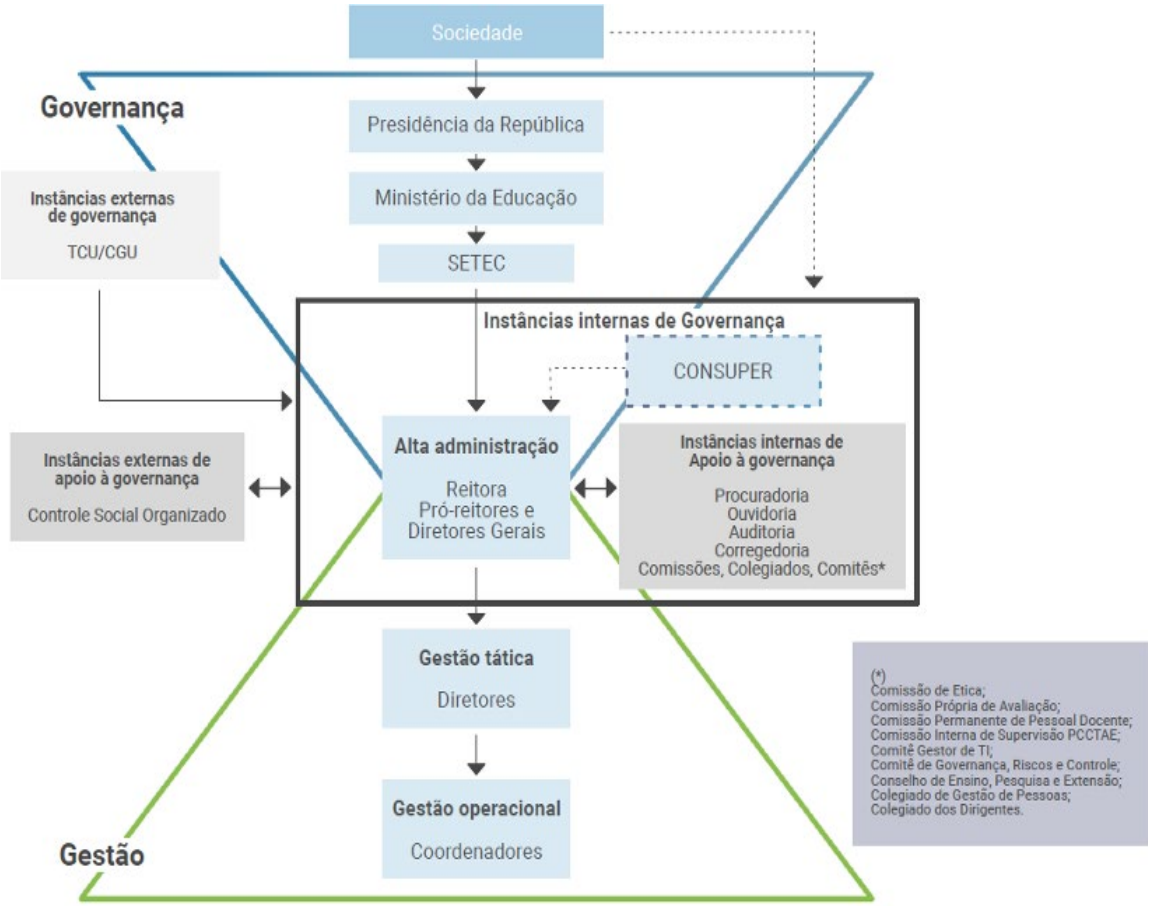
2.1.1 Estrutura de Governança e Gestão

Um modelo de governança é uma estrutura organizacional que representa um conjunto de princípios, políticas, diretrizes e práticas que demonstram a forma como uma organização é gerenciada, supervisionada e controlada. A partir do momento que a organização estabelece o seu modelo de governança, se permite que a organização funcione de maneira eficaz, eficiente, ética e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

O modelo de Governança do IFC segue as diretrizes propostas pelo Referencial Básico de Governança do TCU e ressalta a importância da interação entre as instâncias internas e externas da instituição. Está estruturado de modo que todas as áreas institucionais sejam apoiadas e atendidas adequadamente.

É a partir da nossa estrutura de governança que buscamos trazer segurança e controle sobre as ações institucionais, especialmente quanto ao cumprimento dos requisitos legais.

Figura 13: Modelo de Governança



Fonte: Relatório de Gestão IFC, 2022.

2.1.2 Gestão de Riscos

As diretrizes de governo e as boas práticas de gestão orientam às instituições a estabelecerem uma Política de Gestão de Riscos, por meio de uma metodologia adequada, que permita a identificação de oportunidades e ameaças para o cumprimento da missão organizacional. Esta ferramenta de gestão deve contribuir para melhoria contínua dos controles internos da gestão, aumentando as chances do alcance dos objetivos institucionais.

No IFC a Política de Gestão de Risco foi instituída pela Portaria Normativa 4/2017 (alterada pela Portaria Normativa 9/2018) abrangendo todos os níveis e unidades organizacionais. Em 2019, a Política de Gestão de Riscos do IFC foi aprovada pelo Conselho Superior, tomando forma de Resolução (Resolução Consuper 19/2019).

O gerenciamento de riscos ocorre a partir do mapeamento de processos, o qual foi aprovado no IFC pela Portaria Normativa 22/2022. A metodologia para gerenciamento de riscos constante na Política de Gestão de Riscos do IFC é baseada na metodologia COSO II, que é constituída por um conjunto de práticas sistematizadas e formalizadas, adotadas para gerenciar os riscos.

Figura 14: Etapas do gerenciamento de riscos

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional (2023).

A Gestão de Riscos do IFC possui caráter institucional, onde se constrói a partir do mapeamento de processos, relatórios institucionais que revelarão os principais riscos que poderão afetar o processo avaliado.

O monitoramento da Gestão de Riscos no IFC é publicado anualmente no Relatório de Gestão Institucional.

2.1.3 Programa de Integridade

A integridade é apresentada como um dos princípios da governança pública, conforme consta no Decreto 9.203/2017. No âmbito do IFC, com a aprovação do Conselho Superior em 2019, a instituição passa a contar com um Plano de Integridade. O conceito de integridade pública, segundo a Controladoria-geral da União (CGU), consiste na adoção de um conjunto de medidas, princípios e normas éticas que têm a finalidade de evitar a ocorrência de casos de fraudes e irregularidades dentro de uma instituição.

A responsabilidade da estruturação, execução e monitoramento do Plano de Integridade é atribuição da Unidade de Gestão da Integridade (UGI) da instituição.

Um grande marco para as Unidades de Gestão da Integridade foi o Decreto 10.756[1] publicado no Diário Oficial da União no dia 28/07/2021, onde o governo federal instituiu o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (SIPEF), no âmbito das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O monitoramento do Plano de Integridade do IFC é publicado anualmente no Relatório de Gestão Institucional.

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A administração geral do IFC é exercida pela Reitoria, como Órgão executivo superior do IFC, cabendo-lhe a administração, a coordenação, o planejamento e a supervisão de todas as atividades da autarquia, amparada pelas deliberações do Consuper e assessorado pelo Colégio de Dirigentes (CODIR).

1 Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.756-de-27-de-julho-de-2021-334837774

A estrutura organizacional básica do IFC tem a seguinte composição:

I. Órgãos Superiores da Administração:

- Conselho Superior (CONSUPER), de caráter consultivo e deliberativo;
- Colégio de Dirigentes (CODIR), de caráter consultivo.

II. Órgãos Executivos:

- Reitoria, composta por Gabinete, Ouvidoria, Coordenação-Geral de Comunicação (CECOM), Corregedoria (CORREG) e Assessoria de Relações Internacionais;

Pró-Reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino (PROEN);
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI);
- Pró-Reitoria de Extensão (PROEX);
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);
- Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

III. Unidade de Auditoria Interna (Unai).

IV. Procuradoria Federal.

V. Órgãos de Assessoramento:

- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE (CIS);
- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe);
- Colegiado de Gestão de Pessoas (Cogepe);
- Comitê de Governança, Riscos e Controles;
- Comitê de Segurança da Informação;
- Comitê de Proteção de Dados Pessoais;
- Unidade de Gestão da Integridade.

VI. Campus:

- Diretorias-Gerais;
- Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações;
- Órgãos de assessoria dos *campi* (Conselho de *Campus*);
- *Campi* Avançados:
- Diretor(a) do *campus*;
- Coordenações-Gerais e Coordenações.

VII. Órgãos Complementares:

- Comitê de Ética no Uso de Animais (CEUA);
- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH);
- Editora IFC;
- Núcleo de Gestão Ambiental (NGA);
- Conselho de Inclusão e Diversidade

- Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
- Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas;
- Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade;
- Fórum de Tecnologia da Informação (FTI);
- Centro de Línguas (CLIFC);
- Núcleo Bilíngue Libras/LP – NuBi.

VIII. Comissão de Ética.

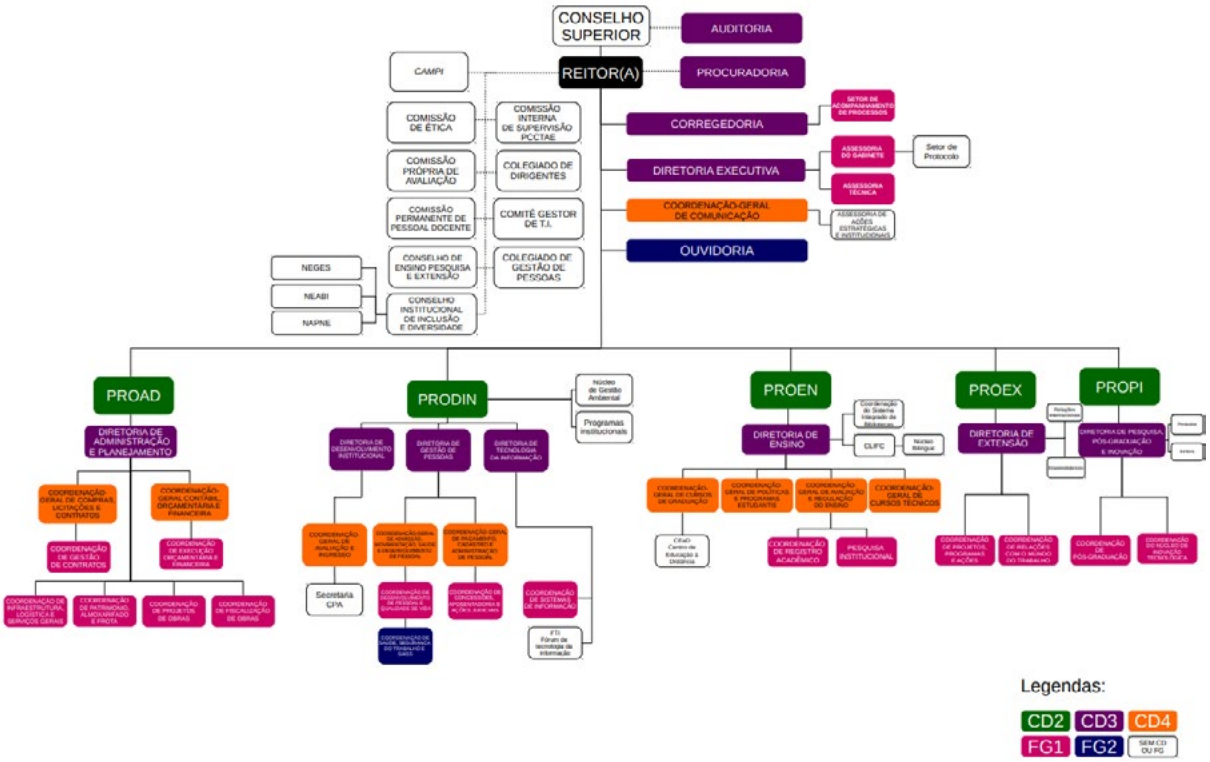
2.2.1 Reitoria

A Reitoria é o órgão executivo do IFC, cabendo-lhe a administração, a coordenação, o planejamento e a supervisão de todas as atividades da autarquia, observadas as diretrizes traçadas pelo planejamento estratégico, pelo Conselho Superior da instituição e, ainda, as hipóteses de delegação de competência.

O IFC será dirigido por um(a) reitor(a), escolhido(a) em processo eletivo pelos(as) servidores(as) do quadro ativo permanente (servidores docentes e servidores técnico-administrativos) e pelos(as) estudantes regularmente matriculados, nomeado(a) na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

A figura a seguir apresenta o Organograma da Reitoria do IFC.

Figura 15: Organograma do IFC



Fonte: IFC (2023)

O Organograma da Reitoria do IFC segue o modelo de dimensionamento de cargos e funções estabelecido pela Portaria 713 MEC/SETEC. O documento encontra-se **disponível aqui**.

2.3 DOS CAMPI DO IFC

Os campi do IFC são administrados por diretores(as)-gerais nomeados(as) de acordo com o que determina a legislação vigente, tendo seu funcionamento estabelecido em Regimento Interno aprovado pelo Consuper.

Ainda ao normatizar o funcionamento dos campi de forma mais clara e estruturada, por meio da RESOLUÇÃO Nº 1/2021 - CONSUPER, aperfeiçoamos a organização e eficiência das atividades acadêmicas e administrativas da instituição. Além disso, a resolução traz maior transparência nas diretrizes e responsabilidades de cada campus, permitindo uma gestão mais eficaz e facilitando a comunicação interna e externa. Em suma, essa iniciativa fortalece a base administrativa do IFC, promovendo um ambiente mais propício ao desenvolvimento educacional e institucional.

Quanto ao organograma dos campi, estes estão normatizados de acordo com sua tipologia por meio da Portaria Normativa 019/2019 ASSEG/GABI/IFC.

2.4 ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os Órgãos colegiados do IFC, cujas composições e competências estão definidas no Estatuto e que também deverão possuir regimentos próprios, são:

- Conselho Superior (CONSUPER);
- Colégio de Dirigentes (CODIR);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- Colegiado de Gestão de Pessoas (COGEPE);
- Conselho de *Campus* (CONCAMPUS).

2.4.1 Conselho Superior (Consuper)

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFC e tem a seguinte composição:

I. O(a) reitor(a), como presidente;

II. Representação de 2/3 (dois terços) do número de *campi*, destinada aos(às) servidores(as) docentes, sendo o mínimo de 02 (dois/duas) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

III. Representação de 2/3 (dois terços) do número de *campi*, destinada ao corpo discente, composta por, no mínimo, 02 (dois/duas) e, no máximo, 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

IV. Representação de 2/3 (dois terços) do número de *campi*, destinada aos(às) servidores(as) técnico-administrativos(as), composta por, no mínimo, 02 (dois/duas) e, no máximo, 05 (cinco) representantes, e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

V. 02 (dois/duas) representantes dos egressos e igual número de suplentes;

VI. 09 (nove) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo: 03 (três) designados(as) por entidades patronais; 03 (três) designados(as) por entidades dos trabalhadores; 03 (três) representantes do setor público: 01 (um) indicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 01 (um) indicado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e 01 (um) indicado pela Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina;

VII. 01 (um/uma) representante e 01 (um/uma) suplente do Ministério da Educação, designados(as) pela Secretaria de Educação

Profissional e Tecnológica;Representação de 2/3 (dois terços) do número de diretores(as)-gerais dos *campi*, sendo o mínimo de 02 (dois/duas) e o máximo de 05 (cinco), e igual número de suplentes, eleitos(as) por seus pares, na forma regimental;

VIII. 01 (um/uma) representante e 01 (um/uma) suplente de representantes de entidades de trabalhadores do IFC.

Compete ao Conselho Superior:

I. Aprovar as diretrizes para atuação do IFC e zelar pela execução de sua política educacional;

II. Deflagrar os processos de consulta e deliberar sobre a realização dos pleitos em turno único ou em dois turnos, com a antecedência mínima de noventa dias com relação ao término dos mandatos em curso do(a) reitor(a) e diretor(a)-geral de *campus*. Os processos de consulta para escolha dos cargos de reitor(a) e diretor(a)-geral de *campus* serão finalizados em até noventa dias, a contar da data de seu início.

III. Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

IV. Aprovar os regulamentos internos, cuja abrangência inclui todos os *campi*;

V. Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

VI. Autorizar o(a) reitor(a) a conferir títulos de mérito acadêmico;

VII. Apreciar, emitindo recomendação em sendo o caso, a proposta orçamentária anual do Instituto;

VIII. Aprovar as contas do exercício financeiro por meio do relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

IX. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados, quando permitido pela legislação em vigor, pelo IFC, cujos valores deverão ser transferidos à conta única do Tesouro Nacional – Receitas Próprias;

X. Autorizar a criação de cursos, mediante a aprovação do projeto pedagógico, bem como a extinção de cursos no âmbito do IFC, após a devida tramitação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) do IFC;

XI. Aprovar o Estatuto e o Regimento Geral do IFC, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e

XII. Deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação;

XIII. Deliberar sobre a criação, o desdobramento, a incorporação, a fusão e a extinção de unidades e a agregação de estabelecimentos de ensino, bem como a criação, ou extinção de órgãos suplementares, na forma da legislação; e

XIV. Aprovar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que impliquem repasse de recursos financeiros públicos pelo IFC para entes privados, nos casos admitidos pela legislação.

2.4.2 Colégio de Dirigentes (CODIR)

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, o qual possui a seguinte composição:

I. Reitor(a), como presidente;

II. Pró-reitores(as); e

III. Diretores(as)-gerais dos campi;

IV. Diretores(as) de Campus Avançado.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, após sua discussão pela comunidade acadêmica, de cada *campus*;

II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;

III. Propor ao Consuper a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFC;

IV. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;

V. Acompanhar a execução e recomendar alterações no PDI; e

VI. Apreciar os assuntos de interesse da Administração do IFC.

2.4.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)

O CONSEPE é órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica.

Os membros do CONSEPE são:

I. O(a) Pró-reitor(a) de Ensino;

II. O(a) Pró-reitor(a) de Extensão;

III. O(a) Pró-reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;

IV. O(a) Pró-reitor(a) de Desenvolvimento Institucional

V. Um(a) diretor(a) de cada Pró-Reitoria: de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, de Extensão e de Desenvolvimento Institucional, ou seus(suas) representantes legais, indicados(as) pelos(as) respectivos(as) pró-reitores(as);

VI. 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes dos(as) servidores(as) docentes;

VII. 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes dos(as) servidores(as) técnico- administrativos(as) em educação;

VIII. 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes dos(as) discentes, com no mínimo 18 anos de idade.

Compete ao CONSEPE:

I. Assessorar a Reitoria na definição das estratégias e políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFC, por meio do estabelecimento de diretrizes e da emissão

de recomendações, pareceres e portarias normativas respaldados na legislação e nos preceitos técnicos aplicáveis;

II. Avaliar e emitir parecer sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);

III. Estabelecer diretrizes e regulamentar as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica de acordo com a política institucional;

IV. Estabelecer procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica;

V. Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos, afetos à sua área de atuação e submetidos à sua apreciação, e emitir parecer em matéria de sua atribuição;

VI. Emitir parecer sobre e julgar recursos de processos de natureza didático-pedagógica de sua competência;

VII. Definir diretrizes para a elaboração do calendário acadêmico do IFC e aprová-lo;

VIII. Expedir orientações para a elaboração e revisão da organização didático- pedagógica do IFC;

IX. Emitir parecer sobre a organização didático-pedagógica do IFC e as normas relacionadas e complementares a esta;

X. Regulamentar os processos de criação, reformulação e extinção de cursos e demais ofertas educativas do IFC;

XI. Emitir parecer sobre processos de criação e extinção de cursos no IFC, para posterior encaminhamento ao Conselho Superior, exceto para cursos de qualificação profissional;

XII. Analisar e emitir parecer final sobre os processos de ajuste curricular e suspensão temporária de cursos;

XIII. Assessorar a Coordenação-Geral de Ingresso, o Colegiado de Gestão de Pessoas e as comissões nomeadas para a realização de processos seletivos de ingresso (docentes, técnicos administrativos em educação e discentes) quanto aos critérios e à definição de vagas;

XIV. Regulamentar e aprovar normas sobre processos seletivos de ingresso discente;

XV. Identificar oportunidades de interação entre as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, e propor ações para a sua efetivação;

XVI. Avalizar e definir a participação institucional em editais de fomento relativos à sua área de competência;

XVII. Elaborar o regimento próprio do CONSEPE, bem como propostas de alteração, quando necessário, a serem apreciados e aprovados pelo CONSUPER;

XVIII. Regulamentar o funcionamento das câmaras de Ensino, de Pesquisa e de Extensão;

XIX. Acompanhar o cumprimento de suas decisões;

XX. Decidir, em sua área de competência, sobre os casos omissos no Estatuto e no Regimento Geral do IFC e neste Regimento Interno;

XXI. Realizar outras atividades que lhe vierem a ser atribuídas por meio de Resoluções do CONSUPER.

2.4.4 Colegiado de Gestão de Pessoas (COGEPE)

O Colegiado de Gestão de Pessoas (COGEPE) do IFC é um órgão consultivo, que tem por finalidade subsidiar a alta administração nos encaminhamentos das políticas de gestão de pessoas, propondo diretrizes e normas internas para avaliação, direcionamento e monitoramento, bem como auxiliar nas decisões relativas à área de gestão de pessoas.

O Colegiado de Gestão de Pessoas do IFC será composto por representantes titulares e suplentes das unidades estratégicas da instituição, quais sejam:

Membros natos:

- Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional;
- Pró-reitor de Administração;
- Diretor de Gestão de Pessoas;
- Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- Coordenador da Comissão Interna de Supervisão (CIS/PCCTAE);
- Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Membros eleitos:

- Dois representantes dos coordenadores de Gestão de Pessoas dos *campi*, eleitos por seus pares;

- Dois representantes da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- Dois representantes da Comissão Interna de Supervisão (CIS/PCCTAE).

2.4.5 Conselho de Campus (CONCAMPUS)

O CONCAMPUS, integrado por membros titulares e suplentes, designados por Portaria do(a) reitor(a), tem a seguinte composição:

Campus:

- O diretor-geral do *campus*;
- Os diretores de Ensino e Administração do *campus*;
- 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- 01 (um) representante dos egressos, eleito/indicado por seus pares;
- 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;
- 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

Campus Avançado:

- O diretor do campus avançado ou equivalente;
- O coordenador de Ensino do *campus* ou equivalente;
- 02 (dois) representantes dos docentes, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes do corpo discente, com matrícula regular ativa, eleitos por seus pares;
- 01 (um) representante dos pais de alunos, eleito/indicado por seus pares;
- 05 (cinco) representantes da sociedade civil, eleitos por seus pares.

Compete ao CONCAMPUS:

I. Recomendar aprovação, no âmbito do campus:

- Dos projetos de criação e pedagógicos de cursos;
- Do Plano Institucional do campus;
- Do calendário acadêmico.

II. Propor, no âmbito do campus:

- Mecanismos e políticas para fomentar e implementar programas e projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica no campus;

- Mecanismos de desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias para o processo de ensino-aprendizagem no campus;
- A criação de novos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação lato sensu, e projetos de Pesquisa e Extensão;
- Mecanismos de divulgação dos andamentos e dos resultados dos trabalhos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do campus;
- Formas de execução das normas definidas pelas instâncias superiores.

III. Constituir comissões especiais no âmbito de sua esfera de atuação;

IV. Emitir pareceres sobre assuntos afetos à sua competência.

2.5 PRÓ-REITORIAS

- **PRODIN**

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), compete a integração entre a Reitoria e os campi, o desenvolvimento dos servidores, a coordenação dos processos de planejamento estratégico e avaliação institucional, a sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizados na forma de conhecimento estratégico, o planejamento e a coordenação das atividades relacionadas à gestão de pessoas, à tecnologia da informação, ao ingresso.

- **PROEN**

À Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), compete às políticas e atividades de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão, bem como as políticas e os programas estudantis, tendo como diretrizes a humanização do acesso e da produção do saber, a diversidade, a inclusão social, o desenvolvimento integral da pessoa, a responsabilidade socioambiental e a inserção do IFC junto à comunidade regional, com integração das diversas áreas de conhecimento ao mundo do trabalho.

- **PROEX**

À Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), compete às políticas e atividades de extensão e de relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, de modo a fortalecer a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade em atendimento às demandas da sociedade.

- **PROPI**

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), compete às políticas e atividades de pesquisa, de pós-graduação e inovação, articuladas ao ensino e à extensão, bem como a promoção de ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e inovação tecnológica.

- **PROAD**

À Pró-Reitoria de Administração (PROAD), compete à administração orçamentária e financeira do IFC, bem como a gestão da cadeia logística de suprimentos, dos contratos com obrigações futuras e do patrimônio móvel e imóvel.

2.6 UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA (UNAI)

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão que tem por finalidades básicas fortalecer e assessorar a gestão, propor medidas para a racionalização das ações de controle, no sentido de mitigar os riscos e contribuir para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da Administração do IFC, bem como prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

2.7 PROCURADORIA JURÍDICA

A Procuradoria Federal junto ao IFC, dirigida pelo procurador- chefe, nomeado pela Casa Civil da Presidência da República, compete as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do IFC, conforme disposto na Lei Complementar nº 73/1993 e na Lei nº 10.480/2002.

2.8 CORREGEDORIA

A Corregedoria, unidade seccional de correição vinculada diretamente a(o) reitor(a) do IFC, será dirigida por um(a) chefe

nomeado(a) pelo(a) reitor(a) e submetido(a) à apreciação da Controladoria Geral da União (CGU). É responsável pelas atividades relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos e pessoas jurídicas no âmbito do IFC.

2.9 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMUNICAÇÃO (CECOM)

De acordo com a Resolução Nº 48/2019/Consuper, a Coordenação de Comunicação Social (CECOM) é o órgão que tem por finalidade básicas propor medidas para criar e consolidar a comunicação institucional, atuando assim na construção de uma imagem de marca forte, garantindo à sociedade o acesso às atividades institucionais de forma transparente, imparcial e impessoal.

2.10 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre a administração do Instituto IFC e a comunidade interna e externa. Não tem poder decisório, mas tem ampla autonomia no acesso a todas as instâncias do IFC. A Ouvidoria é fundamental para a participação social e combate à corrupção, entre outros aspectos, espaços de controle.

Além de ser uma ferramenta de gestão que, ao analisar minuciosamente as demandas, interpreta os dados, identifica as fortalezas e as fraquezas do IFC, os quais servem de base para elaboração de estratégias e tomada de decisão da alta gestão, visando a correção de serviços entregues à comunidade e apuração de possíveis irregularidades do órgão.

Atua na mediação entre o cidadão e as unidades respondentes, buscando a harmonização, mitigação e resolução de problemas, visando a entrega da resposta de forma satisfatória e em linguagem cidadã, ou seja, de fácil compreensão.

Responsável pelo monitoramento da prestação de serviços no IFC, da transparência ativa e Dados Abertos, dos prazos de respostas da ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), da avaliação do Conselho de Usuários, da Maturidade de Ouvidoria, da Carta de Serviços e do e-Agendas.

O leque de atribuições e funções da Ouvidoria é extenso conforme legislação vigente e o setor inclui ainda as atividades da Lei de Acesso à Informação e especificidades do SIC, além da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Gestão de manifestações em Ouvidoria e Gestão da Unidade Setorial de Ouvidoria, em cumprimento ao disposto no art. 14, inc. II, e no art. 15, 13 e 17 da Lei n. 13.460/2017, bem como dos artigos 51 e 52 da Port. CGU n. 581/202 da Lei n. 13.460/2017, a ouvidora do IFC, titular da unidade setorial de ouvidoria do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal (SisOuv), apresenta o Relatório Anual de Gestão de Manifestações em Ouvidoria. referente ao exercício de 2022, publicado na subseção (**acesse aqui**).

Relatório Anual de Gestão de Pedidos de Acesso à Informação e Cumprimento da Lei de Acesso à Informação em cumprimento ao disposto no art. 30, inc. III, art. 40, inc. II da Lei n. 12.527/201 e no art. 45, inc. III e IV, no art. 67, inc. II, do Decreto n. 7.724/2012, do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), e nos subitens 9.1.1 e 9.1.4 do Acórdão n. 2.890/2021 — Plenário – Tribunal de Contas da União, a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) do IFC, designada

nos termos do art. 40, da Lei n. 12.527/2011, apresenta o Relatório Anual de Cumprimento da Lei de Acesso à Informação, referente ao exercício de 2022, publicado na subseção Relatórios e Dados da página do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no portal do IFC (**acesse aqui**).

Relatório Anual de Cumprimento de Transparência Ativa e Plano de Dados Abertos em cumprimento ao disposto no art. 5º, §4º, inc. IV, do Decreto n. 8.777/2016, no art. 14, inc. IV, da Resolução n. 03/2017 do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), e nos subitens 9.1.2 e 9.1.4 do Acórdão n. 2.890/2021 — Plenário — Tribunal de Contas da União, a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) do IFSP, designada nos termos do art. 40, da Lei n. 12.527/2011, apresenta o Relatório Anual de Cumprimento do Plano de Dados Abertos 2021- 2022, referente ao exercício de 2021, publicado na subseção Governança e Relatórios da página Dados Abertos no portal do IFC (**acesse aqui**).

2.11 COMISSÕES

2.11.1 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) constitui-se em Órgão de assessoramento ao Consuper, à Reitoria e aos(às) diretores(as)-gerais para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente do IFC.

2.11.2 Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (CIS)

Compete à Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação:

- Acompanhar a implantação do plano de carreira, em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;
- Auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação;
- Fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira no âmbito do IFC;
- Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano;
- Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFC e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;
- Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFC, conforme o § 1º, inciso I, do artigo 24, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFC proposto pela área de pessoal, bem como dos cargos que os integram;
- Examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional.

2.11.3 Comissão de Ética

A Comissão de Ética é o Órgão responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. O funcionamento da Comissão de Ética será definido em regimento próprio aprovado pelo Consuper.

3

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFC tem como principais referências a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/96), a lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei n.º 11.892/2008), as Diretrizes Estruturais e Curriculares da Educação Profissional (Decreto n.º 5.154/04), e as demais legislações educacionais que subsidiam a oferta da educação básica, especialmente a etapa do ensino médio e da modalidade educação de jovens e adultos, da educação profissional, científica e tecnológica e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

A LDB n.º 9.394/1996 incorporou pela primeira vez no contexto legal brasileiro o tema Projeto Pedagógico enquanto instrumento da gestão democrática, elaborado num processo de construção participativa, desde a sua elaboração, implementação e avaliação, objetivando uma formação para a cidadania com a participação dos profissionais da educação, bem como da comunidade escolar. O Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto n.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que foi revogado pelo Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, criou a articulação entre o PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), visto ser o PPI um dos elementos do próprio PDI. “Esses instrumentos estão diretamente associados às avaliações de cursos e processos de reconhecimento e credenciamento” (IFNMG, 2023).

Como instituição de Educação Profissional Tecnológica e Superior, o IFC pauta-se em documentos legais vigentes para orientar suas atividades educacionais.

Enquanto autarquia pública, o IFC goza de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Do ponto de vista didático-pedagógico, a autonomia deve ser exercida nos limites de suas atribuições, para atingir ou atender os percentuais definidos em lei para a oferta de cursos, como a oferta prioritária de cursos técnicos, entre eles os cursos integrados ao ensino médio regular e a modalidade de jovens e adultos, bem como a oferta de 20% de suas vagas em cursos de licenciatura nas áreas de maior carência de profissionais.

O PPI do IFC tem a finalidade de traduzir a proposta pedagógica da instituição, apresentando sua concepção filosófica, fundamentos, princípios, políticas e prioridades, no que diz respeito ao princípio de indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa.

Para Gadotti (2000), não se constrói um projeto sem uma direção política. Por isso, todo projeto pedagógico é também político, portanto, é sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte. Dessa forma, os objetivos, as metas e as ações fixadas na edição atual do PPI terão vigência no período de 2024 a 2028, com ciclos estabelecidos para serem revisadas e atualizadas participativamente. O processo de revisão deve estar alinhado com a missão, visão e valores da instituição, bem como com os princípios político-pedagógicos e o perfil do egresso, apresentados neste documento.

Neste documento se revelam não somente as diretrizes e políticas já instituídas, bem como novas medidas a instituir e a considerar. Essas diretrizes e políticas foram definidas a partir de um processo colaborativo, desenvolvido com a participação do conjunto da comunidade escolar. Nesse sentido, este projeto deve ser compreendido a partir dos diferentes momentos de implementação das políticas pedagógicas:

a) o que a instituição faz e pretende continuar fazendo;

b) quais novas diretrizes e políticas devem ser instituídas pelo IFC;

c) o que deve ser reconhecido e considerado para possíveis novas diretrizes e políticas;

d) quais as ações que, ao serem desenvolvidas, materializam as concepções do PPI.

Consequentemente, o ponto de partida para orientar e refletir sobre as ações institucionais é a compreensão de que toda ação educativa não se restringe à organização de atividades e técnicas no cotidiano escolar, mas assume o papel que a ciência educacional se propõe a desempenhar: ser guia de intervenção na realidade escolar. Nesse sentido, a ação pedagógica é também ação política, delineando a escolha de posicionamentos relevantes, pressupostos comuns e formas de ação condizentes com os objetivos institucionais, que se concretizam por meio de projetos, programas e ações.

Nesse viés, são conceitos fundamentais que devem estar presentes na organização do PPI: educação e trabalho; ciência, tecnologia e cultura; juventudes; formação integral e currículo integrado; educação profissional e tecnológica. Assim, o PPI se constituiu como um documento balizador de uma instituição de educação, ciência e

tecnologia, no intuito de propor opções/ações de intervenção político-pedagógica, visando contribuir para uma sociedade mais justa, democrática, equitativa e sustentável.

Com vistas a isso, o PPI traduz o senso de responsabilidade social para o qual a instituição foi criada, direcionando os processos formativos, no sentido de formar sujeitos que tenham a compreensão das transformações histórico-sociais, visando conhecer a realidade e as possibilidades de sua inserção e atuação, condição para assumir o compromisso transformador no mundo no qual vivemos. Ou seja, as ações institucionais estarão voltadas para a inclusão social, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, para a defesa do meio ambiente, a valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, assim como as demais prerrogativas que permeiam os valores, os princípios e a missão do IFC.

Essa concepção reforça a ideia de que o processo de aprendizagem se desenvolve por meio das relações sociais (Corrêa, 2014). Assim, é necessário que a instituição de ensino supere a transmissão de conhecimentos na dimensão didático-operacional do ato educativo, como suposta entrega ou transferência direta do saber (Saviani, 2013), concebendo e compreendendo a formação do ser humano na sua complexidade e plenitude.

Isso implica o "reconhecimento de que para a formação do trabalhador, para as relações sociais de produção, a escola tem que priorizar a sua constituição como seres humanos e sociais, englobando maneiras de viver, de sentir e de pensar" (Corrêa, 2014, p. 137).

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI é entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade.

É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado processualmente, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (Vasconcellos, 2009).

O PPI é uma oportunidade de estabelecer um diálogo constante entre todos os envolvidos no processo educativo, fomentando a participação ativa dos docentes, discentes, gestores e comunidade escolar como um todo (Luckesi, 2005). Neste sentido, o PPI que se apresenta é um instrumento que viabiliza a transformação das práticas educativas no IFC, estimulando a reflexão crítica e a busca por uma educação mais inclusiva, humanizada e voltada para a formação integral dos estudantes.

3.1 CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E PEDAGÓGICAS

Entendemos que a sociedade contemporânea é marcada por profundas contradições, mudanças e transformações nos aspectos econômico, social, político e cultural, muitas vezes marcados pelo individualismo e pela competitividade. O mundo atual caracteriza-se pela fragmentação e dispersão da produção econômica, pela hegemonia do capital financeiro, pela rotatividade de mão de obra, pela obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho, em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, e pelo desemprego estrutural, causando exclusão social, econômica e política.

Para além desses aspectos, na sociedade pós-moderna, há uma descentralização do poder, com uma ênfase na multiplicidade e na diversidade de perspectivas e identidades, em que se questiona e rejeita as metanarrativas, enfatizando a pluralidade de perspectivas

e a multiplicidade de verdades contextuais. Neste sentido, as identidades individuais e coletivas são construídas a partir de uma mistura de influências culturais, sem uma adesão rígida às tradições ou categorias fixas.

Há uma interconexão e mistura de diferentes culturas, estilos de vida e modos de pensar (Veiga-Neto, 2007). Esse entendimento de mundo globalizado respalda a discussão sobre a identidade do IFC como um espaço de construção de diálogos e compromisso com a educação pública, gratuita, e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade.

Nesse sentido, Paulo Freire (1999, p. 10) afirma que:

> Uma Escola Pública popular não é apenas a que garante acesso a todos, mas também aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que realmente corresponde aos interesses populares, que são os interesses da maioria; é, portanto, uma escola com uma nova qualidade, baseada no empenho, numa postura de solidariedade, formando a consciência social e democrática.

Certamente, essa construção onde todos tenham acesso e condições de participação não é uma tarefa fácil. Contudo, como o IFC se alicerça à proposta dos Institutos Federais, integrando a formação acadêmica à formação para o trabalho, entendendo o trabalho como atividade ontológica, estruturante do ser social, como um valor intrínseco à vida humana e ao conhecimento, que ele proporciona na relação com a natureza e com os demais (Lukács, 1978).

Conforme a Lei n.º 11.892/2008, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na

conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

A partir deste preâmbulo que nos localiza e nos identifica institucionalmente, remontamos à gênese de nosso trabalho educativo, entendendo que a formação humana e cidadã precede a qualificação para a laborabilidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manterem-se em desenvolvimento. A concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de ensino, extensão e pesquisa nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual.

Neste sentido, o exercício pedagógico propõe-se a encontrar o equilíbrio entre a formação humana e a formação profissional, orientado pelo diálogo, pela integração dos saberes, pelos princípios da democracia, da participação crítica, visando à autonomia intelectual do educando.

Para proporcionar essa educação, busca-se uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica de formação que pensa as bases ontológicas do pensamento e da atividade humana.

No que diz respeito ao primeiro aspecto da concepção, entende-se necessário estar atento ao fato de não ratificar uma ontologia que recusa qualquer face ou princípio que não esteja pautado na ciência, seja na vida filosófica ou no mundo da praxis.

Lukács (1978) demonstra que tudo o que existe, existe em objetivo, ou seja, se move e é movido no interior de um complexo concreto.

Os argumentos de Lukács (1978, p. 3) ensinam que:

> Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: formas do existir, determinações da existência.

Assim sendo, ao mover e ser movido, o homem constrói perguntas e respostas enquanto esses movimentos, tanto no âmbito pessoal quanto da realidade social, exigem dele. A consciência desenvolvida por meio desses "moveres" é que "torna possível intervir nessa realidade para modificá-la" (Lukács, 1978, p. 3).

Modificando a realidade, o homem muda a si sem, no entanto, eliminar o seu enraizamento social, os seus fundamentos ontológicos de origem. Já o segundo aspecto, o relacionado à atividade humana, ao trabalho, trata-se do nascimento de um novo ser que se estrutura e dinamiza-se no próprio trabalho. Lukács (1978, p. 5) adverte:

> A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica.

Avançar para além da perspectiva biológica requer um papel preponderante da consciência e a articulação de uma cadeia de mediações que mudam reiteradamente "[...] tanto a natureza que circunda a sociedade quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas [...]" (Lukács, 1978, p. 6).

Ser movido e mover-se deflagra um processo de desenvolvimento das próprias capacidades, na busca de níveis ulteriores.

Na interpretação de Lukács (1978, p. 5):

> Com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca.

Nesta perspectiva, os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo, em que são determinados por ela. Esta perspectiva filosófica apoia-se no materialismo histórico-dialético que, dentre outros pressupostos, caracteriza-se pelo movimento do pensamento a partir da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade.

Isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento apoiado no princípio da contradição) as leis fundamentais que definem a forma organizativa (material) dos homens durante a história da humanidade (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Então, considerar o método materialista histórico-dialético como instrumento teórico e metodológico para a interpretação da realidade, significa compreender esse processo de interpretação e análise que vai do empírico (realidade aparente, imediata) ao concreto (realidade pensada, compreendida) pelo movimento do pensamento (contradições) no mundo como ele é.

Nesse sentido, está a ideia de que as condições materiais de existência, como a produção de bens e as relações sociais de produção, são fundamentais para a organização da sociedade e para o desenvolvimento histórico. A dialética, por sua vez, enfatiza que as contradições internas numa sociedade e suas instituições são fontes de mudança e desenvolvimento. Ela reconhece que a realidade é complexa e contraditória, e que as mudanças qualitativas ocorrem por conflitos e contradições internas. Essas contradições levam a

transformações e ao surgimento de novas formas sociais.

No contexto educacional, o materialismo histórico-dialético oferece uma perspectiva de análise que considera as condições materiais e as relações de poder presentes na estrutura educacional. Essa perspectiva permite compreender como a educação reflete e reproduz as desigualdades sociais, ao mesmo tempo, que pode ser uma ferramenta de transformação e emancipação, ao possibilitar a conscientização dos sujeitos e o desenvolvimento de uma educação crítica e libertadora (Pires, 1997).

Dessa forma, o materialismo histórico-dialético contribui para a compreensão de Educação no IFC, ou seja, como um espaço de lutas sociais e como um instrumento de mudança social.

Na Educação Profissional e Tecnológica esta materialidade histórica pode ser compreendida a partir das análises empreendidas sobre uma categoria considerada central: o trabalho. Isto porque, o trabalho desempenha um papel significativo na formação dos indivíduos, não apenas no sentido técnico-profissional, mas também no desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais, criativas e sociais. Desde os primórdios da existência humana o trabalho faz parte da sua rotina, como processo para garantir a sua subsistência frente a natureza.

Assim, o trabalho é uma atividade fundamental que media a relação dos seres humanos com a natureza e entre si, sendo determinante na organização social e na produção da vida material.

Na perspectiva de Saviani (2007, p. 152), “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” e complementa afirmando que o homem aprendia a trabalhar trabalhando, em

um processo de interação e relação com os demais, e dessa forma também, "educavam-se e educavam as novas gerações" (Saviani, 2007, p. 154).

Ao adotar uma perspectiva crítica e emancipatória, a Educação permite aos indivíduos compreenderem as contradições do sistema em que vivem, a questionarem as relações de poder e a se engajarem em movimentos de transformação social.

Em diálogo com a concepção filosófica do materialismo histórico-dialético, o IFC adota, como concepção pedagógica, a pedagogia histórico-crítica, uma proposta educativa fundada em uma perspectiva historicizante e crítica do desenvolvimento humano. Seus fundamentos são: o trabalho como princípio educativo, a ciência como produção de conhecimento, a cultura como expressão dos aspectos sociais e o conceito de mediação, como proposto por Vygotsky (1993), para o processo de ensino-aprendizagem. Conforme Saviani (2003) na pedagogia Histórico-Crítica, as atividades educativas devem ser desenvolvidas em conjunto com os estudantes, valorizando a ciência para a construção de um conhecimento capaz de superar o contexto de desigualdades sociais.

Neste processo metodológico, busca-se a opção por uma concepção de aprendizagem na perspectiva histórico-cultural. Essa perspectiva enfoca a importância do contexto social e cultural no desenvolvimento humano e na formação de processos psicológicos superiores (Vygotsky, 2005). Segundo a perspectiva histórico-cultural, os processos de formação humana acontecem na/pelas interações sociais e pela cultura em que uma pessoa está inserida. Essa interação social desempenha papel fundamental na formação da cognição e

no desenvolvimento da linguagem.

Conforme assevera Vygotsky (1984; 1987), as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construída e reflexo das relações dialéticas 'sujeito e mundo', sendo a mente uma construção social e cultural.

Nos fundamentos vygotskianos, aprender não diz respeito a uma simples aquisição de informações e também não ocorre por meio de simplistas associações de ideias que encontram na memória sua guardiã; é mais: trata-se de processo interno, ativo e interpessoal. Aprender é um fenômeno que passa por variações: pode começar por uma atividade que se caracteriza como externa, sendo reconstruída e começa a acontecer internamente. Esse processo, que era interpessoal, é internalizado e essa transformação resulta de um extenso encadeamento de acontecimentos de desenvolvimento.

A perspectiva histórico-cultural evidencia que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, também pode agir conscientemente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui. Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino-aprendizagem considera que os sujeitos estão inseridos em um contexto histórico, capazes de agir e refletir sobre o mundo, objetivando transformá-lo. Por conseguinte, os princípios metodológicos devem estar pautados na interação das relações entre os sujeitos envolvidos, propiciando uma formação humana que integre todas as dimensões da vida no processo educativo.

A relação entre a pedagogia histórico-crítica e a perspectiva histórico-cultural está na concepção de que a educação é um processo social e histórico, influenciado pelo contexto sociocultural. Assim,

de forma articulada e complementar, compreende-se que ambas assumem a educação como um processo de formação humana, ou seja, o ato educativo encontra seu valor enquanto promove a emancipação dos indivíduos.

Tendo como referencial tais concepções filosóficas e pedagógicas, o IFC atua em atenção aos princípios éticos, estéticos, filosóficos e políticos, no compromisso com a construção de uma sociedade democrática e na valorização dos diferentes saberes. Atua, ainda, em observância à interculturalidade e ao reconhecimento dos sujeitos em sua diversidade.

3.1.1 Educação e trabalho

A educação é um processo que pode contribuir para a emancipação do sujeito, tornando-o protagonista em suas aprendizagens e produtor de conhecimento a partir de suas próprias experiências e valores (humanos, políticos, socioeconômicos, culturais, religiosos, etc.).

Embora não atribuímos caráter soteriológico à educação, compreendemos que, enquanto processo, a educação cumpre um papel como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana. Neste sentido, entende-se a educação em uma dimensão mais ampla, que conduz à formação de um cidadão consciente de seus deveres e direitos; que compreende a realidade e possa superar os obstáculos que ela apresenta; que consiga pensar e intervir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do meio em que vive. Ou seja, uma educação potencializadora do ser humano

enquanto indivíduo integral, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade e na perspectiva de sua emancipação.

Neste sentido, o processo educativo, dialógico, no contexto da formação humana, deve integrar todas as dimensões da vida: o trabalho, a ciência e a cultura.

Isso coaduna com o pensamento de Pacheco (2012, p. 59):

> O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência, compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade

A integração dessas dimensões implica tratar a educação como uma totalidade social, pelas múltiplas mediações históricas (inclusive escolar) que concretizam os processos educativos. Dessas dimensões, o trabalho é a primeira mediação entre o ser humano e a realidade material e social, enquanto proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica. O trabalho é entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana.

Diferente dos animais, com sua existência garantida e adaptada à natureza, a humanidade veio se constituindo como tal adaptando a natureza a si. “Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho” (Saviani, 2003, p. 133).

Então, ainda de acordo com Saviani (2003), trabalhar é agir sobre a natureza e transformá-la. Mas esta ação transformadora é guiada por objetivos, e este é um elemento diferenciador da ação humana. Uma vez que a transformação da natureza pelo homem não se dá de

forma isolada, mas no relacionamento social, compreende-se que "o homem transforma a natureza ao mesmo tempo em que se relaciona com outros homens" (Saviani, 2003, p. 135), e ao produzir a sua existência travam-se relações e estabelecem-se normas de convivência das quais a sociedade se constituiu. Na sociedade contemporânea, a produção dos meios de existência se faz, predominantemente, no sistema capitalista, que se mantém e se reproduz pela apropriação privada do tempo de trabalho do trabalhador.

Dá-se, assim, a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configuram a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Ao aprender, compreender e apropriar-se dos conceitos científicos e tecnológicos básicos, transpondo-os na apropriação de técnicas e procedimentos, amplia-se a possibilidade de atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade. Portanto para Pacheco (2011, p. 29) acredita-se que:

> A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como

> categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. (...) A educação para o trabalho, nessa perspectiva, se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação – trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.

Assim, a educação profissional deve ter sólida base científica, cultural e tecnológica, preparando as pessoas para atuar no mundo do trabalho de forma consciente e crítica. Nessa perspectiva, o trabalho é um processo consciente pelo qual a sociedade se constitui, os homens criam e recriam a si próprios e suas relações sociais. Nesse caminho, o IFC concebe o trabalho e a educação como meios que podem auxiliar no processo de emancipação. São, portanto, processos que possibilitam construir novas pontes, numa nova arquitetura para o humano na atualidade.

3.1.2 Ciência, Tecnologia e Cultura

A primeira característica da identidade do IFC é percebida a partir de sua própria designação, por articular a educação, a ciência e a tecnologia. Acrescentamos a cultura, como dimensão da constituição da vida humana em sociedade, compreendendo, assim, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis à totalidade da produção humana, das suas condições de existência e da vida em sociedade.

O homem ao conceber e aprimorar seus processos de transformação da natureza para a satisfação das suas necessidades

através do trabalho, produz a ciência, a tecnologia e a cultura.

O avanço na produção das condições da existência humana e convivência em sociedade desencadeiam processos simultâneos e inseparáveis de criação da ciência, da tecnologia e da cultura. A ciência é dinâmica e parte do conhecimento e da vida humana, portanto não é neutra, tampouco dogmática e a-histórica.

A tecnologia é a conversão da ciência em produção material de meios para atender as necessidades e manutenção da vida. A cultura dá nome ao conjunto dos conhecimentos adquiridos e, ao mesmo tempo, determina as formas de relações numa sociedade, ela estabelece valores e concepções de mundo e de ser humano que formalizam modos de vida, de crenças e de realidades sócio-político-econômicas.

A cultura, neste sentido, é compreendida como código de comportamento dos indivíduos (Gramsci, 1991 apud Brasil/MEC, 2007, p. 44).

Deste modo, os conceitos encontram-se imbricados enquanto criações essencialmente humanas, e, portanto, inseparáveis na formação das novas gerações.

A ênfase na integração entre estas categorias devem ser apreendidas enquanto compromisso da educação com a sociedade na formação de egressos aptos a exercer a sua posição enquanto sujeitos históricos de transformação social como seres humanos completos e não fragmentados por uma educação dual.

Em relação à concepção de **ciência**, baseia-se na ideia de que esta constitui a parte do conhecimento sistematizado e transmitido para diferentes gerações, que pode ser questionado e superado historicamente, dando origem a novos conhecimentos, deliberadamente expressos na forma de conceitos representativos

das relações determinadas e apreendidas da realidade considerada, produzida e legitimada socialmente em perspectiva histórica a partir da necessidade da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais (Brasil/MEC, 2007, p. 44).

Quanto à **tecnologia**, esta é concebida como uma mediação entre a ciência (apreensão e desvelamento do real) e a produção (intervenção no real), que, em perspectiva histórica, estão estreitamente ligadas ao avanço da ciência como força produtiva. Assim, identificam-se duas proposições acerca da relação entre ciência e tecnologia: a primeira é que tal relação se desenvolve com a produção industrial; a segunda é que esse desenvolvimento visa à satisfação de necessidades sentidas pela humanidade, o que nos leva a perceber que a tecnologia é uma extensão das capacidades humanas (Brasil/MEC, 2007, p. 44).

A **cultura**, por sua vez, é definida como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização. É um processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do e pelo tecido social.

> Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida ou questionada nas manifestações e obras artísticas (Brasil/MEC, 2007, p. 45).

Conforme proposto na III Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe - Declaração Córdoba,

Argentina, 14 de junho de 2018, o IFC se posiciona a favor da ciência com humanismo e da tecnologia e cultura com justiça, pelo bem comum e os direitos para todas as pessoas.

Princípios fundados na convicção de que o acesso, o uso e a democratização do conhecimento é um bem social, coletivo e estratégico, essencial para garantir os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar dos povos, a construção de uma cidadania plena e a emancipação social. Devemos pensar que a ciência e a tecnologia podem e devem contribuir fortemente para resolver os problemas prementes da humanidade, mas este entendimento, ainda que importante e fundamental, não é suficiente. É necessária a defesa de uma prática política-educacional que propicie a integração das culturas, para que a educação, a ciência, a tecnologia e a cultura se constituam em meio, em direção a uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

Para os fins do Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFC, entende-se que a ciência se desenvolve por um trabalho sistemático e criativo, abrangendo o conhecimento do ser humano em sociedade, da natureza e da cultura. A ciência deve ser vista a partir de sua dimensão cultural, portanto, ética e social, e, no ambiente do IFC, como produtora de qualidade social e de melhoria dos próprios processos educacionais. Nesse sentido, devem ser desenvolvidas, em articulação com o conceito de ciência e em interação com a sociedade, tecnologias que se orientem para transformações sociais e redução de desigualdades, tecnologias produtivas que busquem o aprimoramento dos processos produtivos e seus desdobramentos, em atendimento às necessidades humanas.

Tendo isso em vista, o IFC deve estar comprometido com a produção, socialização e difusão do conhecimento científico produzido

e das tecnologias, em articulação com a cultura da sociedade e o mundo do trabalho, do qual a educação também faz parte.

O aumento da influência da ciência e da tecnologia no mundo está em pauta na discussão dos currículos, sobretudo quando há a opção de tratar os conteúdos científicos em seu contexto social, vinculando a formação dos estudantes ao exercício da cidadania.

Por outro lado, os avanços científicos e tecnológicos atingiram a própria razão científica nas diversas dimensões do comportamento humano.

Dentre as consequências, há de se tomar cuidado para que a dogmatização da ciência não sugira mitos, pois a ciência pela ciência, e a tecnologia, sem considerar seus efeitos e aplicações, não conseguem resolver as grandes questões éticas e sociopolíticas da humanidade.

Da responsabilidade social dos produtores de conhecimento científico e tecnológico vem o processo de disponibilização das representações que permitam aos estudantes/cidadãos interagir, tomar decisões e compreender as dimensões relativas ao trabalho e a sociedade.

Como concepção, a proposta pedagógica corresponde a uma integração entre educação científica, tecnológica e cultural, na qual o estudo dos conteúdos científicos e tecnológicos ocorre junto à discussão de seus aspectos éticos, históricos, políticos e socioeconômicos. O objetivo formativo, dessa maneira, abarca o desenvolvimento de valores vinculados aos interesses coletivos, e a própria discussão desses valores contribui para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a sociedade.

A natureza multidimensional da tecnologia abrange não apenas aspectos técnicos, mas também organizacionais e culturais, que propiciam a compreensão de sua relação e dependência com os sistemas sociopolíticos, os valores e as ideologias da cultura em que se insere. É a partir desse entendimento que os indivíduos baseiam suas percepções e as interferências que a tecnologia traz à sociedade, e como eles podem intervir nessas atividades. A crescente evolução e utilização de novas tecnologias vêm trazer, portanto, grandes mudanças no meio ambiente, nas relações sociais e nos modos de vida da população. Partindo do contexto da ciência e tecnologia, cabe a constante indagação e movimento crítico acerca da integração entre arte e tecnologia, cultura e inovação, estes pertencentes à dimensão humana criadora.

Pensar a integração entre ciência, tecnologia e cultura no âmbito da concepção de um projeto educacional requer considerar que a construção da identidade dos sujeitos, com a conquista da sua autonomia e criticidade frente às questões sociais que os cercam, ocorre também por meio das manifestações e expressões culturais, dado seu reconhecido caráter transformador e socializador, sabendo que:

> Como princípio educativo, a diversidade cultural leva-nos a rever constantemente os valores políticos, sociais e culturais da compreensão do outro. Lançar mão desse princípio significa, ao mesmo tempo, entender o saber e a cultura como parte da produção sócio-histórica de determinada sociedade e também problematizar os ditos valores sociais e culturais universais (Silva, 2011, p. 13).

3.1.3 Juventudes

Em relação ao conceito de juventude, constata-se o esforço de diferentes instâncias da sociedade em categorizá-la e defini-la sob

os mais variados prismas, como se isso fosse realmente possível. Um dos prismas analisados é, por exemplo, o conceito abordado por alguns segmentos da Biologia e da Psicologia, que definem a juventude como uma fase intermediária, em que o indivíduo, biológica, mental e socialmente, progride da fase infantil para a fase adulta, configurando, portanto, uma visão totalmente evolucionista do indivíduo (Andrade, 2008).

Outra perspectiva de compreender a juventude é aquela que a caracteriza como uma fase marcada por processos de definição e inserção profissional e social, os momentos de escolha. Escolhas estas que perpassam principalmente a inserção e o ingresso ao mundo do trabalho, que torna os sujeitos jovens membros economicamente ativos na sociedade.

A juventude é a etapa do ciclo da vida na qual culmina o processo de socialização, ao preparar o indivíduo para a produção e reprodução da vida e da sociedade (Abramo; Branco, 2005). Os jovens são sujeitos sociais em seus diferentes contextos, que expressam a diversidade do mundo, constroem seus próprios modos e estilos constituídos em espaço e tempo nos quais afirmam suas experiências, iniciando, assim, suas juventudes. (Dayrell, 2003).

Ainda há quem conceba a juventude como um período de desordens e crises, como indivíduos causadores de ou imersos em problemas. De acordo com Andrade (2008), quando a juventude comporta noções problemáticas, como a pobreza e a falta de alternativas, esta categoria pode indicar, em sua definição, vítimas e agentes da violência. Na sociedade contemporânea, os jovens convivem com riscos e incertezas provocados pelo processo de globalização e das mudanças velozes e ubíquas que fortalecem as desigualdades de oportunidades e fragilizam vínculos institucionais.

Nesse sentido, as inúmeras possibilidades de exercício da cidadania desafiam o IFC, enquanto instituição de educação, a olhar e ouvir o que os jovens têm a dizer, diminuir a distância entre as práticas culturais juvenis e a cultura escolar, a fim de promover o sentimento de pertencimento. Já a atualidade provoca esta instituição a observar os recursos tecnológicos e redes sociais utilizados pelos jovens a fim de recorrer a suas potencialidades, em particular de seu caráter educacional, a fim de favorecer a aprendizagem e promover a dignidade humana.

Nesta perspectiva, acreditamos que a juventude, ou as juventudes, são marcadas e vividas de diferentes modos, na combinação de múltiplos aspectos sociais, biológicos e culturais que perpassam necessariamente por questões de regionalidade, classe, sexo, gênero, geração, entre tantas outras.

Para tanto, é essencial compreender que a percepção de juventude implica em considerar o jovem como uma parte da construção social e cultural, portanto não reduzida a um recorte temporal e biológico, mas como um momento de intensas transformações a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais. Condições de classe social, moradia, gênero, etnia, pertencimento religioso e tantas outras apontam várias ideias sobre ser jovem. Desse modo, por se apresentar diversificadamente, é que falamos em "juventudes", no intuito de abranger os diferentes modos de se vivenciar esta etapa da vida, que se constrói e reconstrói permanentemente na contemporaneidade.

Trazer essa compreensão de "juventudes" para o campo educacional é problematizar o papel do IFC no atual contexto social. Assim como a juventude é uma etapa da vida humana, a instituição de ensino é uma etapa da juventude. Destarte, cabe constantemente o questionamento sobre como as dinâmicas institucionais contribuem

nos processos de formação e reconhecimento da identidade individual e coletiva dos jovens, em meio às suas diversas oportunidades de vivência e experimentação; na elaboração dos seus projetos pessoais de maneira que persigam uma vida digna e no seu acesso aos direitos sociais, principalmente à educação, à cultura e a inserção no mundo do trabalho.

3.1.4 Formação Integral e Currículo Integrado

O termo "currículo", na sua origem em latim, currere, significa "carreira", "percurso". Conforme Saviani (2003, p. 16), "[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola." Ou seja, o currículo materializa as atividades essenciais que a instituição de ensino não pode deixar de desenvolver, sob pena de perder a sua especificidade. Malanchen (2014) explica que a escola precisa garantir a socialização dos conhecimentos (científicos, filosóficos e artísticos), devendo permitir a superação do conhecimento espontâneo pelo conhecimento elaborado. Este conhecimento aparecerá no currículo sob a forma de campos de estudos, áreas, eixos, disciplinas ou núcleos temáticos referentes aos conhecimentos das áreas do saber necessários a determinado nível de ensino.

O currículo como planejamento e como prática não é neutro, retrata a missão, a visão e os valores da instituição, bem como atende a quatro questionamentos centrais: O que fazemos? Como fazemos? Por que fazemos? Para quem fazemos? Neste sentido, sempre há que se questionar a forma como o conjunto de conhecimentos ou áreas dos saberes compõem o currículo, sem se olvidar da importância deste. Os estudos de Sacristan (2003), contribuem para pensar as propostas educativas institucionais a partir da composição de

elementos humanos/cognitivos, culturais/científicos, políticos e sociais. Parte-se, portanto, do pressuposto de que comprometimento e participação democrática são indispensáveis na construção do percurso pedagógico, considerando todos os sujeitos envolvidos com a educação, sejam docentes, técnico-administrativos, educandos, famílias, comunidade externa.

Ao se iniciar um diálogo com intenção de construir um conjunto de conhecimentos ou áreas dos saberes que contribuam com a formação do estudante e, portanto, esteja em sintonia com o perfil do egresso na perspectiva da formação integral, são necessários alguns esclarecimentos. O primeiro diz respeito a uma compreensão largamente aceita entre os educadores de que as disciplinas que compõem o currículo não são um fim em si mesmas e, portanto, é possível criar-se estruturas curriculares que superem a fragmentação disciplinar. O segundo é a compreensão de que qualquer agrupamento de conteúdo ou disciplinas que compõem a estrutura curricular é realizado sob critérios que podem (e devem) ser criticados e colocados em suspensão em qualquer discussão.

Os Institutos Federais, enquanto locus de oferta de educação de qualidade social nos diversos níveis e modalidades de ensino, precisam se relançar constantemente aos desafios de reconstruir, de redefinir conceitos e ações orientadoras, visando estabelecer novas práticas pedagógicas. Isso pressupõe construir arquiteturas curriculares que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (científicos, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando diminuir as fragilidades e qualificar as diferentes formas de construção de conhecimento.

A proposta curricular do IFC é concebida como um movimento

dinâmico e de responsabilidade coletiva, que envolve tomadas de decisão, articulação, interação entre sujeitos, saberes e práticas no planejamento dos fazeres educativos da instituição. A legitimidade se faz pela construção participativa, ao significar e ressignificar as práticas institucionais cotidianas e suas concepções. Com base nessa perspectiva, "recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista" (Pacheco, 2011. p. 7). Para tanto, é importante refletir e assumir uma prática educativa, que passe pela condição formativa dos sujeitos, constituindo, assim, um currículo legítimo, concebido para além da dimensão simplista de programas e conteúdo, com a necessária clareza das concepções de homem, sociedade e educação.

Embora as unidades do IFC tenham trajetórias históricas e elementos suficientes para se afirmarem em suas práticas curriculares, a instituição assume uma postura de trabalho coletivo e construção democrática. Essa postura visa à constituição sólida de uma identidade que direcione as ações da instituição, também é aliada a práticas educacionais integradas que objetivam a oferta de uma educação de qualidade voltada à formação integral dos estudantes, que está afirmada nas concepções e políticas desse PPI.

Para acontecer a construção democrática de um currículo integrado que atenda às dimensões da formação humana, do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, o Projeto Pedagógico dos cursos precisa ser amparado por um movimento de reflexão coletiva, fundante do processo educativo, social e humanizador. A proposta do IFC baseia-se no compromisso com a visão de educação como ação política e ato de construção contínua do conhecimento, a

qual se dá entre os sujeitos e o mundo, na busca pela transformação local e regional.

Quando se fala em formação integral dos estudantes, vai-se além de uma concepção de integração da matriz curricular e das práticas que nela perpassam. A formação integral no IFC é vista como fundamental, à medida que cada componente e cada conteúdo curricular deve ser planejado num todo e não como uma matriz de disciplinas fragmentadas, sempre pensando o sujeito como um ser único que interage e se modifica na interação com o mundo que o cerca. Assim, os currículos dos cursos do IFC deverão ser pensados com a ideia de um currículo integrado, na forma e no método, construído coletivamente e articulado no sentido da formação humana integral, politécnica e omnilateral.

3.1.5 Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na LDB, tendo como uma de suas finalidades preparar o estudante "para o exercício de profissões", contribuindo para o cidadão poder se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. A Educação Profissional e Tecnológica é, portanto, uma modalidade educacional que articula o trabalho com a formação humana integral, o ensino com a pesquisa, o conhecimento científico com o saber-fazer, a formação geral com a formação técnica e a qualificação profissional com a construção da cidadania.

Segundo o Artigo 2 da Resolução 1/21 do CNE/CP:

> A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes.

Tomando como base essa definição emitida pelo CNE, a Educação Profissional e Tecnológica envolve a formação de indivíduos para o exercício de atividades profissionais específicas, com ênfase na aquisição de conhecimentos e habilidades relacionadas a um determinado campo de trabalho.

Ela busca preparar os indivíduos para atuarem de forma responsável e qualificada em suas áreas de atuação, considerando as demandas do mundo do trabalho e as transformações sociais e tecnológicas. Em sua essência, os Institutos Federais são instituições de ensino que desempenham um papel fundamental na Educação Profissional e Tecnológica, tendo sido criadas com o objetivo principal de oferecer formação técnica e profissional de qualidade, além de promover a pesquisa e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

Neste sentido, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais têm contribuído para a formação de profissionais altamente qualificados, com conhecimentos técnicos e científicos atualizados, preparados para atender às demandas do mundo do trabalho e para impulsionar o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do país.

Para além da referência legal, é preciso destacar que a oferta de Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais faz parte de uma proposta de política pública de educação sintonizada com um projeto social progressista. Esta proposta, ao articular a oferta educacional (ampliada e interiorizada) com uma concepção histórico-crítica do processo educativo, busca uma formação omnilateral dos sujeitos.

A intencionalidade de tais políticas é a de que estas estejam vinculadas ao contexto social em que são implantadas e a de que a educação seja considerada:

> [...] não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2011, p. 17).

Dessa maneira, as referências tecnicistas das diferentes versões históricas da educação profissional, bem como seu objetivo limitado à formação/qualificação de mão de obra, são substituídas por uma visão mais humanista e vinculada aos dilemas do mundo do trabalho contemporâneo.

Assim, nos Institutos Federais conforme Pacheco (2011, p. 29–30):

> A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação

> que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. [...] Os Institutos Federais, em sua concepção, reúnem trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos.

Neste contexto, compreende-se como indispensável que os currículos e as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFC realizem uma formação integrada e omnilateral, alinhadas com a Educação Profissional e Tecnológica. Isso inclui a promoção do pensamento crítico, da autonomia, da capacidade de resolver problemas complexos, da criatividade e da colaboração.

Para Frigotto (2012, p. 267) compreende-se como formação omnilateral:

> [...] a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são

simplesmente dados pela natureza.

Tendo em vista que a educação omnilateral dos sujeitos não está dada e que, portanto, é uma construção que ocorre nas relações sociais, é necessário tomar o conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade. Assim, compreendem-se os fenômenos, tanto naturais quanto sociais, como síntese de múltiplas relações, as quais o pensamento se dispõe a apreender. Implica uma unidade entre os conhecimentos gerais e específicos, bem como a relação entre parte e totalidade na organização curricular. Daí advém a necessidade das abordagens contextualizadas e ações integradas em seus diferentes níveis no currículo, de modo a estabelecer relações dinâmicas e dialéticas entre os contextos em que os conhecimentos foram e em que são construídos e implementados.

A educação omnilateral vai além da transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas, buscando desenvolver as capacidades cognitivas, emocionais, éticas e sociais dos estudantes. Ela valoriza a formação de indivíduos críticos, reflexivos e autônomos, capazes de se adaptar a diferentes contextos e de lidar com os desafios da vida em sociedade (Frigotto, 2012).

Nesse sentido, a educação omnilateral reconhece a importância de abordar temas como a cidadania, a igualdade, a justiça social, os direitos humanos e a sustentabilidade, proporcionando aos estudantes uma visão ampla e contextualizada do mundo em que vivem.

Ao adotar uma perspectiva omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica, o IFC busca proporcionar oportunidades para os estudantes desenvolverem não apenas habilidades técnicas, mas também habilidades

socioemocionais, como trabalho em equipe, comunicação eficaz, resiliência e ética profissional.

Dessa forma, busca-se formar profissionais que estejam preparados não apenas para desempenhar suas funções técnicas, mas também para enfrentar os desafios e demandas do mundo do trabalho de forma integral. Isso reflete uma compreensão de que a preparação profissional não deve se restringir apenas ao aspecto técnico, mas também abranger a formação de cidadãos críticos, reflexivos e éticos.

3.2 PRINCÍPIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Pensar a construção de uma sociedade democrática remete ao seu aprofundamento nos "processos de pluralização dos atores da representação, e de diversificação do lócus onde ela é exercida", assim como também ao enfoque nas ações pedagógicas institucionais que visam acolher diversas formas de participação no desenho e implementação de políticas públicas.

Prima-se pela promoção dos valores democráticos, de uma educação para a democracia que se opõe a uma educação paternalista "[...] destinada a educar os governados, os que iriam obedecer e fazer, em oposição aos que irão mandar e pensar, falhando logo, este modo, ao conceito democrático que a deveria orientar, de escola de formação do povo, isto é, do soberano, numa democracia" (Teixeira, 1936, p. 27).

Valores democráticos de uma escola republicana que questiona os privilégios de herança e reconhece a igualdade, o respeito aos

direitos humanos e à vontade da maioria formada de modo legítimo.

Benevides (1996, p. 226) orienta que educação para a democracia evoca duas dimensões:

> A formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente - e mais de uma vez no curso da vida - um ou outro.

Nesse sentido, educar para a democracia requer "conhecimentos básicos da vida social e política e uma correspondente formação ética" (Benevides, 1996, p. 226); não ocorre impositivamente e nem é doutrinação. Benevides (1996, p. 228) ainda ensina que é um ato de persuasão, tendo em vista que "um dos valores fundamentais da democracia é a liberdade individual, que não pode ser sacrificada em nome de qualquer ideologia, mesmo que esta apareça sob os tons de uma ideologia redentora e nacional". Esclarece ainda (p. 227-228):

> A educação para a democracia não se confunde nem com democratização do ensino – que é, certamente, um pressuposto – nem com educação democrática. Esta última é um meio necessário, mas não suficiente, para se obter aquela. [...] a educação para a democracia difere, também, da simples instrução cívica, que consiste, por exemplo, no ensino da organização do Estado e dos deveres do cidadão, bem como difere da formação política geral, que visa facilitar aos indivíduos a informação política, qualquer que seja o regime vigente.

Fernando de Azevedo (1964, p. 274), ao contribuir com suas construções teóricas para o campo educacional brasileiro na primeira metade do século XX, considerava que a função da educação era formar para uma cidadania participante e não para partidarismos, enquanto que a função educacional do Estado jamais poderia ser de

dominação, e sim de direção.

Tais defesas ainda são pertinentes quando se pretende educar para a democracia: formar para a cidadania ativa, para a participação na vida pública, para promover valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade.

No que concerne ao respeito à diferença, "não significa, de modo algum, esterilidade de convicções" (Benevides, 1996, p. 232). Este tema tem sido central no pensamento educacional nos últimos anos. "Mesmo que tratadas de forma marginal, como temas transversais, essas questões são reconhecidas, inclusive pelo oficialismo, como legítimas questões de conhecimento" (Silva, 2000, p. 73).

Ao pensar a diferença, Deleuze (1988, p. 8) elucida:

> Todas as identidades são apenas simuladas, produzidas como um efeito óptico por um jogo mais profundo [...]. Queremos pensar a diferença em si mesma e a relação do diferente com o diferente, independentemente das formas da representação que as conduzem.

Nesse aspecto, necessário se faz considerar a diferença juntamente "as relações sociais de poder em que ela pode estar inscrita" e de como elas são "construídas e representadas em vários discursos" (Brah, 2006, p. 337).

A diferença neste aspecto é autorreferenciada e orienta para si própria; não como mero resultado de um processo, "mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas" (Silva, 2000, p. 73-74) em sistemas de significados, representações, discursos e disputas de grupos sociais. Sendo assim, quando se trata da educação, não se pode relacioná-la apenas com tolerância e respeito.

Silva (2000, p. 80) alerta que, nos processos pedagógicos, tais ideias podem ser profícuas, desejáveis e nobres; no entanto, são empecilho da diferença como "processos de produção social, como processos que envolvem relações de poder".

O pesquisador Silva (2000, p. 80) afirma ainda:

> Ver a [...] diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder

Assim entendida, a diferença não tem caráter de entidade preexistente, mas de elemento passivo da cultura e que precisa ser incessantemente criada e recriada: "a diferença tem a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição" (Silva, 2000, p. 80). Outro aspecto importante a ser considerado quando se deseja educar para a democracia é a diversidade.

Gomes (2007, p. 30) demonstra que diversidade, quando pensada a partir da perspectiva cultural, deve "ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças" em contextos e relações de poder. Também assinala que inserir a temática, "nas políticas educacionais, nos currículos, nas práticas pedagógicas e na formação docente [...] implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como: desigualdade, discriminação, etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia" (Gomes, 2007, p. 30).

Desta forma, educar para a democracia no respeito à diversidade demanda tomada de posição em sentidos opostos aos processos que colonizam e dominam. É perceber, nos distintos âmbitos - históricos, políticos, sociais e culturais, a naturalização e

a inferiorização consideradas de modo desigual e discriminatório. É agir no campo político por excelência com o objetivo de desconstruir a escola uniformizadora que ainda reina nos sistemas de ensino (Gomes, 2007). É compromisso da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, politizar a diversidade e colocá-la no centro "das lutas pela afirmação dos direitos", contribuindo, assim, para a construção de "respostas públicas e democráticas" sobre o debate (Gomes, 2007, p. 32).

Os princípios político-pedagógicos do IFC podem ser traduzidos nas concepções de indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa; pesquisa como princípio pedagógico; trabalho como princípio educativo; gestão democrática; responsabilidade e desenvolvimento social, econômico e ambiental; inclusão, direitos humanos e diversidade; interdisciplinaridade e verticalização.

Tais princípios estão ancorados nos valores institucionais e deverão embasar os regulamentos institucionais, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e as práticas educativas desenvolvidas em âmbito institucional. Assim, as ações institucionais estarão voltadas para a inclusão social, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, para a defesa do meio ambiente, a valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, assim como as demais prerrogativas que permeiam os valores, os princípios e a missão do IFC.

3.2.1 Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão

Em seus objetivos específicos, a Lei n.º 11.892/2008 traz o compromisso dos Institutos Federais em ministrar educação em

todos os níveis de ensino, ofertando possibilidades de acesso, além de realizar pesquisas aplicadas, visando instigar o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, tendo como foco a dignidade humana. Também há o compromisso de desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Neste sentido, a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa é um princípio fundamental dos Institutos Federais no Brasil (CNE, 2021). Essa concepção reconhece a importância de integrar essas três dimensões do conhecimento e promover uma formação acadêmica voltada para a realidade social e, portanto, em diálogo constante com a comunidade.

Diante disso, Ramos (2020) compreende que, no contexto dos Institutos Federais, a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa é essencial para proporcionar uma educação mais abrangente, estimulante e conectada com a realidade. Essa integração fortalece a formação dos estudantes, instiga a produção de conhecimento e promove o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para o progresso da educação e da sociedade como um todo.

No mesmo sentido, Pacheco (2010) destaca a importância da integração entre ensino, extensão e pesquisa para uma formação mais completa e voltada para as demandas da sociedade. Ele ressalta que os Institutos Federais devem ir além do ensino técnico e profissionalizante, promovendo a extensão e a pesquisa como atividades essenciais para a construção do conhecimento e para a transformação social. Pacheco (2010) defende a ideia de que a indissociabilidade entre essas três dimensões é fundamental para a formação de profissionais críticos e inovadores, capazes de enfrentar

os desafios do mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Tomando como base a Lei de criação dos Institutos Federais e as Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica, no IFC, o ensino é compreendido como a base de toda a atividade acadêmica, fornecendo a formação teórica e prática necessária aos estudantes. A extensão, por sua vez, visa estabelecer uma relação direta entre o conhecimento produzido na instituição e a sociedade. Por meio da extensão, o IFC busca transferir seus conhecimentos e tecnologias para a comunidade, promovendo ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde estão inseridos. Além disso, o IFC tem em vista promover a pesquisa científica e tecnológica, incentivando o desenvolvimento de novos conhecimentos e soluções para problemas locais, regionais e nacionais.

Sendo assim, o IFC assume que a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa deve ser buscada no processo de construção curricular, inclusive institucionalizando a curricularização da extensão e da pesquisa.

Puhl; Dresch, (2016, p. 37) o princípio da indissociabilidade Ensino, Extensão e Pesquisa:

> Projeta possibilidades pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos, o que contribui na efetivação da interdisciplinaridade, além de ser um meio de transcender a dicotomia entre teoria/prática, sujeito/objeto, empiria/razão, constituindo, pois, outro fundamento epistêmico.

A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão fornece conhecimentos, propostas de investigação e espaços para diferentes

programas, projetos e cursos, incluindo também a perspectiva da formação política. Da mesma forma, contribui para a identificação de novas linhas de pesquisa e para a proposição de projetos que articulem, interdisciplinarmente, a investigação, a produção e a apropriação do conhecimento e a intervenção social, permitindo um diálogo contínuo e permanente entre a comunidade local e o projeto curricular de cada curso.

As ações de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isto porque, a produção de conhecimento, a formação de profissionais qualificados e o trabalho em parceria com a sociedade geram impactos positivos na economia, na inovação tecnológica e no empreendedorismo, promovendo o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Gonçalves, 2015).

A integração entre ensino, pesquisa e extensão como conceitos indissociáveis fortalece o sistema educacional como um todo. Ao integrar teoria e prática, promover a produção de conhecimento e se envolver ativamente com a comunidade, as instituições de ensino se tornam mais relevantes e conectadas com as necessidades e demandas da sociedade.

Isso contribui para elevar a qualidade socialmente referenciada da educação, propiciar a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão e impulsionar o desenvolvimento educacional do país (Severino, 2009).

3.2.2 Pesquisa como Princípio Pedagógico

A pesquisa como princípio pedagógico, trabalha a relação e a articulação dos saberes para a produção de conhecimento e para a intervenção social, com vistas a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Tratar a pesquisa numa ótica pedagógica é compreendê-la como agente possibilitador de emancipação humana, que propicia ao estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia. O fomento à pesquisa como uma prática diária entre estudantes e educadores é uma atividade reflexiva e investigativa, num movimento de ação-reflexão-ação, que proporciona o conhecimento teórico e empírico acerca das temáticas a serem investigadas, repercutindo no processo educativo e formativo do sujeito.

O ato de pesquisar, no IFC, baseia-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio pedagógico, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado à pesquisa é ir além da descoberta científica, pois o seu compromisso com a humanidade deve representar a conjugação do saber, fazer e transformar. Os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global.

Sendo assim, o IFC fomenta a pesquisa como princípio pedagógico, sendo um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades de cursos ofertados. Nesse sentido, tem-se como um dos principais objetivos a formação de pessoas voltadas à investigação, à inovação e à difusão de conhecimentos de forma crítica e reflexiva, buscando, com responsabilidade, o desenvolvimento

científico, social, econômico, ambiental e tecnológico, do âmbito local ao Internacional.

Entendida como elemento articulador do currículo e como um caminho didático e investigativo para aprendizagem, a adoção da pesquisa como princípio pedagógico estabelece uma nova dinâmica em sala de aula. É uma perspectiva que visa a autonomia do estudante, tornando o processo de ensino dialógico e a aprendizagem mais significativa, democrática e comprometida com a formação integral dos estudantes.

Cabe aos educadores despertarem as atitudes de pesquisador nos estudantes, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. Por meio da pesquisa, o docente pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível. Mas, também é preciso que o currículo garanta em seu espaço e nos seus movimentos a pesquisa como princípio pedagógico, de modo que este não seja uma prática e/ou iniciativa individual de cada docente, e sim uma dinâmica fundamental em toda organização curricular. Com esse princípio é buscada a curricularização da pesquisa nos cursos do IFC.

Apoiados no entendimento advindo das Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT sobre a pesquisa como princípio pedagógico, do ponto de vista da organização curricular, são necessárias novas formas de seleção e organização dos conteúdos. Esses processos devem contemplar o diálogo entre as áreas de conhecimento, supondo a primazia da qualidade do conhecimento construído na relação com o estudante sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica e a preferência do significado social do conhecimento ante os critérios formais inerentes à lógica disciplinar.

3.2.3 Trabalho como Princípio Educativo

O trabalho é concebido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência e objetivação da vida humana (Brasil/MEC, 2007, p. 43). Assim, concebe-se o trabalho como um princípio educativo, pois, inerente à natureza humana, o trabalho possibilita ao homem ser o que é, produzir-se e, ao produzir-se, produzir novos conhecimentos para a humanidade, superando a fragmentação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Neste sentido, o trabalho pode ser considerado como princípio educativo, e pode ser compreendido em três sentidos distintos, mas articulados entre si: num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto (ontológico); um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo (histórico); finalmente, num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (pedagógico).

Compreender o trabalho nestas dimensões e, portanto, como meio de ação social da existência, possibilita entender que, para que a humanidade exista todos precisam ter acesso ao conhecimento, à cultura e às condições necessárias para trabalhar e produzir a existência e a riqueza social.

O trabalho como princípio educativo é uma abordagem que valoriza a integração entre a teoria e a prática, reconhecendo o trabalho como uma atividade fundamental para o desenvolvimento humano e para a formação integral dos indivíduos. Essa perspectiva enfatiza a importância de proporcionar aos estudantes experiências

reais de trabalho, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, para promover o aprendizado significativo e o desenvolvimento de habilidades essenciais. Nesta perspectiva, segundo Freire (2019, 2005) o trabalho é uma dimensão fundamental da existência humana e, portanto, deve ser valorizado como elemento central no processo educativo. Ele ressalta que o trabalho não deve ser visto apenas como uma atividade mecânica, mas como um processo criativo, que envolve reflexão, diálogo e transformação.

O trabalho como princípio educativo defende a ideia da integração, ou seja, que o ensino deve ser integrado à prática, proporcionando aos estudantes oportunidades reais de relação e reflexão sobre o trabalho, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Nesta perspectiva não há saber geral ou específico, ou ainda saberes hierarquizados, pois todos os saberes articulam-se numa proposta materializada através do currículo. Isto não significa a simples extinção da organização curricular por disciplinas, mas a compreensão que se faz necessário práticas pedagógicas que permitam que as áreas, respeitadas suas especificidades, possam superar a fragmentação do conhecimento numa perspectiva de que o espaço e o tempo escolar, dentro e fora da sala de aula, devem ser percebidos e vividos como locus da construção do conhecimento. Essa abordagem visa formar indivíduos autônomos, criativos e críticos, capazes de responder às demandas do mundo do trabalho e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No IFC, o trabalho é concebido como uma atividade que vai além da simples reprodução de conhecimentos teóricos, buscando conectar os saberes acadêmicos com as demandas e desafios reais do mundo do trabalho. Nesse contexto, são oferecidas oportunidades para os

estudantes vivenciarem experiências práticas, por meio de estágios, projetos de pesquisa, extensão e atividades de iniciação científica. Dessa forma, eles são preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania plena, com uma compreensão crítica das relações sociais, econômicas e políticas.

Assim, o trabalho engendra um princípio educativo, que não se confunde com aprender fazendo. A indissociabilidade entre teoria e prática não deve ser reduzida a simples reprodução de tarefas pré-determinadas – o que não elide a importância da prática na atividade técnica –, e sim tendo o trabalho como mediador a partir de um caso particular prático para se chegar à teoria geral: ou seja, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como prática pedagógica.

Estimulando a formação de profissionais críticos, criativos e comprometidos com o desenvolvimento social e econômico do país, o IFC busca proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades técnicas, socioemocionais e cognitivas, além de estimular o espírito empreendedor e a capacidade de solucionar problemas reais. Assim, o trabalho como princípio educativo nos Institutos Federais e, em particular, no IFC, reflete uma concepção de educação que vai ao encontro das demandas contemporâneas, buscando formar profissionais competentes, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

No IFC, assumir o trabalho como princípio educativo significa integrá-lo à ciência, à tecnologia e à cultura, que formam a base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular dos cursos, em seus diversos níveis. Assim, concebe-se o trabalho como princípio educativo o qual deve ser entendido como aquele que direciona o currículo escolar e as práticas educativas vislumbrando as exigências e necessidades para a vida em sociedade. Exige-se que

nessa concepção não haja fragmentação entre os saberes científicos e tecnológicos (Saviani, 2007).

Tomar o trabalho como princípio educativo é considerar o todo do ser humano, é partir do pressuposto de que o trabalho está contido no homem, é considerar o homem na sua essência. Nesse sentido, o conceito de educação assumido pelo IFC, busca compreender o sujeito nas suas múltiplas dimensões, numa perspectiva omnilateral e politécnica.

Em perspectiva omnilateral, é fundamental o entendimento do processo de produção da existência como um todo e de sua condição de trabalhador e cidadão, consciente de seus direitos e deveres. Ou seja, uma educação que prepare para o mundo do trabalho e para a prática social com sólida base ética e política. É uma perspectiva educativa que auxilie a pessoa a ser capaz de desenvolver a curiosidade, a vivacidade, o espírito investigativo e inovador, visando a ação ética, consciente, interventora e libertadora dos indivíduos na realidade social.

A concepção de educação politécnica, principalmente em sua dimensão infraestrutural, define-se na luta pela liberdade no trabalho, enquanto busca métodos de reconstrução da identidade do trabalhador com o produto de seu trabalho, por meio da mediação da compreensão totalizante do processo de trabalho. Esse tipo de compreensão abre caminhos para um desempenho mais amplo no processo de produção da existência. A politecnia pressupõe, assim, domínio teórico-prático do processo de trabalho. Destarte, a concepção politécnica de educação defendida pelo IFC, em sua dimensão infraestrutural, é a identificação de estratégias de formação humana, com base nos modernos processos de trabalho, as quais apontem para uma reapropriação do domínio do trabalho.

3.2.4 Gestão democrática da educação

Conforme a Constituição Federal de 1988, a Gestão Democrática do Ensino Público é um princípio que deve fundamentar as atividades desenvolvidas no âmbito das instituições públicas de ensino. A gestão democrática visa promover a participação ativa de estudantes, docentes, técnicos-administrativos e membros da sociedade civil, no processo de tomada de decisões e na organização das instituições de ensino.

Essa abordagem busca garantir a transparência, a inclusão e o fortalecimento da comunidade educacional, promovendo a transparência, a inclusão, a equidade e a responsabilidade compartilhada, visando uma educação de qualidade e a formação cidadã dos estudantes. Para além de constituir um método de gestão, que consiste na tomada de decisões e no desenvolvimento de ações de forma participativa, a gestão democrática é um princípio formativo e orientador das relações sociais no âmbito institucional, imprescindível para a formação de cidadãos com vista a uma sociedade democrática.

Considerando a gestão de uma instituição como mediação para a realização de determinados fins, não há como ensinar valores democráticos sem que as práticas institucionais estejam imbuídas nesses mesmos princípios e valores. É um lugar de exercício da cidadania que possibilita a apropriação e a construção da instituição como um território verdadeiramente público. Portanto, a gestão democrática possibilita o engajamento dos diferentes sujeitos na realização dos objetivos institucionais e é:

> [...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao

> desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (Souza, 2009, p. 125)

Nos Institutos Federais, a gestão democrática é respaldada por diversas legislações e normativas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), a Lei dos Institutos Federais (Lei n.º 11.892/2008) e o Estatuto dos Institutos Federais (Decreto n.º 7.566/2011). Essas normativas estabelecem mecanismos e instâncias de participação, bem como atribuições e responsabilidades de cada segmento da comunidade educacional.

Como instituição pública, comprometida com a construção de uma sociedade que visa à humanização por meio da educação, o IFC objetiva a sensibilização da "diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos" (Gomes, 2007, p. 32) e busca traduzir este princípio por meio de ações pedagógicas reais, que contribuam para a transformação do sistema educacional público que seja inclusivo, democrático e acessível ao diverso.

Buscando a superação de uma concepção autoritária e centralizada de gestão, e promovendo a participação ativa da comunidade escolar.

Como método de gestão, o IFC desenvolve o planejamento, desenvolvimento e avaliação de suas atividades de forma participativa, por meio de suas diferentes instâncias colegiadas, sem deixar de oportunizar a participação direta da comunidade por meio de diferentes canais e do contato direto com os gestores e a instituição. A gestão democrática é concebida como um valor institucional que deve permear todas as suas práticas, uma vez que não é "possível erradicar o autoritarismo sendo autoritário, construir o diálogo sendo demagógico, superar a violência agindo de forma preconceituosa" (Souza, 2009, p. 127).

Consoante a tais princípios e concepções institucionais, o processo de gestão democrática e participativa no IFC se consolida na integração das atividades acadêmicas, de ensino, extensão e pesquisa, entre si, com a comunidade escolar e com tomada de decisão intercampi, culminando assim com o desenvolvimento da prática da gestão institucional integrada. Quanto à participação, trata-se de zelar pela "partilha do poder, a participação na tomada de decisões" (Paro, 1997, p. 16). Até porque, "a gestão democrática é uma prática social que amplia a participação dos diferentes segmentos da escola na tomada de decisões e na definição das políticas educacionais, visando a construção coletiva de uma escola mais justa e inclusiva" (Gadotti, 2011, p. 29).

Optar por uma gestão democrática implica considerar a participação da população envolvida com a comunidade escolar (interna e externa) e consiste em acreditar que é preciso "[...] tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola" (Paro, 1997, p. 9), para não incorrer em "amadorismos pedagógicos".

Libâneo (2005) afirma que a gestão democrática na educação é pautada na construção coletiva de uma escola participativa e inclusiva, onde a comunidade escolar tem voz e poder de decisão.

Segundo o autor, "a gestão democrática da educação fundamenta-se na ideia de que a organização do trabalho educativo é responsabilidade de todos os atores envolvidos no processo, garantindo-se a participação, o diálogo, a transparência e o respeito mútuo" (Libâneo, 2005, p. 153).

No IFC, a materialização desta forma de gestão se dá por vias da participação representativa junto ao Conselho Superior, Conselho

de Ensino Pesquisa e Extensão, aos órgãos colegiados, núcleos, comitês e comissões específicas, tendo como clara a posição de que, ao se inserir esses setores nos processos de gestão, o gestor não está, sob nenhum aspecto, perdendo poder, mas dividindo as responsabilidades de construção de uma educação com tais princípios, concepções e perfil.

A gestão democrática no IFC busca promover o diálogo aberto e transparente entre todos os envolvidos no processo educacional.

A troca de informações, o compartilhamento de decisões e a prestação de contas são valorizados para garantir a transparência e a confiança na gestão.

O IFC almeja o aperfeiçoamento de uma prática que, no contexto brasileiro, ainda é embrionária, mas que, se fortalecida, poderá estar articulada com os interesses sociais democráticos, que exigem medidas corajosas e provimento de condições.

3.2.5 Responsabilidade Social: desenvolvimento humano e econômico e responsabilidade ambiental

Com raras exceções, economistas e cientistas sociais convergem na afirmação de que o desenvolvimento econômico deve ser buscado numa relação direta com a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, o investimento em educação é primordial, pois incide fortemente nesse objetivo mais amplo.

Além de interferir diretamente na qualidade de vida das pessoas, a educação promove desenvolvimento e mudanças qualitativas no

modo de vida das famílias e das instituições, como também nos processos e nas estruturas produtivas dos diversos setores econômicos. Consequentemente, elevam-se os índices sociais, econômicos e impulsionam-se inovações e avanços tecnológicos, bem como são reduzidos os impactos ambientais.

O acesso a uma educação com qualidade e para todos, aumenta as chances de melhor desenvolvimento social, econômico e ambiental (Unesco, 2005).

Para além do mero crescimento econômico, em que se atua simplesmente para obtenção do aumento do PIB, a redução das desigualdades de renda, a redução dos níveis de desemprego, a justiça social, a redução da vulnerabilidade, o maior acesso aos bens de consumo e o crescimento ambientalmente sustentável são metas que um país, que se diz desenvolvido, deve ser capaz de implementar e concretizar.

Nessa perspectiva, a educação tem participação essencial pois contribui para aumentar as oportunidades de uma população, gerando possibilidades de consolidar novos processos de produção e de criação de riqueza.

Neste contexto, António Caleiro (2007, p.35) afirma que:

> [...] a educação traz benefícios individuais e sociais. Os individuais podem ser medidos ao nível da saúde, da produtividade, da redução da desigualdade na distribuição de rendimento. Já os benefícios sociais podem ser medidos ao nível da redução dos efeitos da pobreza, da contribuição para a democratização, da promoção da paz e da estabilidade, do aumento das preocupações com as questões ambientais e do aumento da competitividade econômica.

O acesso a uma educação de qualidade possibilita às pessoas

perceberem e fazerem uma leitura crítica dos rumos sociais, econômicos e ambientais de um país e, consequentemente, de seu contexto imediato. Isso não significa que é a educação que vá resolver todos os problemas. Por isso, não podemos deixar de evidenciar que a educação, antes de tudo, é um direito e não pode simplesmente ser responsabilizada unicamente pelo desenvolvimento social, econômico e ambiental de um país ou região.

A principal atribuição da educação, defendida por Freire (2007), é a de emancipação dos sujeitos, tornando-os cidadãos capazes de interferir no meio social, transformando-o em espaço democrático de acesso à cultura, ao conhecimento e aos meios e modos de produção. Isso não significa que as instituições de ensino devam se olvidar do seu compromisso com o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

O IFC, enquanto instituição de ensino pública, que oferta cursos gratuitos, tem por força de sua própria natureza e constituição, obrigatoriedade de atuar com responsabilidade social, buscando o desenvolvimento humano e econômico, com responsabilidade ambiental.

Isso implica prezar por posicionamento ético e transparente, que contribua para o desenvolvimento sustentável, considerando as expectativas da comunidade onde cada campus está inserido. Suprir, nessa direção, atendimento a projetos que contribuam com os arranjos produtivos locais e as demandas sociais mais emergentes se tornam prioridade.

Ainda, com relação às prioridades do IFC com a educação para o desenvolvimento social, econômico e responsabilidade ambiental, é possível elencar:

a) busca pela melhoria da qualidade da educação profissional e

tecnológica, bem como da educação básica;

b) priorização da oferta de uma educação que dialogue com os arranjos produtivos e sociais locais, com a inclusão nos projetos pedagógicos de curso das questões de inovação, empreendedorismo, sustentabilidade, alteridade, solidariedade e educação para a paz;

c) contribuição para o aumento, em todos os segmentos e níveis da população, da consciência pela importância da educação na vida de todos os seres humanos objetivando o exercício pleno da cidadania.

Assumir esta postura de desenvolvimento social, econômico e responsabilidade ambiental implica em um posicionamento que, ao passo que busca a melhora da qualidade da vida em um amplo espectro de ações, respeita a capacidade de produção dos ecossistemas, inclusive não naturais ou humanos, e a capacidade de resiliência dos mesmos. É um posicionamento pautado no debate de que o avanço científico implica na busca da melhoria da qualidade de vida sem que, para isso, precise aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra ou abaixo da nossa capacidade máxima de reversão das consequências negativas do processo de produção de bens e riquezas.

Sendo assim, a preocupação com a responsabilidade social, econômica e ambiental assumida pelo IFC, contribuirá, de forma direta, à formação de lideranças, que atuarão de forma concreta na concepção de planos sustentáveis que não comprometam os interesses das gerações futuras e com a busca da melhoria da qualidade de vida de forma geral.

Reafirma-se, portanto, que a educação, o desenvolvimento social,

econômico e a responsabilidade ambiental, estabelecem um diálogo, uma conversação intensa, sendo uma interdependente da outra. Isto porque no sentido da complexidade das interações possíveis elas envolvem todas as dimensões humanas na perspectiva de se alcançar assim, o desenvolvimento pleno da sociedade.

3.2.6 Inclusão, direitos humanos e diversidade

O reconhecimento e a convivência com a diversidade sociocultural e a pluralidade no campo das ideias contribuem na formação de cidadãos mais autônomos intelectual e eticamente. Nesse sentido, as políticas do IFC, que se pautam nas perspectivas de inclusão, direitos humanos e diversidade como princípio pedagógico, refletem uma instituição em permanente construção que se renova a cada dia, enriquecendo o contexto socioeconômico e cultural catarinense e brasileiro.

De acordo com Sassaki (2009), o paradigma social da inclusão se apresenta como um processo de adequação dos sistemas sociais comuns à diversidade humana, no qual as pessoas, em suas diversidades, participam da formulação e da execução de tais adequações. Para o autor, essa diversidade humana é composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outras características que constituem os sujeitos. Sob uma perspectiva de inclusão, é o meio, a sociedade, que deve contemplar e valorizar as diferentes características humanas e não as pessoas que precisam performar o padrão de normalidade social e culturalmente estabelecido, adequando-se individualmente às exigências das super estruturas.

Assim, a diversidade na educação reflete a complexidade das relações sociais para além da instituição de ensino. Relações étnico raciais, de gênero e sexualidade, evidenciam situações de preconceito, discriminação e invisibilidade. Além disso, as pessoas com deficiência necessitam de acessibilidade para poderem estar em igualdade de condições e de oportunidades, bem como, para manter dignidade na sua vida, o que exige profissionais qualificados, espaços e recursos acessíveis para receber esse público. Há também situações geracionais, como os adultos que estão em busca do tempo perdido, pois não tiveram oportunidade de estudar quando jovens; a terceira idade que, com o aumento da expectativa de vida, busca atividades relacionadas com a educação para sair da rotina, dentre outros exemplos.

As políticas educacionais nacionais não somente aumentaram o número de estudantes nas instituições de ensino, mas, fundamentalmente, ampliaram a convivência com as mais variadas formas de diversidade sociocultural. Tal contexto levou o IFC à busca por novos valores, novos modos de ensino e aprendizagem e de convívio que propiciem uma inclusão de fato, ou seja, um ambiente educacional no qual todos possam ter suas diferentes necessidades e direitos atendidos de forma justa e equitativa, a fim de contribuir com o sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, diversos grupos socioculturais têm se mobilizado e conquistado direitos no campo educacional, produzindo-se, assim, novas respostas pedagógicas às questões de cada grupo e, de modo interseccional, educar para a inclusão, direitos humanos e diversidade não significa apenas reconhecer a diferença, mas construir caminhos possíveis para o convívio democrático e para a valorização das diferenças. Sendo a escola um espaço sociocultural onde as diferentes

identidades se encontram, é fundamental que os processos de ensino e aprendizagem envolvam todos os estudantes, acolhendo-os em sua diversidade e garantindo sua permanência e êxito. Para tanto, é preciso possibilitar aos educadores a construção de conhecimentos necessários para trabalhar com pessoas procedentes de diferentes contextos sociais e culturais, a fim de garantir a participação e a aprendizagem de todos e de cada um.

A instituição de espaços para sensibilização, discussão e incentivo à cultura da inclusão é medida fundamental para garantir condições de permanência e êxito dos estudantes na instituição.

Nesta perspectiva, o IFC busca promover a inclusão, não apenas em respeito à legislação vigente, mas compreendendo como seu dever, por ser uma instituição de ensino, acolher e prover uma educação digna a todos, respeitando suas singularidades e suas diferentes formas de ser e estar no mundo.

3.2.7 Interdisciplinaridade e Verticalização

A interdisciplinaridade pressupõe a compreensão da relação entre a totalidade das partes e destas no todo, numa interação entre duas ou mais áreas, com equilíbrio de forças nas relações estabelecidas, que resultará na intercomunicação de conceitos e de terminologias fundamentais, ou seja, interdisciplinaridade é tanto um conceito como uma metodologia de integração de conteúdo.

Desta forma, o sentido de interdisciplinaridade apresentado como princípio neste documento não se relaciona a mera desfragmentação do saber com vistas ao ensino por competências.

O ensino baseado na interdisciplinaridade tem um grande poder estruturador, pois os conceitos, contextos teóricos e procedimentos vivenciados pelos estudantes, encontram-se organizados em torno de unidades mais globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas. Nesta concepção, se evidencia que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles, sempre reconstruídas no movimento da história.

Conforme Kuenzer (2000), uma educação que se pauta numa perspectiva interdisciplinar, cria a possibilidade de construção do novo, permitindo aproximações sucessivas da verdade, que nunca se dá a conhecer plenamente; por isto, o conhecimento resulta do processo de construção da totalidade, que nunca se encerra, pois sempre há algo novo para conhecer.

Por ser um princípio pedagógico, a interdisciplinaridade visa estabelecer elos de complementaridade, de convergência, de interconexões, de aproximações e de intersecção entre saberes de diferentes áreas. Implica em propor a organização curricular e didático-pedagógica pautada na integração, flexibilização e na contextualização de conhecimentos. Utiliza-se, portanto, de estratégias curriculares que possibilitam, ao mesmo tempo, um diálogo com as bases científicas, com a vida em sociedade, com a atividade produtiva e com as experiências subjetivas, favorecendo aos estudantes uma formação integral.

As razões e finalidades das propostas interdisciplinares costumam ser muito diferentes, porém, coincidem em sua necessidade, se quisermos realmente chegar a compreender o mundo em que vivemos e enfrentar os problemas cotidianos e futuros. O verdadeiramente decisivo é que se possa controlar o poder da ciência que é construída, e o fato de ela não ser utilizada para a opressão e marginalização de grupos humanos e

em benefício daqueles que o usam, escudando-se na mistificação de linguagens, metodologias e tecnologias (Santomé, 1998, p. 55).

Desconstruir uma cultura escolar fragmentada em disciplinas e organizar um currículo interdisciplinar, em perspectiva integral, é um dos desafios postos à educação em todos os níveis e formas de oferta.

Nesse sentido, consideramos relevante conhecer a classificação de Erich Jantsch (apud Santomé, 1998, p. 71–75) acerca dos níveis de colaboração e integração entre disciplinas, quais sejam: a multidisciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a disciplinaridade cruzada, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

A velocidade das mudanças e a complexidade dos problemas conduzem a posturas interdisciplinares e integradas que possibilitam a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados como instrumento de emancipação de sujeitos e como uma das condições rumo a uma sociedade mais justa. Assumir essa perspectiva como princípio pedagógico implica superar o ensino fragmentado, sem relação com o entorno, e compreender que a busca do conhecimento é um processo que nunca se completa. A denominação "currículo integrado" tem sido utilizada como tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção. A integração, desta forma, ressaltaria a unidade que deve existir entre as diferentes disciplinas e formas de conhecimento nas instituições escolares.

A construção de currículos integrados, almejados pelo IFC, objetiva articular dinamicamente trabalho/ensino, prática/teoria, ensino/pesquisa, ciência/cultura, ensino/extensão e comunidade, fortalecendo as relações entre trabalho e ensino, entre os problemas e suas hipóteses de solução e tendo como pano de fundo as características socioculturais do meio em que este processo se desenvolve.

Os estudos de Santomé (1998) definem currículo integrado como um programa total da instituição, não se restringindo a um nível ou forma de oferta. Ou seja, pensar o currículo integrado como uma das formas de materializar a interdisciplinaridade, considerando a estrutura multicampi e os diferentes níveis de ensino do IFC, pressupõe a construção de matrizes curriculares que possam articular-se entre si, num compromisso com oferta de cursos em diálogo com a realidade local de cada campus. Isso quer dizer que a interdisciplinaridade, nesta perspectiva, articula a ideia de currículo integrado e de verticalização curricular.

A verticalização pode ser encarada como um itinerário formativo que assegura "[...] o acesso do indivíduo a programas de diferentes níveis e modalidades educacionais da formação profissional e tecnológica" (Pacheco, 2011).

A verticalização vai além da oferta de cursos em diferentes níveis, sendo imprescindível a necessidade de organizar os componentes curriculares de modo a permitir o diálogo diversificado entre as formações. Traz implícita a necessidade de construir caminhos de formação que considerem o diálogo entre os diferentes cursos de qualificação profissional, nível médio, graduação e pós-graduação. Seus fundamentos compreendem estágios distintos de formação, integrados e comunicativos, que envolvem o trabalho, o conhecimento universalizado, a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica

Em resumo, o processo de verticalização pretende trazer, como resultado, o compartilhamento dos saberes e estabelecer relações intensas entre os indivíduos envolvidos no processo. Nesse sentido, a verticalização pode exercer influências decisivas nos métodos e técnicas de ensino e na construção e desenvolvimento dos currículos. Estes, na verticalização, não são agregados de disciplinas e conteúdos esparsos, pois implicam no traçado de um perfil lógico e coerente dos

diferentes saberes como um aprendizado total, não apenas reunindo as disciplinas como fragmentos isolados (Silva, 2015).

As experiências de verticalização, incluindo todos os níveis de ensino, podem possibilitar a constituição de uma verdadeira escola de pesquisa, em parceria interna com vários graus de formação e amadurecimento do processo de ensino-aprendizagem, de extensão e interação com a comunidade. Pensar a verticalização dos currículos requer desatar as amarras de "[...] oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações" (Pacheco, 2010, p. 21).

A verticalização dos currículos como um princípio organizador requer identificar fluxos capazes de permitir que se construam trajetórias formativas entre os distintos "[...] cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica" (Pacheco, 2010, p. 21).

No aspecto pedagógico, a interdisciplinaridade, considerando a proposta de currículo integrado e verticalização, apresenta o benefício de possibilitar ao docenteado dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, incitando procurar práticas pedagógicas múltiplas para estabelecer vínculos com diferentes níveis de ensino, com a extensão e com a pesquisa.

3.2.8 Avaliação como elemento de Ensino-Aprendizagem

No processo de ensino-aprendizagem, docente e estudante constroem o saber por meio da interação, pois precisam ser sujeitos ativos na construção do conhecimento. Para Freire (1996, p. 140):

> [...] ninguém pode conhecer por mim, assim como não posso conhecer pelo aluno. O que posso e o que devo fazer é, na perspectiva progressista em que eu me acho, ao ensinar-lhe certo conteúdo, desafiá-lo a que se vá percebendo na e pela própria prática, sujeito capaz de saber.

Considerando essa perspectiva, no IFC, o ensino é concebido como prática organizada intencionalmente com vista na apropriação de conhecimentos, em valores e atitudes necessários aos diferentes itinerários formativos, na valorização das experiências anteriores, com a utilização de metodologias que considerem a participação dos estudantes de forma dialógica. Além disso, o IFC busca uma organização curricular flexível, que permita o reconhecimento e o respeito aos processos formativos individuais dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, incluindo docentes e estudantes.

Entende-se por avaliação o processo de verificação do aprendizado decorrente de uma ação pedagógica. A avaliação é uma oportunidade que os estudantes têm de demonstrar seu aprendizado na relação com o que foi estudado; para os docentes, é o momento de avaliar o processo de ensino, de forma a identificar como o estudante tem aprendido, as metodologias que apresentaram melhores resultados e (re)dimensionar o planejamento das próximas etapas formativas com base na análise destes elementos.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa identificar a progressão do estudante e o alcance do perfil profissional de conclusão do curso. Assim, a avaliação é contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. As avaliações devem ser contínuas, realizadas por meio de atividades que estimulem o estudante a mobilizar os conhecimentos aprendidos na resolução de situações reais ou imagéticas.

Nesse sentido, a avaliação pode ser realizada por meio de diferentes instrumentos, de preferência conjugados: de forma escrita, de forma oral, de forma prática, entre outras, em diferentes momentos do processo formativo.

O processo avaliativo deve proporcionar a participação ativa do estudante, por meio de atividades que exijam raciocínio, concentração e mobilizem diferentes habilidades, tais como: linguística, prática, atitudinal, entre outras, com vistas a identificar se o estudante se apropriou dos conhecimentos necessários para saber o nível atual de desenvolvimento (etapa também conhecida como diagnóstica).

Em seguida, deve-se comparar essa informação com aquilo que é necessário ensinar no processo educativo (qualificação) e, por fim, tomar decisões que possibilitem atingir os resultados esperados (planejar atividades, sequências didáticas ou projetos de ensino, com os respectivos instrumentos avaliativos para cada etapa).

Os resultados das avaliações devem servir para avaliar o processo de ensino e de aprendizagem. Do ponto de vista da aprendizagem, serve como diagnóstico para progressão ou recuperação do aprendizado, e do ponto de vista do ensino, serve para (re)organizar didaticamente as aulas, a fim de garantir a aprendizagem.

Durante todo o itinerário formativo do estudante, devem ser previstas atividades de recuperação da aprendizagem, complementação de estudos, dentre outras atividades que auxiliem o estudante a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, a reprovação e/ou evasão. As formas de recuperação da aprendizagem podem ser variadas como recuperação paralela, atividades de nivelamento, atendimento pedagógico, psicológico e social e outras formas previstas pelo docente no seu planejamento.

Observa-se assim, que a avaliação é parte integrante do currículo e, portanto, precisa ser entendida como um processo contínuo de diagnóstico da aprendizagem, tendo por objetivo a inclusão e o êxito do estudante. As diferentes vivências sociais, experiências anteriores e formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos dos sujeitos necessitam ser reconhecidas a fim de que se encontrem os melhores caminhos para os melhores resultados.

Com isso, o processo de avaliação remete à busca e à construção de diferentes formas de avaliar, que valorize as diferenças entre os modos de aprender, compartilhe as experiências de aquisição e elaboração do saber e promova a socialização do conhecimento, de modo que viabilize, ao final do processo, o domínio tanto da parte técnica quanto dos demais aspectos relevantes à formação cidadã.

3.2.9 Formação continuada

De acordo com Freire (1996), "onde há vida, há inacabamento". Nessa perspectiva da necessidade da formação constante, especialmente em uma instituição pública de educação com tantas pluralidades, os desafios não se findam, pelo contrário, se renovam ao longo da vida acadêmica e profissional. A formação continuada pode ser compreendida como um processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, a pessoa vai auto(trans)formando sua formação profissional às exigências e necessidades da vida.

Portilho (2008) debate sobre a formação continuada, destacando que a aprendizagem é um processo inerente ao ser humano e que ocorre durante toda a vida. Aprender ao longo da vida não é somente abrir uma porta que nos insere no século XXI. É prestar contas a nós

mesmos, "[...] como alguém que ao aprender se percebe, se constrói, se transforma" (Portilho, 2008, p. 23).

Por ocorrer ao longo da vida, a formação continuada se difere no que diz respeito ao modo como "ampliamos nosso potencial de aprendizagem e no desenvolvimento da habilidade reflexiva que utilizamos para monitorar a nossa própria aprendizagem" (Portilho, 2008, p. 15); para tanto, demanda um estado de superação constante da dicotomia já naturalizada entre natureza e criação, tendo em vista que "aprender bem ao longo da vida desperta a necessidade de monitorarmos constantemente o nosso nível de compreensão, observando quando é preciso mudar o rumo das nossas estratégias" (Portilho, 2008, p. 23).

A formação continuada deve ser permanente na vida e no decorrer do exercício de uma profissão, podendo se apresentar em diferentes formatos e por meio de diferentes recursos presenciais ou à distância.

Segundo Nóvoa (1992, p. 25), "[...] estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional". Para tanto, é preciso que se ampliem oportunidades formais e não formais em que os trabalhadores possam trocar suas experiências, seus saberes e pontos de vista.

Ao ofertar cursos de qualificação profissional, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, o IFC oportuniza à comunidade diferentes níveis de formação e possibilidades de continuidade nos estudos. Esta proposta de instituição, com oferta verticalizada de cursos, demonstra o compromisso com a formação continuada

na perspectiva da formação ao longo da vida. No entanto, para além da oferta de cursos, o compromisso educativo do IFC, busca a conscientização de que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para o trabalho, sem se olvidar do compromisso com a formação profissional, na compreensão de que a formação não é estanque. Ou seja, à formação identifica-se a ideia de percurso, processo, trajetória de vida pessoal e profissional, compreendendo que esse movimento nunca se conclui, mas está em processo permanente de (re)(des)construção.

Nesse aspecto o IFC, no entendimento de sua responsabilidade social, por meio de uma educação de qualidade referenciada, vislumbra seres humanos cada vez mais capazes de conviver, de ser tolerantes, solidários, responsáveis pelo mundo como habitação do humano sempre em construção, de tornar-se cidadãos que verdadeiramente transitem entre seus direitos e deveres ensinando, por desses direitos e deveres, a condição humana, a identidade da vida na terra (Morin, 2000), por meio da consciência humana e ética, movidos pelo sentimento de pertencer à espécie humana.

3.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Em regulamentação própria, construída a partir das discussões no ambiente escolar, com a participação da comunidade, e aprovada no Conselho Superior da instituição, estão as diretrizes curriculares da organização administrativo-didático-pedagógica para os cursos ofertados pelo IFC.

Esta regulamentação tem por finalidade orientar e reger os procedimentos didático-pedagógico-administrativos relativos aos cur-

sos, primando pela distribuição das responsabilidades e participação nos processos decisórios, com objetivo de consolidar na instituição os processos de gestão democrática.

No IFC esta regulamentação é materializada na Organização Didática, sendo um documento que contém o conjunto de elementos sobre os quais são elaborados os Projetos Pedagógicos de Cursos, nos diferentes níveis e modalidades, segundo a legislação educacional vigente. Nela, em articulação com a missão e com a concepção político-pedagógica do IFC, são apresentadas as peculiaridades que ajudam a constituir a identidade institucional, alicerçada na premissa de que a educação é um processo de humanização, no qual os tempos priorizam o protagonismo de educandos e educadores. Dessa forma, todo curso ofertado pela instituição deve estar em consonância com a Organização Didática, que abrange a caracterização dos cursos, a forma e o regime de oferta, os critérios de composição das matrizes curriculares, os objetivos, as orientações metodológicas, a avaliação e a certificação.

O IFC oferta cursos de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, segundo as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Eles são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as especificidades da organização didático-pedagógica, como, por exemplo: perfil do egresso; modalidade, nível e forma de oferta do curso; organização acadêmica do curso e; forma de ingresso.

3.3.1 Perfil do egresso

A organização curricular dos cursos do IFC deve considerar a definição do perfil profissional de conclusão do curso, projetado na

identificação do itinerário formativo planejado pela instituição, com base nos itinerários de profissionalização identificados no mundo do trabalho e em consonância com a legislação educacional. Sendo assim, os conhecimentos construídos nos cursos devem partir desta definição do perfil do egresso, com sólida formação teórica e prática, integrando as dimensões específicas e pedagógicas do currículo, visando à formação integral e à atuação profissional na área.

No IFC, os egressos terão além da formação profissional em determinada área, a formação para atuar na sociedade de maneira comprometida com o desenvolvimento regional sustentável, reconhecendo-se como sujeito em constante formação, por meio do compartilhamento de saberes no âmbito do trabalho e da vida social.

O perfil do egresso, expressos nos Projetos Pedagógicos de Curso do IFC, pode variar consoante ao curso e à área de formação escolhida. No entanto, existem algumas características comuns esperadas dos egressos dos cursos IFC, referentes à formação técnica e tecnológica, às competências profissionais, à empregabilidade, à visão do mundo do trabalho, à responsabilidade social e ambiental e ao aprendizado contínuo.

No que se refere à formação profissional e tecnológica, às competências profissionais, à empregabilidade e à visão do mundo do trabalho o IFC oferece uma ampla gama de cursos, preparando os estudantes para atuarem em diferentes setores. Neste sentido, os egressos possuem uma sólida formação teórica e prática relacionada ao campo em que se formam. Espera-se que os egressos do IFC contribuam com a sociedade, a partir de suas áreas de formação, com conhecimentos técnicos avançados, capacidade de aplicar soluções práticas, habilidades de resolução de problemas, trabalho

em equipe, comunicação efetiva, adaptabilidade às mudanças tecnológicas e sensibilidade às dimensões sociais.

Em relação à responsabilidade social e ambiental e ao aprendizado contínuo espera-se do egresso do IFC formação humanística e cultural integrada à formação técnica, tecnológica e científica. Pautado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o egresso estará habilitado a compreender que a formação humana e cidadã precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho. Com ênfase na formação cidadã, os egressos são encorajados a atuar de forma ética, responsável e sustentável, considerando os impactos sociais e ambientais de suas ações.

O IFC valoriza a educação ao longo da vida e incentiva os egressos a buscarem o aprimoramento constante de seus conhecimentos. Os estudantes são estimulados a participar de programas de pós-graduação, cursos de atualização e outras formas de aprendizado para se manterem atualizados em suas áreas de atuação.

Desta forma, o profissional egresso do IFC será capaz de**:**

a) Desenvolver competências técnica e tecnológica em sua área de atuação e ser capaz de entender as relações próprias do mundo do trabalho, fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;

b) Continuar aprendendo e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções

(inclusive tecnológicas), assim como inovações, com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

c) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios éticos e de maneira solidária, inclusiva e sustentável;

d) Saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;

e) Exercitar a cidadania de forma crítica, dinâmica e empática, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, sem preconceitos de qualquer natureza.

3.3.2 Modalidades, níveis e forma de oferta de cursos

A Lei n.º 9.394/96, que normatiza a educação nacional, pode ser considerada um marco, pela forma global como trata a autonomia institucional e pela flexibilidade que confere ao sistema e às instituições de ensino. A LDB traz uma importante referência para a educação profissional, tanto pela forma global como trata o tema, quanto pelas possibilidades de oferta. Tratada em um capítulo a parte da educação básica, essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação e ainda define que a educação profissional pode ocorrer para além da escola e da escolaridade formal.

Consoante a LDB, a educação profissional ofertada no IFC é desenvolvida por meio dos seguintes cursos e programas:

a) Qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, cuja intenção é conduzir o estudante à capacitação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à atualização profissional, em todos os níveis de escolaridade;

b) Educação profissional técnica de nível médio, por meio de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos concomitantes e cursos técnicos subsequentes ao ensino médio;

c) Educação de Jovens e Adultos, que oferta formação profissional e elevação de escolaridade para os estudantes que não tiveram oportunidade de concluir a escolarização em idade regular;

d) Educação profissional e tecnológica de graduação, podendo ser superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas; e

e) Educação profissional e tecnológica de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Enquanto autarquia pública, o IFC goza de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Do ponto de vista didático-pedagógico, a autonomia deve ser exercida nos limites de suas atribuições, para dar conta dos percentuais definidos em lei para a oferta de cursos: 50% das vagas em cursos técnicos, preferencialmente integrados ao ensino médio; 10% em educação de jovens e adultos articulada à educação profissional; 20% das vagas em cursos de formação de docentes; além dos demais cursos de graduação e pós-graduação.

A partir dessas possibilidades de cursos e programas, o IFC pode verticalizar a oferta, para constituir diferentes itinerários formativos que abrange desde cursos de qualificação profissional à pós-graduação constituindo eixos tecnológicos. Isso possibilita aos estudantes

vivenciarem diferentes espaços de aprendizagem e percursos formativos da educação básica à pós-graduação.

3.3.3 Organização acadêmica

O IFC oferta cursos de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, segundo as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Eles são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as especificidades da Organização Didática.

Os cursos podem ser organizados em regime de matrícula por série (regime seriado) ou regime de matrícula por componentes curriculares conforme disposições da Organização Didática dos Cursos. Os calendários acadêmicos devem contemplar 200 (duzentos) dias letivos para oferta dos cursos.

Atendidos os requisitos de ingresso no curso, a matrícula é realizada por unidade curricular ou série no período letivo, conforme PPC, em datas previstas no calendário acadêmico, respeitando o turno de oferta e opção do estudante, assim como as orientações de matrícula.

Os pedidos de ingresso por transferência externa (para estudantes oriundos de outras instituições) ou interna (mudança de curso ou campus) estão condicionados à existência de vagas e à análise da documentação apresentada pelo estudante, cujas normas estão previstas na Organização Didática.

Ressalta-se que, no IFC, o estudante tem a oportunidade de realizar a mobilidade acadêmica. É o processo pelo qual o discente desenvolve atividades de natureza acadêmica, científica, artística e/

ou cultural em outro campus ou em instituição de ensino, nacional ou internacional, distinta daquela com a qual mantém vínculo acadêmico.

Com relação ao rendimento escolar, este deve levar em consideração a avaliação contínua, que privilegia os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do processo educativo sobre aqueles obtidos em eventuais provas finais. A verificação do rendimento escolar é realizada por unidade curricular e deve ser resultante das múltiplas avaliações previamente estabelecidas no Plano de Ensino, variando de zero (0,00) a dez (10,00).

Considera-se aprovado na unidade curricular o estudante que obtiver:

a) frequência igual ou superior a 75% do número de aulas presenciais estabelecidas e/ou atividades programadas; e

b) média final igual ou superior a seis (6,0) ou sete (7,00) - conforme o PPC -, consideradas todas as avaliações previstas no Plano de Ensino.

A certificação ou diplomação comprova os resultados dos estudos ao final do ciclo de formação. Cumpridos todos os requisitos previstos no PPC, o estudante se habilita para recebimento do certificado ou diploma, sendo o IFC uma instituição autorizada a emiti-los.

Todas as orientações e regras referentes à organização didático-pedagógica contempladas na Organização Didática são atualizadas mediante a necessidade, seja por mudança do contexto social e educacional, por alteração na legislação ou quando necessário à melhoria dos processos, visando à permanência e ao êxito dos estudantes. Para que todos tenham acesso, o regulamento é disponibilizado e publicado no site institucional.

3.3.4 Formas de Ingresso

Estamos inseridos numa sociedade multifacetada, sobretudo, no que diz respeito às identidades de gênero, etnia, cor, religião e de oportunidades de acesso aos bens públicos e à educação. Nesse sentido, pensar sobre a democratização do acesso ao ensino público, necessariamente, passa pela discussão da implementação das políticas públicas de ações afirmativas, as quais visam, dirimir as distorções históricas que fomentam os cenários de segregação e de discriminação institucionalizada.

O direito à educação escolar, enquanto princípio constitucional, apresenta-se como um dos deveres do Estado, que na sua condição de instituição, empreendeu esforços em prol da ampliação da oferta de vagas voltadas à formação técnica profissional, ocorrida sobremaneira com a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2008.

Apesar disso, o acesso ainda não é um direito universalizado, sendo necessário processos de seleção com critérios específicos e ações afirmativas voltados a mitigar o desequilíbrio nas condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo desses estudantes.

Nesse sentido, no âmbito do IFC, pensar a seleção de estudantes para o ingresso à educação escolar pública que todos têm o mesmo direito acarreta inúmeras questões. Como não há vagas para todos, é fundamental que se fomentem critérios e meios de seleção que levem em consideração a relação entre justiça e igualdade para estudantes de escolas diferentes.

O ingresso de estudantes no IFC segue um conjunto de legislações e normas que visam garantir o direito dos cidadãos de acesso à educação pública, gratuita, igualitária, universal e de qualidade nos

níveis básicos e superiores de ensino, por meio de processos seletivos.

Os processos seletivos seguem regras e etapas que são publicizadas, possibilitando que todos tenham acesso às informações e contribuindo, desta forma, para a democratização das condições de ingresso na educação pública dos estudantes. As formas de acesso aos cursos do IFC, em seus diferentes níveis e modalidades, são regradas segundo a legislação vigente e as normas internas da instituição.

Os processos seletivos dos níveis básicos e superiores de ensino possuem vagas reservadas por meio de ações afirmativas para oportunizar o acesso amplo e igualitário para os diversos segmentos da sociedade. Além disso, existem ações afirmativas próprias, que contribuem para a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais no âmbito de atuação do IFC, garantindo mais uma maneira de democratizar as condições de acesso.

Com exceção da qualificação profissional e pós-graduação, que possui ingresso conforme a especificidade de cada curso, o ingresso regular nos cursos Técnicos Integrado, Subsequente e Concomitante ao Ensino Médio, nos cursos de EJA-EPT e nos cursos de graduação são realizados por meio de processo seletivo único para todos os campi. A atuação integrada, para planejamento, execução e avaliação dos processos, com os diversos setores da Reitoria e dos campi, contribui para esta unidade.

3.4 POLÍTICAS DE ENSINO

O IFC atua na educação básica e na educação superior, com foco na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes

modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Para evidenciar esta identidade há políticas para fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de ensino, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais.

Sendo assim, as políticas de ensino do IFC se orientam pela transversalidade e verticalização, em diálogo com os eixos tecnológicos de sua atuação. Como princípio de organização da oferta de cursos, a transversalidade e verticalização implicam no reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários formativos que conjuguem as diferentes possibilidades formativas da educação profissional e tecnológica (da qualificação profissional ao ensino superior).

O diálogo com os eixos tecnológicos permite que as práticas de ensino estejam concatenadas aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, no intuito de atender e identificar as vocações regionais, na busca de novas dinâmicas para o desenvolvimento regional.

A construção e desenvolvimento das políticas de ensino no IFC tem como base o princípio da gestão democrática. Nesse sentido, a participação dos servidores, dos estudantes e da comunidade externa é ponto de partida para a construção, o desenvolvimento e a avaliação das políticas de ensino, com vistas ao desenvolvimento de uma educação de qualidade. Esta instituição traz na sua concepção a educação profissional e tecnológica como um "processo de construção social que, ao mesmo tempo, qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder" (Brasil, 2003, p. 10).

Para Dourado (2007, p. 922) pensar em políticas públicas de ensino demanda:

> [...] destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais marcadamente influenciados por marcos regulatórios fruto de orientações, compromissos e perspectivas – em escala nacional e mundial –, preconizados, entre outros, por agências e/ou organismos multilaterais e fortemente assimilados e/ou naturalizados.

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção reconhece as influências estabelecidas por relações nos mais diferentes âmbitos, em termos locais, regionais, nacional e internacional, para a sua efetivação. Implica em considerar que todo o processo educativo é mediado pelas relações do contexto sociocultural, pelas condições institucionais nas quais acontecem as relações de ensino-aprendizagem, pelos fatores organizacionais, pelo dinamismo em que se dá a construção do projeto político-pedagógico e pela materialização dos processos de organização e gestão da educação.

Além disso, o IFC reafirma seu compromisso com uma oferta de ensino onde há a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Tais dimensões se coadunam com a formação humana e cidadã que precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.

Isso significa que os processos educativos conduzidos pelo IFC primam pela integração dos diferentes campos do conhecimento. Nessa perspectiva, compreende-se que o processo de ensino-aprendizagem acontece de forma dinâmica, pois ambos são

relacionados, concretizando na imbricação entre ensino, pesquisa e extensão, na qual se oportuniza aos estudantes a construção de novos saberes para compreender e transformar a realidade.

Visando à formação científica e tecnológica de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, tendo em vista a formação integral para o mundo do trabalho, os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos cursos do IFC empregam metodologias pautadas na perspectiva da práxis. A diversidade das condições de aprendizagem é um fato que não pode ser ignorado.

Desse modo, considerar o contexto do estudante significa favorecer a transformação da realidade, com a promoção da igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano.

As atividades da educação básica e da graduação são planejadas, fomentadas e acompanhadas pela Pró-Reitoria de Ensino, enquanto as atividades da pós-graduação cabem à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Nos campi, o desenvolvimento das atividades compete às diretorias de ensino e coordenações relacionadas. Todas as atividades referentes ao ensino, especialmente os Projetos Pedagógicos de Cursos, são analisadas por órgãos colegiados. Para isso, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Colegiados de Cursos e de Núcleos Docentes Estruturantes, dentre outros espaços de discussão colegiada.

No Projeto Pedagógico de Curso são observadas as bases científicas, tecnológicas e de gestão, por meio da garantia de conteúdos que compõem a formação técnica e científica de cada uma das áreas, materializados na matriz curricular dos cursos, organizada

por conteúdos estruturantes, permitindo a possibilidade de integração horizontal e vertical entre as diferentes áreas do conhecimento. Os currículos, portanto, são organizados de maneira a articular elementos da formação específica e geral, além de propiciar a integração de saberes teóricos e práticos, visando à preparação para a atuação cidadã no mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento do espírito científico, crítico e inovador.

Visando garantir a formação defendida pelo IFC, os procedimentos para abertura de novos cursos são balizados por diretrizes institucionais, que consideram não só as demandas locais e os arranjos produtivos, mas também as condições da instituição para a oferta. Nessa fase, é fundamental o diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade civil. A viabilidade da oferta de um novo curso deve analisar, criteriosamente, a disponibilidade ou a previsão de profissionais da educação para atender ao curso; a infraestrutura física e tecnológica; os equipamentos necessários e a previsão orçamentária para atendimento das demandas.

Quanto ao desenvolvimento das atividades de Educação a Distância (EaD), a instituição conta com o Centro de Educação a Distância e os Núcleos de Educação a Distância em cada campus, responsável por acompanhar os cursos EaD ofertados no campus.

O ensino proporcionado pelo IFC é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior. Eles são desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão e possuem o currículo fundamentado em bases filosóficas, pedagógicas e legais, expressas neste Político Pedagógico Institucional.

3.4.1 Educação Superior – Graduação

A educação superior representa um dos níveis educacionais que compõem o sistema educativo, está prevista na LDB (Lei n.º 9.394/96) e caracteriza-se, principalmente, pela ênfase na formação profissional em diferentes áreas do conhecimento.

Conforme o art. 43 da LDB, são finalidades da educação superior:

a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

b) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em

particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

g) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

h) atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Ainda, quanto aos cursos de graduação, os Institutos Federais devem promover esta oferta educacional conforme a Lei n.º 11.892/08 (Art. 7º):

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

A democratização do acesso à graduação, concretizada em ações de permanência e êxito na trajetória de formação profissional, se coaduna com o ensino de qualidade social e com a busca por novas formas de aprendizagem, metodologias inovadoras e o esforço contínuo para atender as necessidades da comunidade acadêmica. O desenvolvimento profissional e social está pautado na premissa elementar dos Institutos Federais, pelo empenho na construção de

ambientes que proporcionam discussões de caráter técnico, ético, político e profissional de relevância para a formação dos estudantes.

No IFC a graduação abrange os cursos organizados em: superior de tecnologia, bacharelado e licenciatura. Embora a possibilidade de oferta seja ampla, a instituição orienta sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. As ofertas de cursos de graduação coadunam-se com políticas nacionais, na busca da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da elevação da qualidade da Educação Superior.

Os cursos de graduação no IFC têm por objetivo garantir o direito dos cidadãos ao ingresso no nível superior de educação. Enquanto instituição pública, de acordo com Chauí (2003, p. 12), esta garantia perpassa "[...] tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada".

Neste sentido, os cursos superiores de graduação ofertados pelo IFC visam garantir formação integral, sólida, abrangente e crítica para o estudante, como forma de prepará-lo para o exercício da cidadania e promover sua formação para o mundo do trabalho e seu pleno desenvolvimento profissional e pessoal.

A proposição para a oferta de novos cursos de graduação é definida no PDI e regulamentada pela Organização Didática dos Cursos de IFC, observada a legislação vigente e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Consoante às diretrizes institucionais, os Projetos

Pedagógicos de Cursos de graduação são elaborados coletivamente, atendendo a LDB, os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e demais legislações, cujo processo conta com a participação do Núcleo Docente Estruturante até a aprovação pelo Conselho Superior.

Cabe pontuar que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação do IFC, vigentes a partir de 2023, foram elaborados e aprovados prevendo o mínimo de 10% da carga horária total para o desenvolvimento da curricularização da extensão. Visando a indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão, o IFC, por iniciativa própria, implementou também o mínimo de 10% da carga horária total dos cursos de graduação como curricularização da pesquisa.

3.4.1.1 Bacharelado

Os cursos de bacharelado objetivam a formação do profissional de forma humanista, crítica e reflexiva. Delineia-se, assim, o perfil de um profissional capacitado a compreender e a produzir novas tecnologias em áreas específicas, atuando crítica e criativamente na identificação e na resolução de problemas. Em atendimento às demandas da sociedade, essa formação, sob perspectiva ética e humanística, prioriza aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

São, portanto, cursos superiores de caráter generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel.

3.4.1.2 Licenciatura

Um dos pontos inovadores na lei de criação dos Institutos foi a inserção das licenciaturas na Educação Profissional e Tecnológica como parte das suas atribuições. Esta inserção indica o compromisso com as discussões sobre a formação de docentes para a Educação Profissional Tecnológica – EPT, já que há pouca oferta nessa área e, geralmente, são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente.

A oferta de cursos superiores de Licenciatura, no IFC, objetiva a formação de docentes para a Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica EPT, no desafio de desenvolver metodologias que estabelecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada. Propõe-se, nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos, por meio da inserção do estudante no espaço escolar, de ambientes de aprendizagem, de projetos integradores interdisciplinares e da pesquisa, e de processos educativos estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à educação básica e profissional.

Ainda no compromisso com a formação de docentes, o IFC pode ofertar Programas Especiais de Formação Pedagógica e de Segunda Licenciatura. Esta é forma de oferta de curso equivalente à Licenciatura, destinado a profissionais com graduação em bacharel, tecnólogo ou outra licenciatura, que pretendem se dedicar ao magistério, conferindo ao diplomado competências para atuar como docente na educação básica, nas disciplinas de sua área de formação, com o grau de licenciado.

Visando à articulação entre de cursos de licenciatura, bem como de outros cursos de formação de docentes, e as redes de ensino, o IFC tem instituído espaço específico de articulação da formação docente através do Colegiado Institucional Articulador da Formação de docentes (COFOR), formado por diversos representantes internos e externos das instâncias que compõem rede formação de docentes no IFC.

O IFC, assim, contribui para o atendimento das demandas regionais na formação inicial de docentes para Educação Básica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

3.4.1.3 Tecnologia

Os cursos de Tecnologia são cursos superiores de graduação com carga horária inferior aos cursos de bacharelado e licenciatura, e formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que confere ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo.

Devem, portanto, contemplar a formação de profissionais aptos a desenvolver atividades em determinado eixo tecnológico, a partir de uma formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços, desenvolvimento da capacidade empreendedora, manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho e desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais.

3.4.2 Educação Superior - Pós-graduação

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), abrangendo a pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado), é um documento que estabelece as diretrizes e os princípios que orientam a organização e o funcionamento dos cursos e programas de pós-graduação em uma instituição de ensino.

A oferta dos cursos de pós-graduação no IFC se orienta pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelo Planejamento Estratégico, por meio dos quais são estabelecidas as possibilidades/oportunidades de crescimento e expansão da oferta de cursos, considerando: a diversificação dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; as situações de crises econômicas que podem resultar em novos arranjos das forças produtivas e a busca pela inovação, abrindo possibilidades nos campos da pesquisa, inovação tecnológica e formação/qualificação profissional e demandas sociais por Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu; as condições infra estruturais da instituição, tanto físicas como de pessoal, para atendê-las; a verticalização da oferta de cursos, visando ao melhor aproveitamento dos recursos existentes e o Plano Nacional de Pós-Graduação.

A pós-graduação representa atualmente uma importante atividade do Ensino Superior, responsável pela formação de profissionais altamente especializados, contribuindo significativamente com a produção científica. Ao mesmo tempo, é responsável por considerável volume de aportes financeiros externos que fomentam o desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas, a inovação e a transferência de tecnologias. Assim, é de fundamental importância o desenvolvimento da política de pós-graduação, direcionando os esforços institucionais no sentido da qualificação e ampliação dos saberes e práticas instalados na instituição e em sintonia com as

demandas oriundas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

A Política Nacional de Pós-Graduação, expressa no Plano Nacional de Pós-Graduação (CAPES 2011-2020) trata, entre outros temas, da importância da avaliação da pós-graduação, da inter (multi) disciplinaridade, da internacionalização e da interiorização da oferta, ao mesmo tempo, que lança o desafio da educação básica para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e sugere a indução da pós-graduação em determinadas áreas, visando a um alinhamento com as políticas nacionais e, concomitantemente, às questões locais e regionais.

A política institucional de pós-graduação se apropria dos princípios e diretrizes nacionais para pós-graduação, os quais também estão em sintonia com os objetivos e diretrizes de criação dos Institutos Federais, tanto no planejamento da expansão da oferta de cursos de pós-graduação, quanto nas ações para a consolidação dos cursos e programas existentes. Para tanto, são estabelecidas formas de acompanhamento dos grupos de pesquisa instituídos, com o fim de diagnosticar áreas de conhecimento com potencial para a abertura de novos cursos de pós-graduação.

Igualmente, são estabelecidos os mecanismos de apoio e de avaliação da pós-graduação com o fim de consolidar os cursos existentes, detectar os pontos fracos a serem corrigidos e possibilitar o compartilhamento das experiências exitosas entre os cursos e programas.

A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI), por meio da Coordenação de Pós-Graduação, acompanha e supervisiona os cursos de pós-graduação em nível de lato sensu e stricto sensu, assessorando e orientando as coordenações dos cursos no desenvolvimento das atividades administrativas e de ensino.

O IFC deve instigar, orientado pela política de verticalização dos processos formativos, as iniciativas para a criação, manutenção e consolidação de cursos de pós-graduação lato sensu de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. Desde que atendam às necessidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, e às necessidades de superação de momentos de crise, e viabilizem novas possibilidades vocacionais das regiões.

Os cursos lato sensu e os programas de pós-graduação stricto sensu se estruturam a partir de linhas de pesquisa, que reúnem docentes com interesses de pesquisa, bases teóricas e epistemológicas e/ou metodologias comuns. Os grupos de pesquisa são os espaços onde esses docentes se reúnem, estruturando, assim, as linhas de pesquisa, realizando o processo de verticalização, por meio da atuação no ensino de diferentes níveis e da coordenação de projetos de pesquisa que envolvam estudantes do ensino médio, da graduação e da pós-graduação.

Com relação a política de ações afirmativas na pós-graduação, cabe destacar que o IFC possui regulamento para reserva de vagas para ingresso, nos cursos de pós-graduação lato sensu e nos programas de pós-graduação stricto sensu, para negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas trans (travestis, transgêneros e não-binárias) e pessoas com deficiência. Essa política começou a ser aplicada nos processos de seleção dos cursos de pós-graduação a partir de 2023.

3.4.2.1 Pós-Graduação Lato Sensu

A pós-graduação lato sensu compreende cursos de especialização ou equivalentes, os quais objetivam a formação continuada dos profissionais diplomados em nível superior, por meio da especialização em subáreas de sua formação ou em áreas correlatas, assim como promovem a atualização profissional quanto aos avanços da produção científica, técnica, tecnológica e cultural.

Os cursos de especialização podem ser oferecidos presencialmente ou a distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A importância desses cursos reside na complementação da formação profissional obtida em cursos de graduação, no aprofundamento dos conhecimentos e habilidades, no desenvolvimento de processos, produtos e serviços pautados pela inovação, na atualização e complementação da formação de docentes da educação básica e na contribuição com o atendimento das demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

O IFC estimula e apoia os programas institucionais lato sensu, os quais são cursos planejados para atender demandas regionais consideradas estratégicas e que articulem, em seu projeto pedagógico, uma formação comum e eixos de formação com especialidades diferenciadas dentro de uma área de conhecimento.

O IFC, orientado pela política de verticalização e pelos processos formativos, apoia as iniciativas para a criação, manutenção e consolidação de cursos lato sensu, que atendam às necessidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e às necessidades de superação de crise, que viabilizem novas possibilidades vocacionais

das regiões. Assim, os cursos são planejados para atender demandas regionais consideradas estratégicas e que articulem, em seu projeto pedagógico, uma formação comum e eixos de formação com especialidades diferenciadas numa determinada área de conhecimento.

Para avaliação de criação de novos cursos de especialização, a direção do campus designa uma Comissão de Avaliação de Criação de Curso responsável por avaliar a viabilidade, relevância e validade da oferta. Para justificar a oferta do curso, observam-se os seguintes aspectos: os Arranjos Produtivos Locais; disponibilidade de docentes e técnico-administrativos para atender ao curso; disponibilidade de instalações físicas e de equipamentos; possibilidade de verticalização com os cursos ofertados no campus; previsão orçamentária para atender às demandas do curso (aquisição de equipamentos, se necessário); e viabilidade de atendimento aos requisitos legais, segundo a especificidade do curso.

Após essa avaliação, a direção, de posse do parecer favorável, designa uma Comissão Responsável pela Elaboração do PPC do Curso. Concluídos os trabalhos pela Comissão Responsável pela Elaboração do PPC do Curso, o projeto é encaminhado para apreciação do CONSEPE e ao CONSUPER para aprovação. Atualmente, o IFC possui mais de 30 cursos de especialização aprovados em Resolução pelo Consuper.

No intuito de regulamentar e sistematizar a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, o IFC possui resolução que estabelece diretrizes para o funcionamento dos cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização e resolução que estabelece a política de pós-graduação da instituição, ambas aprovadas pelo CONSUPER.

3.4.2.2 Pós-Graduação Stricto Sensu

A pós-graduação stricto sensu é um nível de educação superior voltado à formação acadêmica e profissional, comprometida com o avanço do conhecimento e com a qualificação para o exercício da docência, da pesquisa, da extensão e de outras atividades inerentes ao mundo do trabalho.

A pós-graduação stricto sensu é organizada de forma a ofertar programas que oferecerão cursos de mestrado e/ou de doutorado, independentes e conclusivos, não constituindo o mestrado pré-requisito para o doutorado. Estes programas poderão ser organizados na forma de mestrado/doutorado acadêmico ou profissional, segundo as suas características e vocações, devidamente especificadas no seu projeto de criação.

A pós-graduação stricto sensu do IFC tem como objetivos:

a) Qualificar docentes, pesquisadores e profissionais nas diversas áreas do conhecimento para o exercício de atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão e produção e difusão de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico;

b) Capacitar profissionais com qualificação técnica e científica para atender aos vários setores da sociedade;

c) Promover a verticalização do ensino e a educação continuada para diplomados em nível superior, qualificando-os para o exercício profissional nos diversos setores da sociedade;

d) Propiciar a formação de profissionais e pesquisadores comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão. Os cursos acadêmicos e profissionais se distinguem em função do público-alvo, da estrutura curricular e do trabalho final para a conclusão do curso, sem se diferenciar, no entanto, quanto ao rigor conceitual e metodológico inerente à produção científica.

No IFC, além da criação dos cursos e programas institucionais de pós-graduação stricto sensu, há o incentivo a adesão aos programas de pós-graduação stricto sensu profissional em rede, como uma das formas de possibilitar a verticalização, especialmente, dos cursos de licenciatura, tendo em vista a demanda potencial, existente no interior do estado de Santa Catarina, decorrente das disposições contidas no Plano Nacional de Educação, assim como, considerando a distribuição dos campi do IFC e as perspectivas de interiorização da pós-graduação stricto sensu.

Os programas institucionais de pós-graduação stricto sensu são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade. Abrangem atividades acadêmicas e científicas conectadas a uma ou mais áreas do conhecimento e têm por objetivos a formação de pessoal qualificado para o exercício de atividades de ensino, pesquisa, inovação, extensão e para a produção e difusão de conhecimentos filosóficos, científicos, culturais e artísticos, técnicos e tecnológicos, conduzindo à obtenção de grau acadêmico. Atualmente, o IFC conta com cinco (5) cursos de mestrado ofertados em Programas de Pós-graduação Stricto Sensu.

As formas, os fluxos e as normas para a proposição, a oferta e o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu do IFC são

definidos em regulamento próprio, observada a legislação vigente e em sintonia com o PDI. Além disso, cada programa possui também o seu Planejamento Estratégico. Deste modo, no intuito de regulamentar e sistematizar a oferta dos cursos de pós-graduação stricto sensu, o IFC conta com a resolução que estabelece a política de pós-graduação e a resolução que trata do regimento geral da pós-graduação stricto sensu.

Em 2019, a CAPES divulgou novas normas de avaliação e diretrizes para a autoavaliação dos PPGs. As novas fichas de avaliação estabelecem requisitos específicos para os planejamentos estratégicos dos PPGs. Com a alteração das demandas e métricas de avaliação sobre os Programas da Pós-Graduação (PPG) das IES, as atividades de autoavaliação e planejamento estratégico dos PPGs tornaram-se ainda mais importantes.

Assim, em 2020, o PPGs do IFC iniciou uma nova revisão de seus procedimentos de autoavaliação e sua interface com o planejamento estratégico, incorporando as diretrizes da CAPES e adaptando os procedimentos às novas normas de avaliação.

Desta forma, as atividades de planejamento estratégico dos PPGs articulam de forma explícita a ligação entre o PDI e o planejamento da instituição. Enquanto o PDI e o PPI discutem questões fundamentais da instituição, desde sua forma organizacional, prioridade de investimentos, orçamento, processos de trabalho e formação, o Planejamento Estratégico do PPG se orienta pela objetividade. Concentra-se diretamente nas ações necessárias para a melhoria do PPG, porém incorporando o planejamento com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro e contemplando as vocações do programa e fortemente baseado em sua autoavaliação.

Com relação a recursos internos, atualmente, há no IFC o centro de custos para o Stricto Sensu e a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI) do IFC disponibiliza de forma isonômica aos programas a descentralização do centro de custos do Stricto Sensu. A aplicação do recurso é analisada e deliberada pelo colegiado de cada programa. Esse expediente permite auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio do pagamento de diárias, material de consumo, aquisição de equipamentos, dentre outras demandas dos programas.

Já os recursos externos, na sua maioria, podem ser provenientes de órgãos de fomento federais (CAPES, CNPq e FINEP) ou estaduais (FAPESC e UNIEDU), por meio de bolsas para os mestrandos e do apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão coordenado por docentes credenciados nos programas.

Cabe aos programas, com o apoio da PROPI, procurar parcerias externas à instituição, por meio do estabelecimento de redes de pesquisa, convênios ou da colaboração em ações junto a diferentes órgãos públicos e privados. Nesse processo, os programas podem, por um lado, estabelecer vínculos com os diferentes entes dos Arranjos Produtivos Locais, constituindo convênios e parcerias que atendam ao desenvolvimento regional em âmbitos econômico e cultural. Por outro lado, os programas podem estabelecer também parcerias com instituições internacionais, especialmente universidades e centros de pesquisa, estabelecendo redes de pesquisa e, com isso, promovendo o intercâmbio entre docentes e discentes, conforme a política de internacionalização da educação do IFC.

Ainda, recentemente, o IFC aprovou resolução que dispõe sobre as normas referentes à revalidação de diplomas de cursos técnicos e de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação

stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros. O reconhecimento de diplomas se aplica aos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por instituições de ensino estrangeiras.

3.4.3 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

O IFC defende o currículo integrado, que se constitui em instrumento que viabiliza a compreensão da realidade, tanto do contexto da profissão quanto do contexto social, político, econômico, cultural e científico. Portanto, os cursos técnicos da formação profissional pressupõem a teorização crítica que possibilita ao estudante utilizar conceitos e referenciais teóricos das áreas do saber para compreender e refletir sobre a realidade em que está inserido, "[...] permitindo contatar com maior facilidade dimensões éticas, políticas e socioculturais que as visões exclusivamente disciplinares tendem a relegar a um segundo plano" (Santomé, 1998, p. 26).

A concepção institucional de formação técnica está alicerçada nos seus sentidos filosófico, pedagógico e político ao vislumbrar a possibilidade de ter, num espaço de tempo mais imediato, a efetivação de práticas educativas emancipatórias e, no horizonte, a construção de sujeitos emancipados.

Cabe pontuar que, em atendimento à legislação, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve representar, no mínimo, 50% do total das vagas ofertadas nos Institutos Federais. Esta oferta deve ser desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica, conforme às determinações da Lei n.º 11.741/2008:

1) integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

2) concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o estejam cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (Brasil, 2008).

O IFC, ao visar a formação omnilateral, na perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, e de modo a atender a legislação, ofertará a Educação Profissional Técnica de Nível Médio prioritariamente na forma articulada integrada. Para a materialização desta forma de oferta, no IFC, a organização curricular é orientada pelas Diretrizes da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do IFC. Tais Diretrizes observam a legislação nacional vigente e orientam os princípios, fundamentos, procedimentos e critérios que devem ser seguidos no planejamento, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação das propostas pedagógicas e na organização dos cursos técnicos do IFC.

Nas Diretrizes, destaca-se a proposta institucional de construção e definição do perfil de egresso dos cursos técnicos integrados, que abordam conhecimentos relacionados à formação humanística e cultural integrada à formação técnica, tecnológica e científica.

Ainda, orientado pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, o perfil descreve que egresso estará habilitado a compreender que a formação humana e cidadã precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho. Além disso, nas Diretrizes da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do IFC, compreende-se a necessidade de o estudante ter acesso a todas as áreas de saber ofertadas no ensino médio, considerando seu papel na formação técnica, politécnica e omnilateral. Estas mesmas diretrizes estabelecem a Comissão Institucional Permanente de Implantação e Acompanhamento das Diretrizes dos Cursos de Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio (CIPATEC), cujo objetivo é desenvolver e acompanhar políticas que visem a consolidação dos cursos de educação profissional técnica integrada ao ensino médio.

Ao estabelecer a formação profissional técnica de nível médio prioritariamente na forma articulada, o IFC não ofertará cursos na forma articulada com concomitância interna, podendo ser realizada a concomitância externa, quando asseguradas as exigências legais e garantias pedagógicas. Para a oferta de cursos técnicos de nível médio na forma articulada concomitante, em instituições de ensino distintas, os cursos deverão apresentar projeto pedagógico unificado, e ser ofertados mediante convênios, que assegurem o planejamento e desenvolvimento desse projeto pedagógico unificado.

Quanto aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma subsequente, estes destinam-se àqueles que já concluíram o ensino médio e procuram uma qualificação profissional para se inserirem no mundo do trabalho, buscando uma formação profissional técnica que lhes possibilite a aprendizagem ao longo da vida para a (re)construção de seus projetos futuros. O curso técnico subsequente, tem como característica uma formação técnica específica e que

não pode ser compreendido como um curso tecnológico ou um mini bacharelado. O estudante encontra no curso técnico subsequente uma possibilidade de formação profissional em menor tempo, o que lhe permite uma inserção no mundo do trabalho para a sua subsistência.

Assim, espera-se que os cursos de técnicos de nível médio consolidem a formação básica e que formem profissionais aptos para atuar em diferentes áreas do mundo do trabalho. Destaca-se que a oferta de cursos na forma subsequente, caso o diagnóstico avaliativo evidencie necessidade, poderá demandar a introdução de conhecimentos inerentes à Educação Básica para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico, de modo a garantir o perfil profissional de conclusão.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em suas diferentes formas de oferta, articulam-se com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura. Assim, os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais.

Quanto à organização, espera-se que estes cursos sejam organizados por eixos tecnológicos e por itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades do curso e do campus onde o curso é ofertado. Tanto os eixos tecnológicos quanto os itinerários formativos estarão em consonância com a legislação educacional nacional, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e os documentos orientadores do IFC.

Desta forma, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é pautada numa concepção filosófica de formação humana que toma a perspectiva da integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à omnilateralidade, de modo a integrar as dimensões fundamentais da vida: o trabalho (como princípio educativo), o conhecimento (ciência e tecnologia) e a cultura (Ramos, 2010).

Isso traz o desafio de assegurar o comprometimento com a concepção teórico-metodológica da Educação Profissional Técnica, visando à formação omnilateral dos estudantes como sujeitos para a vida em sociedade.

3.4.4 Qualificação Profissional

Bastos (2006) demonstra que a qualificação profissional é um fator importante tanto para as conquistas quanto para os problemas que os indivíduos enfrentam na sociedade complexa atual, na qual as nações atravessam o inquieto movimento entre espaços locais, regionais, nacionais e internacionais, seja no âmbito profissional ou pessoal. Diferentes agentes estão envolvidos nesse processo e assim emerge a necessidade de se diagnosticar as realidades, orientar a superação dos obstáculos referentes à qualificação, tanto pela construção de novos perfis profissionais quanto em razão da própria extinção e criação de profissões. Defende, também, uma heterogeneidade nas compreensões e na utilização da ideia de qualificação, organizada em três principais aspectos: a necessidade de um agrupamento de características que envolvem rotinas de trabalho, que se expressam pelas capacidades adquiridas ao longo do processo; a necessidade como decorrência da autonomia adquirida pelo trabalhador; e a necessidade pensada como uma construção social complexa,

contraditória e determinada por variados fatores.

Para tanto, é mister relacionar as ideias de educação e de trabalho como complementares e articuladas. A qualificação profissional é basilar considerando que o trabalho é uma maneira de o indivíduo ser inserido na sociedade. A LDB, em seu art. 22, institui que, no âmbito da educação básica, é preciso materializar as condições de cidadania que envolvem educação e trabalho: "a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (Brasil, 1996).

No que tange ao IFC, a formação de trabalhadores para o ingresso ou reingresso no mundo do trabalho, para qualificação e atualização/aprimoramento profissional, e/ou para elevação de escolaridade do trabalhador se materializa por meio de cursos de Qualificação Profissional de livre oferta. São cursos de Formação Inicial – para atuação em uma área profissional específica do mundo do trabalho – e Formação Continuada – que aprimoram, aprofundam e atualizam os saberes relativos a uma área profissional. Por meio da qualificação profissional, o IFC se integra à sociedade em seu contexto socioeconômico e cultural. Para isso, os cursos ministrados pautam-se em objetivos capazes de consolidar ações previstas na superação das diferenças socioeconômicas.

A Qualificação Profissional tem, portanto, como característica a constante modernização das programações e matrizes curriculares, permitindo ao público o acesso gratuito à aprendizagem de novos conhecimentos e atualização de saberes com foco no desempenho de uma função/atividade específica. As ofertas dos cursos são destinadas a pessoas com escolaridade variável, ampliando o atendimento ao perfil do ingressante, em curto período, permitindo a aplicação imediata

dos conhecimentos adquiridos.

3.4.5 Educação de Jovens e Adultos

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, perpassa um cenário de exclusão das juventudes das condições de acesso, permanência e êxito na vida escolar. Não se constituiu como predominante na sociedade brasileira a transição do jovem para o mundo de trabalho após finalizada a escolaridade básica, mas, especialmente, o ingresso precoce deste na laboralidade (não raras vezes na informalidade) e a conciliação ou sobreposição de estudo e trabalho. Esses jovens e adultos excluídos do sistema de ensino por diversas razões (gênero, etnia, classe, etc.) representam as múltiplas ausências que a sociedade brasileira, excludente, relega para grande parcela da população desfavorecida econômica, social e culturalmente (Brasil, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB n.º 11/2000), consoante com a LDB (Lei n.º 9.394/96), apontam para três funções como responsabilidade da educação de jovens e adultos: reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), equalizadora (restabelecer a trajetória escolar), qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida). Seus princípios apontam para a construção de uma sociedade fundada na igualdade política, econômica e social e em um projeto de escola que se vincule ao mundo do trabalho numa perspectiva democrática e de justiça social.

Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos:

> [...] indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (PARECER CNE/CEB n.º 11/2000).

Com a ampliação da Rede Federal, a partir da criação dos Institutos Federais, os quais têm o objetivo de ofertar educação profissional em todos os níveis e modalidades de Ensino, torna-se necessário constituir uma política pública estável voltada para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Essa política deve estar preparada para abarcar a elevação da escolaridade com profissionalização que, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, denomina-se EJA-EPT.

A EJA-EPT visa integrar ou articular a educação profissional à educação básica de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos excluídos do sistema educacional ou que a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares. Esta formação específica e continuada é uma necessidade permanente para os jovens e adultos trabalhadores, retomando assim os princípios ético-políticos já presentes no campo da EJA, como direito à educação, à formação humana e a busca de universalização do ensino médio, com vistas à elevação da escolaridade.

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre formação geral e educação profissional – educação integrada, ofertando esta modalidade de ensino em todos os campi. Tal política busca romper com a lógica de programas focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos novas formas de relação com o trabalho.

Considerando os documentos orientadores da oferta de cursos na modalidade da EJA e o compromisso social com estes sujeitos, foram discutidas e aprovadas, no âmbito do IFC, as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT). Nestas Diretrizes orienta-se que os cursos de EJA-EPT devem articular a Educação Profissional e Técnica com a formação básica, seja na forma integrada ou concomitante à Educação Básica, conforme legislação vigente. As Diretrizes ainda instituem o Fórum de Educação de Jovens e Adultos (FEJA), sendo um espaço permanente de debate, escuta, proposição, aprendizagem coletiva e acompanhamento dos Cursos da EJA-EPT, e tem por objetivo promover a consolidação, o fortalecimento e a difusão dessa modalidade de ensino em todos os campi do IFC.

Por isso, o IFC recoloca a EJA-EPT como uma das ações de ensino prioritárias no PDI 2024-2028, considerando os desafios para oferta desses cursos. Assim, compreende-se que a EJA-EPT, precisa romper com a dualidade estrutural, pautada em diferentes tipos de escola/educação: uma centrada no conhecimento geral/acadêmico e de maior duração, enquanto outra, a escola para os trabalhadores e seus filhos - com itinerários formativos desenvolvidos de maneira aligeirada, superficial e focalizada, restringindo a esses a apropriação de muitos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Para a superação dessa lógica, os cursos da EJA-EPT no IFC devem fundamentar-se nos princípios da formação integrada, omnilateral, na qual trabalho, ciência, técnica, tecnologia e cultura contribuam para a educação integral dos sujeitos da EJA, considerando-os em todas as dimensões ao longo da vida.

Assim, abrem-se possibilidades, enquanto sujeitos de direito, para a efetivação de uma formação de qualidade, pautada na atuação

sociopolítica na sociedade, autonomia e emancipação para o exercício da profissão. Por isso, há a necessidade de que os processos formativos para essa modalidade de ensino devam considerar as especificidades econômicas, sociais e culturais dos seus estudantes.

Assim, os projetos pedagógicos dos cursos de EJA-EPT se constituem da integração curricular entre Educação Básica e Profissional, com projetos unificados e/ou integrados, considerando as especificidades e singularidades deste público. Nesta perspectiva, entende-se que o aprendizado não ocorre somente no espaço escolar, pois a Educação de Jovens e Adultos atende a um público que possui uma vasta bagagem de conhecimento empírico, construído de forma difusa e não sistemática e deve ser considerado na construção de novos conhecimentos.

Nesse sentido, os saberes produzidos, as estratégias de organização e a cultura por eles desenvolvida na produção da vida fora da escola devem ser assumidas como fundamento do diálogo entre os saberes dos sujeitos e os conhecimentos escolares, mediados pela cultura. Para a efetivação dessas concepções, é preciso que o currículo e a prática pedagógica se aproximem das especificidades e dos pressupostos da formação integrada e integral dos estudantes da EJA.

3.4.6 Educação do campo

A educação do campo foi tratada, inicialmente, no contexto das lutas sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo brasileiro pelo direito à educação e no âmbito das políticas públicas educacionais, como Educação Básica do Campo (Caldart, 2012), em finais da década de 1990 (Oliveira; Campos, 2012). Todavia, fruto

da ampliação das reflexões sobre a universalização da educação, passou a ser denominada como Educação do Campo, tendo como objetivo garantir: (i) o acesso da população campesina a todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, e (ii) a compreensão do termo de forma ampla, abrangendo todo o processo social de formação cidadã.

É preciso enfatizar que tal modalidade, pensada a partir da resistência de escolas, agricultores e agricultoras familiares, caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e ribeirinhas, atingidos e atingidas por barragem, entre outros povos e movimentos que se relacionam identitariamente com o campo brasileiro, foi concebida como oposição à educação rural e/ou agrícola oferecida a eles como prática colonizadora. A vinculação desses movimentos a novas políticas para a Educação do Campo constrói como concepção política-pedagógica: a garantia do acesso à educação do e no campo, com respeito aos saberes tradicionais; a associação da prática educativa a outras esferas de luta dos movimentos camponeses e aos seus modos de vida; a defesa da diversidade da população do campo; a reafirmação da educação como emancipação dos sujeitos a partir da reflexão de sua realidade e não como tutela do Estado; a formação integral dos trabalhadores e das trabalhadoras; assim como uma formação específica para os educadores e as educadoras do campo (Caldart, 2012; Oliveira; Campos, 2012).

Nesse sentido, tornaram-se pautas importantes da prática pedagógica da educação no campo: a produção agroecológica e o compartilhamento de suas técnicas e saberes como forma de soberania na produção de alimentos; a relação de cooperativismo agrícola como modelo de superação da lógica capitalista; o acesso à ciência, à tecnologia e à arte como instrumento de superação da alienação (Caldart, 2012).

Isso significa que é possível observar uma estreita relação entre os princípios balizadores da Educação do Campo e a política pedagógica dos Institutos Federais. A defesa de uma educação integral, crítica, preocupada em lidar com as questões do mundo do trabalho e com o desenvolvimento sustentável regional são objetivos comuns. Além disso, algumas estruturas existentes na rede federal, fruto da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, podem potencializar vários aspectos inerentes à educação preocupada com as áreas rurais. As ações de pesquisa e de extensão desenvolvidas nos diversos campi do IFC podem auxiliar o trabalho de diálogo com as comunidades locais e, por conseguinte, de recolha de demandas formativas, sem deixar de reconhecer os saberes tradicionais e os agentes sociais dessas comunidades como protagonistas dos processos formativos.

Sendo assim, para os fins do Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFC, assume-se que a Educação do Campo compreenderá, portanto, a formação em todos os níveis, com destaque para a Formação Inicial e Continuada, as articulações com a Educação de Jovens e Adultos e com a Pedagogia da Alternância, mas não se limitando a essas. As ações, as políticas, os programas e os projetos poderão abranger todo o território alcançado pela instituição e compreenderão, além das formações diretamente associadas aos Eixos Tecnológicos de Recursos Naturais e de Produção de Alimentos, outras formações articuladas aos demais eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

O IFC reafirma, desse modo, seu compromisso com a formação integral, que não se restrinja a atividades econômicas relacionadas à agropecuária, mas também que propiciem a melhoria da qualidade de vida da população do campo.

Para a consecução dos objetivos do IFC e para orientar a condução da política institucional, a instituição disponibiliza documento com Diretrizes Institucionais para Educação do Campo. O referido documento foi aprovado pelo CONSUPER e dispõe sobre a política da educação do campo e pedagogia da alternância.

A política da educação do campo do IFC tem como finalidade o atendimento educacional às populações do campo em diversos níveis de escolarização, conforme os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Ainda, visa contribuir com a redução das desigualdades sociais no campo e no respeito ao ambiente, mediante práticas que valorizem a agricultura familiar e a agroecologia. Também descreve a utilização do espaço do campo como fundamental, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população do campo e de sua emancipação e inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira.

Quanto a Pedagogia da Alternância, tem como finalidade reconhecer a alternância como forma de articulação entre vida e trabalho, suas peculiaridades, seus princípios e instrumentos aliados à cultura na qual o sujeito reconhece a sua história e a sua ação nos espaços onde vive e/ou trabalha. Além disso, visa a valorização dos conhecimentos que o jovem possui, considerando as suas experiências, por isso, além das disciplinas do currículo básico, leva-se em conta também as vivências no contexto da comunidade, primando pela formação integral do estudante, dentre outros elementos previstos nas Diretrizes.

3.4.7 Educação a Distância

A Educação a Distância – EaD – é uma modalidade de ensino prevista no Art. 80 da LDB e regulamentada pelo Decreto n.º 9.057/2017. A EaD caracteriza-se como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), com estudantes e docentes desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A concepção pedagógica da EaD no IFC fundamenta-se na construção do conhecimento por meio da mediação e comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente.

A comunicação e a mediação no cenário da educação são facilitadoras e enriquecedoras do aprendizado. Para Kenski (2008, p. 651):

> [...] o processo da comunicação humana com finalidades educacionais transcende o uso de equipamentos e se consolida pela necessidade expressa de interlocução, de trocas comunicativas. Vozes, movimentos e sinais corporais são formas ancestrais de manifestações humanas no sentido da comunicação, visando à aprendizagem do outro ser.

Dessa forma, o ambiente de interação na EaD, diferentemente de mero repositório de conteúdo, oportuniza a construção de um aprendizado cooperativo e colaborativo. Consequentemente, a metodologia, o design e o acompanhamento de atividades de aprendizagem passam a considerar a autonomia do estudante, a aprendizagem social e a articulação entre currículo e vida profissional como valores essenciais.

A prática pedagógica dialoga com a base epistemológica, enquanto o estudante possui papel ativo na construção do conhecimento, quando é partícipe do processo de mediação do pensamento, da experiência e da ciência por meio de sua consciência, seu contexto histórico, cultural, político e social, bem como quando estabelece interações com os diferentes atores envolvidos, materiais e conteúdo.

Resulta desta prática pedagógica, enquanto aprendizado ativo, interativo e participativo, um

> [...] processo de construção do conhecimento que se dá por meio de um movimento complexo, no qual os sujeitos interagem entre si, mas também com as informações, processando-as para a partir de seus enquadramentos e de suas possibilidades cognitivas se apropriarem dos conteúdos acessados (GOMES, 2008, p.1).

Como ressonância deste processo pedagógico, novas relações e novas formas de comunicação entre os sujeitos, sobretudo na criação e construção do conhecimento, são constituídas, buscando a ampla compreensão da didática da metodologia EaD, do uso de tecnologias e da interação a distância. Trata-se de relações baseadas na linguagem dialógica e nas diferentes formas de organização e ações colaborativas.

De acordo com Moran (2012), são eixos basilares para uma educação inovadora, por meio da tecnologia: "conhecimento integrador e inovador; desenvolvimento da autoestima e do autoconhecimento (valorização de todos); formação de alunos empreendedores (criativos, com iniciativa); construção de alunos cidadãos (com valores individuais e sociais)" (Moran, 2012, p. 148).

Na Educação a Distância, os mecanismos de interação entre os sujeitos são promovidos pelo agrupamento das estruturas de TDICs,

com procedimentos e formas de utilização das mídias com vistas ao processo de aprendizagem colaborativa, envolvendo interação entre docentes e estudantes em tempos e/ou lugares distintos. As tecnologias e mídias se constituem, assim, em recursos didáticos diversos tais como os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem e suas ferramentas, redes sociais, fóruns de discussão, chats, webconferências, objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados de forma física ou eletrônica, dentre outros. Por meio destes, a mediação e a interação podem acontecer com a interlocução dos atores em tempo real, de forma síncrona, como pode ocorrer também a comunicação sem que os atores estejam conectados no mesmo momento, de forma assíncrona, portanto.

Os atores a que se refere são a equipe pedagógica, docentes e os estudantes que se inter-relacionam durante o desenvolvimento do curso e/ou do componente curricular, em um processo comunicacional colaborativo, independentemente do distanciamento físico entre docentes e estudantes.

> O uso inovador da tecnologia aplicado à educação, e mais especificamente, à educação a distância deve estar apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento (MEC/SEED, 2007, p. 9).

A EaD, enquanto importante metodologia e modalidade de ensino, a partir de suas especificidades, pode viabilizar projetos de permanência e êxito que otimizem tempo e espaço dos estudantes e concretizar o compromisso de investimentos com as tecnologias educacionais e de comunicação virtual. Nesta perspectiva, segundo Moran (2002), o conceito de presencialidade se altera a partir do avanço das tecnologias de comunicação virtual, conectando pessoas

fisicamente distantes. "Caminhamos rapidamente para a flexibilização progressiva e acentuada de cursos, tempos, espaços, gerenciamento, interação, metodologias, tecnologias e avaliação" (Moran, 2012, p. 147).

Considerando a abordagem sistêmica, fundamentada nos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância (2007), ressalta-se a importância dos aspectos relacionados ao modelo pedagógico, aos recursos humanos e à infraestrutura adequada ao funcionamento da modalidade. Para tanto, faz-se necessária a observância aos seguintes itens: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, sistemas de comunicação, material didático, avaliação, equipe multidisciplinar, infraestrutura de apoio, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira.

Neste sentido, o IFC observa os aspectos pedagógicos e legais da EaD para a estruturação de cursos ou a oferta de componentes curriculares nesta modalidade com os seguintes objetivos:

a) democratizar e promover o acesso à Educação Profissional e Tecnológica;

b) possibilitar ao estudante a organização e a autonomia de aprendizagem;

c) flexibilizar horários e espaços de estudos quando comparado à modalidade presencial;

d) facilitar a integração para a oferta de cursos e componentes curriculares comuns entre os cursos e a oferta em rede;

e) incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de TDICs para realização de objetivos pedagógicos.

A instituição está credenciada para a oferta de cursos EaD pela Portaria MEC n.º 919/2017 e passou com sucesso pelo processo

de recredenciamento em 2023, podendo ofertar cursos técnicos e superiores integralmente através da metodologia EaD ou com porcentagens variando entre 20% e 80%, a depender dos critérios estabelecidos na Organização Didática dos Cursos do IFC. Em complemento, ressalta-se que a oferta da EaD no IFC é regulada por resolução própria.

3.4.8 Programas e Projetos de Ensino

Ao pautar-se pela proposta da formação integral dos indivíduos, o IFC considera que a elaboração do conhecimento ocorre em tempos, espaços e movimentos formais e não formais de ensino. Isso significa que o ensino carrega consigo pressupostos que dizem respeito às variadas formas que envolvem a apropriação e difusão do conhecimento historicamente acumulado, sob a perspectiva omnilateral e capaz de promover uma formação humana por considerar "[...] todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas para o seu pleno desenvolvimento histórico" (Frigotto, 2012, p. 267).

Promover a constituição de maneiras distintas de construção e apreensão do conhecimento perpassa, também, pelo fato de que o espaço escolar é, e deve ser, ente promotor do conhecimento sistematizado, que não pode ser adquirido única e exclusivamente em seu ambiente familiar ou profissional. Não se trata de desconsiderar o que é assimilado nestes ambientes, senão, propiciar o acesso ao conhecimento especializado, cientificamente elaborado (Young, 2007, p. 1294-1295).

Potencializar uma educação que contribua para a formação de sujeitos capazes de assimilar e multiplicar conhecimentos se faz

mister a partir de uma concepção de formação integral. Ramos (2010) elucida sobre a realização desta concepção de educação perpassa pela integração do trabalho, da ciência e da cultura enquanto dimensões indissociáveis da vida humana e da formação profissional germinadora de construtos intelectuais elevados que permitem gerar intervenções conscientes na realidade onde o educando está inserido.

Com a finalidade de tornar efetiva a concepção pedagógica descrita, o IFC oferece, além dos cursos regulares, programas e projetos que buscam diversificar as propostas didáticas presentes no cotidiano escolar.

Este tipo de oferta complementa o currículo formal e se insere na prática escolar, cuja finalidade se destaca por diferentes interações (teoria e prática, ciência e cultura, homogeneidade e heterogeneidade, etc.), oportunizadas por projetos e programas de ensino. Como forma de ampliar as ações do IFC no compromisso de sua missão social, a instituição avalia constantemente a adesão a projetos governamentais que visem ao atendimento de minorias, o combate à miséria e de permanência e êxito, a valorização e respeito pela diversidade, o desenvolvimento social e sustentável, o fortalecimento da ciência, cultura e tecnologia, dentre outras, para o fortalecimento do ensino e da aprendizagem e consolidação e ampliação de políticas públicas na oferta dos cursos e, consequentemente, maior número de estudantes contemplados. Sendo assim, um programa ou projeto pode ter aporte de fomento por parte do próprio IFC ou por outras instituições, seja para pagamento de bolsas e/ou da aquisição de serviços, materiais e equipamentos via editais lançados pelos campi ou pela reitoria. Neste sentido, temos a seguir, exemplos de proposições já efetivadas no IFC como ações desenvolvidas com recurso próprio ou com fomento a partir de parcerias e/ou editais externos:

Este tipo de oferta complementa o currículo formal e se insere na prática escolar, cuja finalidade se destaca por diferentes interações (teoria e prática, ciência e cultura, homogeneidade e heterogeneidade, etc.), oportunizadas por projetos e programas de ensino.

Como forma de ampliar as ações do IFC no compromisso de sua missão social, a instituição avalia constantemente a adesão a projetos governamentais que visem ao atendimento de minorias, o combate à miséria e de permanência e êxito, a valorização e respeito pela diversidade, o desenvolvimento social e sustentável, o fortalecimento da ciência, cultura e tecnologia, dentre outras, para o fortalecimento do ensino e da aprendizagem e consolidação e ampliação de políticas públicas na oferta dos cursos e, consequentemente, maior número de estudantes contemplados.

Sendo assim, um programa ou projeto pode ter aporte de fomento por parte do próprio IFC ou por outras instituições, seja para pagamento de bolsas e/ou da aquisição de serviços, materiais e equipamentos via editais lançados pelos campi ou pela reitoria. Neste sentido, temos a seguir, exemplos de proposições já efetivadas no IFC como ações desenvolvidas com recurso próprio ou com fomento a partir de parcerias e/ou editais externos.

3.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

No IFC, a extensão é compreendida como uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre a instituição escolar e os outros setores da sociedade, por

meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com ensino e pesquisa.

Segundo Freire (1980), "a Extensão pode ser compreendida como 'um ato educativo', de forma a estender os conhecimentos e as técnicas para transformar, científica e concretamente, o mundo em que os homens estão".

Enquanto processo educacional, a extensão incorpora o aspecto de formação humana, sempre considerando as características locais, sociais, culturais e científicas onde a Instituição está inserida, buscando tornar o conhecimento produzido acessível a toda comunidade. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas, visando atender a concretude dos processos formativos.

A política de extensão do IFC tem como finalidade promover, em articulação com o ensino e a pesquisa, um conjunto de ações e atividades, em sintonia com a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural da região.

Deste modo, educação, ciência e tecnologia articulam-se de forma a priorizar o desenvolvimento local e regional, o qual possibilita a necessária dinamização do conhecimento.

Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam a melhoria da vida por meio da educação. Para isso, as ações e atividades de extensão, no âmbito do IFC, devem fomentar a reflexão crítica de concepções e práticas curriculares para

a sistematização do conhecimento produzido nas esferas de extensão, ensino e pesquisa, além de buscar, no processo de desenvolvimento da sociedade, caminhos alternativos para os interesses e necessidades das comunidades.

Também são objetivos da extensão no IFC: buscar interação sistematizada com a comunidade, por meio da participação de servidores e estudantes em ações integradas com instituições públicas e privadas e com as entidades da sociedade civil; incentivar a prática que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos; participar de todas as dimensões da extensão que objetivem o desenvolvimento regional e local de modo sustentável; articular políticas públicas para o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão; estabelecer em conjunto com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão com natureza de inovação tecnológica e de transferência de tecnologia; incentivar ações interinstitucionais em todas as dimensões da extensão que envolvam os diferentes campi do IFC; e promover, em conjunto com o ensino e a pesquisa, ações e atividades que busquem a socialização do conhecimento e o surgimento de novos questionamentos para a busca de soluções pela comunidade acadêmica.

Atualmente, as políticas públicas de extensão são garantidas a partir da Constituição Brasileira (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (2018).

Assim, sob a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as

diretrizes de extensão do IFC são:

a) Interação dialógica: a qual busca desenvolver relações entre o IFC e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais.

b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: que compreende combinar especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de extensão a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

c) Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão: as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa). No que se refere à relação extensão e ensino, a diretriz coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica e de sua formação cidadã. Na relação entre extensão e pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre o IFC e a sociedade, visando à produção de conhecimento e a produção acadêmica.

d) Impacto na Formação do Estudante: a participação do estudante deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de extensão, para permitir o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos.

e) Impacto e Transformação Social: reafirma a Extensão como o

mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação do IFC com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.

Para materializar as diretrizes, são consideradas como dimensões da extensão no IFC as modalidades que incluem as ações institucionais e que se caracterizam como:

- **Programas:** conjunto de ações contínuas de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, que articula e envolve diferentes projetos e ações existentes (cursos, eventos, prestação de serviços e produção profissional e tecnológica, entre outros) de ensino, pesquisa, extensão, inovação, desenvolvimento tecnológico, dentre outros. Os programas devem destacar o envolvimento e interação das comunidades externas e envolver outras duas ou mais modalidades de ações vinculadas;

- **Projetos**: conjunto de atividades de caráter orgânico-institucional, associadas e integradas para o alcance de objetivos comuns. São ações processuais de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos e prazo definido, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes e/ou técnicos-administrativos, estudantes e a comunidade externa. Os projetos podem estar vinculados ou não a um programa institucional ou de natureza governamental;

- **Eventos**: ação eventual, sem caráter continuado, que implica na apresentação e/ou exibição pública e livre, de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, com o envolvimento e participação da comunidade externa do IFC;

- **Cursos e oficinas**: conjunto articulado de atividades pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, com o envolvimento e interação das comunidades externas, seja para a formação continuada, aperfeiçoamento e/ou disseminação de conhecimento, planejada, organizada e avaliada de modo sistemático, com carga horária e critérios de avaliação definidos.

- **Prestação de serviços**: realização de atividades vinculadas às áreas de atuação da Instituição (como consultoria, assessoria, curadoria, atendimentos, práticas profissionais, entre outros), que dão respostas às necessidades específicas da sociedade e do mundo do trabalho, que destaque a articulação entre o IFC e sociedade e priorize iniciativas de diminuição das desigualdades sociais.

A política de extensão do IFC é resultado da responsabilidade social coletiva - de estudantes, servidores e comunidade - para uma formação capaz de compreender a educação como um processo educativo, cultural e científico que viabiliza o exercício consciente da cidadania, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e local.

Assim, a promoção da extensão visa a difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição com estímulo à participação da comunidade.

3.5.1 Áreas e linhas temáticas da extensão

A Política Nacional de Extensão, publicada em 2012, é um documento orientador que estabelece diretrizes e princípios para a

atuação das instituições de ensino superior (IES) brasileiras na área da extensão universitária. Ela foi criada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em parceria com o Ministério da Educação.

No IFC, a Política Nacional de Extensão serve como referência para a formulação de suas políticas e programas de extensão, promovendo a integração e o fortalecimento das ações extensionistas. Ela estimula a cultura da extensão na instituição, valorizando sua importância na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Também é importante pontuar que as áreas e linhas temáticas para a extensão no IFC buscam contribuir significativamente para o avanço das metas globais estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sistematizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), promovendo ações que impactem positivamente a sociedade e o meio ambiente. Até porque a extensão busca promover a integração entre a academia e a sociedade, criando oportunidades para que o conhecimento e expertise acadêmica sejam utilizados para enfrentar desafios e promover o desenvolvimento sustentável.

Com relação às áreas e linhas temáticas para a extensão, o IFC segue a Política Nacional de Extensão, que estabelece as seguintes diretrizes gerais:

- **Comunicação**: inclui ações de divulgação científica, produção de materiais educativos, uso de tecnologias de informação e comunicação para a promoção do conhecimento, além de projetos de comunicação comunitária. Vinculada à: ODS 17 - Parcerias e meios de implementação.

- **Cultura**: abrange atividades relacionadas à produção artística, cultural e patrimonial, como exposições, mostras, espetáculos,

oficinas, projetos de preservação do patrimônio cultural, entre outros. Vinculada à: ODS 4 - Educação de qualidade, de forma transversal.

- **Direitos Humanos e Justiça**: engloba ações que visam promover e defender os direitos humanos, a igualdade, a inclusão social, a cidadania e o acesso à justiça, com enfoque nas demandas da população mais vulnerável. Vinculada às: ODS 1 - Erradicação da pobreza, ODS 5 - Igualdade de gênero, ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

- **Educação**: envolve projetos e programas voltados para a formação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, desenvolvimento de metodologias pedagógicas inovadoras, educação popular, educação ambiental, educação em direitos humanos, entre outros. Vinculada à: ODS 4 - Educação de qualidade.

- **Meio Ambiente**: inclui ações de preservação e recuperação ambiental, gestão sustentável de recursos naturais, conscientização sobre questões ambientais, incentivo à adoção de práticas sustentáveis, entre outras atividades relacionadas à temática ambiental. Vinculada às: ODS 7 - Energia limpa e acessível, ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, ODS 14 - Vida na água, ODS 15 - Vida terrestre.

- **Saúde**: abrange ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, atenção básica em saúde, formação de agentes comunitários de saúde, apoio a políticas públicas de saúde, entre outras atividades relacionadas ao campo da saúde. Vinculada às: ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, ODS 6 - Água potável e saneamento.

- **Tecnologia e Produção**: engloba ações voltadas para a transferência de tecnologia, inovação, empreendedorismo, apoio

à produção e ao desenvolvimento de comunidades, capacitação técnica, incubação de empresas, entre outros. Vinculada às: ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Consumo e produção responsáveis.

- **Trabalho**: inclui ações de formação profissional, inclusão produtiva, apoio ao empreendedorismo, geração de renda, economia solidária, fomento ao cooperativismo, entre outras atividades relacionadas ao campo do trabalho. Vinculada às: ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, ODS 5 - Igualdade de gênero, ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico.

Essas diretrizes proporcionam uma base sólida para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão no IFC que atendam às demandas sociais, promovendo o diálogo entre a academia e a comunidade, e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Os cursos ofertados, as pesquisas aplicadas e a extensão tecnológica, quando comprometidos com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais, são igualmente linhas de ação extensionistas que incorporam o ensino e a pesquisa-inovação em prol do desenvolvimento da sociedade.

Os APLs são, convencionalmente, considerados concentrações de produtores ou empresas de mesmo ramo de atividade, atores culturais e sociais pertencentes a uma região, que interagem entre si e com outros atores públicos e privados por meio de uma estrutura de governança comum, sendo relevantes para o desenvolvimento local e onde os fatores econômicos, sociais e institucionais estão fortemente entrelaçados (Suzigan, 2006).

Na perspectiva social e cultural, os APLs incluem as atividades latentes da comunidade e o processo geral de desenvolvimento.

3.5.2 Atividades e Ações de extensão

As atividades e ações extensionistas no IFC se relacionam com a socialização do conhecimento, a criação de meios para a participação da comunidade no ambiente acadêmico e a promoção da transformação social, por meio de um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de forma indissociável. Tais atividades são desenvolvidas mediante a participação de estudantes, de servidores, tanto docentes quanto técnicos administrativos em educação, e da comunidade externa; e podem contar com fomento interno ou externo, sendo desenvolvidas nos campi, nas comunidades, nos ambientes de entidades parceiras, dentre outros espaços.

Servidores, estudantes e comunidade externa são incentivados a elaborar e executar atividades de extensão no âmbito de seu município ou para além dele, especialmente quando se trata de formação profissional, desenvolvimento do empreendedorismo com geração de emprego e renda, e atendimento a demandas específicas alinhadas com o perfil de atendimento dos campi, na forma de ações presenciais ou a distância.

As atividades de extensão buscam a promoção de políticas de aproximação dos servidores e estudantes com a realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade local e regional do IFC. Assim, compreende-se que as atividades extensionistas caracterizadas como projetos de intervenção são consideradas prioritárias.

Entende-se por projetos de intervenção aqueles propostos para a resolução de um problema social, econômico e/ou ambiental, voltados para a indução do desenvolvimento socioeconômico regional, o atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade, a resolução de problemas ambientais e o desenvolvimento de tecnologias sociais. Envolvem aspectos culturais, educacionais, de emprego e renda, da sociedade, da saúde e outros temas, com a promoção de práticas empreendedoras e de inovação tecnológica, na busca de soluções para os problemas sociais, econômicos e culturais.

Na extensão, em que o trabalho interdisciplinar favorece a visão integrada do social, a formação se dá por meio de cursos de extensão, estágios, visitas técnicas, eventos, transferências de tecnologia, incubação de empresas e suporte a empresas juniores, definidas a partir de demandas advindas tanto da comunidade, quanto das condições de oferta das unidades do IFC, campi e Reitoria. Ou seja, as atividades extensionistas buscam "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" (Brasil, 1996).

3.5.3 Parcerias

Parceria é a forma pela qual o IFC realiza colaboração mútua, em que as partes buscam a realização de um objetivo comum com atividades definidas. As parcerias com instituições governamentais e não governamentais do setor produtivo, educacional, cultural e social se materializam por meio de acordos, convênios, termos de descentralização e ações conjuntas de desenvolvimento de programas, projetos e ações específicas.

A celebração de parcerias estabelecidas por meio de instrumentos jurídicos contribui para estreitar as relações entre instituições, assim como, auxiliam no aprimoramento das capacidades institucionais, na otimização do uso de recursos materiais e intelectuais e para a inserção regional, nacional e internacional do IFC. Além disso, o incentivo às parcerias promove o desenvolvimento tecnológico, de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos arranjos produtivos locais, bem como o estímulo à produção sustentável, e a troca de conhecimentos e tecnologias.

3.5.4 Internacionalização e interculturalidade

Baseado em Wit e Hunter (2015), a internacionalização da educação é compreendida como um processo intencional de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, nas funções e na oferta da educação, a fim de aprimorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os estudantes, corpo docente e técnicos administrativos em educação e fornecer uma contribuição significativa para a sociedade. Neste sentido, a internacionalização é concebida como um processo adaptável, que visa a atender aos interesses institucionais, respeitando os aspectos nacional, regional e local, mas sem desprezar o âmbito internacional (Knight, 2011).

No IFC, a Política de Internacionalização da Educação constitui-se em um conjunto de atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, internacionalização em casa e projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país. Busca-se potencializar, promover e ampliar a inserção internacional, intercultural e global de estudantes, docentes e corpo técnico-administrativo da Instituição, com vistas à

maximização da visibilidade das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão do IFC no cenário global.

Assim, as ações e os processos de internacionalização possuem caráter dinâmico, participativo e multidirecional.

São objetivos da Política de Internacionalização: sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e os benefícios da internacionalização no processo educacional e no desenvolvimento institucional; institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFC; desenvolver gestões articuladas entre o IFC, CONIF e o Ministério da Educação (MEC), notadamente a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); monitorar e dar visibilidade às ações internacionais desenvolvidas no IFC em âmbito nacional e internacional; ampliar os processos de cooperação promovendo atividades de intercâmbio internacional no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação, do desenvolvimento institucional e do multiculturalismo; fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação; e, estimular atividades de relações internacionais sintonizadas com o princípio da educação como um bem público, gratuito e universal.

Diretamente relacionadas com os objetivos da Política de Internacionalização do IFC, as ações compreendem um conjunto de atividades que, por meio de múltiplas modalidades, colaboram no âmbito do Ensino, da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, da Extensão, do Desenvolvimento Institucional, da Formação em Línguas, e envolvem:

- **Ensino**: no incentivo à programas de mobilidade e intercâmbio internacionais que permitam o aprendizado da língua e da cultura de outros países, bem como na realização de oficinas, disciplinas, trabalhos de conclusão de curso ou similares, cursos de formação

complementar, cursos profissionalizantes, cursos de dupla diplomação, entre outras atividades relevantes para a instituição.

- **Pesquisa, Pós-graduação e Inovação**: no incentivo à realização de atividades como cursos ou disciplinas em parcerias com instituições estrangeiras; desenvolvimento de programas conjuntos de pós-graduação com dupla diplomação; desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos; mobilidade de pesquisadores para oferta de cursos, oficinas, palestras, seminários, colóquios ou realização de pesquisa; publicações internacionais; realização de eventos científicos internacionais em parceria e nacionais bilíngues; participação em redes internacionais de pesquisa; realização de atividades de difusão e de transferência de tecnologia em nível internacional; mobilidade de estudantes para realização de cursos, disciplinas e/ou pesquisa; atração de pesquisadores visitantes estrangeiros e pós-doutorandos para realização de cursos e oficinas; divulgação e apropriação do conhecimento e experiências adquiridas no exterior; captação de recursos para execução de projetos de pesquisa com instituições internacionais; fomento ao registro de patentes e transferência de tecnologia.

- **Extensão**: no estímulo institucional às ações ligadas aos processos educativo, cultural, social, científico e tecnológico, que promovam a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção; desenvolvimento e difusão de conhecimentos que visam o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional; incentivo à um conjunto de práticas e atividades que ultrapassem as fronteiras da Instituição, integrar a comunidade acadêmica ao público externo, com objetivo de intervir na realidade e na socialização do conhecimento; realização de cursos de curta duração em parceria com instituições educacionais estrangeiras e organizações internacionais; a celebração de

Acordos de Cooperação Internacional e/ou Protocolo de Intenções com entidades estrangeiras para o desenvolvimento de atividades de estágios no exterior e a oferta de serviços tecnológicos.

- **Desenvolvimento Institucional**: no estímulo às atividades que visem ao desenvolvimento das habilidades gerenciais dos servidores; incentivos à prospecção e estabelecimento de novas parcerias; estímulos à participação em seminários e fóruns de discussão sobre práticas; desenvolvimento de políticas e tendências internacionais relacionadas à educação profissional, científica e tecnológica; dentre outras atividades de interesse e relevância institucional.

- **Formação em Línguas**: no incentivo às ações com vistas a formação continuada de servidores e estudantes para a ampliação da mobilidade e da divulgação e circulação da produção acadêmico-científico-cultural, por meio da oferta de cursos de línguas, articulada pelo Centro de Línguas (CLIFC) e/ou ofertada em parceria com programas de fomento ao ensino de idiomas, estimulando, assim, a participação da comunidade acadêmica em atividades de intercâmbio e cooperação internacional.

3.5.4.1 Internacionalização e línguas adicionais

De acordo com Baumvol e Sarmento (2018), a falta de proficiência em línguas adicionais é um problema no processo de internacionalização da educação brasileira. Segundo as autoras, o isolamento linguístico prejudica, especialmente, os estudantes menos privilegiados que não podem financiar estudos (ou o aprendizado de outras línguas) no exterior.

Didio e Welp (2019, p. 3) afirmam que:

> O processo de internacionalização em si, se justifica, entre outras razões, pelo desejo ou reconhecimento da necessidade de preparar os alunos universitários para um mundo cada vez mais conectado. Isso significa pretender que eles sejam internacionalmente bem informados e interculturalmente competentes, capazes de viver e trabalhar em comunidades diversas, tanto no país de origem quanto no exterior.

Assim, além de ações de mobilidade e intercâmbios internacionais, outras ações podem e devem ser desenvolvidas na Instituição para que esse processo seja exequível, bem-sucedido e, sobretudo, inclusivo no que diz respeito ao envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

No IFC, podemos citar, entre outras ações já mencionadas, a preocupação em disponibilizar as informações institucionais em língua adicional em sua página oficial da internet, a disponibilidade de editais de fomento à tradução e publicação de artigos científicos de servidores e estudantes em periódicos internacionais, a oferta de línguas adicionais a partir de projetos desenvolvidos com base em competências e resultados reconhecidos internacionalmente (Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas), cuja forma de aplicação pode envolver desde a educação profissional técnica integrada ao ensino médio até a pós-graduação, atendendo à verticalização do ensino, a oferta de curso de Português para Falantes de outras Línguas, entre outras desenhadas e implementadas pelo Centro de Línguas (CLIFC).

Ademais, cabe ressaltar, que o IFC reconhece a interconexão entre as línguas adicionais e o processo de internacionalização e busca, por meio de várias ações, engajar a comunidade acadêmica na criação de espaços plurilíngues, que valorizem a diversidade linguística, cultural e humana. Para tanto, aprovou em 2019, sua Política de Línguas, visando consolidar as ações que envolvem as línguas adicionais no ambiente escolar e no dia a dia da Instituição.

Apesar do caminho trilhado até aqui, vale destacar, como relevante e imprescindível para o futuro, a ampliação do debate em torno da internacionalização da educação no IFC como uma política de ensino, pesquisa, extensão e gestão, fomentando novas iniciativas de internacionalização em casa que busquem enfatizar a dimensão multilinguística das atividades institucionais, bem como o aperfeiçoamento de caráter multi/pluri linguístico do corpo docente e discente.

3.5.5 Ações Empreendedoras

Para atuar diretamente no desenvolvimento econômico, social e na superação de desafios locais, o IFC promove diversas ações voltadas ao empreendedorismo e à inovação que visam contribuir significativamente para o desenvolvimento e a disseminação de ações para a melhoria e o aperfeiçoamento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais. O empreendedorismo, neste caso, ultrapassa o conceito puro e simples da busca pelo lucro e se transforma em uma ferramenta de superação da realidade e para transformação social. Esta transformação está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e social e na superação dos desafios locais, desenvolvida com ações de empreendedorismo e inovação.

Neste contexto, é importante saber que os conceitos de inovação tecnológica e inovação social são um pouco diferentes. A inovação tecnológica, também pode ser obtida por meio de ações de empreendedorismo, que pode ser definido como o processo de criar e gerenciar um negócio, assumindo riscos e incertezas, visando alcançar sucesso financeiro e pessoal. Entretanto, o conceito de empreendedorismo tem evoluído ao longo do tempo e atualmente é visto como uma importante fonte de inovação e desenvolvimento econômico.

Segundo a definição proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2018), o empreendedorismo é "a capacidade de identificar e aproveitar oportunidades para criar valor, inovar e assumir riscos, com o objetivo de fazer crescer um negócio". Consequentemente, o empreendedorismo está diretamente associado à inovação. Tem por objetivo disseminar a cultura empreendedora, visionária e inovadora para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

Já a inovação social é "uma solução inovadora para um problema social que seja mais efetiva, eficiente e sustentável na comparação com as outras opções de soluções já existentes, na ótica da sociedade (coletividade) e não dos indivíduos" (Phills, Deiglmeier e Miller, 2008, p. 36). A inovação social não se restringe a uma tecnologia social, pode ser um produto, processo de produção ou tecnologia, mas também um princípio, uma ideia, legislação, movimento social, uma intervenção ou alguma combinação entre eles.

Portanto, a inovação social busca atender as demandas sociais a partir da geração de soluções desenvolvidas por empreendedores, que as utilizam para a inserção e competição de suas empresas no mercado, também conhecida como Economia Solidária (França-Filho, 2002).

O conceito de economia solidária também se utiliza do conceito de geração de inovações sociais. O trabalho cooperativo e associativo é fundamental para a economia solidária. Sua diferença está na busca por construir um outro modo de produção, rompendo com o modo capitalista.

A economia solidária tem como principal objetivo a inclusão social e produtiva, de forma cooperativista e associativa, que busca preencher os espaços vazios da exclusão social do sistema capitalista.

A concepção de inovação social reconhece que diferentes atores devem trabalhar em prol de solucionar determinada necessidade social, legislações, processos e assim, envolver as ações do empreendedorismo social.

O empreendedorismo social é uma concepção que descreve o comportamento e a atitude de indivíduos que criam novos empreendimentos com fins sociais (Agostini, 2016). Indivíduos que atuam em diferentes setores da sociedade e que podem criar inovações sociais. Os indivíduos com essas características são chamados de empreendedores sociais.

No IFC as modalidades de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo que se articulam com a sociedade são apresentadas como:

- **Empresa Júnior**: uma associação civil, sem fins lucrativos e com finalidades educacionais, criada, constituída e gerida exclusivamente por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação do IFC. A empresa júnior tem por finalidade realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho, sempre orientado por um docente do curso.

- **Incubadora de empresas de base tecnológica e solidárias**: tem como objetivo contribuir com projetos estruturantes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), com atuação na pesquisa aplicada e extensão tecnológica, voltada para o amplo diálogo da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento da indústria brasileira no país. No IFC dois tipos de empreendimentos são possíveis:

- **Incubadoras de empresas de base tecnológica**: são entidades promotoras de empreendimentos inovadores, por meio de uma

incubação de empresas recentemente constituídas por estudantes, egressos, servidores e empreendedores da comunidade acadêmica e externa ao IFC e tem como prioridades: formação empresarial; estímulo a postura empreendedora; incentivo à capacitação de empresas com produtos/serviços inovadores e aproximação do meio acadêmico do mercado profissional;

- **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)**: são programas interdisciplinares desenvolvidos com a intenção de reunir pesquisa e extensão sob a ótica da economia solidária. O processo de incubação implica em uma solidariedade entre as partes, numa troca de saberes mútua, de conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes que se fundem por meio do diálogo e que se produzem em duas esferas distintas da vida social. Os empreendimentos sociais objetivam potencializar possibilidades de trabalho e renda por meio do apoio e capacitação de empreendimentos solidários e sustentáveis, que podem envolver pequenos agricultores, organizações sociais, artesãos, populações de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social. Enquadram-se nessa proposta de cunho social: as cooperativas baseadas nos valores da economia solidária e associativismo; e suporte técnico e apoio a organizações sem fins lucrativos, surgidas da própria sociedade civil e de seus movimentos sociais, tais como as ONGs (organizações não governamentais).

3.5.6 Estágios

O estágio é uma atividade de aprendizado profissional que tem como objetivo proporcionar aos estudantes a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante

a sua formação acadêmica. Durante o estágio, o estudante tem a oportunidade de vivenciar a realidade do mercado de trabalho, desenvolver habilidades técnicas e comportamentais, e construir uma rede de contatos profissionais que pode ser fundamental para o seu futuro profissional.

Nesta perspectiva, Freire (1996) destaca a importância do estágio como um momento em que o estudante pode exercer sua autonomia e criticidade, não apenas aplicando os conhecimentos teóricos, mas também aprendendo com a prática.

Para Schön (2000), o estágio é uma oportunidade de os estudantes aplicarem seus conhecimentos teóricos em situações práticas, enquanto desenvolvem habilidades de reflexão crítica e aprendizado contínuo.

Assim, no IFC, o estágio é concebido como uma etapa fundamental na formação profissional, permitindo a integração entre teoria e prática, o desenvolvimento de habilidades e competências, e a construção de uma identidade profissional sólida.

Em conformidade com a legislação nacional sobre este tema, no IFC, o estágio é compreendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho, em seu sentido histórico, para estudantes que estejam regularmente matriculados na instituição e frequentando seus respectivos cursos.

Considerando a definição de estágio no IFC, cabe destacar que este faz parte do Projeto Pedagógico de Curso, no qual, além de integrar o itinerário formativo do educando, deve constar seus respectivos instrumentos de planejamento curricular e avaliação, e possibilitar ao estudante a interação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho. Ademais, o estágio também visa ao

aprendizado de conhecimentos específicos da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

3.5.7 Acompanhamento de egressos

Comumente, egressos são definidos como indivíduos que concluíram um determinado curso ou programa de ensino em uma instituição de ensino. Esses indivíduos passam a ser considerados egressos a partir do momento em que concluem com êxito todos os requisitos do curso e obtêm seu diploma ou certificado de conclusão (Ristoff et al, 2015).

A partir de então, eles se tornam parte da comunidade de egressos da instituição, e é importante que a instituição estabeleça mecanismos de acompanhamento e avaliação deste perfil, a fim de avaliar o impacto do curso em suas carreiras e na sociedade como um todo (Lima, et al, 2017).

No IFC, são considerados egressos os estudantes que efetivamente concluíram os estudos regulares previstos nos Projetos Pedagógicos de cada Curso (PPC) e estão aptos a receberem ou já receberam o diploma e/ou certificado, conforme a natureza de cada curso e de acordo com as resoluções institucionais vigentes.

O planejamento e a execução das ações institucionais sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos no IFC são realizados em todos os campi, sob a responsabilidade dos seus respectivos setores de extensão e responsáveis pelos egressos, de forma articulada com as áreas de atuação do Ensino, da Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação, Comissão Própria de Avaliação (CPA) e, em parceria, com a

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

A Política de Acompanhamento dos Egressos do IFC se configura a partir dos seguintes princípios:

- **Relacionamento contínuo**: mantendo a relação de compromisso e parceria profissional/educacional mútua, por meio de diversas ações continuadas envolvendo o egresso e que prospectam a garantia dessa intencionalidade multilateral pela qual o egresso e o IFC se dispõem a tornarem-se parceiros, na construção de saberes e de atualização de conhecimentos socioculturais e acadêmicos, em prol da avaliação dos processos institucionais e do aprimoramento da qualidade da educação ofertada na Instituição.

- **Valorização profissional**: proporcionando por meio do IFC ou de outras entidades parceiras, oportunidades de atualização profissional aos egressos, por meio da formação/educação continuada e/ou eventos em geral, preferencialmente em áreas correlatas à formação do egresso, que subsidie uma construção de carreira profissional exitosa e de excelência.

- **Educação continuada**: buscando a promoção de processos de formação profissional e sociocultural contínuos, para além da conclusão estanque de um curso, e que primam pela estimulação da cultura da verticalização do ensino que, por sua vez, agregue o retorno do acadêmico à Instituição numa perspectiva permanente de renovação, ampliação, avaliação de políticas e práticas institucionais e profissionais e geração de novos conhecimentos e saberes.

- **Avaliação e autoavaliação institucional pelo egresso**: valorizando o egresso como sujeito capaz de contribuir para a melhoria de todos os processos institucionais, vislumbrando a atenção do olhar crítico e reflexivo sobre si e sobre a Instituição, por meio da

valorização da prática de Avaliação Institucional, em âmbito interno (autoavaliação) e externo (órgãos de regulação da educação nacional) pela vivência social, cultural e profissional do egresso que, nesse contexto, torna-se uma fonte potencial de indicação das possíveis fragilidades e sucessos dos processos formativos institucionais de impacto ímpar para a tomada de decisões em relação ao pensar e agir do IFC .

- **Compromisso e responsabilidade com a comunidade**: estabelecendo a interface entre a Instituição e as outras organizações públicas, privadas e não governamentais, além da própria sociedade articulada de forma independente, proporcionando que o egresso se torne o sujeito que assume o papel retroalimentador das múltiplas dimensões do compromisso e da responsabilidade humana e profissional com a comunidade em que está inserido.

- **Atuação sistêmica na gestão e produção do conhecimento**: buscando a promoção articulada e contínua entre as ações extensionistas e as práticas e políticas voltadas aos egressos do IFC, através: 1) da coleta, a sistematização, a análise e o encaminhamentos das informações oriundas da relação do IFC com o egresso a todos os níveis de gestão envolvidos no processo formativo do mesmo, produzindo as informações necessárias à tomada de decisões consistentes no âmbito de cada instância do processo formativo. 2) do comprometimento e envolvimento dos gestores da instituição, desde as coordenações de curso às Pró-Reitorias, no atendimento aos egressos, na proposição e avaliação permanente das ações e na superação conjunta de dificuldades apresentadas e revisão dos processos desenvolvidos para tal, de modo a acompanhar as mudanças e necessidades da formação omnilateral ofertada, contribuindo de forma qualitativa com o desenvolvimento institucional. 3) da aproximação institucio-

nal com as demandas educacionais, sociais e do mundo do trabalho, indicando elementos para a tomada de decisão quanto à revisão e manutenção de processos formativos institucionais que possam balizar, justificar e contribuir com a continuidade ou alteração dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes dos cursos já existentes, assim como subsidiar a criação de novos cursos e a troca de saberes entre os discentes formados e os em processo de formação.

3.5.8 Diálogo com a sociedade

A extensão nos Institutos Federais é uma das áreas de atuação mais importantes dessas instituições, isto porque desempenha um papel fundamental ao conectar o conhecimento gerado nas salas de aula e laboratórios com as demandas da sociedade em que essas instituições estão inseridas. As ações de extensão no IFC têm como um dos seus objetivos promover a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, buscando a transformação social, a cidadania ativa e o desenvolvimento local e regional. Estas ações podem abranger diversas áreas de atuação, como educação, saúde, cultura, meio ambiente, tecnologia, entre outras. Neste sentido, o IFC reconhece a importância da construção de uma extensão dialógica, crítica e transformadora, que contribua para a formação de sujeitos conscientes, engajados e atuantes em sua própria história.

A extensão é uma prática que busca a promoção da cidadania, da emancipação dos sujeitos e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O diálogo e o compromisso com a realidade são pilares fundamentais dessa concepção, que coloca as instituições de ensino a serviço da comunidade e se configura como uma via de mão dupla, onde o conhecimento é construído, compartilhado e

transformado coletivamente (Freire, 2013). Por conseguinte, a extensão não pode se desvincular das questões sociais e políticas. Ela deve estar comprometida com a transformação da realidade, buscando superar as desigualdades e opressões presentes na sociedade.

O diálogo com a sociedade é uma característica essencial dos programas e projetos de extensão no âmbito do IFC. O envolvimento da comunidade nas etapas de planejamento, execução e avaliação das atividades é fundamental para as ações serem efetivas e atenderem às reais necessidades da população.

Dessa forma, se busca estreitar os laços com a sociedade, compreender suas demandas, desafios e potencialidades, e, a partir disso, construir programas e projetos de extensão alinhados com as expectativas e interesses da comunidade.

A troca de saberes e experiências entre a instituição e a sociedade beneficia tanto o próprio IFC, que se aproxima das demandas sociais e adquire maior relevância, quanto a sociedade, que recebe suporte técnico e científico para enfrentar desafios diversos.

O diálogo com a sociedade também contribui para que os programas e projetos de extensão sejam mais contextualizados e relevantes. Ao envolver a população local, os campi do IFC conseguem criar ações mais assertivas, que considerem as particularidades regionais e culturais, e que, portanto, tenham maior impacto e alcance.

Ao se envolver no planejamento e execução das atividades de extensão, a sociedade se torna protagonista do processo, fortalecendo o vínculo entre a instituição e a comunidade, além de aumentar a probabilidade de sucesso das iniciativas (Santos, 1986). Assim, através da extensão, o IFC tem a oportunidade de ampliar sua atuação para além do espaço acadêmico, levando conhecimento, serviços e ações

transformadoras para a comunidade em que estão inseridas.

Uma das frentes de divulgação das ações que demonstra o diálogo do IFC com a comunidade a partir da extensão do IFC, são ações de publicações relacionadas diretamente com as atividades da Pró-reitoria de Extensão. Essas publicações da Pró-reitoria de Extensão consistem em divulgar ações desenvolvidas pela comunidade acadêmica que tem relação com a prática institucional e interliga as atividades de ensino e pesquisa demandas pela sociedade.

- **Revista de Extensão Tecnológica**: a revista Extensão Tecnológica, é uma das publicações da Pró-reitoria de extensão e trata-se de um periódico científico das ações de extensão do IFC, que tem por objetivo a divulgação e compartilhamento de práticas, reflexões e resultados de ações de extensão desenvolvidas pelo Instituto, bem como por outras instituições de educação. A revista dá ênfase a artigos que sirvam como referência teórica ou empírica para a extensão, em sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. O público-alvo da Revista Extensão Tecnológica é composto por docentes, estudantes e demais pessoas interessadas nas práticas extensionistas desenvolvidas por meio de parcerias entre as comunidades e as instituições de ensino.

- **Catálogo de Extensão**: outra publicação da Pró-reitoria de extensão é o Catálogo de Extensão, concebido como um instrumento de divulgação dos projetos desenvolvidos pela comunidade acadêmica do IFC. Neste catálogo são publicadas as atividades desenvolvidas nos projetos de extensão, destacando a interação entre os servidores e estudantes da Instituição e as comunidades do seu entorno. Tanto o Catálogo de Extensão como a revista Extensão Tecnológica, assim como a postura dialógica na proposição e execução das ações de extensão, materializa formas de diálogo

com a sociedade e uma prática extensionista em convergência com as demandas sociais locais.

3.6 POLÍTICAS DE PESQUISA

A Pesquisa no IFC é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa a produção científica e tecnológica, cujos resultados devem ser estendidos à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. As atividades de pesquisa devem ser planejadas de forma a proporcionar, ao longo de sua execução, o envolvimento dos(as) estudantes em todas as etapas, sejam elas desenvolvidas por meio de iniciação científica, de pesquisa, bem como, em experiências didáticas e pedagógicas que privilegiem o ensinar e o aprender por meio do fazer respeitando a legislação vigente aplicável e as normas de ética em pesquisa.

3.6.1 Pesquisa

Um dos desafios da educação profissional e tecnológica consiste em buscar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. A 'pesquisa', termo etimologicamente derivado do verbo 'perquirir', é uma ação intencional de procurar conhecer algo com afinco, por meio da indagação, inquirição, investigação e averiguação, e constitui-se em um caminho de excelência para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas inter-relações com o mundo da vida social e do conhecimento.

Como afirma Santos (1989), ela é a "prática social de conhecimento". Nesse sentido, o significado da pesquisa vai para além de responder a um problema específico. É a busca, o estudo, o conhecimento, a explicação e a compreensão do mundo de forma crítica e reflexiva em diálogo entre a teoria e a prática, motivados por ações do sujeito que faz ciência. Isso demonstra que não basta preencher os requisitos do sistema, sendo necessário, igualmente, diminuir o abismo entre áreas do conhecimento, entre o técnico e o humano.

A pesquisa estabelece estreita relação com as demais atividades de formação, como o ensino, a extensão e a inovação, permeando as relações entre os processos formativos e o contexto em que estes ocorrem. No contexto da educação profissional e tecnológica, considerando os diferentes níveis de ensino ofertados e o princípio da interdisciplinaridade e verticalização, a pesquisa é desenvolvida em situações e níveis de profundidade e de rigores diversos – da qualificação profissional até a pós-graduação stricto sensu. Articula os saberes e as práticas instituídos com as situações desconhecidas, buscando promover melhorias às condições de vida das pessoas e da dignidade humana, por meio da inovação e da transferência de conhecimentos e tecnologias às comunidades atendidas.

A pesquisa como princípio pedagógico integra os saberes específicos para a produção do conhecimento e intervenção social, cuja concepção de que o incentivo para a busca do próprio conhecimento e a sua aproximação com a realidade leva a posturas ativas que instiga a capacidade de enfrentar novas situações numa sociedade em constante mudança. (Demo, 2002).

Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e a ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida

prática (Minayo, 2002, p. 17).

Compreende-se como desafio a prática da pesquisa como princípio educativo em que o ensino e a pesquisa são indissociáveis, tendo o questionamento como cerne da formação humana (Demo, 2011).

Uma das formas de oportunizar aos estudantes a experiência com a pesquisa, enquanto método científico, é por meio da curricularização da pesquisa.

A curricularização da pesquisa no IFC é uma estratégia metodológica que possibilita a todos os estudantes serem instigados a "ser mais", por meio da problematização de situações e/ou temas que envolvem variáveis contemporâneas, de modo a propiciar a formação humana em todas as suas dimensões.

Indissociada da extensão e do ensino, o seu desenvolvimento deve ocorrer num movimento que valoriza a experiência, a autonomia, a reflexão, o diálogo, a construção coletiva, a criatividade e a abertura ao novo.

Mantendo a abordagem crítica e reflexiva, a pesquisa no IFC se dá também como princípio científico, destacando sua relevância para a produção de conhecimento e para o avanço da ciência. Concebe-se que a pesquisa científica deve ser pautada por princípios éticos, como a honestidade intelectual, a imparcialidade e a transparência. É fundamental ter uma postura crítica em relação aos dados e informações coletadas, assim como a necessidade de validar os resultados por meio de argumentos sólidos e rigorosos (Demo, 2011; Freire, 1996).

Alinhada às concepções e princípios apresentados neste documento, a política de pesquisa organiza-se de modo a contemplar

as indicações expressas na Lei n.º 11.892/2008, quanto à finalidade e às características dos IFs: "realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico". Na mesma Lei, depreende-se que um dos objetivos dos IFs é o de "realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade." Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação, e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático e criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade.

Tais procedimentos podem ser desenvolvidos com a criação de novos produtos e/ou procedimentos extensíveis à comunidade, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Neste sentido, a ideia de Lukács (1978), a respeito de mover-se e ser movido por meio dos questionamentos, possibilita que, também por meio da pesquisa e de seus resultados, seja possível intervir na realidade e modificá-la.

Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC está presente. Assim, os processos de verticalização dos cursos, a produção do conhecimento, a implantação de cursos de pós-graduação e o desenvolvimento e aprimoramento das pesquisas, integradas ao ensino, à extensão e à inovação, são elementos necessários para o fortalecimento institucional, uma vez que, entre os objetivos dos IFs, conforme legislação vigente, está a oferta de:

> [...] cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e de cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica." (Brasil, 2008).

A política de pesquisa do IFC também se alinha ao marco legal da ciência, tecnologia e inovação vigente, ao atender seus princípios, dentre os quais se destacam: a promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social; a promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade; a redução das desigualdades regionais; a descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; a promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; a promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica; a simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação, e a adoção de controle por resultados em sua avaliação; dentre outros (BRASIL, 2016).

De acordo com o Regulamento das Atividades de Pesquisa, no âmbito do IFC, os objetivos são:

a) Estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas inovadoras, capazes de agregar valores a conhecimentos técnico-científicos de interesse da sociedade e de seus segmentos;

b) Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo investigativo de geração, adaptação e transformação de soluções

científicas, técnicas e tecnológicas que atendam as demandas sociais e peculiaridades regionais;

c) Fortalecer e consolidar os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, articulando-os às perspectivas globais de desenvolvimento humano, ambiental e socioeconômico;

d) Estimular o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à curiosidade e investigação científica;

e) Implantar e difundir a cultura de inovação tecnológica, bem como promover políticas de proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual;

f) Desenvolver e consolidar os Grupos de Pesquisa e a Iniciação Científica e Tecnológica, bem como subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação.

Para fomentar o desenvolvimento de pesquisas entre servidores e estudantes, é ofertado o Programa Institucional para concessão de Bolsa Estudante do IFC (IFC), regulamentado por dispositivo interno específico, em consonância às orientações nacionais. As bolsas são distribuídas em cotas a estudantes do ensino médio, da graduação e da pós-graduação, para estimular o desenvolvimento de pesquisas orientadas por servidores da instituição, nas seguintes modalidades:

a) Bolsas de Pesquisa e de Inovação Internas do IFC, para estudantes de ensino médio, de graduação e de pós-graduação, distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição;

b) Bolsas de Pesquisa nas Ações Afirmativas do IFC, destinadas à participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC para ingresso no ensino superior e para ingresso no ensino

Médio do IFC, distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição;

c) Bolsas para projetos de Ações Integradas que contemplem a dimensão "Pesquisa", distribuídas anualmente, conforme disponibilidade de recursos próprios da instituição.

O IFC aderiu, ainda, às Chamadas Públicas para concessão de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), obtendo cotas nas seguintes modalidades de bolsas:

a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), que disponibiliza bolsas para estudantes de graduação financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

b) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF), destinadas à participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC para ingresso no ensino superior;

c) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), para estudantes do ensino superior, voltado ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovação;

d) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (Pibic-EM), para estimular a iniciação científica dos estudantes do ensino técnico.

Além disso, o IFC desenvolve um Programa de Apoio Institucional ao Desenvolvimento de Programas e/ou Projetos, à Produção e à Publicação Acadêmica, Científica e Cultural, em que se destacam as

seguintes ações realizadas anualmente e levadas ao conhecimento e participação da comunidade por meio de editais específicos:

a) Fomento a projetos de pesquisa, com a concessão de bolsas e auxílios financeiros para o desenvolvimento de projetos, destacando-se a chamada de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;

b) Auxílio à apresentação de trabalhos ou artigos em eventos acadêmicos, científicos e culturais;

c) Auxílio à publicação de artigos em periódicos acadêmicos e científicos;

d) Auxílio à publicação de livros, capítulos, boletins técnicos e apostila;

e) Auxílio à tradução e/ou revisão de textos ou artigos para publicação;

f) Auxílio à realização de eventos acadêmicos, científicos e culturais.

As parcerias na pesquisa abarcam instituições que participam com apoio a gestão de projetos, com fomento, capital intelectual e/ou laboratórios que contribuam na execução de projetos e ações de pesquisa. Alguns desses parceiros, de longa data, e que contribuem anualmente com a instituição, podem citar: CNPq, CAPES, FAPESC, FAPEU e FEESC.

Como forma de disseminação do conhecimento produzido pelos estudantes e servidores do IFC, salienta-se os espaços de publicização e interação com a comunidade. Para Dimenstein e Alves (2003, p.93-94), a publicização faz parte da aprendizagem e acontece “quando o aluno se sente responsável pela disseminação desse conhecimento, quando ele tem algum vínculo entre o que aprendeu e o que pode ensinar”.

Nesse sentido o IFC promove espaços institucionais de compartilhamentos de projetos nos campi e institucionais, os quais propiciam o protagonismo, autonomia e compromisso dos estudantes na disseminação do conhecimento produzido em uma instituição pública. Nesses espaços o processo avaliativo é realizado em coletivos colaborativos e de forma qualitativa implicando que o processo colaborativo e formativo acontece em detrimento da competição. São espaços que têm como foco o compartilhamento de conhecimento produzido sem respaldo para elitização e meritocracia. São eles:

a) MICTI: a Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar é um evento de compartilhamento de projetos multidisciplinares promovido e coordenado pelo IFC (IFC), com o propósito de divulgar à comunidade interna e externa os resultados de projetos de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação desenvolvidos no IFC e em outras instituições de ensino. Participam como expositores os estudantes dos cursos técnicos integrados e subsequentes, graduação e pós-graduação, bem como a comunidade.

b) EPROMUNDO: O EPROMUNDO é um evento que proporciona a difusão da cultura da inovação e empreendedorismo junto aos acadêmicos, educadores, pesquisadores, extensionistas e comunidade externa. Além disso, leva ao conhecimento da comunidade os cursos, soluções e tecnologias desenvolvidas no âmbito do IFC. Também incentiva o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de novos projetos alinhados às demandas dos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais Locais.

Estas iniciativas buscam contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que, além da produção de conhecimento, contemplem a interdisciplinaridade. Nesse contexto, por meio da colaboração

entre servidores/pesquisadores, torna-se possível articular redes de pesquisa envolvendo servidores e estudantes que compartilham materiais, equipamentos e conhecimentos coletivamente. Para o CNPq, "as redes de pesquisa visam impulsionar a criação do conhecimento e o processo de inovação resultantes do intercâmbio de informações e, sobretudo, da junção de competências de grupos que unem esforços na busca de metas comuns, podendo ou não haver compartilhamento de instalações." (Brasil, 2018).

No âmbito dos campi, há uma diretriz que estabelece que parte da matriz orçamentária deve ser destinada a ações que promovam a pesquisa local. Esse recurso é gerido pelo campus, que tem um coordenador de pesquisa que auxilia na aplicação deste recurso, na consolidação de dados institucionais e na divulgação de ações promovidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

3.6.2 Produção e difusão científica

A Lei de Criação dos IFs (Brasil, 2008) determina o desenvolvimento de atividades e programas voltados à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos como uma das finalidades e características dos Institutos Federais.

O IFC, em consonância com a referida lei, em seu Estatuto e Regimento Geral, afirma o compromisso com a divulgação da produção científica e tecnológica institucional, estabelecendo esta como um de seus princípios norteadores.

Nessa perspectiva, o IFC conta com políticas voltadas para a produção, publicação e divulgação da produção intelectual de servidores e estudantes, que se materializam por meio de: atividades

desenvolvidas pela Editora IFC; ações previstas no Programa de Apoio Institucional ao Desenvolvimento de Programas e/ou Projetos, à Produção e à Publicação Acadêmica, Científica e Cultural do IFC; e promoção de eventos institucionais.

3.6.2.1 Editora IFC

A Editora do IFC foi criada em setembro de 2016, com o nome de Editora Universitária do IFC (EDU-IFC), por meio da Resolução n.º 036/2016 – CONSUPER, que aprovou o seu primeiro regimento interno. Em 2021, um novo Regimento Interno (Resolução n.º 8/2021 – CONSUPER, de 10 de março de 2021) e o Regulamento do Portal de Publicações Eletrônicas do IFC (Resolução n.º 8/2021 – CONSUPER, de 10 de março de 2021) foram aprovados e estes passaram a ser os documentos normativos que regem as atividades da renomeada Editora IFC.

A Editora IFC é vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) que, em consonância com a função social da instituição, em seu compromisso com a formação humana integral, o exercício da cidadania e a produção e socialização do conhecimento, tem como principal objetivo promover a publicação da produção de servidores e estudantes do IFC, bem como da comunidade externa, nas várias áreas dos saberes, abrangendo edição, difusão e distribuição dos produtos editoriais sob sua responsabilidade. É importante frisar que, mesmo estando vinculada à PROPI, a Editora IFC é um órgão institucional focado especialmente em atender às demandas de publicação internas, sejam elas provenientes do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação ou de outras atividades desenvolvidas no âmbito do IFC.

No que concerne aos produtos editoriais, são de responsabilidade da editora: os materiais educativos, científicos, técnicos, tecnológicos, artístico-culturais e literários produzidos e veiculados em formato de livro (impresso ou digital) que, por suas características, enquadram-se nas suas linhas editoriais; os periódicos científicos e os anais de eventos institucionais.

Nessa perspectiva, a Editora IFC adota como princípios:

a) A contribuição para o desenvolvimento da ciência, educação e tecnologia;

b) O estímulo à prática da leitura;

c) A divulgação do conhecimento gerado no IFC, inclusive por meio de parcerias com outras editoras e organismos nacionais e internacionais;

d) O compromisso com a qualidade editorial do material publicado, tanto no que diz respeito a sua apresentação gráfico-visual quanto a seu conteúdo;

e) O caráter público e institucional, vedando-se, em qualquer produto editorial, a publicidade que, direta ou indiretamente, caracterize promoção pessoal de autoridade ou de servidor público.

Em consonância com os seus princípios, a Editora IFC tem como objetivos específicos:

a) Orientar e promover a publicação de obras conforme os seus princípios e com vinculação às suas linhas editoriais;

b) Deliberar quanto à pertinência de publicação de periódicos científicos e anais de eventos institucionais e quanto à hospedagem desses no Portal de Publicações Eletrônicas do IFC;

c) Promover ações de divulgação dos produtos editoriais publicados, proporcionando o acesso à leitura e ao conhecimento técnico-científico, bem como incentivando a difusão e interiorização da produção da editora;

d) Apoiar os mecanismos de socialização da produção intelectual e cultural do IFC em outros estados da federação, preferencialmente em parceria com outras instituições da rede federal de ensino.

Para a execução de suas atividades, a Editora IFC conta com a estrutura organizacional descrita abaixo.

- **Coordenação**: A Coordenação da editora é exercida por um servidor(a) indicado(a) pelo(a) Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e nomeado(a) por portaria pelo(a) Reitor(a). Em caso de afastamento ou impedimento, a Coordenação é assumida pelo(a) seu(sua) substituto(a) legal, ou seja, o coordenador(a) adjunto(a). Dentre as suas principais atribuições, destacam-se a coordenação, orientação, acompanhamento e distribuição dos trabalhos da editora administrativamente, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho Editorial, em consonância com a política editorial definida no regimento interno; a coordenação e operacionalização de todas as etapas do fluxo editorial das obras submetidas à editora para publicação; a inclusão de novos periódicos científicos e anais de eventos no Portal de Publicações Eletrônicas do IFC; a capacitação das equipes envolvidas na concepção e gestão dos periódicos e anais de eventos institucionais; e o apoio aos editores e às comissões científicas dos eventos nas atividades de editoração dos periódicos científicos e anais de eventos institucionais.

- **Conselho Editorial**: O Conselho Editorial é o órgão de caráter consultivo, responsável pelo acompanhamento da política

editorial executada pela editora, sendo formado por gestores e pesquisadores, num total de vinte e dois membros, entre titulares e respectivos suplentes. Os membros são selecionados por meio de edital específico e, em caso de vagas não preenchidas, os membros faltantes são indicados e convidados pela PROPI. O mandato dos membros tem duração de dois anos, com possibilidade de recondução por igual período. Dentre as suas principais atribuições, enfatiza-se o acompanhamento da política editorial da editora; a análise dos pareceres das obras submetidas para publicação pela editora; o apoio à editora na implementação de ações diversas; o auxílio à editora na tomada de decisões e articulações, quando necessário; o estabelecimento e a revisão dos procedimentos de admissão, permanência, suspensão e encerramento dos periódicos científicos e anais de eventos no Portal de Publicações Eletrônicas do IFC; e a avaliação e emissão de pareceres sobre as propostas de criação de periódicos científicos e anais de eventos institucionais ao referido portal.

Em relação ao produto editorial "livro", a editora executa o seu trabalho conforme as determinações previstas em seu Regimento Interno, sendo responsável por todo o processo de editoração, revisão textual, projeto gráfico, diagramação, distribuição e promoção das obras que publica.

Nos últimos anos, a editora tem priorizado a produção e publicação de livros em formato digital (e-books) por ser este um formato que demanda menos recursos financeiros e atinge um alcance maior em termos geográficos quando se trata de distribuição/divulgação.

De acordo com o Regimento Interno, a submissão de propostas de livros para publicação pela Editora IFC está condicionada às normas, prazos e critérios estabelecidos em edital específico. Para o

recebimento de propostas de livros, a editora trabalha com dois tipos de editais, a saber:

- **Editais de apoio à publicação de e-books**: Esses editais são destinados à seleção de propostas de e-books inéditos de autoria/organização de servidores, de estudantes e egressos de todos os campi do IFC e Reitoria a serem contempladas com o apoio à publicação. Esse apoio se refere ao pagamento dos serviços de revisão textual, diagramação e editoração dos e-books selecionados.

- **Editais de submissão de propostas de e-books em fluxo contínuo para publicação**: Esses editais são destinados à submissão e seleção de textos inéditos editorados (revisados e diagramados), em formato de e-books, de autores(as) e/ou organizadores(as) pertencentes ao quadro de servidores, ativos e inativos, do IFC, assim como estudantes do IFC e comunidade externa em geral, para publicação pela editora.

É importante frisar que todo o processo de análise e julgamento das propostas submetidas a esses editais é conduzido pelo Conselho Editorial da Editora IFC. Já a gestão desses editais, bem como a coordenação e o acompanhamento de todas as etapas do fluxo editorial, após a seleção das propostas até a publicação dos e-books, é realizada pela Coordenação da editora.

Quanto aos produtos editoriais, como “periódicos” e “anais de eventos”, a editora desenvolve as suas atividades com base nas normas de funcionamento do Portal de Publicações Eletrônicas do IFC, previstas no Regulamento do Portal de Publicações Eletrônicas do IFC. Conforme estabelecido neste regulamento, no caso específico de tais produtos, a Editora IFC atua no suporte e gerenciamento do

sistema de publicações eletrônicas (Open Journal System - OJS), cabendo aos editores científicos/editores-chefe dos periódicos e às comissões científicas dos eventos a tarefa de conduzir integralmente o processo de publicação. Esclarece-se que as atribuições dos editores científicos/editores-chefe e das comissões científicas estão determinadas, respectivamente, nas seções I e II do capítulo II do referido regulamento.

No âmbito da Coordenação da Editora IFC, destacam-se como principais atividades de suporte e gerenciamento executadas:

a) Criação e inclusão de novos periódicos científicos e anais de eventos no Portal de Publicações Eletrônicas do IFC: De acordo com o regulamento do portal, a criação de periódicos científicos e de anais de eventos institucionais está condicionada à submissão de proposta de criação destes, em fluxo contínuo, pelo(a) proponente, que deve ser servidor(a) do quadro efetivo do IFC (no caso de periódicos) e coordenador(a) de comissão científica ou de comissão organizadora de eventos do IFC (no caso dos anais). A proposta de criação deve ser apresentada à coordenação da editora, mediante o preenchimento de formulário específico. Tal formulário é encaminhado ao Conselho Editorial para análise e emissão de parecer favorável ou não à criação. Em caso de aprovação da proposta pelo Conselho Editorial, a coordenação da editora providencia a inclusão do periódico/anais de evento no portal e realiza a capacitação sobre o uso do sistema OJS com os(as) responsáveis pelo desenvolvimento da publicação, ou seja, com o(a) editor(a) científico(a)/editor(a)-chefe e membros do comitê editorial ou equivalente, no caso de periódico; e com o(a) coordenador(a) da comissão científica ou da comissão organizadora ou alguém por ele(a) designado(a), no caso de anais de eventos.

b) Apoio aos editores e às comissões científicas dos eventos nas atividades de editoração dos periódicos científicos e anais de eventos institucionais: Conforme previsto no regulamento, a coordenação da editora é a administradora do Portal de Publicações Eletrônicas do IFC e, por esse motivo, atende continuamente as solicitações demandadas pelos editores de periódicos e pelas comissões científicas dos eventos no que se refere ao funcionamento do portal onde estão hospedados os periódicos e anais de eventos pelos quais são responsáveis, sendo as mais comuns: fornecimento de informações sobre ISSN já existente; solicitação de ISSN para novas publicações; atualização do sistema OJS; instalação/desinstalação de plugins no sistema OJS; resolução e/ou solicitação junto à DTI de problemas técnicos ocorridos no sistema; entre outros.

Atualmente, o Portal de Publicações Eletrônicas do IFC conta com 5 (cinco) periódicos científicos e 13 (treze) anais de eventos institucionais. Para conhecer (clique aqui).

3.6.2.2 Apoio Institucional ao Desenvolvimento de Programas e/ou Projetos, à Produção e à Publicação Acadêmica, Científica e Cultural do IFC e da promoção de eventos institucionais

O IFC possui um Programa de Apoio institucional ao Desenvolvimento de Programas e/ou Projetos, à Produção e à Publicação Acadêmica, Científica e Cultural, que visa fomentar a Pesquisa e Inovação, Ensino e Extensão desenvolvidas no âmbito institucional e incentivar ações de produção, apresentação e publicação acadêmica, científica, tecnológica e cultural, observada a legislação a, as previsões deste regulamento e demais normas aplicáveis à espécie, inclusive institucionais.

O Programa de Apoio Institucional ao Desenvolvimento de Programas e/ou Projetos, à Produção e à Publicação Acadêmica, Científica e Cultural fundamenta-se nos seguintes objetivos:

a) Contribuir para a consolidação da cultura da comunicação científica no IFC;

b) Contribuir para a geração, difusão e acesso de informações acadêmicas, científicas, culturais, técnicas e tecnológicas desenvolvidas pelos(as) servidores do IFC.

c) Incentivar a divulgação dos resultados de ensino, de pesquisa, de extensão e de inovação realizadas no âmbito do IFC;

d) Viabilizar a participação dos(as) servidores(as) do quadro permanente do IFC em eventos acadêmicos-científicos, culturais, tecnológicos, de inovação, de ensino e/ou de extensão;

e) Possibilitar o compartilhamento de experiências entre a instituição acadêmica e a sociedade;

f) Contribuir para o incremento da quantidade e qualidade científica e social das atividades de ensino, pesquisa e extensão; e

g) Possibilitar a sistematização das atividades de ensino, pesquisa e extensão em comunicação científica indexada, nos seus mais variados formatos.

No Programa de apoio à produção e publicação científica, em que se destacam as seguintes ações, realizadas anualmente e levadas ao conhecimento e participação da comunidade por meio de editais específicos:

a) Auxílio a projetos de pesquisa, com a concessão de bolsas e auxílios financeiros para o desenvolvimento de projetos, destacando-se a

chamada de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;

b) Auxílio à apresentação de trabalhos ou artigos em eventos acadêmicos, científicos e culturais;

c) Auxílio à publicação de artigos em periódicos acadêmicos e científicos;

d) Auxílio à publicação de livros, capítulos de livros, boletins técnicos e apostilas;

e) Auxílio à tradução e/ou revisão de textos ou artigos para publicação;

f) Apoio à realização de eventos acadêmicos, científicos e culturais.

3.7 POLÍTICA DE INOVAÇÃO

O IFC entende que a inovação é uma dimensão indissociável do ensino, pesquisa e extensão e por conseguinte é parte integrante do processo de formação integral do estudante. Nesta perspectiva, as ações resultantes em inovação podem ser decorrentes de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste sentido, as finalidades e características dos Institutos Federais tem previsão na Lei 11892/08 com abrangência da inovação social e tecnológica no ensino, pesquisa e extensão conforme disposição que segue.

> Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:
>
> (...)

> II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
>
> (...)
>
> VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
>
> VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. (Brasil, 2008).

A Política de Inovação do IFC foi instituída pela Resolução n. 051/CONSUPER/IFC/2021 e define no inciso V do art. 2, que a inovação é a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente, que resulte em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. Conforme previsto no art. 16, § 1º, I da Lei 10973/04 c/c Lei 13.243/16 é papel do NIT zelar pela manutenção da Política institucional de inovação na ICT pública. A Política normatiza os aspectos relativos a projetos com potencial de inovação, à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia/conhecimento, de criações e produções científicas e tecnológicas, bem como dos direitos delas decorrentes.

De acordo com a Política de Inovação do IFC as diretrizes das ações de inovação têm como base:

a) A promoção de ações de incentivo à inovação científica e tecnológica visando contribuir com a independência tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do estado e do país;

b) A difusão dos conceitos e demais aspectos relacionados à

inovação, à propriedade intelectual e à importância estratégica para a proteção dos direitos decorrentes, fator de desenvolvimento institucional;

c) A transferência de tecnologia/conhecimento protegida e pertencente ao IFC, visando a sua efetiva aplicação junto à sociedade;

d) O apoio às ações institucionais voltadas ao empreendedorismo, tais como Incubadoras, Centros de Inovação, Parques Tecnológicos, entre outros arranjos.

e) A formação de alianças cooperativas e interinstitucionais para a criação de ambientes voltados à inovação científica e tecnológica.

Estas diretrizes vão ao encontro com os objetivos dos IFs previstos no art. 7 da Lei 11892/08 conforme segue:

> Art. 7ºObservadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:
>
> (...)
>
> III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
>
> IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
>
> V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (Brasil, 2008).

Deste modo, o objetivo da inovação no IFC é proporcionar um

pensamento crítico e criativo do aluno no processo ensino e aprendizagem, bem como no desenvolvimento de projetos voltados para problemas da sociedade e a contribuição com o desenvolvimento socioeconômico por meio da disponibilização dessas soluções para a sociedade.

3.7.1 Fomento a projetos com potencial de inovação

O fomento a projetos com potencial de inovação ocorre por meio de editais de apoio a projetos direcionados que visem trabalhar na perspectiva problema x solução, com isso desenvolvendo soluções novas ou aperfeiçoadas no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente, que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.

- Os editais são oferecidos em 3 níveis conforme segue:
- Desenvolvimento tecnológico (Closed innovation);
- Desenvolvimento tecnológico por demanda induzida (Open innovation);
- Aprimoramento tecnológico.

Deste modo, esses editais são direcionados para projetos com potencial de inovação como forma de incentivar a cultura da inovação no IFC, contudo atividades de ensino, pesquisa e extensão também podem e devem gerar soluções com potencial de inovação.

3.7.2 Propriedade Intelectual

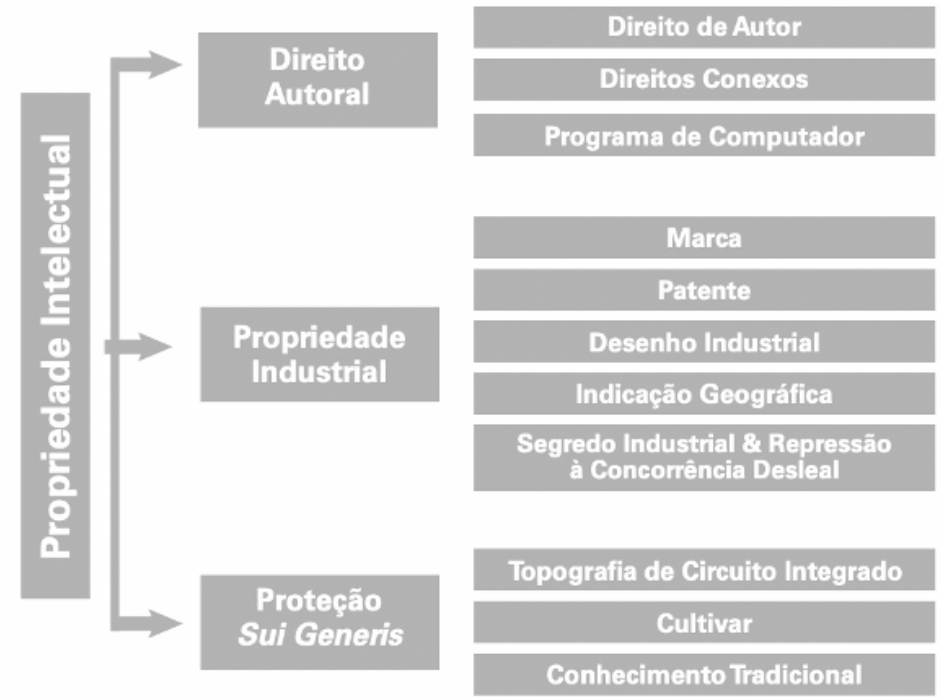
A propriedade intelectual é o direito que trata da proteção das criações humanas, sendo uma forma de resguardar os interesses do IFC na destinação das soluções desenvolvidas de forma exclusiva ou em parceria com outras instituições.

Conforme previsto no art. 16 da Lei 10.973/04 c/c Lei 13/243/16 o NIT é o setor responsável por resguardar os direitos de propriedade intelectual do IFC, conforme segue.

> Art. 16. Para apoiar a gestão de sua política de inovação, a ICT pública deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs. (Redação pela Lei n.º 13.243, de 2016)
>
> § 1º São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica a que se refere o caput, entre outras: (Redação pela Lei n.º 13.243, de 2016)
>
> (...)
>
> IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
>
> V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
>
> VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

A propriedade intelectual no âmbito da legislação brasileira é dividida em direito autoral, propriedade industrial e proteção sui generis, sendo subdividida nos tipos de proteção conforme quadro adaptado de Jungmann e Bonetti (2010) a seguir:

Figura 16 – Tipologia da propriedade intelectual



Fonte: baseado em Jungmann e Bonetti (2010).

Portanto, as ações de ensino, pesquisa e extensão do IFC que resultem em soluções tecnológicas passíveis de proteção por propriedade intelectual devem ser devidamente protegidas para resguardo legal de sua utilização, produção ou comercialização mediante o interesse institucional.

3.7.3 Transferência de Tecnologia

A transferência de tecnologia é o processo de disponibilização ou transferência de titularidade de soluções tecnológicas desenvolvidas no âmbito do IFC em ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão que são disponibilizadas para a sociedade, por meio de licenciamento ou cessão de direitos.

O licenciamento ocorre mediante as condições definidas pelo IFC para uso, produção e/ou comercialização de soluções tecnológicas que o IFC é o titular ou cotitular, podendo ser exclusivo ou não exclusivo.

A cessão por sua vez é a transferência de titularidade de solução tecnológica do IFC para um terceiro mediante interesse institucional.

A transferência de tecnologia no âmbito do IFC pode ser com viés econômico, onde se tem uma compensação econômica ou financeira em favor da instituição ou com viés social onde se justifica por meio de um interesse público e/ou coletivo.

3.8 POLÍTICAS ESTUDANTIS

No IFC, a política de atendimento aos estudantes é voltada ao desenvolvimento de programas e ações que venham ao encontro da vida estudantil em sentido mais amplo. Por um lado, promove atividades com vistas à identidade juvenil, à integração dos estudantes, por meio do esporte, da cultura e do lazer, e à aprendizagem a partir da diversificação de espaços, metodologias e da participação em eventos técnico-científico-esportivos e culturais. Por outro lado, possibilita a identificação das necessidades do corpo discente, em suas demandas econômicas e de estrutura institucional, que viabilizem sua vida escolar.

É ainda inerente às políticas estudantis fomentar e acompanhar o acolhimento, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, por meio de programas e ações de combate à evasão e à retenção que englobam, por exemplo, a concessão de auxílios financeiros e bolsas; o nivelamento; a monitoria; o atendimento psicopedagógico; a mobilidade acadêmica e as oportunidades de estágio. São abordados,

também, aspectos da organização estudantil, o atendimento dos estudantes, bem como as ações de estímulo à produção científica discente e à participação em eventos.

A missão do IFC tem como um dos compromissos a formação humanística e integral dos estudantes.

É fundamental para a realização e constante aperfeiçoamento da missão institucional haver políticas estudantis que tenham seu foco direcionado ao bem-estar dos estudantes. Isso resulta no compromisso institucional em incentivar e colaborar com o processo de ingresso dos alunos; atuar em prol da inclusão social, de modo a garantir igualdade de oportunidades entre os estudantes; e contribuir com a permanência e o êxito dos discentes, por meio da equipe multiprofissional, a qual deve agir preventivamente nas funções que lhe cabem.

Nos campi, o atendimento aos estudantes é realizado por meio de equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas de pedagogia, serviço social, psicologia, enfermagem, nutrição, odontologia, medicina, dentre outras. Por meio destas equipes, são desenvolvidas inúmeras atividades voltadas aos discentes, como ações de apoio e orientação pedagógica, psicológica e social; orientação e sensibilização sobre temáticas que promovam a inclusão e o respeito à diversidade; inclusão dos discentes com deficiência; atendimento educacional especializado; promoção de saúde e bem-estar; identificação das demandas apresentadas pelos estudantes; dentre outras, conforme as especificidades de cada campus.

A responsabilidade da equipe multiprofissional, que deve estar em constante aperfeiçoamento para dar conta das demandas dos estudantes nos campi, diz respeito ao suporte de saúde, à orientação

pedagógica, à disponibilização de recursos financeiros (para diminuir as desigualdades sociais e colaborar com a inclusão social, por meio da educação e da melhoria de vida). Assim como a disponibilização de outros recursos que auxiliem na oferta educacional de qualidade, na produção do conhecimento e na formação integral dos discentes. Outra função é incentivar e oportunizar espaços para as representações estudantis poderem se organizar, se manifestar e atuar de modo plural, livre e ativo nos âmbitos escolar e social.

Neste contexto, a Política de Atendimento ao Estudante, articulada com as demais políticas da instituição, dá-se estrategicamente, por meio de diferentes frentes, atendimentos e auxílio aos estudantes.

3.8.1 Assistência estudantil

A assistência estudantil engloba um conjunto de ações de atendimento ao estudante, que envolve diferentes setores da instituição e equipe multiprofissional para buscar atender as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando a inclusão social, a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida. Para tanto, deve-se atuar por meio de programas para fornecer condições de subsistência e com ações voltadas a outras formas de vulnerabilidade social, ou seja, todas aquelas situações de risco à saúde e ao bem-estar físico e psíquico dos discentes que necessitem de diagnóstico, intervenção e acompanhamento.

Os programas, projetos e ações da Assistência Estudantil priorizam o atendimento de estudantes e de grupos familiares que estejam em situação de vulnerabilidade. O público geral a que se destina a

atuação da Assistência estudantil compreende:

1) Candidatos aos cursos regulares oferecidos pela instituição, no que se refere à isenção da taxa de inscrição do processo seletivo do IFC;

2) Os estudantes regularmente matriculados;

3) Ex-alunos, por meio do acompanhamento de egressos;

4) Pais e/ou responsáveis pelos estudantes.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), trazendo como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Neste sentido, a assistência estudantil se desdobra em diferentes ações, que se articulam com a Política de Atendimento ao Estudante e demais políticas do IFC.

3.8.1.1 Programa de Auxílios Estudantis (PAE)

No IFC, alinhado ao PNAES está instituído o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) que tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros. O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, e/ou com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades:

- Auxílio-Moradia: destinado a estudantes **em vulnerabilidade** socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de aluguel, em razão do ingresso no IFC, e que sejam oriundos de outros municípios ou de zonas rurais distantes, para que possam residir nas proximidades do campus.

- Auxílio-Permanência I: destinado a estudantes **em extrema vulnerabilidade** socioeconômica que necessitam de complementação para suas despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços correspondentes não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.

- Auxílio-Permanência II: destinado a estudantes **em vulnerabilidade** socioeconômica que necessitam de complementação para suas

despesas de alimentação, transporte, material didático, entre outras, cujos serviços não são fornecidos pelo IFC, visando, assim, à permanência e ao êxito acadêmico.

Os estudantes contemplados com o Auxílio-Moradia podem acumular este com mais um auxílio do PAE: Permanência I ou Permanência II. Os Auxílios Permanência I e Permanência II não são acumuláveis. Qualquer auxílio financeiro do PAE pode ser acumulado com bolsas recebidas pelo estudante, tais como: Bolsa Pesquisa (PIBIC, PIBIC-Af, PIBITI e PIBIC-EM do CNPq e bolsas com fomento interno), Bolsa Extensão, PET Educação, PIBID, Monitoria e Bolsa Permanência MEC.

3.8.1.2 Participação de estudantes em eventos e visitas técnicas de natureza acadêmica, científica, tecnológica, cultural e esportiva

Na perspectiva da formação integral, crítica e reflexiva, é fundamental estabelecer estratégias para o diálogo dos estudantes com diferentes realidades e contextos, buscando a ampliação do conhecimento de mundo no contato com outros ambientes de aprendizagem. Para tanto, o IFC compreende as visitas técnicas como espaço de interação do estudante com o mundo do trabalho, processos e serviços in loco, integrando teoria e prática e contextualizando saberes. Além disso, a participação de estudantes em eventos acadêmicos, científicos, culturais e esportivos representam momentos de intercâmbio científico, sociocultural, esportivo e artístico. A participação em eventos e visitas técnicas possibilitam aos estudantes, além do acesso a informações atualizadas na sua área de estudo, interagir com diferentes atores, propiciando o aprimoramento da formação profissional e pessoal.

Para incentivar a participação dos estudantes em eventos e visitas técnicas, por meio de editais, são concedidos auxílios financeiros para alimentação, hospedagem, transporte e ingresso e/ou inscrição, conforme as demandas apresentadas pelos proponentes dos planos de trabalho. Os editais para esta finalidade são voltados aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e EJA-EPT, preferencialmente aqueles em vulnerabilidade socioeconômica.

3.8.1.3 Recursos de Tecnologia Assistiva

Entende-se por Tecnologia Assistiva, com base na Lei nº 13.146/2015, produtos, equipamentos, dispositivos, recursos que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Tendo em vista que a promoção destes atributos é essencial a uma sociedade inclusiva, o IFC busca promovê-los em seus processos e, sobretudo, em sua proposta pedagógica.

De maneira a reforçar este entendimento e traduzi-lo na prática, a instituição pública editais dedicados a conceder auxílio financeiro a estudantes com deficiência, para aquisição de recursos de tecnologia assistiva necessários ao desenvolvimento das atividades escolares/acadêmicas no IFC, buscando minimizar barreiras no processo de ensino e aprendizagem, com vistas à equidade de oportunidades e à inclusão social.

3.8.1.4 Moradia Estudantil

A moradia estudantil é composta pelos dormitórios e suas áreas adjacentes, pela lavanderia, pelo refeitório e pelas áreas destinadas à convivência e ao lazer dos estudantes. Abrange os setores e serviços responsáveis pelo funcionamento da residência dos discentes. Todos os envolvidos com a moradia estudantil devem prezar por seus princípios, ou seja, pela qualidade nos serviços prestados, pela igualdade no tratamento e nas condições aos estudantes moradores e pelo respeito às necessidades coletivas dos alunos residentes.

A Moradia Estudantil (Regime de Internato Pleno) está disponível nos campi Abelardo Luz, Concórdia, Rio do Sul e Santa Rosa do Sul. Este serviço visa atender gratuitamente estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais do IFC, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento específico e editais próprios dos campi. A oferta de vagas dá-se de acordo com a disponibilidade de cada campus.

Além de oferecer moradia aos estudantes, prioritariamente preferencialmente àqueles em vulnerabilidade socioeconômica, a moradia estudantil tem a finalidade de oportunizar condições de permanência e êxito aos estudantes do IFC, por meio da oferta de alojamento, alimentação e outros serviços; e promover a inclusão social por meio da equidade entre os estudantes.

Cada campus possui especificidades no funcionamento do serviço de moradia, no entanto, de forma geral, além do alojamento aos discentes, o Regime de Internato Pleno garante aos estudantes residentes a oferta de, no mínimo, três refeições diárias; espaço de lavanderia; supervisão permanente e encaminhamento ao sistema público de saúde sempre que necessário.

3.8.1.5 Alimentação Escolar

A alimentação escolar é um direito dos estudantes da educação básica pública e dever do Estado. Deve ser promovida e incentivada com objetivo de proporcionar o acesso à alimentação saudável e adequada, com alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes e para a melhoria do rendimento escolar (Brasil, 2020).

Neste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2020).

No IFC, a alimentação escolar é ofertada em todos os campi, tendo o PNAE como referência para a sistematização das respectivas ações, observadas as especificidades e as limitações de cada campus para a execução do serviço de alimentação.

Em consonância com a Política de Atendimento ao Estudante do IFC, a Instituição busca promover a segurança alimentar e nutricional e fomentar a prática da alimentação saudável na comunidade escolar, por meio de:

a) Oferta de alimentação aos estudantes, contemplando o uso de alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares locais e regionais;

b) Inclusão da educação alimentar e nutricional de forma transversal no processo de ensino e aprendizagem, fomentando a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis;

c) Promoção da alimentação saudável nas cantinas, disponibilizando alimentação segura, variada e que propicie opções de escolha saudáveis.

3.8.2 Apoio didático pedagógico

O apoio didático-pedagógico é outra importante ação prevista nas políticas estudantis. Isso porque, a instituição compreende que o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento do estudante ao longo desse processo são elementos fundamentais para a permanência do estudante na instituição. O apoio didático-pedagógico busca identificar, fundamentar e analisar as dificuldades ao longo do processo de ensino e aprendizagem, visando construir ações para superá-las, e consequentemente, para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

As atividades de acompanhamento dos estudantes têm a finalidade de garantir condições para a permanência e o êxito acadêmico; de respeitar às especificidades do desenvolvimento da aprendizagem de cada estudante, ou seja, suas necessidades, fragilidades e potencialidades. O objetivo geral é atuar, em conjunto com o setor pedagógico da instituição, com ações didático-pedagógicas junto aos discentes para qualificar os processos de ensino e aprendizagem e para a permanência e o êxito escolar discente.

Os objetivos específicos compreendem:

a) Promover, entre os estudantes, uma reflexão crítica com relação a sua trajetória escolar, buscando identificar fragilidades e potencialidades;

b) Estabelecer e fortalecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;

c) Realizar acompanhamento e orientação dos estudantes no que tange aos processos de ensino e aprendizagem.

As linhas de ação, prioritariamente de caráter coletivo, para alcançar esses objetivos junto a todos os estudantes regularmente matriculados dos campi e, especialmente, os estudantes que apresentem dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem são as seguintes:

a) Oficinas temáticas, palestras e workshops relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e/ou a temas a ele conexos;

b) Monitoria;

c) Trabalho em grupos;

d) Novas construções de aprendizagem;

e) Grupos de estudo;

f) Outras ações de apoio didático-pedagógico.

3.8.3 Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações inclusivas que compõem o atendimento ao estudante do IFC. Trata-se de um serviço de apoio especializado da área da Educação Especial na perspectiva inclusiva, isto é, como uma das modalidades de ensino não substitutiva ao ensino comum, que busca minimizar as barreiras enfrentadas por estudantes, público deste atendimento ao longo do

processo de ensino e aprendizagem.

Em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, no IFC entende-se por AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. São considerados público do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com Transtorno do Espectro Autista; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe de AEE.

A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, sob enfoque pedagógico. Busca-se compor esta equipe, em cada campus, pelos profissionais: pedagogo, psicólogo e docente de Educação Especial/AEE. A instituição tem compromisso com a garantia da presença destes profissionais nos campi, especialmente do docente de Educação Especial/AEE.

3.8.4 Organização e movimentos estudantis

Para apoiar as iniciativas e o envolvimento dos estudantes na construção coletiva da instituição, as unidades fomentam a organização de Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos e Diretório Central, assim como espaços de convivência estudantil. Tais espaços se caracterizam como locus de desenvolvimento autônomo de expressão e produção dos alunos em relação a iniciativas de planejamento e ações voltadas às áreas, por exemplo, de educação, ciência, cultura, esportes, lazer e relações interpessoais.

Almejando qualificar os estudantes no protagonismo estudantil,

o IFC se compromete com a formação contínua das representações estudantis, oportunizando a participação em diferentes instâncias da instituição (CONSUPER, CONSEPE, CONCAMPUS, colegiado de curso, dentre outros) num processo de formação de lideranças, visando qualificar os estudantes para atuar na representação de seus pares. Cabe, também, à Assistência Estudantil viabilizar encontros de líderes estudantis entre os campi e com outras instituições, com a finalidade de proporcionar momentos de formação com espaços de debates, trocas de experiências e construções de saberes.

Para cada curso ter espaço de autogestão na articulação de demandas e iniciativas próprias e para possibilitar que o protagonismo estudantil seja ampliado, o IFC atua estimulando a existência de Centro Acadêmico para cada curso Superior da instituição; bem como Grêmio Estudantil em todos os campi. Como apoio às lideranças estudantis, as unidades, por meio da Assistência Estudantil e da Direção de Ensino, comprometem-se em assessorar o processo eleitoral dos Grêmios Estudantis, dos Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes; em criar e manter espaços físicos para as organizações de representação estudantil.

Desta forma, as atividades de representação estudantil são incentivadas por meio do diálogo e da parceria dos setores de atendimento ao estudante com os Centros Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Diretórios Centrais dos Estudantes. Com esta integração, objetiva-se fomentar o controle social exercido pelos discentes, em especial sobre as ações a eles destinadas, proporcionando espaço para o debate e a avaliação dos serviços prestados. Além disso, incentiva-se a participação dos estudantes em espaços externos formais de representação.

3.8.5 Esporte, lazer e bem-estar

Uma das atuações que balizam os programas, os projetos e as ações das políticas estudantis, em prol de contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes, é a promoção do esporte, do lazer e bem-estar. Estas ações contemplam o previsto no art. 217 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que indica ser função do Estado garantir "fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um".

Considerando as perspectivas de educação integral e com as finalidades formativas que reconhecem o indivíduo multifacetado na sua relação com a sociedade, entende-se o esporte, o lazer e o bem-estar numa relação conjunta. Neste sentido, é possível compreendê-los como componentes da manifestação humana, permeada de significados e símbolos, cabendo à Instituição a sua defesa, oferta e promoção, zelando pela formação humanística em diálogo com a formação profissional.

Institucionalmente são desenvolvidas ações que visam ncentivar e fomentar atividades esportivas, de lazer e bem-estar como elementos essenciais à formação integral, promoção da saúde, qualidade de vida e integração entre os estudantes. As ações neste segmento contribuem também para o cumprimento dos objetivos do PNAES e para a permanência e o êxito dos discentes na instituição

Como princípios destacamos a formação integral do indivíduo integral, crítica e emancipatória, levantando questões que interrogam a lógica do mercado de trabalho e dos estudos no que se refere à demanda exacerbada por produção, sob pilares da competição e da meritocracia, onde os sinônimos de descanso, lazer e bem-estar têm o seu espaço subtraído. Pensamos o lazer como direito dos indivíduos diante da dinâmica da vida que congrega responsabilidades e

obrigações nas dimensões do estudo, do trabalho, da atividade doméstica e da atividade familiar.

A relação entre esporte e o lazer e o bem-estar sugere a possibilidade de escolha do indivíduo em vivenciar o lazer e o bem-estar voltados para o movimento, podendo ser o IFC um mediador na oferta, garantia e permanência dessa prática. Defendendo que lazer e, consequentemente, o bem-estar, sugerem a livre escolha sobre as suas manifestações, demonstramos a preocupação com a noção de lazer ativo no que tange à atividade e exercício físicos, tendo em vista a crescente inatividade física como uma problemática e um reflexo da vida na contemporaneidade.

Nesse sentido, salientamos o esporte como patrimônio histórico-cultural da humanidade, apresentando interfaces com o lazer e com o bem bem-estar, seja na perspectiva da educação física escolar, da promoção da saúde e com os processos formativos que pautam a temática esportiva. Além desta relação intrínseca com o esporte, ações de lazer e bem-estar são executadas em outras atividades, na perspectiva de lazer-educação e lazer como direito.

Em diálogo com a perspectiva de lazer-educação e lazer como direito, entendemos o lazer como manifestação social, apoiada nos pilares cultural, econômico e político, sem dissociá-los na análise de conjuntura, uma vez que entre eles são configuradas as correlações necessárias para o entendimento do processo formativo na escola/sociedade. Por isso, é necessário que a instituição escolar estimule e dê condições para acontecer continuamente o intercâmbio de ideias, atividades, experiências e trabalhos comuns entre todas as séries e cursos, colocando à disposição dos estudantes espaço, oportunidade e estrutura para que se encontrem e organizem atividades de interesse comum, e atuem no cotidiano estudantil, sendo proativos no processo

de formação intelectual e aquisição de conhecimento, garantindo condições ideais de aprendizagem e para construção da cidadania.

Entendemos que espaços-tempos formativos para o esporte, lazer e bem-estar se fazem necessários na Instituição, visando ampliar as referências sobre as temáticas, acompanhar as suas transformações no movimento cotidiano e inserir as insurgências nas discussões e encaminhamentos formativos contemporâneos.

No caso específico do esporte, ainda destacamos que este convoca a pensar sobre diversidade étnico-racial, sobre as questões de gênero, sobre as construções político-econômicas, sobre a mídia, a tecnologia e os investimentos e interesses, sobre a necessidade de ampliarmos o repertório esportivo nas escolas, sobre as modalidades e suas variações e transformações, sobre o esporte e a inclusão de pessoas com deficiências, dentre outras abordagens necessárias na dinamicidade da existência e cultura humanas.

O esporte encontra, na escola, uma grande representatividade, compondo um dos elementos da cultura corporal e seu diálogo com o mundo social, cultural, político, econômico, estético, étnico e ambiental, onde a competição se apresenta como uma das referências interpretativas.

Cabe destacar que, no caso do IFC, a proposta de competição que defendemos está conceitualmente correlacionada à responsabilidade da nossa Instituição com os processos formativos do estudante, sendo o esporte trabalhado como atividade de integração. Por isso, defendemos os jogos como uma oportunidade de integração dos estudantes, contemplada no Projeto Político-Pedagógico Institucional, com vertentes no calendário acadêmico, indicando possibilidades formativas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Por isso, cabe um destaque aos Jogos Internos do IFC.

Desde 2016, a instituição organiza anualmente os Jogos Internos do IFC (JIFC), sendo crescente o número de participantes. As edições mais recentes do evento têm contado com uma média de 750 estudantes-atletas, representando os 15 campi do IFC nas mais variadas modalidades esportivas. A realização do JIFC proporciona momentos de integração, prática esportiva, lazer e bem-estar. Ademais, os estudantes campeões em suas modalidades classificam-se para a etapa regional dos Jogos dos Institutos Federais da Região Sul (JIFSul), onde disputam a classificação para a etapa nacional dos Jogos dos Institutos Federais (JIFs).

Do mesmo modo, desde 2021, são organizados os Jogos Eletrônicos do IFC (e-JIFC), evento que oportuniza aos estudantes a prática do Esporte Eletrônico (eSport), com ênfase na cooperação e na integração. Desde sua primeira edição, todas as disputas são transmitidas ao vivo na internet. Os estudantes campeões classificam-se para a disputa dos Jogos Eletrônicos das Instituições Federais (eJIF).

3.8.6 Acesso à cultura

A cultura, neste PPI, é considerada como o conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, o qual facilita e ordena, limita e potencializa os intercâmbios sociais, as produções simbólicas e materiais e as realizações individuais e coletivas dentro de um marco espacial e temporal determinado. A cultura, portanto, é o resultado da construção social, contingente às condições materiais, sociais e simbólicas que dominam um espaço e um tempo. Expressa-se em significados, valores, sentimentos, costumes, rituais, instituições e objetos, que circundam a vida individual e coletiva da comunidade. Por isso, viver

uma cultura e dela participar supõe reinterpretá-la, reproduzi-la, assim como transformá-la.

A escola e o sistema educativo em seu conjunto podem ser entendidos como uma instância de mediação entre os significados, os sentimentos e as condutas da comunidade social e o desenvolvimento particular das novas gerações. Por isso, é possível afirmar a escola como lugar de cruzamento de culturas, cuja responsabilidade específica, que a distingue de outras instituições e instâncias de socialização e lhe confere sua própria identidade e sua relativa autonomia, é a mediação reflexiva de influxos plurais que as diferentes culturas exercem permanentemente sobre as novas gerações, para facilitar seu desenvolvimento educativo.

O responsável definitivo da natureza, do sentido e da consistência do que os estudantes aprendem em sua vida escolar e este vivo, fluido e complexo cruzamento de culturas que se produz na escola, entre as propostas da cultura crítica, alojada nos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos das disciplinas; as determinações da cultura acadêmica, refletida nas definições que constituem o currículo; os influxos da cultura social, constituída pelos valores hegemônicos de cenário social; as pressões da cultura institucional, presente nos papéis, nas normas, nas rotinas e nos ritos próprios da escola como instituição específica; e as características da cultura experiência, adquirida individualmente pelo estudante através da experiência nos intercâmbios espontâneos com seu meio.

O acesso à cultura no IFC contempla o previsto no art. 215 da Constituição, que indica ser função do Estado garantir "a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". E a LDB, Lei n.º 9.394/1996, que no seu art 1º define as áreas que

envolvem a educação: “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996).

Além dos aspectos legais, no IFC, considerando seus fundamentos filosóficos, a cultura está no mesmo nível da ciência e da tecnologia, ou seja, no reconhecimento da cultura como saber essencial da humanidade. Isto posto, cabe a instituição oportunizar o reconhecimento aos diferentes acessos à cultura. Para isso, é necessário que a instituição desenvolva políticas para orientação, promoção e desenvolvimento do campo da arte e da cultura – em seus diversos sentidos, linguagens e especificidades –, além da aquisição de bens, contratação de serviços e execução de atividades, eventos e projetos artísticos e culturais, no âmbito da instituição e de suas ações de ensino, pesquisa e extensão em acordo com a legislação vigente para a educação profissional, científica e tecnológica, bem como atentas às peculiaridades de ordens diversas, especialmente as socioculturais, dos municípios que compõem a área de influência dos campi do Instituto.

No âmbito da formação educacional integral, considerando as características do IFC, além do acesso, é necessário formular política de cultura pautada na liberdade de expressão e pensamentos, nas diversidades (política, gênero, raça, classe, religião, capacidade, idade, etc), na transversalidade, interdisciplinaridade, inter-racialidade e interculturalidade, articuladas criticamente às realidades e contextos de cada campus. É necessária uma política que promova o aprimoramento da sensibilidade, o exercício da criticidade, da criatividade, do protagonismo de todos agentes e a ampliação e garantia do direito não apenas ao acesso, mas à produção e à fruição dos bens artístico-culturais, que afirme noções de pertencimento e reconhecimento das identidades e da cidadania cultural.

3.9 AÇÕES PARA ATENDIMENTO AO PROJETO PEDAGÓGICO

Como parte do PDI, o Projeto Político-Pedagógico Institucional apresenta concepções e fundamentos, expressando um conjunto de princípios para as políticas de ensino, extensão e pesquisa, tendo como foco o estudante. No PPI, a educação profissional e tecnológica é concebida como um processo de construção social que qualifica o cidadão e o educa em bases científicas, bem como ético-políticas, compreendendo a tecnologia e a cultura como produção do ser social.

Com atuação verticalizada, da educação básica à pós-graduação, o IFC constitui-se em espaço cuja proposta pedagógica se materializa na oferta de educação profissional e tecnológica, com políticas e ações que devem promover a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos, a investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando contribuir de forma dialógica com o desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais regionais, alinhado a política de democratização e interiorização. Sendo assim, concepções previstas no PPI se materializam em ações que reverberam nas práticas pedagógicas institucionais e no alinhamento entre o PDI e o PPI. Isso implica na busca e construção contínua de métodos, técnicas didático-pedagógicas, metodologias e ações nos programas e projetos que favoreçam as relações de ensino-aprendizagem. Por isso, a necessidade de construção de políticas institucionais e a incorporação de avanços tecnológicos e metodologias que incentivem a interdisciplinaridade e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras nas atividades intra e extra à matriz curricular.

3.9.1 Construção de documentos institucionais

Ao orientar seu projeto pedagógico articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação, o IFC reafirma que a formação humana e cidadã, precede a qualificação para o trabalho, assegurando a possibilidade de desenvolvimento ao longo da vida. Para o desenvolvimento das ações pedagógicas nesta perspectiva, o IFC traça seu percurso em documentos institucionais próprios, construídos coletiva e democraticamente.

Isso significa que a construção dos documentos institucionais deve prever a intrínseca relação com as concepções, fundamentos e princípios do PPI. Ou seja, os documentos institucionais, além de suas especificidades, trarão conteúdos que estimulem o diálogo e a reflexão sobre conceitos da Educação Profissional e Tecnológica, tais como formação humana integral, omnilateral e politécnica. De igual forma, espera-se que nestes documentos haja desdobramentos que impactem com objetivo de intensificar, aprimorar e articular as atividades de ensino, extensão e pesquisa, que traduzam o pensamento político-pedagógico institucional. Com esta perspectiva busca-se uma organização institucional focada nos processos formativos e inclusivos, a partir de ações de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, sob a perspectiva da construção de conhecimento e/ou da transformação social na comunidade.

3.9.2 Práticas pedagógicas inovadoras

No IFC devem ser estimuladas ações inovadoras que impactem diretamente na qualidade da oferta dos cursos em todos os níveis e formas de oferta. Essas ações inovadoras devem ser direcionadas tanto

para processos de permanência e êxito, como para enriquecimento curricular, visando uma formação diversificada e aprofundamento do perfil de egresso. Como exemplos de ações já implementadas, cita-se: Programa de Monitoria, Projetos de ensino e nivelamento, adesão a projetos de formação de docentes (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Programa de Residência Pedagógica e Programa Institucional de Formação de docentes), adesão a programas e chamadas do MEC (PET, IFMaker, dentre outros), fomento a visitas técnicas, parcerias e convênios para realização de estágios e atividades práticas, dentre outras. Além da necessidade de fortalecimento destas ações, outras deverão ser desenvolvidas, preferencialmente com foco na permanência e êxito dos estudantes.

Para favorecer a flexibilização curricular, enquanto prática inovadora, a instituição deve caminhar para PPCs com minimização ou extinção de pré-requisitos ou correquisitos, compreendendo que a construção do conhecimento não é linear; com oferta e reconhecimento de atividades científicos-culturais e de saberes; com componentes curriculares optativos, complementares e eletivos. Também, diversidade de tipos de componentes (disciplinas, módulos, blocos, atividades autônomas, atividades de orientação individual, atividades coletivas) devem ser adotados, visando contemplar diferentes metodologias para o atendimento do perfil do egresso.

Ainda, em consonância com o PPI, os cursos devem apresentar a avaliação como contínua e cumulativa, com aspectos qualitativos prevalecendo sobre os quantitativos, priorizando a qualidade e o processo de aprendizagem, ou seja, de caráter formativo. Nesta perspectiva, devem ser utilizados instrumentos diversificados, garantindo devolutiva ao estudante com retomada de conteúdo e reavaliação. Ainda, devem assegurar aos estudantes com deficiência

e necessidades específicas, atendimento educacional especializado; mediadores; adaptação do material e equipamentos; flexibilização metodológica e da avaliação; adaptação curricular e tempo de integralização.

Para a incorporação de avanços tecnológicos, a instituição deve avançar no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação, tanto como metodologia em complementaridade às atividades presenciais, quanto na oferta de Educação à Distância.

3.9.3 Pesquisa, inovação e desenvolvimento artístico e cultural

Conforme preconizado no PPI, as dimensões da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento artístico-cultural, permeiam as relações entre os processos formativos e o contexto em que estes ocorrem. Neste sentido, as ações destas dimensões devem acontecer em situações e níveis de profundidade e de rigor diversos, considerando o princípio da verticalização dos processos educativos, da qualificação profissional até a pós-graduação stricto sensu, articulando os saberes e as práticas, na busca de uma construção de conhecimentos que vise a melhoria das condições de vida.

Para estas ações poderem ser materializadas nos projetos pedagógicos, a oferta dos cursos no IFC será organizada considerando-se os eixos tecnológicos de cada campus, bem como as linhas de extensão e pesquisa, no diálogo com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Nesse sentido, os eixos tecnológicos e as linhas articulam, transversal e verticalmente, ações científico-culturais. Esta organização por eixos tecnológicos, linhas e verticalização, está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o

desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem campus instalado. Nesta perspectiva, os Projetos Pedagógicos de Curso devem, dentre outros elementos, explicitar o eixo tecnológico, as linhas de extensão e pesquisa, bem como, a verticalização, na perspectiva da oferta da Educação Profissional e Tecnológica e conforme os princípios pedagógicos do PPI.

Considerando que os Projetos Pedagógicos de Curso explicitam os eixos tecnológicos e as linhas de extensão e pesquisa, é necessário que as propostas de ações, projetos e programas busquem o diálogo com tais eixos e linhas. Esta perspectiva parte da lógica que pesquisa, inovação e desenvolvimento artístico e cultural, devem estar articulados e expressar diálogo com os cursos. Ainda, para concretizar essas ações, projetos e programas, o IFC precisa fomentar o seu desenvolvimento entre servidores e estudantes, incluindo programa de bolsas, devidamente regulamentados por dispositivos internos específicos e em consonância às orientações nacionais.

No intuito de garantir espaço para que estudantes e servidores vivenciem experiências formativas e integradoras por meio da ciência, da arte, da cultura, do esporte e do lazer e socializem com a comunidade os resultados das atividades, o IFC deve dar continuidade aos eventos nos campi e institucionais, como: Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI); EPROMUNDO; IFCultura; JIFC, JIFSul e JIF; Fórum de Formação de docentes; Seminário de Educação Profissional Integrada do Ensino Médio; dentre outros; além de ampliar oportunidades e estratégias que possibilitem essas interações e vivências.

Enquanto outras políticas no IFC estão bem regulamentadas, é necessário reconhecer que, em relação ao desenvolvimento artístico cultural, a instituição ainda precisa avançar na construção de sua

política de cultura. Esta política deve ser construída na perspectiva de valorização da arte e da cultura no seu sentido amplo de expressão humana e de produção de bens artísticos, materiais e imateriais, que perpassam as diversas linguagens e suas manifestações populares ou eruditas, reconhecendo as formas expressivas do passado e do presente. No âmbito da formação educacional integral, considerando as características do IFC, a construção de uma política de cultura deve ser pautada na liberdade de expressão, nas diversidades (política, gênero, raça, classe, religião, capacidade, idade, etc), na transversalidade, interdisciplinaridade, inter-racialidade e interculturalidade, articuladas criticamente às realidades e contextos de cada unidade organizacional. Propõe-se uma política que promova o aprimoramento da sensibilidade, o exercício da criticidade, da criatividade, do protagonismo de todas(os) os(as) seus(suas) agentes e o direito ao acesso, à produção e à fruição dos bens artístico-culturais, e afirme noções de pertencimento e reconhecimento das identidades e da cidadania cultural.

3.9.4 Valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial

O PPI expressa de forma enfática a valorização da diversidade, do meio ambiente e da cultura em perspectiva inclusiva, com a defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. No IFC estes princípios devem ser traduzidos por meio de ações pedagógicas reais, com espaços para sensibilização e discussão, o que é entendido como medida importante para garantir condições de permanência

e êxito dos estudantes, e contribuir para a promoção de um sistema educacional público em um espaço inclusivo, democrático e acessível.

Neste sentido, algumas ações devem ser fortalecidas, como, por exemplo, a efetivação das políticas de inclusão e das instâncias institucionais (Conselho de Inclusão e Diversidade, NAPNE, NEGES e NEABI), possibilitando ampliação das suas atividades; a consolidação do NUBI; o diálogo pedagógico com o NGA; o desenvolvimento de ações afirmativas desde o processo de ingresso; o incentivo à participação em eventos culturais e artísticos; a preservação do patrimônio histórico e cultural; dentre outras.

No tocante à proposta pedagógica dos cursos, destaca-se que conteúdos que discutam a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial devem estar no âmago das práticas educativas. Por isso, são incorporados na matriz curricular, transversalmente e não exclusiva a apenas alguns componentes curriculares, conteúdo da história, cultura e singularidades desses temas, como estratégia para conscientização, a minimização das desigualdades sociais, o combate às formas de preconceitos, de violência e de desrespeito das diferenças individuais e coletivas. Cabe pontuar, ainda, a importância do diálogo pedagógico com os núcleos inclusivos e a valorização da participação dos profissionais da educação e dos estudantes nestes núcleos na perspectiva da construção de conhecimento, defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

Como um dos espaços de participação artística e, consequentemente, de valorização da memória e patrimônio cultural (material e imaterial), a instituição deve incentivar ações alinhadas aos PPCs e a

ações, projetos e programas que ocorram em cada campus, contemplando grupos de teatro, atividades musicais, oficinas de artes, dentre outros. Necessário destacar que a instituição precisa, para além de eventos que possibilitem a manifestação artística da comunidade, avançar em espaços para a produção artística propriamente e para a valorização do patrimônio cultural, mediante indução de projetos e programas.

3.9.5 Políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social

Há alinhamento entre o PPI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a busca da melhoria das condições de vida da população, onde estão articulados os objetivos e valores do IFC. Por meio da interação entre IFC e a sociedade, no âmbito de seus projetos, tem-se como resultados a transferência de tecnologia e a participação ativa no processo de elaboração de políticas públicas de inovação e desenvolvimento que visam alavancar o desenvolvimento econômico e social regional.

Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam melhoria de vida, por meio da educação. Para isso, as ações, projetos e programas do IFC devem considerar as necessidades da comunidade, firmar intercâmbio que resulte na reflexão-ação da realidade e permitir o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa.

Esta relação com a comunidade transgride aspectos assistencialistas, ou seja, é uma relação não apenas de transferência, mas de re-

conhecimento dos valores e saberes das comunidades onde o IFC está inserido. É um escopo de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente nos segmentos sociais com os quais o IFC interage, mas também na comunidade interna, tornando-a mais receptiva e comprometida com as demandas sociais. Assim, por meio das ações extensionistas, a comunidade interna compromete-se em projetos que contribuam para a resolução problemas sociais, econômicos e/ou ambientais, voltados para o desenvolvimento socioeconômico regional, o atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a resolução de problemas ambientais e o desenvolvimento de tecnologias sociais e, ao mesmo tempo, reconhecendo os valores e potencialidades da sociedade.

Outra forma das relações institucionais com a sociedade, a partir do PPI, é reconhecer o potencial de capilaridade do IFC. Os campi do IFC estão distribuídos em 9 microrregiões do estado de Santa Catarina, abrangendo 135 municípios, com aproximadamente 4 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Devido ao número de campi e sua distribuição geográfica, destaca-se que o IFC possui uma atuação em todo o território catarinense, contribuindo para colocar o Instituto como um agente de desenvolvimento estadual, e seus campi como elos de desenvolvimento regional.

Considerando ainda essa capilaridade, o diálogo com sociedade e compromisso com o desenvolvimento econômico e à responsabilidade social também devem ser expressos na criação e oferta de cursos. A oferta dos cursos de cada campus do IFC, deve prever a necessidade se conhecer as características regionais, a fim de que estabeleça a relação entre o local e o global, num movimento de interação entre o poder público e a sociedade, comprometido com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs).

Na perspectiva social e cultural, os APLs incluem as atividades potenciais e latentes de uma determinada região ou comunidade. Os cursos ofertados, a extensão tecnológica e social e as pesquisas aplicadas, quando comprometidos com os APLs, são igualmente linhas de ação objetivas e contínuas de intervenção na comunidade.

Ainda em consonância com os APLs, devem ser desenvolvidas atividades de inovação, em perspectiva tecnológica e social, empreendedorismo e cooperativismo. Para isso, há uma Política de Inovação do IFC que, de modo mais específico, trata dos aspectos relativos à inovação, à propriedade intelectual, à transferência de tecnologia e de conhecimento, às criações e produções científicas e tecnológicas do IFC, aos direitos delas decorrentes, ao empreendedorismo, ao cooperativismo, à prestação de serviços, à inovação/tecnologia social e à cooperação.

O diálogo do IFC com as comunidades de seu entorno, ratificam o seu compromisso com o desenvolvimento econômico e à responsabilidade social, propiciando uma relação mais imediata e que se expressa mediada, tanto pelas atividades de pesquisa e de extensão, quanto pelos cursos ofertados. Espera-se que esta relação repercuta em parcerias com outras instituições, firmadas por meio de convênios e contratos. Assim, por meio do PPI, o IFC tem os apontamentos necessários para seguir cumprindo sua missão de proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

3.9.6 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e ações acadêmico-administrativas

A concepção pedagógica expressa no PPI, fundamenta-se na perspectiva que a construção do conhecimento se dá por meio da mediação e comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente. Esta concepção se aplica para todas as atividades realizadas na instituição.

Sendo assim, as ações acadêmico-administrativas devem estar relacionadas com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa, bem como considerar a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares nas diferentes modalidades de oferta e a existência de programas de monitoria em diferentes áreas, programas de nivelamento, programas e projetos de extensão, programas e projetos de pesquisa e inovação, mobilidade acadêmica e a promoção de outras ações pedagógicas. Isso implica afirmar que as atividades acadêmico-administrativas não podem se olvidar das finalidades pedagógicas da instituição, pois, em ambiente educativo, as ações acadêmico-administrativas possuem seu sentido de existir devido às atividades pedagógicas. Nessa direção, o esforço metodológico passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional de cada área, explicitando-as e relacionando-as com a teoria e a prática, articulando-as de forma indissociável.

A concepção pedagógica, os processos e trâmites institucionais para construção e atualização de PPCs, programas e projetos de extensão, programas e projetos de pesquisa e inovação, bem como de atividades acadêmico-administrativas como, por exemplo, registro acadêmico, serviços de apoio (pessoal e tecnológico),

acompanhamento e atendimento aos estudantes, dentre outras ações, são desenvolvidos com o foco no desenvolvimento do estudante. As ações acadêmico-administrativas são articuladas na busca da consolidação da qualidade das atividades de ensino, extensão e pesquisa em diferentes dimensões envolvidas no processo acadêmico, como, por exemplo:

- Observância de diretrizes curriculares que respondam às reais demandas do mundo do trabalho;
- Elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos, construídos com a participação dos docentes, estudantes e comunidade;
- Permanente qualificação do corpo docente e técnico-administrativo;
- Criação e manutenção da infraestrutura física e tecnológica que atenda às necessidades de formação dos estudantes, na perspectiva da educação integral, omnilateral e politécnica;
- Busca de inovação, avanços tecnológicos e com metodologia que incentive a interdisciplinaridade e avaliação qualitativa dos processos de ensino-aprendizagem;
- Serviços de atendimento ao estudante como ser integral e único.

Desta forma, no IFC ações acadêmico-administrativas são executadas seja na construção das políticas de ensino, extensão e pesquisa, seja na participação coletiva, no processo dialógico ou nos aspectos operacionais para a aprovação das políticas.

3.9.7 Princípios orientadores dos Projetos Pedagógicos de Cursos

Os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) devem fundamentar-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, aos anseios e necessidades da região e da sociedade, às orientações acadêmicas, políticas e pedagógicas definidas no PPI e constituir-se como instrumento de orientação às ações de ensino, extensão e pesquisa.

Nessa perspectiva, o PPC, constituído pela concepção de currículo que se quer implementar, deve balizar o trabalho pedagógico de forma que contemple a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como eixo articulador dos conteúdos, no intuito de proporcionar uma formação profissional que dê suporte a uma atuação prática e intelectual. Os PPCs, definida a arquitetura curricular, são entendidos como produtos de uma realidade na qual estão situados os interesses do sistema educativo, mas também as múltiplas demandas dos grupos sociais caminham na mesma direção, e devem contemplar um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso.

Considerando a intencionalidade pedagógica e os aspectos legais, a organização do PPC deve contemplar:

a) As concepções, princípios e orientações contidas ao longo deste documento – PPI;

b) Os documentos legais, em especial as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, inerentes à modalidade e ao nível de ensino desejado;

c) Um currículo transformador e contextualizado que contemple as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do

mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade;

d) A flexibilidade necessária, de modo que possam ser construídos projetos inovadores, atualizados e próprios, considerando as possibilidades e identidade institucional;

e) O perfil profissional de conclusão que contemple, de forma explícita, os conhecimentos e saberes profissionais e pessoais correspondentes ao itinerário formativo, de modo que este perfil possa responder aos constantes desafios da vida cidadã e profissional, bem como às necessidades requeridas pelos arranjos sociais, culturais e produtivos presentes nos territórios de influência do IFC;

f) Os princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como mecanismos pedagógicos que superem a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular;

g) A compreensão de significados e a integração entre a teoria e a prática, envolvendo as dimensões das ciências, cultura, trabalho e as tecnologias a elas vinculadas;

h) O compromisso ético para com os estudantes, considerando-os como sujeitos históricos e de direitos, participantes ativos e protagonistas do seu processo de formação;

i) O respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

j) O reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais;

k) O ensino, a extensão e a pesquisa de forma indissociável;

l) A pesquisa como princípio educativo e científico e a extensão como forma de integração com a sociedade, superando a dicotomia entre teoria e prática;

m) A avaliação como processo contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais, ou seja, a avaliação como elemento do currículo e em perspectiva sócio-histórica.

Embora exista uma singularidade presente em cada campus que se reflete notadamente e apropriadamente nos projetos dos cursos, é importante que os diferentes projetos tenham uma identidade institucional, sobretudo, entre os que compartilham a mesma área ou eixo tecnológico, mesmo porque a identidade dos cursos é estabelecida, em parte, por meio do catálogo nacional de cursos e demais regulamentações curriculares nacionais e pelas diretrizes institucionais. É necessário ponderar que, de fato, existem algumas especificidades locais e regionais que necessitam ser incorporadas e que as experiências profissionais e formações acadêmicas específicas de um determinado corpo docente possam contribuir com a formatação do curso, todavia não é viável que a especificidade do corpo docente seja o fator determinante para a formatação do curso, uma vez que é possível a mobilidade dos docentes entre os campi, descaracterizando e comprometendo esse ponto.

3.9.8 Acompanhamento e Avaliação do PPI

Considera-se que este PPI se materializa como um instrumento

resultante de um processo democrático. Os atores responsáveis pela sua construção tiveram por objetivo um documento que representasse a organização do pensar e do fazer pedagógico do IFC de maneira identitária, em que todos os sujeitos se reconhecem. As concepções e os princípios aqui apresentados devem ser refletidos objetivamente em toda instituição, suas unidades e setores, aprimorando-se e materializando-se a partir dos processos de interação com as comunidades locais.

O acompanhamento e a avaliação do PPI constituem-se como prerrogativa de toda a comunidade acadêmica. O processo de avaliação periódica do PPI se fundamentará por meio do acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo das políticas, bem como das diretrizes a partir de sua implementação e execução. Nessa perspectiva, os processos de avaliação também são tomados como importantes ferramentas, não apenas para alcance dos objetivos institucionais, mas também para aprimoramento das práticas pedagógicas.

Quanto ao processo de revisão do PPI, em consonância com o ciclo de avaliação e revisão do PDI, deve-se iniciar uma avaliação do documento, de natureza coletiva, composta por estudantes, técnicos administrativos e docentes, a fim de se averiguar o que tem sido alcançado, feito, desenvolvido ou não, e quais as dificuldades que a instituição tem encontrado para que o almejado não esteja sendo efetivado. Como mecanismo de revisão, será composta comissão multicampi para coordenação do processo de revisão, bem como a metodologia que será adotada para tal finalidade e as formas de participação da comunidade acadêmica. Ressalta-se que, a partir do trabalho da comissão responsável pela revisão do documento, será elaborada uma minuta, a qual ficará disponível, conforme metodologia prevista para o PDI como um todo para apreciação e contribuições,

de modo a possibilitar a finalização do documento, para posterior aprovação do Conselho Superior e publicação a toda comunidade acadêmica.

4

ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

4. ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

4.1 CONCEPÇÃO

Como dever do Estado e da família, o direito à educação deve consolidar-se na promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, no preparo para o exercício da cidadania e na qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205). O direito à educação pode ser considerado como um dos alicerces da República Federativa do Brasil na medida em que é instrumento necessário à construção de uma sociedade livre, justa e solidária; à garantia do desenvolvimento nacional; à erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais; e à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Garcia, 2004).

A LDB, Lei N.º 9.394/96, aprofundou a garantia e ampliou o direito subjetivo à educação ao determinar que a oferta do mesmo se constitui num dever do poder público estatal e não menos importante dos genitores do estudante, além de dispor acerca de um conjunto de disposições legais que determinam a melhoria da qualidade do ensino nacional bem como a valorização do profissional da educação, além de favorecer a evolução de um sistema educacional mais moderno e eficaz.

Entretanto, não basta admitir a educação como direito fundamental. É necessário concretizar e prover as ações que permitam a garantia

desse direito. Nesse sentido, tanto a CF, em seu art. 206, quanto a LDB, em seu art. 3, indicam os seguintes princípios, com relação direta com o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Rede Federal, que até 2002 era composta por 140 unidades, passou por uma ampliação e interiorização no país após 2005, com o início do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. No caso dos Institutos Federais, para além de promover a ampliação do acesso por meio da interiorização das instituições, do incremento do número de vagas, da ampliação do alcance e da utilização de ações afirmativas, para garantir a democratização da oferta é necessária a adoção de ações que promovam a permanência e o êxito dos estudantes e a inserção socioprofissional e educacional dos egressos. Os mapeamentos periódicos do perfil do estudante realizados pelas instituições integrantes da Rede Federal sinalizam o atendimento de um percentual significativo de uma população socioeconomicamente vulnerável, constituída marcantemente por estudantes de baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes ou com necessidades educacionais específicas.

A ampliação e interiorização dos Institutos Federais, conforme evidencia os estudos de Frigotto (2018), possibilitou o acesso ao ensino médio técnico e superior de qualidade e gratuito a uma significativa parcela da população e a inclusão de milhares de jovens e de adultos, de diferentes culturas e condições socioeconômicas. Entretanto, assim como possibilitou e ampliou o acesso, também evidenciou a dura face do abandono escolar.

O abandono escolar é um fenômeno complexo que envolve a relação estabelecida dialeticamente entre diversos fatores, sendo esses individuais, externos e internos à instituição. Autores que se debruçam sobre essa temática, tais como: Dore e Sales (2017), Fritsch (2017), Zanin (2019), Moraes (2021), entre outros, o caracterizam como um fenômeno complexo e multifacetado, que precisa ser compreendido dialeticamente e sem sobreposição de importância de um fator sobre o outro, mas sim que abrange mutuamente relacionados os motivadores pessoais, educacionais, sociais, econômicos, políticos e culturais.

Compreender esse fenômeno evidencia-se como uma preocupação institucional que suscita desenvolver diversos estudos e ações em busca de superá-lo e fortalecer a permanência estudantil. Diante disso, assume-se como um compromisso institucional compreender os múltiplos fatores que o envolvem e construir ações de fortalecimento da permanência e êxito estudantil numa visão abrangente, sendo um compromisso de todos os setores e servidores que constitui o IFC.

4.2 PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFC

Entender a permanência como um fenômeno que envolve fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais) e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado, que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional.

Assim, reforça-se a necessidade premente de implementação de planos estratégicos de superação desses fenômenos, de modo a possibilitar a realização de diagnósticos apurados em relação às causas da evasão e da retenção, a definição de políticas institucionais e a adoção de ações administrativas e pedagógicas que visem atacar e minimizar esses fatores.

As políticas de acesso, permanência e êxito são aquelas que, na perspectiva de ampliação das oportunidades, são planejadas e executadas de forma holística, ou seja, desde a escolha do eixo tecnológico ou área, da modalidade e da forma de oferta, da elaboração do currículo, da definição de turnos e horários, os cursos são concebidos levando em conta o atendimento das demandas do público-alvo.

Em 2019, o IFC lançou o Plano Estratégico Institucional para a Permanência e o Êxito dos Estudantes, formalizando, em um documento único e de abrangência institucional, estratégias e ações voltadas à redução da evasão e à promoção do êxito estudantil. Este foi um passo importante em direção à sistematização de iniciativas que ocorriam, até então, em frentes de trabalho dispersas.

Inicialmente programado para um período de execução de três anos (de 2019 a 2021), o plano teve sua vigência posteriormente estendida até 2023. Durante este ínterim de cinco anos, a instituição teve a oportunidade de refletir sobre as práticas e estratégias empregadas nesse planejamento e, consequentemente, amadurecê-las. Com esta experiência na bagagem, forjada ao longo dos últimos anos, o IFC visa agora aprimorar e consolidar ainda mais o compromisso institucional com o planejamento e a execução de ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes.

Nesse intuito, a primeira e mais importante mudança é a inserção do plano contendo seus fluxos, etapas, atores e prazos - neste próprio PDI, e não mais em um documento à parte. Isso se deve à percepção adquirida de que é imprescindível que o plano de desenvolvimento da instituição traga em seu bojo também o plano para promoção da permanência e do êxito de seus estudantes. Afinal de contas, o desenvolvimento de uma instituição de ensino deve andar de mãos dadas com a evolução de suas práticas, sobretudo no que concerne à construção das melhores condições possíveis para incentivar a continuidade e o bom desempenho acadêmico dos discentes. Além disso, ao abarcar-se esta temática no próprio PDI, marca-se o compromisso da instituição como um todo, e não apenas de determinados setores ou áreas de atuação. Em outras palavras, significa considerar a permanência e o êxito dos estudantes como um objetivo inerente a todas as atividades exercidas no IFC, quer sejam atividades-meio, quer sejam atividades-fim.

4.3 PLANEJAMENTO PARA A PERMANÊNCIA E O ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFC 2024-2028

O plano para a permanência e o êxito dos estudantes do IFC no quinquênio 2024-2028 será articulado por duas instâncias, quais sejam:

a) Comissão Institucional de Permanência e Êxito;
b) Subcomissões de Permanência e Êxito nos campi.

A Comissão Institucional de Permanência e Êxito será designada por portaria emitida pelo Gabinete do(a) Reitor(a). As subcomissões serão designadas por portarias emitidas pelos gabinetes de seus

respectivos *campi* e definirão, entre seus membros, um(a) coordenador(a), um(a) vice-coordenador(a) e um(a) secretário(a).

A composição das Subcomissões deverá englobar servidores de diferentes áreas de atuação nos *campi*, visando uma abordagem ampla e diversificada frente às questões de evasão, permanência e êxito escolar.

As subcomissões terão por atribuição:

a) Articular e promover a elaboração dos Planos Bianuais de Permanência e Êxito em seus respectivos *campi;*
b) Acompanhar a execução e avaliar os Planos Bianuais de Permanência e Êxito em seus respectivos campi;

A Comissão Institucional de Permanência e Êxito será composta pelos coordenadores das subcomissões dos *campi* e por servidores da reitoria, tendo por atribuição:

a) Acompanhar e supervisionar demandas institucionais específicas relacionadas à permanência e ao êxito dos estudantes do IFC;
b) Definir as linhas temáticas e os modelos dos Planos Bianuais;
c) Promover o acompanhamento dos Planos Bianuais;
d) Definir os modelos de avaliação dos Planos Bianuais.
e) Incentivar e proporcionar ocasiões de debate e estudo, a nível institucional, sobre questões de evasão, permanência e êxito estudantil.

Cabe salientar que nem todas as ações deste planejamento estão atreladas a recursos financeiros, visto que há muito o que se fazer valendo-se dos recursos humanos e materiais já existentes no âmbito de cada campus.

Diante do contexto, área de atuação e desafios apresentados, primar pela identidade da educação profissional, científica e tecnológica, a fim de que os programas, planos, projetos e ações coadunam-se para o atendimento do público prioritário, bem como para a garantia da gestão pedagógica de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa apresenta-se como princípio basilar da política de permanência e êxito que pretende constituir-se como marco referencial, que expressa uma concepção aplicada em toda instituição, bem como nos projetos dos cursos ofertados em todos os níveis, modalidades e formas de articulação, fortalecida nas práticas pedagógicas em âmbito institucional.

4.3.1 Fluxo de etapas

Este plano abarca três etapas distintas, porém interligadas:

a) Elaboração de Planos Bianuais dos *campi*;
b) Acompanhamento;
c) Avaliação.

4.3.1.1 Planos Bianuais de Permanência e Êxito (2024/2025 e 2026/2027)

Durante o período de cinco anos de vigência deste PDI, está prevista a elaboração de Planos Bianuais pelos campi. Estes planos terão seus eixos temáticos definidos pela Comissão Institucional de Permanência e Êxito, tal como já ocorrido em 2023, ocasião em que as comissões dos campi elaboraram seus planos com base em dois temas definidos como prioritários pela comissão institucional. O

propósito disto é direcionar ações de intervenção a áreas e temas que sejam entendidos como mais urgentes na realidade de permanência e êxito da instituição.

Os Planos Bianuais dos campi levarão em consideração a realidade específica de seus diferentes cursos e público discente, buscando adequar suas ações e objetivos a cada caso.

4.3.1.2 Acompanhamento

O acompanhamento dos planos ocorrerá de maneira contínua, realizando-se adequações sempre que for oportuno. Cabe à Subcomissão local acompanhar a execução das ações do plano do *campus,* e à Comissão Institucional cabe promover a análise de acompanhamento dos planos como um todo. As reuniões de acompanhamento, tanto a nível local, nos *campi*, quanto a nível institucional serão periódicas e almejarão impulsionar e aprimorar os planos à medida que estes estiverem sendo executados.

4.3.1.3 Avaliação

A avaliação dos planos acontecerá em duas etapas. A primeira terá início ao final do ano de 2025, com o propósito de analisar, de maneira abrangente, a execução do primeiro plano bianual e definir os eixos temáticos do plano seguinte. A segunda iniciará no início do ano de 2028, com o objetivo de analisar o segundo plano bianual, bem como o panorama geral do quinquênio 2024-2028. Ambas as avaliações terão como foco principal a análise de ações desenvolvidas, e não

apenas a análise de indicadores, tendo em vista que a complexidade desta temática escapa à análise puramente quantitativa.

Os modelos padrão de avaliação serão definidos pela Comissão Institucional e terão como objetivo concentrar, em forma de relatório, informações que sirvam de insumo para a reflexão sobre permanência e êxito na instituição.

5

POLÍTICA DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE

5. POLÍTICA DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Dentre as normativas que instituem o compromisso de promover ações inclusivas na educação, destaca-se a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Por seu caráter histórico, esse documento tem como propósito alterar o cenário educacional, ao indicar a necessidade de que os países elaborem políticas públicas e educacionais para atender todos os públicos, sejam quais forem suas características. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) aponta o desafio das escolas adequarem seus projetos pedagógicos às necessidades dos (e das) estudantes matriculados, criando, assim, condições para ser respeitado o princípio da inclusão. Nesse sentido, a escola é chamada a promover a convivência de todos (e todas) os educandos e atender de modo equânime às necessidades de aprendizagem destes, respeitando suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais.

No âmbito nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), garantem o direito à educação para todas as pessoas. Em especial, os artigos 205 e 208 da CF/1988 apontam as primeiras sinalizações sobre a inclusão escolar, indicando o direito de todas as pessoas à educação, ao desenvolvimento, ao exercício da cidadania e à preparação para o mundo do trabalho. Estes artigos garantem também a educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, transversalmente aos demais níveis e modalidades educacionais, às pessoas com deficiência; a oferta de ensino noturno,

que atenda às necessidades especiais educacionais dos estudantes e, por último, o atendimento aos alunos da educação básica, mediante programas suplementares de material didático escolar adequado, de transporte, de alimentação e de assistência à saúde.

Em consonância com as políticas e legislações vigentes em relação à Educação Inclusiva, o IFC atua por meio de um conjunto de práticas institucionais para garantir o acesso, a permanência com êxito, a participação e a formação qualificada a todos e todas as estudantes. Pensar a estruturação de uma política voltada à inclusão e ao respeito às diferenças, passa, necessariamente, por uma prática reflexiva sobre as extremas e históricas desigualdades de oportunidades educacionais que caracterizam o país.

Ainda, conforme a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, e como objetivos construir uma sociedade livre, justa e solidária e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dessa forma, o IFC, em consonância com a legislação, tem o dever e a responsabilidade de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos, cuja abordagem visa assegurar a igualdade de oportunidades e o respeito a todos os indivíduos. Esta responsabilidade aplica-se a cada ação, atividade, comunicação, evento, processo, fluxo, decisão, diretriz desenvolvidos em e por todos os espaços da instituição, promovendo ações afirmativas, a igualdade étnico-racial, valorização da diversidade e combate à discriminação. Nesse contexto, as ações afirmativas são medidas de caráter temporário que objetivam compensar e corrigir distorções históricas ou atuais que geram cenários de segregação e de discriminação

institucionalizadas de determinados grupos, seja por critérios de etnia, gênero, sexualidade, deficiência, entre outros.

Visando aprimorar a sua atuação na promoção dos direitos e de ações inclusivas na educação, o IFC institui, em 2019, a Política de Inclusão e Diversidade, a qual segue sendo aperfeiçoada. Este documento, orienta as ações de promoção da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos para acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, deficiências, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e sociais. A Política de Inclusão e Diversidade, visa contribuir no combate à discriminação, o preconceito e a promoção da inclusão de todas as pessoas.

A Política de Inclusão e Diversidade se correlaciona com outras políticas e diretrizes do IFC, que, em seu conjunto de orientações, visa dar transparência, visando um ambiente livre de discriminação, que fomenta e valoriza o respeito e a igualdade de oportunidades.

Atrelada a Política de Inclusão e Diversidade, estão instituídas instâncias cujo objetivo é disseminar a cultura da inclusão, diversidade e direitos humanos: Conselho de Inclusão e Diversidade e os Núcleos Inclusivos. Adicionalmente, destaca-se também o Núcleo Bilíngue (Libras/Língua Portuguesa), como instância fundamental, que busca assegurar o direito à educação de surdos no IFC, considerando a perspectiva de diversidade identitária, cultural e linguística.

5.1 CONSELHO DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE

O Conselho Institucional de Inclusão e Diversidade do IFC é um órgão de natureza propositiva e consultiva, que faz parte da Política de Inclusão e Diversidade do IFC. Cabe ao Conselho fomentar a discussão de inclusão, diversidade e direitos humanos nas atividades e instâncias institucionais, articular ações entre os núcleos inclusivos e discutir políticas de acesso e permanência dos estudantes no tocante a essas temáticas. Tais medidas são fundamentais para a consolidação de uma instituição mais justa, equitativa, acessível e acolhedora.

O Conselho Institucional de Inclusão e Diversidade é composto por representantes dos seguintes núcleos: Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI); Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES).

5.2 NÚCLEOS INCLUSIVOS

O IFC tem uma explícita opção pela Inclusão e Diversidade e essa escolha se dá em razão da crença na democracia, na defesa dos Direitos Humanos e no combate a qualquer tipo de discriminação ou racismo. Uma forma encontrada para avançar no processo de colocar em prática essas escolhas políticas foram os núcleos inclusivos.

Os núcleos inclusivos foram criados no IFC para garantir espaços de permanente discussão, reflexão e ação sobre inclusão e diversidade, respeitando as especificidades de cada grupo. São eles: Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) e

Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES). Esses três estão institucionalizados em todos os campi.

5.2.1 Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

O Napne é voltado para estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas. Debruça-se no desenvolvimento de ações que visam a ampliação da oferta de acessibilidade, a minimização de barreiras, a equidade de condições e oportunidades, bem como, o combate ao capacitismo, sobretudo em âmbito institucional. Este Núcleo está organizado em instâncias locais, sendo uma em cada unidade, e em uma instância institucional, composta por coordenadoras e coordenadores dos Napnes locais.

5.2.2 Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI é voltado para o fomento a estudos das questões étnico-raciais e desenvolvimento de ações de valorização das identidades afrodescendentes e indígenas. O NEABI objetiva criar espaços e atividades que garantam uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania através da valorização da identidade racial, especialmente de negros, afrobrasileiros e indígenas. Também desenvolvem ações que visam a equidade e a proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios por meio de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O Núcleo está organizado em instâncias locais, sendo uma em cada unidade,

e em uma instância institucional, composta por coordenadoras e coordenadores dos NEABIs locais.

5.2.3 Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES)

O NEGES é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à temática de gênero, identidade de gênero e sexualidades no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa. Surge com a missão de desenvolver políticas, ações e projetos para promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, fomentar a criação de espaços para debater, estimular vivências e reflexões sobre questões envolvendo as temáticas de gênero e de diversidade sexual. Articula e desenvolve ações que promovam o combate ao preconceito, sensibilizando a comunidade, por meio de espaços de debates, vivências e reflexões, quanto à temática da diversidade sexual e de gênero. O Núcleo está organizado em instâncias locais, sendo uma em cada unidade, e em uma instância institucional, composta por coordenadoras e coordenadores dos NEGES locais.

5.3 NÚCLEO BILÍNGUE: LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA (NUBI)

Adicionalmente aos núcleos inclusivos citados, há o núcleo de atendimento denominado Núcleo Bilíngue: Libras/Língua Portuguesa (NuBi), alocado na Reitoria, constituído de representantes de diversos campi. O NuBi é destinado a promover condições igualitárias de acesso e permanência de pessoas Surdas na instituição, contribuindo

para sua inclusão social e acadêmica. Para isso, elabora documentos balizadores para educação de Surdos; realiza atendimento aos estudantes; atua no ensino e disseminação da língua; realiza tradução e interpretação; produz material e articula ações e políticas com demais instâncias. O Núcleo possui estrutura multicampi sendo composto pelos servidores da área, docentes e tradutores intérpretes de Libras, os quais são seus representantes nos *campi* de atuação.

6

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

6. PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

6.1 INTRODUÇÃO

O planejamento estratégico se constitui numa importante ferramenta para qualquer organização, e não é diferente para as instituições de ensino. A implementação eficiente do planejamento estratégico, contribui para eficácia da gestão e proporciona uma prestação de serviços educacionais de qualidade, que tanto necessita o sistema educacional brasileiro.

Em 2020, foi publicada uma norma para elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional de todos os órgãos e entidades da administração pública federal. E nessa norma, o planejamento estratégico é definido como um processo sistêmico de estabelecimento da estratégia para alcançar uma situação futura desejada, a partir de uma condição presente e do entendimento da identidade institucional, considerando a análise do contexto, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos.

A construção do planejamento estratégico do IFC levou em consideração a necessidade de realização de uma detalhada análise ambiental, especialmente num contexto pós-pandemia, que revelou as áreas que merecem atenção e esforços por parte da gestão para os próximos cinco anos.

O planejamento estratégico do IFC, traduzido num Plano Estratégico efetivamente integrado com o PDI é uma novidade no IFC, visto que

os planos anteriores se constituíram em documentos separados, com metodologia de elaboração e período de vigência diferentes do PDI.

A construção do mapa estratégico levou em consideração a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), com a demarcação das diferentes perspectivas e objetivos estratégicos em cada uma delas, que buscam alcançar o referencial estratégico (missão, visão e valores) definido em etapa prévia.

A realidade multicampi, a natureza complexa e o alinhamento estratégico com normas superiores se constituem num desafio que requer um planejamento consistente para que as decisões estratégicas sejam tomadas com segurança e assertividade.

6.2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Os planejamentos estratégicos organizacionais deverão ser elaborados em consonância com os direcionadores estratégicos de modo a alcançar a transversalidade e a multissetorialidade das políticas públicas.

O Plano Estratégico do IFC está alinhado com a legislação vigente voltada à educação, a saber:

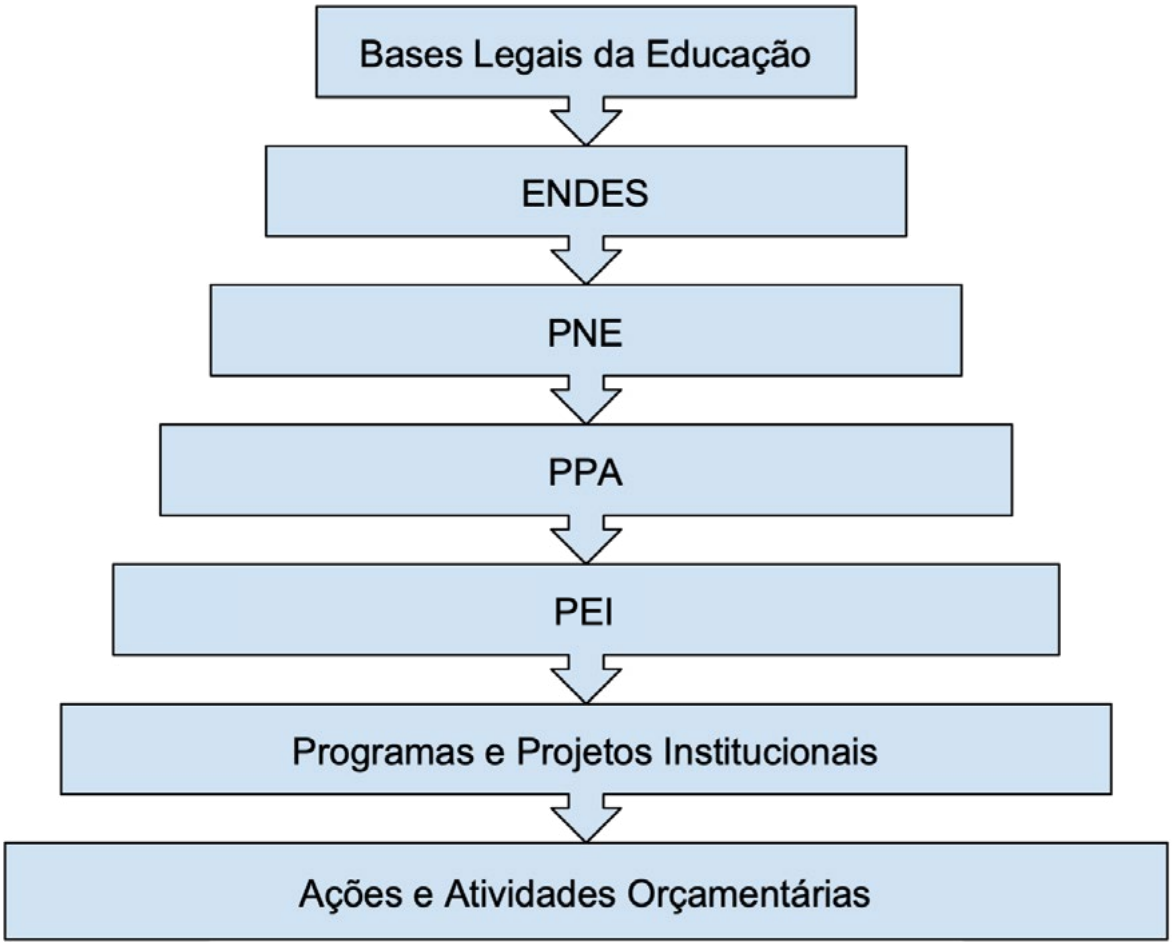
- Lei Nº 9.394/1996 (LDB)[1], que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

1 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

- Decreto Nº 5.154/2004[2], que estabelece as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional e as demais legislações educacionais que subsidiam a oferta da educação básica, o Decreto Nº 5.154/2004 que amplia as possibilidades de oferta da educação profissional;
- Decreto Nº 9.235/2017[3] que, dentre outras orientações, regulamenta a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Estratégia Nacional de DesenvolvImento Econômico e Social (ENDES)[4] para os anos de 2020 a 2031, que estabelece como orientação "fortalecer a educação profissional e tecnológica e a educação superior, de forma a aproximá-las às necessidades sociais, regionais e do mercado de trabalho".
- Plano Nacional de Educação (PNE)[5], que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024;
- Plano Plurianual (PPA 2024 - 2027)[6], que considera a educação profissional e tecnológica como um de seus programas dentro do Eixo "Desenvolvimento social e garantia de direitos"; e
- Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI)[7] publicado no PDI 2024/2028.

2 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm
3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm
4 Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/endes
5 Disponível em: https://pne.mec.gov.br/
6 Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/presidencial-ppa-2024-2027
7 Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/presidencial-ppa-2024-2027

Figura 17: Alinhamento estratégico



Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

6.3 METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO

A construção do Plano Estratégico Institucional tomou por referência o Guia Técnico de Gestão Estratégica e está alinhado com a Instrução Normativa nº 24 de 18/03/2020 (Brasil, 2020a; 2020b).

Para a construção do Mapa estratégico, foi considerada a metodologia Balanced Scorecard (BSC) que proporciona uma avaliação

holística do esforço da organização, reforçando a importância de monitorar os processos.

Essa visão é enriquecida com o mapa estratégico que representa, de forma visual, as relações de causa e efeito entre os objetivos, servindo para comunicar a estratégia para servidores e partes interessadas da organização. Cumpre destacar que a etapa da análise ambiental foi realizada a partir de visitas aos campi e que, o resultado da coleta de informações serviu de base não só para o Plano Estratégico Institucional, mas para os demais capítulos do PDI.

As etapas que compreendem a Cadeia de Valor, o Referencial Estratégico, o Mapa Estratégico e o Painel de Indicadores foram devidamente discutidos e validados em reunião do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) e Comissão Central de elaboração do PDI.

6.4 CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor integrada é um conjunto de macroprocessos gerenciais, finalísticos e de suporte que se integram e se complementam através dos processos a serem otimizados de forma mais alinhada à estratégia, agregando valor público aos produtos ou serviços entregues à sociedade.

Figura 18: Cadeia de Valor do IFC

Fonte: Relatório de Gestão 2022 (2023).

O mapeamento de processos, a Cadeia de Valor e o Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFC surgiram quase que simultaneamente, em meados de 2018, por ocasião da necessidade de implantação da Política de Gestão de Riscos do IFC. Em 2020 houve a revisão do mapeamento de processos que deu origem à nova versão da Cadeia de Valor, que foi referendada pelo CGRC, no processo de elaboração do PDI.

O amadurecimento desses processos possibilitou à instituição enxergar esses elementos como parte importante do processo decisório institucional.

6.5 REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Em conjunto, a missão, a visão e os valores constituem o referencial estratégico da organização. Enquanto que a missão é uma decla-

ração concisa da razão de ser da organização, que expressa o que ela faz e para quem ela faz, a visão é uma projeção da organização em uma situação futura madura e bem-sucedida. Os valores são ideias fundamentais em torno das quais se constrói a organização, representam as convicções dominantes e as crenças básicas subjacentes ao comportamento das pessoas.

A proposta do referencial estratégico foi analisada e discutida pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles, validada pela Comissão Central de elaboração do PDI e tomou por base a Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os elementos da análise ambiental.

6.5.1 Missão

Proporcionar Educação Profissional, Científica e Tecnológica gratuita, por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com o desenvolvimento sustentável e com a formação inclusiva, integral e cidadã.

6.5.2 Visão

Ser referência nacional em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, reconhecido pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável e a formação inclusiva, integral e cidadã.

6.5.3 Valores

- **Ética**: Agir com honestidade e respeito em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, atuando segundo os padrões de conduta estabelecidos no Código de Ética do Servidor Público Federal.
- **Transparência:** Dar visibilidade a todas as decisões, atos e resultados institucionais, em linguagem clara e acessível.
- **Justiça Social:** Dedicar tratamento justo às pessoas e proporcionar a equidade, a igualdade, o acesso e a oportunidade, a permanência e o êxito, a solidariedade, a sustentabilidade, a cooperação e a dignidade.
- **Qualidade:** Buscar o aprimoramento contínuo dos processos de trabalho, visando a oferta de uma educação socialmente referenciada.
- **Sustentabilidade:** Promover a integração e harmonização de fatores sociais, ambientais e econômicos para melhoria e preservação das relações homem/natureza.
- **Cidadania:** Fomentar a construção do saber, a formação de profissionais competentes, qualificados, e comprometidos socialmente, de modo a ampliar a sua capacidade de perceber os problemas contemporâneos e de posicionar-se criticamente proporcionando, ao educando, a integração entre autonomia intelectual e visão de contexto, como elementos de emancipação e desenvolvimento.
- **Inclusão e respeito à diversidade:** Promover o combate à discriminação e ao preconceito, visando a inclusão de todas as pessoas, garantindo um ambiente plural.
- **Dialogicidade:** Estabelecer o diálogo com o outro, com o objetivo de compreendê-lo, no reconhecimento dos diferentes saberes,

buscando encontrar alternativas, tomar decisões e resolver problemas.

- **Valorização das pessoas:** Priorizar o respeito e o reconhecimento do potencial das pessoas dentro dos espaços individuais e coletivos
- **Democracia:** Garantir os espaços de representatividade para a participação e envolvimento ativo das pessoas nos processos de construção e tomada de decisões.

6.6 ANÁLISE AMBIENTAL

A análise do ambiente fornece um diagnóstico situacional indispensável para formular o plano estratégico, ao considerar os fatores internos e externos que impactam o funcionamento da organização e o alcance de sua missão institucional. A análise ambiental permite que diferentes partes interessadas, participem do processo de planejamento estratégico.

A análise SWOT (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades) é usada para identificar, priorizar e relacionar fatores internos e externos que impactam a estratégia da organização. Relações fortes entre forças e oportunidades sugerem a adoção de estratégias agressivas, enquanto relações fortes entre fraquezas e ameaças são alertas para o uso de estratégias defensivas.

Para elaboração do PDI 2024/2028, a análise ambiental (diagnóstico) foi conduzida a partir da análise de relatórios internos e externos da instituição, bem como a partir das visitas aos campi, na ocasião de sensibilização dos campi para participar da construção

do PDI. Além disso, o diagnóstico contou com um formulário de levantamento prévio, com diferentes eixos que compõem o PDI.

O roteiro para visitas/reuniões de sensibilização dos campi foi compartilhado com a comunidade, por meio de um cronograma detalhado, e foi executado entre os meses de abril e junho de 2023.

Na ocasião das visitas aos campi, além da sensibilização da comunidade com o processo (como um todo), parte do evento foi destinado à realização da análise SWOT:

- Uma matriz para servidores;
- Uma matriz para estudantes;
- Uma matriz para gestores.

A sistematização da ferramenta foi feita por meio do Google Jam (quadro interativo) que permite inserir textos em notas autoadesivas, fazendo a representação visual das contribuições.

Figura 19: Quadro interativo

Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

A dinâmica foi conduzida em forma de “palavra livre”, no entanto, fazendo as devidas conexões com os diferentes eixos do PDI.

A matriz de estudantes foi dividida em (i) estudantes do período diurno + (ii) estudantes do período noturno, uma vez que as demandas são diferentes para esse segmento.

Para elaboração do PDI 2024/2028, a análise SWOT subsidiou, não apenas a elaboração do capítulo do Plano Estratégico Institucional, mas todos os demais capítulos do PDI. A medida em que o cronograma foi executado, as informações foram transportadas para uma planilha geral, categorizada em relação (1) à categoria da matriz SWOT; (2) ao nível de abrangência da contribuição, local ou institucional; (3) ao segmento; (4) à categoria/assunto, e compartilhada com as áreas técnicas, para consulta e subsídios de escrita dos capítulos do PDI:

- A soma das matrizes dos diferentes segmentos, por unidade, proporcionará uma análise ambiental da unidade;
- A soma das matrizes, por segmento, de todas as unidades resultará numa análise ambiental do segmento;
- A soma das matrizes dos diferentes campi e dos diferentes segmentos, proporcionarão uma análise ambiental da instituição.

Por fim, os resultados foram validados pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), resultando na matriz institucional

Quadro 4: Matriz SWOT

	Fatores positivos	Fatores negativos
Fatores internos	**Forças** Potencial para oferta de novos cursos docentes 40h/DE Curricularização da Pesquisa e da Extensão Compras Institucionais Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão AEE Potencial para expansão Visitas Técnicas JIFC Refeitório Recuperação paralela Verticalização dos cursos Potencial para inovação curricular Ingresso Discente Relação Reitoria Campi EaD Teletrabalho Atendimento Estudantil Infraestrutura Biblioteca Moradia Estudantil Defesa Ensino Médio Integrado Auxílios Estudantis Eventos Locais e Institucionais Alimentação Escolar Núcleos Inclusivos Divulgação Vagas Estágio Divulgação dos cursos Cantina	**Fraquezas** Necessidade de fomentar e avançar na Comunicação e Divulgação Institucional (e local) Ausência de organização/padrão institucional para formaturas/eventos Alimentação escolar para todos (gratuita ou subsidiada) Necessidade de fomentar o AEE Evasão escolar Avançar em parcerias interinstitucionais Site do IFC SIG (necessidade de customização) Rever a forma de execução da recuperação paralela Necessidade de monitoramento dos egressos no mundo do trabalho. Necessidade de explorar a (potencial) capacidade de trabalho dos servidores Campus com quadro de servidores incompleto (considerando a tipologia) Necessidade de fomentar/ampliar ações Saúde e Segurança Servidor Necessidade de fomentar/investir em EaD Fomentar a articulação parlamentar de modo institucional Necessidade de Plano de manutenção predial Enxoval mínimo de infraestrutura Melhoria da acessibilidade Padronização matrizes curriculares Diversificar oferta de cursos Ingresso Discente (graduação) Ampliar recurso para visitas técnicas Espaços convivência para servidores e estudantes Fomentar DCEs e CAs Melhoria internet Fomentar/ampliar ações esporte, cultura e lazer Inserção de mais aulas práticas no currículo
Fatores externos	**Oportunidades** Potencial para EaD Recomposição orçamentária Cenário político de valorização da Rede Federal Escolha de dirigentes pela comunidade Reconhecimento institucional Transporte Escolar custeado pelos municípios	**Ameaças** Currículo Orçamento insuficiente Legislação acerca da alimentação escolar Necessidade de transporte escolar Portaria 713/2021 Diminuição da procura pelo Ensino Superior

Fatores externos	**Oportunidades** Papel Social IFs Egressos no Mundo do Trabalho Inserção Regional Desenvolvimento no entorno do campus Fórum de reitores das IES Públicas de SC Localização do campus Parceria poder público Gratuidade dos gratuitos Participação em Fóruns e Conselhos municipais/regionais Parcerias Incubadoras	**Ameaças** Ausência de políticas de Permanência Estudantil Legislação docente substituto Atraso cronograma Sisu Tendência populacional (número de jovens em queda e número de idosos em alta) Substituto para Técnico-administrativo em Educação Necessidade de códigos de vagas Necessidade ampliar alimentação escolar Segurança e acesso ao campus Melhoria Auxílios estudantis Portaria 983/2020 Carreira e remuneração Necessidade profissionais AEE Concorrência presencial e EaD Banco de Equivalência Necessidade de fomentar/ampliar parcerias Poder Público Orçamento assistência estudantil Legislação que impede acúmulo bolsas Baixa procura Licenciaturas Necessidade de investimento em Comunicação e Divulgação

Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023)

6.7 MAPA ESTRATÉGICO

O objetivo do mapa estratégico é representar, visualmente, as perspectivas e os objetivos estratégicos para os quais serão elaborados programas e projetos institucionais.

O mapa estratégico do IFC está estruturado em três perspectivas: Resultados, Processos Internos; Pessoas e Recursos.

A perspectiva de **Resultados** para a sociedade traduz o valor público que a organização cria para a coletividade. A perspectiva intermediária do mapa identifica os **Processos Internos** críticos para criar e entregar a proposta de valor à sociedade. Por fim, a perspectiva

Pessoas e Recursos se concentra no desenvolvimento de pessoas e na gestão dos recursos orçamentários, de infraestrutura (física e de tecnologia).

Convém mencionar que as perspectivas tradicionais do BSC contemplam o orçamento como perspectiva à parte. No entanto, no mapa estratégico do IFC, por ser uma instituição de natureza pública e sem caráter econômico-financeiro, essa perspectiva é equilibrada com outras perspectivas igualmente importantes. É na perspectiva "Pessoas e Recursos" que entram os objetivos relacionados ao orçamento da instituição.

Figura 20: Mapa estratégico do IFC

Fonte: elaborado pela Comissão Central (2023).

O alcance desses objetivos estratégicos contribuirá significativamente para a produção de resultados positivos que conduzam a instituição ao cumprimento das metas e políticas institucionais.

6.7.1 Associação dos Objetivos Estratégicos Institucionais aos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um plano global para abordar desafios críticos, como pobreza, desigualdade, mudanças climáticas e degradação ambiental.

O mapa estratégico do IFC apresenta seus objetivos estratégicos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)[8] de modo em que cada objetivo estratégico está associado a um ou mais ODS.

Figura 21: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, (2023).

8 Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.

O alinhamento dos objetivos de uma instituição pública com os ODS demonstra o compromisso em contribuir para o desenvolvimento sustentável em nível global.

Quadro 5: Relação dos OE com os ODS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	ALINHAMENTO COM OS ODS
OE 1 - Proporcionar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas à superação das desigualdades	Proporcionar formação profissional, científica e tecnológica, em especial avançar para o atendimento dos percentuais legais mínimos previstos na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, considerando que essas ofertas são direcionadas para as maiores necessidades da sociedade e para o público mais vulnerável.	
OE 2 - Promover a formação integral e cidadã e o currículo integrado	Ampliar elementos em diretrizes, em projetos, em ações e no processo ensino-aprendizagem que visem garantir o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões na perspectiva da formação integral e cidadã, com currículo integrado em todos os níveis de ensino.	
OE 3 - Promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação de forma indissociável	Buscar a indissociabilidade, valorizando programas, projetos e ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação e garantindo que os currículos contemplem ações de ensino, pesquisa e extensão, a partir do papel social da instituição na formação, na produção do conhecimento e na dialogicidade com a sociedade.	

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	ALINHAMENTO COM OS ODS
OE 4 - Fortalecer a política de egressos do IFC	Aprimorar o processo de acompanhamento e inserção dos egressos no mundo do trabalho.	
OE 5 - Fortalecer a política de comunicação do IFC	Ampliar o investimento em campanhas de ingresso e divulgação dos cursos ofertados, incorporando as potencialidades da comunicação digital como estratégia para promover o diálogo, a divulgação e a socialização do conhecimento.	
OE 6 - Fomentar a inclusão e a valorização da diversidade na perspectiva dos direitos humanos	Ampliar a oferta de acessibilidade nas diferentes dimensões para comunidade do IFC, bem como, desenvolver ações institucionais que promovam o respeito e a valorização à diversidade humana e combatam as formas de discriminação.	
OE 7 - Fortalecer as Políticas Estudantis	Avançar nas ações de acompanhamento e apoio aos estudantes, considerando a diversidade do corpo discente, em busca da equidade de condições, da valorização e potencialização de interesses, da superação das dificuldades e do protagonismo estudantil, na perspectiva da formação integral.	
OE 8 - Consolidar a Política de permanência e êxito	Consolidar a política e promover ações para a permanência e êxito dos estudantes, considerando fatores culturais, sociais, institucionais e individuais, o que implica em atuação multissetorial para o cumprimento da função social da instituição e para o acolhimento e acompanhamento dos estudantes em sua heterogeneidade.	

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	ALINHAMENTO COM OS ODS
OE 9 - Fomentar a incorporação da cultura digital	Inserir elementos da cultura digital que contribuam para reorganizar e ressignificar perspectivas de tempo e de espaços na organização institucional e nos processos pedagógicos, com adoção de tecnologias de informação e comunicação (TICs), digitalização dos processos, relação entre cultura digital e mundo do trabalho, dentre outros.	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
OE 10 - Desenvolver a gestão ambiental em todas as unidades do IFC	Estimular a gestão ambiental em todas as unidades do IFC, incorporando-as ao planejamento institucional e em todas as suas práticas.	7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
OE 11 - Fortalecer o relacionamento com a sociedade	Fomentar parcerias com prefeituras, instituições de ensino, empresas, comunidades, sociedade civil organizada, arranjos/grupos sociais e culturais, com vistas ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações formativas e de colaboração;	17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
OE 13 - Aprimorar a governança institucional	Fortalecer a capacidade da instituição de tomar decisões eficazes, garantir a transparência, promover a prestação de contas e otimizar a utilização de recursos.	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
OE 14 - Promover a produção e divulgação acadêmica, científica e cultural	Instigar a produção e divulgação da produção acadêmica, científica e cultural de servidores e estudantes do IFC, proporcionando o protagonismo a partir do papel social da instituição na perspectiva da formação integral e cidadã.	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO DO OBJETIVO	ALINHAMENTO COM OS ODS
OE 15 - Implementar a Política de Saúde e Segurança do Trabalho	Atualizar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do IFC (Resolução nº 56/2019), à luz das normas vigentes, e implementar um plano de ação para a concretização da política de SST, com periodicidade anual, prevendo ações institucionais e por unidade (campus/ reitoria) da instituição.	3 SAÚDE E BEM-ESTAR 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
OE 16 - Aprimorar o desenvolvimento de pessoas	Promover a capacitação e a qualificação dos servidores com base nas necessidades institucionais	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
OE 17 - Consolidar e adequar infraestrutura física e de TI	Proporcionar à comunidade escolar um ambiente suficientemente adequado para o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas, com foco na otimização e na melhoria tanto da infraestrutura física quanto da tecnológica, criando uma base sólida para o desenvolvimento da instituição.	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
OE 18 - Aprimorar a gestão orçamentária	Otimizar a alocação, utilização e monitoramento do crédito orçamentário da instituição, fortalecendo a sustentabilidade financeira, alinhado com as diretrizes do PDI.	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Fonte: elaborado pela Comissão Central (2023).

6.8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E INDICADORES

Tão importante quanto formular o plano é criar uma estrutura para acompanhar e monitorar o progresso e a implementação efetiva das estratégias. O monitoramento e a avaliação são atividades que permitem identificar as causas de sucesso ou fracasso e realizar ajustes para desenhar as melhores políticas institucionais.

Os indicadores de desempenho cumprem uma função fundamental para o processo de monitoramento, por meio da mensuração dos resultados, da observação do que está sendo feito e alcançado, e a comparação com as metas previstas, construindo um processo sistêmico de avaliação e melhorias.

A periodicidade das coletas dos indicadores deve ser acompanhada durante as etapas de monitoramento e avaliação da estratégia, conforme orienta o Ministério da Economia por meio da Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020.

O conjunto de indicadores deve traduzir de forma realista e clara o desempenho institucional quanto ao alcance de seus objetivos estratégicos, associados às metas estratégicas, nível desejado de cada indicador para o horizonte de tempo do planejamento.

No quadro a seguir está detalhado o Painel de Indicadores, com os Objetivos estratégicos, os indicadores e a respectiva descrição, a forma de cálculo, a unidade de medida, polaridade, abrangência, a fonte de dados e o setor responsável pela apuração.

Quadro 6: Painel de indicadores

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OBJETIVO 1 - PROPORCIONAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM VISTAS À SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES								
OE1-I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Mensurar o percentual de vagas vinculadas a Cursos Técnicos	(Número de vagas equivalentes em cursos técnicos) / (Número total de vagas equivalentes) x 100	Percentual	Positiva	Por campus	Editais de ingresso	Proen
OE1-I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	Mensurar o percentual de vagas vinculadas a Cursos EJA-EPT	(Número de vagas equivalentes em cursos EJA-EPT) / (Número total de vagas equivalentes) x 100	Percentual	Positiva	Por campus	Editais de ingresso	Proen
OE1-I3	Percentual de vagas em cursos de formação de docentes	Mensurar o percentual de vagas vinculadas a Cursos de formação de docentes	(Número de vagas equivalentes em cursos de formação de docentes) / (Número total de vagas equivalentes) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Editais de ingresso	Proen
OE1-I3	Percentual de vagas em cursos de formação de docentes	Mensurar o percentual de vagas vinculadas a Cursos de formação de docentes	(Número total de vagas equivalentes) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Editais de ingresso	Proen
OE1-I4	Número de matrículas equivalentes	Acompanhar a evolução do número de matrículas equivalentes	Número total de matrículas equivalentes	Numérico	Positiva	Institucional	PNP	Proen
OE1-I5	Número de cursos de pós-graduação Lato Sensu verticalizados com cursos de graduação	Acompanhar a evolução do número de cursos de pós-graduação Lato Sensu verticalizados com cursos de graduação	Número total de cursos de pós-graduação Lato Sensu verticalizados com cursos de graduação	Numérico	Positiva	Institucional	Sistec	Propi
OE1-I6	Número de cursos de pós-graduação Stricto Sensu verticalizados com cursos de graduação	Acompanhar a evolução do número de cursos de pós-graduação Stricto Sensu verticalizados com cursos de graduação	Número total de cursos de pós-graduação Stricto Sensu verticalizados com cursos de graduação	Numérico	Positiva	Institucional	Sistec	Propi

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OBJETIVO 2 - PROMOVER A FORMAÇÃO INTEGRAL E CIDADÃ E O CURRÍCULO INTEGRADO								
OE2-I1	Elaboração ou atualização de diretrizes para cada nível de oferta que contemple estratégias para avançar na formação integral e cidadã e no currículo integrado	Elaborar diretrizes para os níveis e modalidades de oferta que ainda não possuem e revisar aquelas já existentes com o objetivo de avançar na perspectiva da formação integral e cidadã, com currículo integrado em todos os níveis de ensino, em consonância com concepção e princípios previstos no PPI.	-	Qualitativo	-	Institucional	Resoluções Consuper	Proen/ Propi
OE2-I2	Percentual de PPCs de cursos regulares que avancem na qualificação dos currículos e implantação de ações integradas	Mensurar o percentual de PPCs atualizados em consonância com as diretrizes institucionais, contemplando a pesquisa como princípio pedagógico, o trabalho como princípio educativo, interdisciplinaridade, linhas de pesquisa e extensão, responsabilidade social, desenvolvimento econômico, valorização do meio ambiente, da diversidade, inclusão e direitos humanos, dentre outros.	(Número de PPCs de cursos regulares com ações integradas nos currículos) / (Número total de PPCs de cursos regulares) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	PPCs atualizados no Consepe	Proen/ Propi
OE2-I3	Número de projetos de curso pilotos e indutores implantados, com arquitetura curricular inovadora para além dos elementos previstos nas diretrizes institucionais	Acompanhar e induzir a criação/abertura de projetos de curso pilotos, que contemple minimamente organização não disciplinar, superação da construção linear do conhecimento, itinerários flexíveis, consideração dos saberes prévios acumulados, protagonismo estudantil, processo avaliativo global e integrado, propostas diferenciadas para as relações teoria/prática e cultura/ciência.	Número total de projetos de curso com arquitetura curricular inovadora	Numérico	Positiva	Institucional	PPCs atualizados no Consepe	Proen

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE2-I4	Número de ofertas implantadas com articulação entre cursos técnico e de tecnologia, prevista nos respectivos PPCs, mediante aproveitamento de estudos, com base em itinerários formativos profissionais.	Acompanhar a implantação de cursos técnicos e de tecnologia verticalizados, mediante aproveitamento de estudos, com base em itinerários formativos profissionais (Programa Verticaliza).	Número de vagas ofertadas com articulação entre cursos técnicos e de tecnologia	Numérico	Positiva	Institucional	PPCs atualizados no Consepe	Proen
OE2-I5	Índice de cursos com metodologias e organização do processo de ensino-aprendizagem que favoreçam a formação integral e cidadã e a materialização do currículo integrado	Construção de ferramenta para monitoramento do índice de cursos com metodologias e organização incorporadas por docentes, técnicos- administrativos e estudantes (planejamento integrado; aulas integradas; avaliação como processo de ensino, integrada e com utilização de variados instrumentos; estratégias diferenciadas com aulas práticas e utilização de espaços para além da sala de aula; etc.)	-	Qualitativo	-	Institucional	Portaria e Documento Publicado	Proen
OE2-I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	Mensurar o percentual de servidores que participaram de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de potencializar a materialização dos princípios estabelecidos no PPI/PDI.	(Número de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem) / (Número total de servidores) x 100	Percentual	Positiva	Por campus	Relatório PDP	Prodin

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OBJETIVO 3 - PROMOVER O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A INOVAÇÃO DE FORMA INDISSOCIÁVEL								
OE3-I1	Número de Editais Inte-grados;	Número de editais que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indissociável, de duas ou mais modali-dades/ dimensões acadêmicas.	Número total de editais que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indissociável nos Campi e na Reitoria, por ano.	Numérico	Positiva	Por campus e Institucional	Relatório de Gestão	Proen/Pro-pi/Proex
OE3-I2	Número de Programas e Projetos Integrados	Número de programas e projetos que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indissociável, de duas ou mais modalidades/ dimensões acadêmicas.	Número total de programas e projetos que integram ensino, pesquisa, exten-são e inovação de forma indissociável fomentados por editais internos nos Campi e na Reitoria, por ano.	Numérico	Positiva	Por campus e Institucional	Relatório de Gestão	Proen/Pro-pi/Proex
OE3-I3	Porcentagem de Servi-dores em Programas e Projetos Integrados	Porcentagem de servidores que atuam como coordenadores e/ou colabora-dores em programas e/ou projetos que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indissociável, de duas ou mais modalidades/ dimensões acadêmicas com o objetivo de instigar a participação de servidores em progra-mas e/ou projetos que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indissociável nos Campi, por ano.	(Número total de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos que integram ensino, pes-quisa, extensão e inovação de forma indissociável / Número total de servi-dores por Campi) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus e Institucional	Relatório de Gestão	Proen/Pro-pi/Proex
OE3-I4	Porcentagem de estu-dantes em Programas e Projetos Integrados	Porcentagem de estudantes que parti-cipam como bolsistas/ voluntários em programas e/ou projetos que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indissociável, de duas ou mais modalidades/ dimensões acadêmicas com objetivo de instigar a participação de estudantes em programas e/ou projetos que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indisso-ciável nos Campi, por ano.	(Número total de estudantes que participam como bolsistas/voluntá-rios em programas e/ou projetos que integram ensino, pesquisa, extensão e inovação de forma indissociável / Número total de estudantes por Campi) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus e Institucional	Relatório de Gestão	Proen/Pro-pi/Proex

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE3-I5	Número de Programas e Projetos de **Ensino e Monitoria**	Número de programas e projetos de ensino e monitoria fomentados por editais internos nos Campi e na Reitoria, por ano.	Número total de programas e projetos de ensino e monitoria fomentados por editais internos nos Campi e na Reitoria, por ano.	Numérico	Positiva	Por campus e Institucional	Relatório de Gestão	Proen/Propi/Proex
OE3-I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de **Ensino e Monitoria**	Porcentagem de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de ensino e monitoria, com o objetivo de instigar a participação de servidores em programas e/ou projetos de ensino nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de ensino ou monitoria / Número total de servidores do campus) * 100.	Numérico	Positiva	Por campus e Institucional	Relatório de Gestão	Proen
OE3-I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de **Ensino e Monitoria**	Porcentagem de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de ensino e monitoria, com o objetivo de instigar a participação de estudantes em programas e/ou projetos de ensino nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de ensino ou monitoria / Número total de estudantes do campus) * 100.	Numérico	Positiva	Por campus e institucional	Relatório de Gestão	Proen
OE3-I8	Número de Programas e Projetos de **Pesquisa**	Número de programas e projetos de pesquisa fomentados por editais internos nos Campi e na Reitoria, por ano.	Número total de programas e projetos de pesquisa fomentados por editais internos nos Campi e na Reitoria, por ano.	Numérico	Positiva	Por campus e institucional	Relatório de Gestão	Propi
OE3-I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de **Pesquisa**	Porcentagem de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de pesquisa, com o objetivo de instigar a participação de servidores em programas e/ou projetos de pesquisa nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de pesquisa / Número total de servidores por Campi) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Propi

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE3-I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de **Pesquisa**	Porcentagem de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de pesquisa, com o objetivo de instigar a participação de estudantes em programas e/ou projetos de pesquisa nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de pesquisa / Número total de estudantes por Campi) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Propi
OE3-I11	Número de Programas e Projetos de **Extensão**	Número de programas e projetos de extensão fomentados por editais internos nos Campi e na Reitoria, por ano.	Número total de programas e projetos de extensão fomentados por editais internos nos Campi e na Reitoria, por ano.	Numérico	Positiva	Por campus e Institucional	Relatório de Gestão	Proex
OE3-I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de **Extensão**	Porcentagem de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de extensão, com o objetivo de instigar a participação de servidores em programas e/ou projetos de extensão nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de extensão / Número total de servidores por Campi) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Proex
OE3-I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de **Extensão**	Porcentagem de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de extensão, com o objetivo de instigar a participação de estudantes em programas e/ou projetos de extensão nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de extensão / Número total de estudantes por Campi) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Proex
OE3-I14	Número de Programas e Projetos de **Inovação**	Número de programas e projetos de Inovação fomentados por editais da Reitoria, por ano.	Número total de programas e projetos de inovação fomentados por editais da Reitoria, por ano.	Numérico	Positiva	Institucional	NIT	Propi

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE3-I15	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de **Inovação**	Porcentagem de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de inovação, com o objetivo de instigar a participação de servidores em programas e/ou projetos de inocação nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de servidores que atuam como coordenadores e/ou colaboradores em programas e/ou projetos de inovação / Número total de servidores) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	NIT	Propi
OE3-I16	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de **Inovação**	Porcentagem de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de inovação, com o objetivo de instigar a participação de estudantes em programas e/ou projetos de inovação nos Campi e na Reitoria, por ano.	(Número total de estudantes que participam como bolsistas/voluntários em programas e/ou projetos de inovação / Número total de estudantes) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	NIT	Propi
OE3-I17	Porcentagem de processos de propriedade intelectual em relação aos Programas e Projetos de **Inovação**.	Porcentagem de processos de propriedade intelectual que tratam de criações/invenções desenvolvidas em programas e projetos de inovação.	(Número total de programas e projetos de inovação / Número de processos de propriedade intelectual/voluntários em programas) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	NIT	Propi
OE3-I18	Porcentagem de transferência de tecnologia em relação aos processos de Propriedade Intelectual do IFC.	Porcentagem de processos de transferência de tecnologia econômica ou social em comparação com os processos de propriedade intelectual do IFC.	(Número total de processos de propriedade intelectual do IFC / Número total de processos de transferência) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	NIT	Propi
OE3-I19	Número de programas, projetos e ações de Inovação.	Número de programas, projetos e ações de Inovação.	Número total de programas e projetos submetidos em editais.	Numérico	Positiva	Institucional	SIGA - módulo pesquisa	NIT
OE3-I20	Número de pedidos de Propriedade Intelectual.	Número de pedidos de Propriedade Intelectual.	Número total de pedidos de propriedade intelectual.	Numérico	Positiva	Institucional	NIT	NIT

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OE3-I21	Número de concessão de Propriedade Intelectual.	Número de concessão de Propriedade Intelectual.	Número total de pedidos concedidos de propriedade intelectual.	Numérico	Positiva	Institucional	NIT	NIT
OE3-I22	Número de Transferência de Tecnologia econômica.	Número de Transferência de Tecnologia econômica.	Número total de Transferência de Tecnologia econômica.	Numérico	Positiva	Institucional	NIT	NIT
OE3-I23	Número de Transferência de Tecnologia social.	Número de Transferência de Tecnologia social.	Número total de Transferência de Tecnologia social.	Numérico	Positiva	Institucional	NIT	NIT
OBJETIVO 4 - FORTALECER A POLÍTICA DE EGRESSOS DO IFC								
OE4-I1	Ampliação do número de respondentes da Pesquisa de Egressos	Percentual de egressos respondentes da Pesquisa de Egressos, com o objetivo de aumentar um percentual de, no mínimo, 3% (três por cento) de respondentes da Pesquisa de Egressos por ano.	(Número total de respondentes da Pesquisa de Egressos do ano anterior) + 3%	Numérico	Positiva	Institucional	Relatório da Pesquisa de Egressos	Proex
OE4-I2	Ampliação da representatividade de cursos respondentes na Pesquisa de Egressos	Percentual da representatividade de cursos por egressos respondentes da Pesquisa de Egressos, com objetivo de alcançar um percentual de 100% (cem por cento) de cursos representados na Pesquisa de Egressos por ano.	(Número total de cursos representados na Pesquisa de Egressos / Número de cursos no IFC) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	Relatório da Pesquisa de Egressos	Proex
OE4-I3	Avaliação da Satisfação dos Egressos quanto à qualidade da formação e a preparação para o mundo do trabalho	Média de satisfação dos egressos em relação à qualidade da formação recebida no curso e a preparação para o mundo do trabalho, com o objetivo de manter uma média de satisfação igual ou superior a 3 (três) em uma escala de 1 a 5, por ano.	Somatório das avaliações dos egressos respondentes da Pesquisa de Egressos / Número total de avaliações dos respondentes da Pesquisa de Egressos.	Numérico (média)	Positiva	Institucional	Relatório da Pesquisa de Egressos	Proex

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OE4-I4	Coerência entre a área de formação e a atuação profissional	Percentual de egressos cuja trajetória profissional está alinhada com a área de formação, com o objetivo de acompanhar o número de egressos com trajetória profissional alinhada por ano.	(Número de egressos com trajetória profissional alinhada respondentes da Pesquisa de Egressos / Número total de egressos respondentes da Pesquisa de Egressos) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	Relatório da Pesquisa de Egressos	Proex
OBJETIVO 5 – FORTALECER A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO IFC								
OE5-I1	Percentual de orçamento de comunicação investido em campanhas, ações e materiais de divulgação;	Acréscimo do percentual em relação ao valor total anual investido pelo Instituto em publicidade de utilidade pública e custeio de ações de comunicação e materiais gráficos.	Soma do valor total anual investido em publicidade de utilidade pública e o valor de custeio de ações de comunicação e materiais gráficos do ano vigente/soma do valor total anual investido em publicidade de utilidade pública e custeio de ações de comunicação e materiais gráficos do ano anterior *100	Percentual	Positiva	Institucional	Cecom	Gabinete
OE5-I2	Número de pessoas alcançadas pelas publicações em mídias sociais	Contagem anual do alcance das publicações nas mídias sociais oficiais do IFC	Soma do número total do alcance das publicações nas midias sociais oficiais do IFC - facebook, instagram, youtube, linkedin e tik tok	Numérico	Positiva	Institucional	Cecom	Gabinete
OE5-I3	Número de acessos ao site do IFC	Monitorar o número de acessos ao site do IFC	Soma dos acessos em 12 meses	Numérico	Positiva	Institucional	Cecom	Gabinete
OE5-4	Número de publicações realizadas nas mídias sociais do IFC	Monitorar o número de publicações realizadas nas mídias sociais do IFC	Soma do número de publicações (post, vídeo, live, notícias) publicadas nos canais oficiais em 12 meses	Numérico	Positiva	Institucional	Cecom	Gabinete
OE5-5	Número de inserções positivas na mídia	Monitorar o número de inserções positivas na mídia	Soma das matérias publicadas na imprensa no período de 12 meses	Numérico	Positiva	Institucional	Cecom	Gabinete

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OBJETIVO 6 - FOMENTAR A INCLUSÃO E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS								
OE6-I1	Número de ações desenvolvidas pelos núcleos inclusivos (NEABI, NEGES, NAPNE, NEPI)	Mensurar a quantidade de ações desenvolvidas pelos núcleos inclusivos	Número total de ações desenvolvidas pelos núcleos inclusivos	Numérico	Positiva	Institucional	Relatório de Gestão	Proen
OE6-I2	Número de capacitações para servidores com temáticas relacionadas à inclusão e a valorização da diversidade na perspectiva dos direitos humanos	Mensurar a quantidade de capacitações desenvolvidas com temáticas relacionadas à inclusão e a valorização da diversidade na perspectiva dos direitos humanos	Número total de capacitações para servidores com temáticas relacionadas à inclusão e a valorização da diversidade na perspectiva dos direitos humanos	Numérico	Positiva	Institucional	Relatório PDP	Prodin
OE6-I3	Percentual de PPCs que contemplam de forma transversal conteúdos curriculares nas temáticas deficiência; história e cultura indígena e afro-brasileira; e, gênero e sexualidade	Mensurar a porcentagem de PPCs que contemplam de forma transversal conteúdos curriculares nas temáticas deficiência; história e cultura indígena e afro-brasileira; e, gênero e sexualidade	(Número de PPCs de cursos regulares que contemplem as temáticas da descrição) / (Número total de PPCs de cursos regulares) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	PPCs atualizados no Consepe	Proen
OE6-I4	Percentual de páginas do site oficial do IFC e de funcionalidades dos sistemas integrados de gestão acessíveis com base nos parâmetros internacionais de acessibilidade na web	Mensurar a porcentagem de páginas do site oficial e funcionalidade dos sistemas acessíveis	(Número de páginas e sistemas com os parâmetros de acessibilidade) / (Número total de páginas do IFC) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Relatórios do site	Gabinete

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OE6-I5	Porcentagem de publicações institucionais acessíveis, conforme suas características, com interpretação em libras, audiodescrição, texto alternativo, dentre outros	Mensurar a porcentagem de publicações institucionais acessíveis	(Número de publicações acessíveis) / (Número total de publicações do IFC) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Relatórios do site	Gabinete
OE6-I6	Número de estudantes com deficiência que ingressam no IFC	Mensurar a quantidade de estudantes com deficiência que ingressam no IFC, seja por ampla concorrência seja por ação afirmativa	Número total de estudantes com deficiência que ingressam no IFC	Numérico	Positiva	Institucional	Sistema Acadêmico	Proen
OE6-I7	Número de estudantes negros (pretos e pardos) que ingressam no IFC	Mensurar a quantidade de estudantes negros (pretos e pardos) que ingressam no IFC, seja por ampla concorrência seja por ação afirmativa	Número total de estudantes negros (pretos e pardos) que ingressam no IFC	Numérico	Positiva	Institucional	Sistema Acadêmico	Proen
OE6-I8	Número de estudantes indígenas que ingressam no IFC	Mensurar a quantidade de estudantes indígenas que ingressam no IFC, seja por ampla concorrência seja por ação afirmativa	Número total de estudantes indígenas que ingressam no IFC	Numérico	Positiva	Institucional	Sistema Acadêmico	Proen
OE6-I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em projetos e programas de ensino, extensão, pesquisa ou inovação	Mensurar a porcentagem de estudantes que ingressam no IFC por ações afirmativas que conseguem se inserir em projetos e programas de ensino, extensão, pesquisa ou inovação	(Número total de estudantes provenientes de ações afirmativas em projetos e programas/ Número total de estudantes provenientes de ações afirmativas) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatórios Proen/Propi/ Proex	Proen/Propi/Proex
OE6-I10	Monitoramento de estudantes que ingressam por ações afirmativas	Construção de instrumento para monitoramento do desenvolvimento de estudantes que ingressam por ações afirmativas	-	Qualitativo	-	Institucional	Sistema Acadêmico	Proen

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE6-I11	Número de recursos de tecnologia assistiva disponibilizados para estudantes com deficiência através de editais de auxílio	Mensurar a quantidade de recursos de tecnologia assistiva está sendo disponibilizada para estudantes com deficiência através de editais de auxílio	Número total de recursos de tecnologia assistiva disponibilizados para estudantes com deficiência através de editais de auxílio	Numérico	Positiva	Institucional	Editais	Proen
OE6-I12	Número de campi com equipes mínimas de Atendimento Educacional Especializado	Mensurar a quantidade de campi que possuem as equipes mínimas de Atendimento Educacional Especializado, conforme estabelecido no regulamento de AEE do IFC	Número total de campi com equipes mínimas de AEE	Numérico	Positiva	Institucional	Campi	Proen
OE6-I13	Percentual de estudantes que necessitam do atendimento educacional especializado e acompanhados pela Equipe de AEE	Mensurar o percentual de estudantes que necessitam do atendimento educacional especializado e que são acompanhados pela equipe de AEE	(Número total de estudantes que são acompanhados pela equipe de AEE/ Número total de estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	Sistema Acadêmico e Campi	Proen
OE6-I14	Percentual de estudantes com deficiência acompanhados por profissionais de apoio, conforme necessidades indicadas pela equipe de AEE	Mensurar o percentual de estudantes com deficiência acompanhados por profissionais de apoio, conforme necessidades indicadas pela equipe de AEE	(Número total de estudantes acompanhados por profissional de apoio/ Número total de estudantes com necessidade de acompanhamento por profissional de apoio conforme indicação da equipe de AEE) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	Sistema Acadêmico e Campi	Proen
OE6-I15	Número de unidades com no mínimo um tradutor e intérprete de Libras	Mensurar a quantidade de unidades com no mínimo um tradutor e intérprete de Libras	Número total de unidades com no mínimo um tradutor e intérprete de Libras	Numérico	Positiva	Institucional	DGP	Proen

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE6-I16	Número de turmas ofertadas do Componente Curricular Optativo Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos regulares	Mensurar o número de turmas ofertadas do componente curricular optativo Língua Brasileira de Sinais nos cursos regulares	Número total de turmas de Libras ofertadas/abertas nos cursos regulares	Numérico	Positiva	Institucional	Sistema Acadêmico	Proen
OE6-I17	Porcentagem de servidores egressos do curso Língua Brasileira de Sinais (Libras) ofertado pela instituição	Mensurar a porcentagem de servidores egressos do curso Língua Brasileira de Sinais (Libras) básico que será ofertado pela instituição	(Número total de servidores egressos do curso Libras básico do IFC/ Número total de servidores) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	Módulo de capacitação do SIG	Prodin
OBJETIVO 7 - FORTALECER AS POLÍTICAS ESTUDANTIS								
OE7-I1	Publicação e atualização anual do Manual do Estudante	Publicar Manual do Estudante para integração e acolhimento às diversas oportunidades e ações disponíveis aos estudantes, com detalhamento das especificidades dos respectivos campi.	-	Qualitativo	-	Institucional	Publicação	Proen
OE7-I2	Percentual da efetiva composição das equipes multiprofissionais, conforme portaria de dimensionamento da força de trabalho	Mensurar a porcentagem da efetiva composição de equipes multiprofissionais, visando o olhar para os aspectos diversos da vida do estudante - sociais, econômicos, familiares, psicológicos e pedagógicos.	(Número total de servidores que compõe as equipes multiprofissionais/ Número total de servidores previstos para composição das equipes multiprofissionais na portaria de dimensionamento de força de trabalho) * 100.	Percentual	Positiva	Institucional	Campi	Proen
OE7-I3	Construção de ferramenta de monitoramento da taxa de promoção de estudantes em vulnerabilidade social	Construir ferramenta de monitoramento da taxa de promoção de estudantes em vulnerabilidade social, visando acompanhar o efetivo impacto e condição de continuidade nos estudos proporcionados pelo PAE.	-	Qualitativo	-	Institucional	Publicação	Proen

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE7-I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	Mensurar a porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) que conseguem se inserir em projetos e programas de ensino, extensão, pesquisa ou inovação	(Número total de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica envolvidos em projetos e programas/ Número total de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Proen
OE7-I5	Número de ações e projetos culturais	Mensurar a quantidade de ações e projetos culturais desenvolvidos em cada unidade do IFC	Número total de ações e projetos culturais	Numérico	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Proen
OE7-I6	Número de ações e projetos esportivos	Mensurar a quantidade de ações e projetos esportivos desenvolvidos em cada unidade do IFC	Número total de ações e projetos esportivos	Numérico	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Proen
OE7-I7	Construção de orientações para constituição e organização de grêmio, centro acadêmico e Diretório Central dos Estudantes	Construir documento com orientações para constituição e organização de grêmio, centro acadêmico e diretório central de estudantes	-	Qualitativo	-	Institucional	Publicação	Proen
OE7-I8	Percentual de campi com todos os centros acadêmicos e grêmios estudantis formalmente instituídos	Mensurar porcentagem dos campi com todos os centros acadêmicos e grêmios estudantis formalmente instituídos, visando potencializar espaços de protagonismo estudantil	(Número de campi com todos os centros acadêmicos e grêmios estudantis formalmente instituídos) / (Número de campi do IFC) * 100	Percentual	Positiva	Institucional	Campi	Proen

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE7-I9	Número de encontros de entidades estudantis organizados de forma itinerante	Mensurar a quantidade de encontros de entidades estudantis organizados de forma institucional (com representantes de todos os grêmios, CAs e DCEs do IFC) e itinerante	Número total de encontros de entidades estudantis organizados de forma itinerante	Numérico	Positiva	Institucional	Cadastro evento	Proen
OE7-I10	Porcentagem de estudantes da educação básica que são atendidos com almoço, além de lanche, em dias de aula em turno integral	Construir normativo para viabilizar o avanço na oferta de almoço para os estudantes da educação básica em dias de atividades curriculares em turno integral, de forma equitativa entre os campi e priorizando, na evolução da oferta, estudantes em vulnerabilidade socioeconômica até a instituição ter as condições para o atendimento universal.	(Número de estudantes da educação básica que são atendidos com almoço, além de lanche, em dias de aula em turno integral) / (Número de estudantes da educação básica) * 100	Percentual	Positiva	Por campus	Campi	Proen
OE7-I11	Número de Editais de Mobilidade Estudantil	Mensurar a quantidade de editais de mobilidade estudantil lançados pelo IFC, considerando os diferentes tipos de mobilidade oferecidos visando possibilitar aos estudantes do IFC vivenciar experiências de estudo, pesquisa ou extensão em outras instituições de ensino, dentro ou fora do país.	Número total de editais de mobilidade estudantil lançados pela Reitoria, por ano.	Numérico	Positiva	Institucional	Publicação de editais	Proex
OE7-I12	Número de Estudantes em Mobilidade Estudantil	Mensurar a quantidade de estudantes do IFC em mobilidade estudantil, visando vivenciar experiências de estudo, pesquisa ou extensão em outras instituições de ensino, dentro ou fora do país.	Número total de estudantes em ações de mobilidade estudantil por ano.	Numérico	Positiva	Institucional	Publicação resultado de editais	Proex

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OBJETIVO 8 - CONSOLIDAR A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO								
OE8-I1	Número de campi com Planos de Permanência e Êxito elaborados bianualmente a partir do diagnóstico das causas de evasão e retenção	Acompanhar a elaboração bianual dos Planos de Permanência e Êxito de cada campus, devendo este plano partir do diagnóstico das causas de evasão e retenção da unidade conforme suas especificidades	Número de campi com Planos de Permanência e Êxito elaborados bianualmente	Numérico	Positiva	Institucional	Plano publicado	Proen
OE8-I2	Número de campi com Planos de Permanência e Êxito elaborados bianualmente contendo, no mínimo, ações de acolhimento, nivelamento, monitoria, organização dos horários escolares e do currículo com foco na aprendizagem do estudante	Acompanhar a composição de ações dos Planos de Permanência e Êxito de cada campus, se contemplam acolhimento, nivelamento, monitoria, organização dos horários escolares e do currículo com foco na aprendizagem do estudante	Número de campi com Planos de Permanência e Êxito com ações de acolhimento, nivelamento, monitoria, organização dos horários escolares e do currículo com foco na aprendizagem do estudante	Numérico	Positiva	Institucional	Plano publicado	Proen
OE8-I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual	Mensurar a porcentagem de atividades executadas em relação às previstas no Plano de Permanência e Êxito de cada campus	(Número de ações constantes no Plano de Permanência e Êxito executadas) / (Número total de ações constantes no Plano de Permanência e Êxito) x 100	Percentual	Positiva	Campus	Relatório publicado	Proen
OE8-I4	Porcentagem de campi com monitoramento, acompanhamento e análise das taxas de evasão e retenção	Mensurar a porcentagem de campi com monitoramento, acompanhamento e análise das taxas de evasão e retenção	(Número de campi com monitoramento, acompanhamento e análise das taxas de evasão e retenção) / (Número total de campi do IFC) * 100	Percentual	Positiva	Institucional	Relatório publicado	Proen

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OBJETIVO 9 - FOMENTAR A INCORPORAÇÃO DA CULTURA DIGITAL								
OE9-I1	Número de Cursos de Graduação e Técnico Subsequente na Modalidade EAD	Mensurar a quantidade de oferta de cursos de graduação e subsequente na modalidade EaD	Número total de Cursos de Graduação e Técnico Subsequente na Modalidade EAD	Numérico	Positiva	Institucional	PNP	Proen
OE9-I2	Número de Cursos de pós-graduação na Modalidade EAD	Mensurar a quantidade de oferta de cursos de pós-graduação na modalidade EaD	Número total de Cursos de pós-graduação na Modalidade EAD	Numérico	Positiva	Institucional	PNP	Propi
OE9-I3	Percentual de cursos regulares que contemplam uso de TICs enquanto metodologia para o desenvolvimento dos componentes curriculares	Mensurar a porcentagem de cursos regulares que contemplam o uso de TICs enquanto metodologia para o desenvolvimento dos componentes curriculares.	(Número de PPCs de cursos regulares que contemplam uso de TICs enquanto metodologia) / (Número total de PPCs de cursos regulares) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Coordenação de Curso	Proen
OE9-I4	Percentual de PPCs de cursos regulares que contemplem conteúdos e uso de TICs para a vida e para o mundo do trabalho	Mensurar a porcentagem de cursos regulares que contemplam conteúdos e uso de TICs nas ementas de componentes curriculares, abordando tanto elementos específicos do mundo do trabalho quanto da vida.	(Número de PPCs de cursos regulares que contemplem conteúdos e uso de TICs para a vida e para o mundo do trabalho) / (Número total de PPCs de cursos regulares) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Coordenação de Curso	Proen
OE9-I5	Percentual de PPCs de cursos regulares que contemplem a previsão de e-books nas bibliografias (básicas ou complementares) dos componentes curriculares	Mensurar a porcentagem de PPCs que contemplem e-books nas bibliografias básicas ou complementares.	(Número de PPCs de cursos regulares que contemplem a previsão de e-books nas bibliografias) / (Número total de PPCs de cursos regulares) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Coordenação de Curso	Proen/ Propi

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE9-I6	Política de Arquivo Digital implantada e percentual de processos e documentação atendendo normas legais	Implantar a política de Arquivo Digital e mensurar a porcentagem de processos e documentos adequados à política.	(Número de processos e documentos em consonância com a Política de Arquivo Digital) / (Número total de processos e documentos) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Sistema de Arquivo	Gabinete
OE9-I7	Percentual de documentação do Acervo Acadêmico Digital atendendo normas legais	Mensurar a porcentagem de documentos compondo o Acervo Acadêmico Digital.	(Número de documentos compondo o Acervo Acadêmico Digital) / (Número total de documentos do Acervo Acadêmico) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Sistema de Arquivo Acadêmico	Proen
OE9-I8	Percentual da efetiva composição das equipes multidisciplinares mínimas dos NEaDs e CEaD	Mensurar a efetiva composição de equipes multidisciplinares mínimas dos NEaDs e CEaD	(Número de servidores que compõe o CEaD e os NEaDs ativos) / (Número total de servidores previstos no regulamento de EaD e na portaria de dimensionamento da força de trabalho) * 100	Percentual	Positiva	Institucional	Campi/Portarias	Proen
OE9-I9	Número de unidades com sala de audiovisual multiuso implantada	Mensurar a quantidade de unidades com sala de audiovisual multiuso implantada	Número de unidades com sala de audiovisual multiuso implantada	Numérico	Positiva	Institucional	Campi	Proad
OE9-I10	Percentual de servidores capacitados para o uso de TICs com finalidade pedagógica e/ou administrativa no ano	Mensurar o percentual de servidores capacitados para o uso de TICs tanto para os processos pedagógicos, quanto para ações administrativas	(Número de servidores capacitados no uso de TICs) / (Número total de servidores) * 100	Percentual	Positiva	Institucional	Relatório PDP	Prodin
OE9-I11	Número de pessoas que acessam os e-books nas plataformas administradas pelo SIBI/IFC	Mensurar o número de pessoas que acessam os e-books nas plataformas administradas pelo SIBI	Número total de pessoas que acessam os e-books	Numérico	Positiva	Institucional	Relatórios SIBI	Proen

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OBJETIVO 10 - DESENVOLVER A GESTÃO AMBIENTAL EM TODAS AS UNIDADES DO IFC								
OE10-I1	Percentual de execução do PLS	Garantir a execução do Plano de Logística sustentável, estabelecido para o exercício de 2 anos.	Considerar 100%, a totalidade de ações estabelecidas no PLS vigente.	Percentual	Positiva	Por campus	PLS	Prodin
OE10-I2	Montante de orçamento investido em ações de sustentabilidade ambiental	São ações que devem estar relacionadas, efetivamente, com um dos eixos do PLS	Montante do orçamento direcionado para alguma questão que tenha impacto ambiental positivo na instituição em relação ao valor absoluto gasto em custeio e investimento/valor gasto em ações ligadas ao PLS	Numérico	Positiva	Por campus	DAP	Prodin
OE10-I3	Política ambiental aprovada no Consuper durante a vigência deste PDI	Estabelecer uma Política ambiental do IFC, contendo princípios, objetivos e oriente a gestão ambiental da instituição, fundamentando a elaboração de todos os instrumentos de planejamento.	-	Qualitativo	-	Institucional	Consuper	Prodin
OBJETIVO 11 - FORTALECER O RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE								
OE11-I1	Percentual de ações de **extensão** com parcerias vigentes;	Porcentagem de ações de extensão com parcerias vigentes.	(Número de ações de extensão executadas por contratos, convênios e acordos / Número de ações de extensão em execução) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatórios Proex	Proex
OE11-I2	Percentual de programas e/ou projetos de **pesquisa** com parcerias vigentes	Porcentagem de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes. Objetivo: Ampliar a realização de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes por Campi, por ano.	(Número de programas e/ou projetos de pesquisa executadas por contratos, convênios e acordos / Número de programas e/ou projetos de pesquisa em execução) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatórios Propi	Propi

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE11-I3	Percentual de programas e projetos de **extensão** alinhados com os ODS	Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de programas e projetos de extensão desenvolvidos pela instituição que estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas. Os ODS constituem um conjunto global de metas para enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030. O indicador destaca o compromisso da instituição em contribuir para a consecução dessas metas, demonstrando a relevância das atividades de extensão para o desenvolvimento sustentável.	(Número de Programas e Projetos de Extensão Alinhados com as ODS / Total de Programas e Projetos de Extensão) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatórios Proex	Proex
OE11-I4	Percentual de programas e projetos de **pesquisa** alinhados com os ODS	Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de programas e projetos de pesquisa desenvolvidos pela instituição que estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas. Os ODS constituem um conjunto global de metas para enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030. O indicador destaca o compromisso da instituição em contribuir para a consecução dessas metas, demonstrando a relevância das atividades de pesquisa para o desenvolvimento sustentável.	(Número de Programas e Projetos de Pesquisa Alinhados com as ODS / Total de Programas e Projetos de Extensão) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatórios Propi	Propi

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OE11-I5	Percentual de programas e projetos de **ensino** alinhados com os ODS	Este indicador tem como objetivo mensurar a porcentagem de programas e projetos de ensino desenvolvidos pela instituição que estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas. Os ODS constituem um conjunto global de metas para enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030. O indicador destaca o compromisso da instituição em contribuir para a consecução dessas metas, demonstrando a relevância das atividades de ensino para o desenvolvimento sustentável.	(Número de Programas e Projetos de Ensino Alinhados com as ODS / Total de Programas e Projetos de Extensão) * 100.	Percentual	Positiva	Por campus	Relatório de Gestão	Proen
OBJETIVO 12 - IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL								
OE12-I1	Aprovação de diretrizes para implementação da Política de Avaliação Institucional	Estabelecer mecanismos e procedimentos para implementação da Política de Avaliação Institucional do IFC, por meio de regramentos específicos.	-	Qualitativa	-	Institucional		Prodin
OE12-I2	Percentual de participação dos servidores no processo de autoavaliação institucional;	Acompanhar o volume de participação dos servidores no processo de autoavaliação institucional	(Número de servidores participantes do processo de autoavaliação institucional) / (Número total de servidores) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Relatório CPA	Prodin
OE12-I3	Percentual de participação dos estudantes no processo de autoavaliação institucional;	Acompanhar o volume de participação dos estudantes no processo de autoavaliação institucional	(Número de estudantes participantes do processo de autoavaliação institucional) / (Número total de estudantes) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Relatório CPA	Prodin

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OE12-I4	Percentual de cursos regulares que realiza-ram a avaliação inter-na de cursos;	Mensurar a porcentagem de cursos regulares que realizaram a avaliação interna de cursos	(Número de cursos regulares partici-pantes do processo de autoavaliação institucional) / (Número total de cur-sos regulares) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Plano de ação das coorde-nações de curso	Proen
OBJETIVO 13 - APRIMORAR A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL								
OE 13-I1	Índice Geral de Gestão e Governança Pública - IGG	Revela a situação da governança na instituição e estimula a adoção de boas práticas de governança. Contempla os seguintes temas: a) Governança públi-ca – Liderança; b) Governança públi-ca – Estratégia; c) Governança pública – Controle; d) Gestão de pessoas; e) Gestão de tecnologia e da segurança da informação; f) Gestão de contratações; e g) Gestão orçamentária.	Resultado avaliado pelo TCU	Percentual	Positiva	Institucional	TCU	Prodin
OBJETIVO 14 - PROMOVER A PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO ACADÊMICA, CIENTÍFICA E CULTURAL								
OE 14-I1	Número de editais de apoio à publicação de livros de autoria/orga-nização de servidores do IFC.	Esse indicador mostra a quantidade de editais de fomento à publicação de livros, de autoria/organização de servidores do IFC, lançados anualmente pela instituição.	Número de editais de apoio à publi-cação de livros de autoria/organiza-ção de servidores do IFC lançados, por ano.	Numérico	Positiva	Institucional	Editora IFC	Editora IFC
OE 14-I2	Número de editais de apoio à publicação de livros de autoria/orga-nização de estudantes e egressos do IFC.	Esse indicador mostra a quantidade de editais de fomento à publicação de livros, de autoria/organização de es-tudantes e egressos do IFC, lançados anualmente pela instituição.	Número de editais de apoio à publi-cação de livros de autoria/organiza-ção de estudantes e egressos do IFC lançados, por ano.	Numérico	Positiva	Institucional	Editora IFC	Editora IFC

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OE 14-I3	Número de editais de auxílio à tradução e revisão de artigos científicos para publicação.	Esse indicador mostra a quantidade de editais de auxílio à tradução e à revisão de artigos científicos para publicação lançados anualmente pela instituição.	Número de editais de auxílio à tradução e à revisão de artigos científicos para publicação lançados, por ano.	Numérico	Positiva	Institucional	Editora IFC	Editora IFC
OE 14-I4	Número de livros publicados pelos servidores - Editora IFC	Esse indicador mostra o número de livros e capítulos de livros de servidores e estudantes da instituição, publicados pela editora, por ano.	Número total de livros e capítulos de livros, de servidores e estudantes, publicados pela Editora IFC.	Numérico	Positiva	Institucional	Editora IFC	Editora IFC
OE 14-I5	Número de livros publicados pelos estudantes e egressos - Editora IFC	Mensurar o número de livros publicados pelos estudantes e egressos pela editora do IFC.	Número total de livros publicados pelos estudantes e egressos - Editora IFC	Numérico	Positiva	Institucional	Editora IFC	Propi
OE 14-I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	Mensurar o percentual de servidores que publicaram livros e capítulos de livros, artigos em periódicos; trabalhos completos em anais de eventos no ano.	(Total de servidores que realizaram alguma publicação) / (Total de servidores do IFC) * 100	Percentual	Positiva	Por campus	CGP/Pesquisa	Propi
OBJETIVO 15 - IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO								
OE 15-I1	Revisar a Política de Saúde e Segurança do Trabalho	Revisar a Política visando estabelecer diretrizes a serem observadas para promoção da saúde e segurança dos servidores.	-	Qualitativa	-	Institucional	-	Prodin
OE 15-I2	Elaborar um Plano de Ação para execução da Política de SST (anual)	Plano de Ação Institucional que deve contemplar ações em cada campus	-	Qualitativa	-	Institucional	-	Prodin

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Respon-sável pela apuração
OE 15-I3	Percentual de execu-ção do Plano de Ação SST	Acompanhar a execução do Plano de Ação SST	(Número de demandas do Plano de Ação SST executadas) / (Número total de demandas do Plano de Ação SST) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	SIASS	Prodin
OBJETIVO 16 - APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS								
OE 16-I1	Percentual de exe-cução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP);	Percentual de demandas de capacita-ção atendidas do Plano de Desenvolvi-mento de Pessoal do período	(Número de demandas cadastradas no PDP no sistema Sipec que foram atendidas) / (Número total de de-mandas cadastradas no PDP no sis-tema Sipec) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	Portal SIPEC	Prodin
OE 16-I2	Percentual de docentes capacitados	Percentual de docentes que realizaram atividades de capacitação no período em relação ao número total de docentes do IFC	(Número de docentes que realizaram atividades de capacitação) / (Núme-ro total de docentes) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	SIGRH - Módu-lo Capacita-ção (Relatório Quantitativo de Participa-ção em Ati-vidades de Capacitação) e Siape DW (Quantidade de servidores)	Prodin

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OE 16-13	Percentual de Técnico-administrativo em Educação capacitados	Percentual de Técnico-administrativo em Educação que realizaram atividades de capacitação no período em relação ao número total de Técnico-administrativo em Educação do IFC	(Número de Técnico-administrativo em Educação que realizaram atividades de capacitação) / (Número total de Técnico-administrativo em Educação) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	SIGRH - Módulo Capacitação (Relatório Quantitativo de Participação em Atividades de Capacitação) e Siape DW (Quantidade de servidores)	Prodin
OE 16-14	Percentual de gestores capacitados	Percentual de gestores que realizaram atividades de capacitação no período em relação ao número total de gestores do IFC (CD, FG e FCC)	(Número de gestores que realizaram atividades de capacitação) / (Número total de gestores) x 100	Percentual	Positiva	Institucional	SIGRH - Módulo Capacitação (Relatório Quantitativo de Participação em Atividades de Capacitação) e Siape DW (Relatório de funções - quantidade de funções ocupadas)	Prodin

Cód. do indicador	Nome do indicador	Descrição do indicador	Forma de cálculo	Unidade de medida	Polaridade	Abrangência	Fonte de coleta dos dados	Responsável pela apuração
OBJETIVO 17 - CONSOLIDAR E ADEQUAR INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE TI								
OE 17-I1	Taxa de alcance da infraestrutura mínima conforme definição no PDI	Percentual de unidades que possuem a infraestrutura mínima indicada no PDI	Quantidade de campi com a infra mínima pelo total de campi no IFC	Percentual	Positiva	Institucional		Engenharia
OE 17-I2	Taxa de execução do Relatório circunstanciado de Acessibilidade	Percentual de ações executadas em relação às ações totais	Quantidade das ações executadas pela quantidade total de ações	Percentual	Positiva	Por campus	Cotejamento relatório circunstanciado	Proad
OE 17-I3	Taxa de execução do PDTI (ações planejadas X ações implementadas)	Percentual de ações executadas em relação às ações totais	Quantidade de ações executadas ano pela quantidade total de ações ano	Percentual	Positiva	Institucional	Relatório anual de acompanhamento do PDTI	Prodin
OE 17-I4	Taxa de investimento em TI	Percentual do orçamento empenhado em TI	Total empenhado em TI pelo orçamento total do exercício	Percentual	Positiva	Institucional	Tesouro Gerencial	Proad
OBJETIVO 18 - APRIMORAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA								
OE 18-I1	Montante orçamentário inscrito em restos a pagar (custeio)	Percentual do valor inscrito ao final do exercício	Total do montante de custeio inscrito em RAP, em relação ao orçamento total do exercício (GND3)	Percentual	Negativa	Institucional	Tesouro Gerencial	Proad
OE 18-I2	Índice de liquidação orçamentária	Percentual de orçamento liquidado	Total liquidado, em relação ao orçamento empenhado	Percentual	Positiva	Institucional	Tesouro Gerencial	Proad
OE 18-I3	Índice de empenho	Percentual de orçamento empenhado (média mensal)	Total empenhado, em relação ao crédito disponibilizado	Percentual	Positiva	Institucional	Tesouro Gerencial	Proad

Fonte: Elaborado pela Comissão Central.

Para cada indicador serão estabelecidas metas compatíveis com o período de vigência deste PDI. As metas, sejam elas de abrangência institucional ou por campi, serão detalhadas em anexo a este PDI.

6.9 MONITORAMENTO

O monitoramento é um processo contínuo de observação do que está sendo feito e alcançado e comparação dessas observações com os planos e metas estratégicas - como os recursos são alocados nas atividades, quais resultados isso gera e em que medida os resultados desejados e impactos são alcançados.

A partir da atuação do Comitê de Governança, Riscos e Controles, em reuniões periódicas, o IFC deve estabelecer um processo sistemático e contínuo de acompanhamento da implementação do plano estratégico.

O monitoramento da estratégia será articulado com os processos de monitoramento do orçamento, de avaliação e revisão da estratégia e de prestação de contas.

6.9.1 Portfólio estratégico - projeto piloto

Um portfólio estratégico refere-se a um conjunto de projetos ou programas, agrupados para facilitar o gerenciamento eficaz do trabalho, a fim de atingir os objetivos estratégicos institucionais.

Para o período de vigência deste PDI, será selecionado um ou mais objetivos estratégicos para execução por meio de projeto (piloto). Essa iniciativa visa avançar no processo de maturidade institucional em termos de planejamento e gestão de projetos.

7

PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

7. PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

7.1 INTRODUÇÃO

O planejamento para abertura de cursos e o aumento de vagas é um dos elementos essenciais para o desenvolvimento de uma instituição de ensino. Previsto no art. 21 do Decreto 9.235/2017, o cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição precisa detalhar o planejamento da oferta de cursos, que devem ser propostos a partir de um conjunto de fatores.

Neste capítulo está detalhada a metodologia utilizada para levantamento das propostas de oferta de cursos, o quadro de cursos do IFC em 2023, a proposta de novos cursos e vagas de cada campus, os critérios para priorização da oferta, a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, os eixos de verticalização e indicativos de cursos potenciais para uma revisão do PDI.

7.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a construção do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) foi aprovada pela Comissão Central e conduzida pelas Pró-reitorias de Desenvolvimento Institucional, de Ensino e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

Os campi, comandados pelas Comissões Locais de elaboração do PDI, assumiram um protagonismo para discussão das potencialidades

de abertura de novos cursos, com as diretrizes de orientação da Comissão Central. Para cada proposta de novo curso ou nova turma, o campus precisou realizar estudos e discussões, que resultaram no preenchimento de um check-list para cada nova proposta. Esse check-list (Anexo 1) lista elementos de diferentes dimensões, a saber: Ensino, Pesquisa e Extensão; Pessoal; Infraestrutura; e Sociedade.

Feitas as discussões, os campi apresentaram as proposições em reunião presencial para a Comissão Central, sintetizando as discussões realizadas e os resultados obtidos. O resultado compilado foi analisado pelas Pró-reitorias que, enquanto áreas técnicas, fizeram as devidas sugestões de ajustes onde foi necessário.

Os ajustes realizados seguiram na linha de articulação com o plano estratégico institucional, que apresentou como primeiro objetivo estratégico, o atendimento dos percentuais legais. O atendimento dos percentuais legais leva em consideração a oferta de vagas, como estabelecido na legislação vigente. A efetiva abertura de cursos seguirá a metodologia apresentada.

Na seção 7.6 deste capítulo é apresentado o quadro "Blocos de priorização da oferta de cursos e vagas" para o período de vigência do PDI apresenta o resultado final das propostas, análises e encaminhamentos, todos devidamente validados em uma nova reunião presencial com a Comissão Central de elaboração do PDI, que contou com a participação do Comitê de Governança, Riscos e Controles e Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

7.3 OFERTA TOTAL DE VAGAS DO IFC

No período de 2019 a 2023, o IFC ofertou mais de 22 mil vagas em diferentes cursos, sendo 11.540 em cursos técnicos de nível médio e 2.958 em qualificação profissional (incluindo educação de jovens e adultos). No mesmo período, foram ofertadas 7.947 vagas na educação superior, sendo 7.390 vagas na graduação e 557 na pós-graduação.

Quadro 7: Cursos ofertados pelo IFC em 2023

Campus	Curso	Forma de Oferta
Abelardo Luz	Agropecuária	Técnico Integrado
	Pedagogia	Graduação
	EJA com qualificação em Nutrição e Segurança Alimentar	Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional
	Agroecologia, com ênfase em Agrofloresta	Qualificação Profissional
	Práticas Pedagógicas na Educação Indígena	Qualificação Profissional
	Gestão Escolar	Qualificação Profissional
Araquari	Agropecuária	Técnico Integrado
	Informática para Internet	Técnico Integrado
	Química	Técnico Integrado
	Agrimensura	Técnico Subsequente
	Agronomia	Graduação
	Ciências Agrícolas	Graduação
	Medicina Veterinária	Graduação
	Química	Graduação
	Redes de Computadores	Graduação
	Sistemas de Informação	Graduação
	Operador de Computador (EJA Concomitante)	Qualificação Profissional

Campus	Curso	Forma de Oferta
Blumenau	Eletromecânica	Técnico Integrado
	Informática	Técnico Integrado
	Mecatrônica	Técnico Integrado
	Mecânica	Técnico Subsequente
	Ciência da Computação	Graduação
	Engenharia Elétrica	Graduação
	Pedagogia	Graduação
	EJA com qualificação em Eletricista Industrial	Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional
Brusque	Informática	Técnico Integrado
	Química	Técnico Integrado
	Cervejaria	Técnico Subsequente
	Química	Graduação
	Redes de Computadores	Graduação
Camboriú	Agropecuária	Técnico Integrado
	Controle Ambiental	Técnico Integrado
	Hospedagem	Técnico Integrado
	Informática	Técnico Integrado
	Defesa Civil	Técnico Subsequente
	Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente
	Transações Imobiliárias	Técnico Subsequente
	Agronomia	Graduação
	Matemática	Graduação
	Negócios Imobiliários	Graduação
	Pedagogia	Graduação
	Sistemas de Informação	Graduação
	Sistemas para Internet	Graduação
	EJA com qualificação em Agroindústria	Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional

Campus	Curso	Forma de Oferta
Concórdia	Agropecuária	Técnico Integrado
	Alimentos	Técnico Integrado
	Informática para Internet	Técnico Integrado
	Agronomia	Graduação
	Engenharia de Alimentos	Graduação
	Física	Graduação
	Matemática	Graduação
	Medicina Veterinária	Graduação
Fraiburgo	Informática	Técnico Integrado
	Administração	Técnico Subsequente
	Edificações	Técnico Subsequente
	Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente
	Análise e Desenv. de Sistemas	Graduação
	EJA com qualificação em Operador de Computador	Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional
Ibirama	Administração	Técnico Integrado
	Informática	Técnico Integrado
	Vestuário	Técnico Integrado
	Design de Moda	Graduação
Luzerna	Automação Industrial	Técnico Integrado
	Mecânica	Técnico Integrado
	Segurança do Trabalho	Técnico Integrado
	Automação Industrial	Técnico Subsequente
	Mecânica	Técnico Subsequente
	Engenharia de Controle e Automação	Graduação
	Engenharia Mecânica	Graduação

Campus	Curso	Forma de Oferta
Rio do Sul	Agroecologia	Técnico Integrado
	Agropecuária	Técnico Integrado
	Informática para Internet	Técnico Integrado
	Agrimensura	Técnico Subsequente
	Agroecologia	Técnico Subsequente
	Agropecuária	Técnico Subsequente
	Agronomia	Graduação
	Ciência da Computação	Graduação
	Engenharia Mecatrônica	Graduação
	Física	Graduação
	Matemática	Graduação
	Pedagogia	Graduação
Santa Rosa do Sul	Agropecuária	Técnico Integrado
	Agropecuária	Técnico Subsequente
	Agronomia	Graduação
	Zootecnia	Graduação
São Bento do Sul	Automação Industrial	Técnico Integrado
	Informática	Técnico Integrado
	Segurança do Trabalho	Técnico Integrado
	Engenharia de Computação	Graduação
	Engenharia de Controle e Automação	Graduação
São Francisco do Sul	Administração	Técnico Integrado
	Automação Industrial	Técnico Integrado
	Guia de Turismo	Técnico Integrado
	Administração	Técnico Subsequente
	Engenharia Elétrica	Graduação
	Logística	Graduação

Campus	Curso	Forma de Oferta
São Francisco do Sul	EJA com qualificação em Auxiliar Administrativo	Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional
Sombrio	Hospedagem	Técnico Integrado
	Informática para Internet	Técnico Integrado
	Gestão de Turismo	Graduação
	Matemática	Graduação
	Redes de Computadores	Graduação
	Assistente Administrativo	Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional
Videira	Agropecuária	Técnico Integrado
	Eletroeletrônica	Técnico Integrado
	Informática	Técnico Integrado
	Eletrotécnica	Técnico Subsequente
	Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente
	Agronomia	Graduação
	Ciência da Computação	Graduação
	Engenharia Elétrica	Graduação
	Pedagogia	Graduação
	EJA com qualificação em Assistente Administrativo	Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional
CFTICGI	Treinador de Cães-guia	Qualificação profissional
	Instrutor de Cães-guia	Qualificação profissional

Fonte: PROEN (2023).

7.4 CRITÉRIOS PARA CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CURSOS

A abertura de cursos novos no IFC obedece à Organização Didática dos Cursos do IFC. Neste documento estão descritos os procedimentos

para criação de curso, os procedimentos para alterações nos PPCs dos cursos, bem como procedimentos para suspensão e extinção de cursos técnicos, de graduação e EJA-EPT. O documento pode ser consultado clicando aqui.

7.5 OFERTA DE NOVOS CURSOS E NOVAS VAGAS

No quadro a seguir, estão detalhadas as propostas de novos cursos e novas turmas para o PDI 2024/2028, em cada um dos campi do IFC. Neste quadro constam: o tipo de oferta; se é uma proposta de verticalização; o eixo tecnológico; o nº de vagas por turma; o nº de turmas; a periodicidade de oferta; o turno; e a previsão de início.

Quadro 8: Previsão de abertura de novos cursos e novas vagas

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Abelardo Luz	Turma	Agropecuária	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial/ Regime de Alternância	Integral (Matutino/ Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta Prevista
Abelardo Luz	Curso	Informática para Internet	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial/ Regime de Alternância	Integral (Matutino/ Vespertino)	Informação e Comunicação	Não	35	1	Anual	2025	Oferta Prevista
Abelardo Luz	Curso	Informática	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Não	35	1	Bianual	2025	Oferta Prevista
Abelardo Luz	Curso	Agropecuária	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação Presencial/ Regime de Alternância	Integral (Matutino/Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	35	1	Bianual	2026	Oferta Prevista
Abelardo Luz	Curso	Pedagogia	Graduação	Não se Aplica	Segunda Licenciatura	Educação Presencial/ Regime de Alternância	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	40	1	Bianual	2025	Oferta Prevista
Abelardo Luz	Curso	Alfabetização e Letramento	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial/ Regime de Alternância	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	35	1	Bianual	2026	Oferta Prevista
Abelardo Luz	Curso	Gestão Escolar	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial/ Regime de Alternância	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	35	1	Bianual	2027	Oferta Prevista
Abelardo Luz	Curso	Educação Indígena	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial/ Regime de Alternância	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	35	1	Bianual	2027	Oferta Prevista
Araquari	Turma	Química	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Produção Industrial	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta Prevista
Araquari	Curso	Informática	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta Prevista
Araquari	Curso	Produção e Sanidade Animal	Pós-graduação	Não se Aplica	Doutorado Profissional	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	5	1	Anual	2025	Oferta Prevista

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Araquari	Curso	Zootecnia	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta Prevista
Araquari	Turma	Zootecnia	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2028	Oferta Prevista
Araquari	Curso	Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Informação e Comunicação	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta Prevista
Araquari	Turma	Manutenção e Suporte em Informática	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Informação e Comunicação	Sim	35	1	Anual	2028	Oferta Prevista
Araquari	Curso	Biologia	Graduação	Não se Aplica	Segunda Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	40	1	Anual	2027	Oferta Prevista
Araquari	Curso	Residência e Aprimoramento em Medicina Veterinária	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	6	1	Anual	2027	Oferta Prevista
Araquari	Curso	Meio Ambiente	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Ambiente e Saúde	Sim	35	1	Anual	2028	Oferta Prevista
Araquari	Curso	Tecnologia e Ambiente	Pós-graduação	Não se Aplica	Doutorado Profissional	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Ambiente e Saúde	Sim	10	1	Anual	2028	Oferta Prevista
Blumenau	Curso	Eletrotécnica	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Controle e Processos Industriais	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
Blumenau	Curso	Mecânica	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Controle e Processos Industriais	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
Blumenau	Curso	Informática (área)	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Informação e Comunicação	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta prevista
Blumenau	Curso	Licenciatura (área)	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	40	1	Anual	2027	Oferta prevista

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Brusque	Curso	Informática (área)	Pós-graduação	Não se Aplica	Mestrado Profissional	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Informação e Comunicação	Sim	10	1	Anual	2028	Oferta prevista
Brusque	Curso	Administração	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Gestão e Negócios	Não	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Brusque	Curso	Administração	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Não	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Brusque	Curso	Química	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	40	1	Curso não Regular	2028	Oferta prevista
Brusque	Curso	Educação	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Não	20	1	Curso não Regular	2025	Oferta prevista
Camboriú	Curso	Educação Especial	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Não	40	1	Anual	2025	Oferta Prevista
Camboriú	Curso	Cuidados de Idosos	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação Presencial	Matutino	Ambiente e Saúde	Não	40	1	Anual	2024	Oferta Prevista
Camboriú	Curso	EJA-EPT (área)	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Não	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Camboriú	Turma	Defesa Civil	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação à Distância	EaD	Segurança	Sim	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
Camboriú	Curso	Imobiliária (área)	Técnico	Não se Aplica	Especialização Técnica	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	40	1	Curso não Regular	2028	Oferta prevista
Camboriú	Curso	Ciências Agrárias (área)	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Recursos Naturais	Sim	40	1	Curso não Regular	2028	Oferta prevista
Camboriú	Curso	Enfermagem	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Ambiente e Saúde	Não	40	1	Anual	2028	Oferta prevista
Camboriú	Curso	Informática (área)	Pós-graduação	Não se Aplica	Mestrado	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	10	1	Anual	2028	Oferta prevista

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Camboriú	Curso	Educação	Pós-graduação	Não se Aplica	Doutorado	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	10	1	Anual	2028	Oferta prevista
Concórdia	Turma	Alimentos	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Produção Alimentícia	Sim	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Concórdia	Curso	Educação em Ciências e Matemática	Pós-graduação	Não se Aplica	Mestrado Profissional	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Desenvolvimento Educacional e Social	SIm	20	1	Anual	2025	Oferta prevista
Concórdia	Turma	Informática para Internet	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Informação e Comunicação	Sim	35	1	Anual	2024	Curso ofertado
Concórdia	Turma	Informática para Internet	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/ Vespertino)	Informação e Comunicação	Sim	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Concórdia	Curso	Ciência da Computação	Graduação	Não se Aplica	Tecnologia	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Concórdia	Curso	Letras	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Não	40	1	Anual	2028	Oferta prevista
Concórdia	Curso	Produção e Sanidade Animal	Pós-graduação	Não se Aplica	Doutorado Profissional	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Recursos Naturais	Sim	5	1	Anual	2025	Oferta prevista
Concórdia	Curso	EJA-EPT (área)	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Produção Alimentícia	Não	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
Fraiburgo	Curso	Administração	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Gestão e Negócios	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Fraiburgo	Curso	Enfermagem	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Ambiente e Saúde	Não	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
Fraiburgo	Curso	Informática	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	25	1	Curso não Regular	2028	Oferta prevista
Ibirama	Turma	Administração Comercial	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	35	1	Anual	2024	Curso Ofertado

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Ibirama	Turma	Educação e Interdisciplinaridade	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Não	35	1	Curso não Regular	2024	Oferta prevista
Ibirama	Turma	Moda	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Produção Cultural e Design	Sim	35	1	Curso não Regular	2024	Oferta prevista
Ibirama	Curso	Gestão Comercial	Graduação	Não se Aplica	Tecnologia	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
Ibirama	Curso	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	Não se Aplica	Tecnologia	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Ibirama	Curso	Letras	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta prevista
Ibirama	Turma	Administração	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Gestão e Negócios	Não	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Ibirama	Turma	Informática	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Informação e Comunicação	Não	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Ibirama	Curso	Multimídia	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Produção Cultural e Design	Não	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Ibirama	Curso	Guia de Turismo	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Não	35	1	Anual	2028	Oferta prevista
Luzerna	Curso	Segurança do Trabalho	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Segurança	Não	30	1	Anual	2025	Oferta prevista
Luzerna	Curso	Informática	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Informação e comunicação	Sim	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Luzerna	Curso	Informática (área)	Graduação	Não se Aplica	Tecnologia	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Informação e comunicação	Sim	40	1	Anual	2028	Oferta prevista
Luzerna	Curso	Licenciatura (área)	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Desenvolvimento Educacional e Social	Não	40	1	Anual	2028	Oferta prevista

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Luzerna	Curso	EJA-EPT (área)	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Não	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Meio Ambiente	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Ambiente e Saúde	Não	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Rio do Sul	Turma	Agroecologia	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Controle e processos industriais	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Agroindústria	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Produção alimentícia	Sim	35	1	Anual	2028	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Agricultura de Precisão	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta prevista
Rio do Sul	Turma	EJA-EPT (área)	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Qualificação Profissional (FIC)	Educação Presencial	Noturno	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2024	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Agroecologia	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Educação, Ciência e Tecnologia	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Educação Especial	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação à Distância	EaD	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	35	1	Anual	2024	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Meliponicultura	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação à Distância	EaD	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Sistemas Agrícolas Regionais	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Recursos Naturais	Sim	35	1	Anual	2024	Oferta prevista
Rio do Sul	Curso	Educação, Ciência e Tecnologia	Pós-graduação	Não se Aplica	Mestrado Profissional	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	35	1	Anual	2028	Oferta prevista

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Santa Rosa do Sul	Curso	EJA-EPT (área)	Técnico	PROEJA Integrado	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Recursos Naturais	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Santa Rosa do Sul	Curso	Biologia	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
Santa Rosa do Sul	Curso	Desenvolvimento Rural	Pós-graduação	Não se Aplica	Mestrado Profissional	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Recursos Naturais	Sim	30	1	Anual	2026	Oferta prevista
São Bento do Sul	Curso	EJA-EPT (área)	Qualificação Profissional (FIC)	PROEJA Integrado	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	40	1	Anual	2024	Oferta prevista
São Bento do Sul	Curso	Licenciatura (área)	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
São Bento do Sul	Curso	Informática	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
São Bento do Sul	Curso	Mecatrônica	Técnico	Subsequente	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Controle e Processos industriais	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta prevista
São Bento do Sul	Turma	Informática (área)	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Informação e Comunicação	Sim	40	2	Anual	2026	Oferta prevista
São Bento do Sul	Curso	Segurança do Trabalho	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Segurança	Sim	40	1	Curso não Regular	2026	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Turma	Administração	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Turma	Automação Industrial	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Controle e Processos Industriais	Sim	35	1	Anual	2026	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Curso	Administração	Graduação	Não se Aplica	Bacharelado	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista

Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
São Francisco do Sul	Curso	Práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	35	1	Anual	2025	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Curso	Marketing	Graduação	Não se Aplica	Tecnologia	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	40	1	Anual	2027	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Curso	Meio Ambiente	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Ambiente e Saúde	Não	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Curso	Hospedagem	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Não	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Curso	Engenharia de Automação e Controle	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Controle e Processos Industriais	Sim	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
São Francisco do Sul	Curso	Marketing	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	35	1	Anual	2027	Oferta prevista
Sombrio	Turma	Informática para Internet	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Informação e comunicação	Sim	40	2	Anual	2025	Oferta prevista
Sombrio	Curso	Eventos	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Sombrio	Curso	Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	30	1	Curso não Regular	2025	Oferta prevista
Sombrio	Curso	Educação Digital	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	20	5	Curso não Regular	2024	Oferta prevista

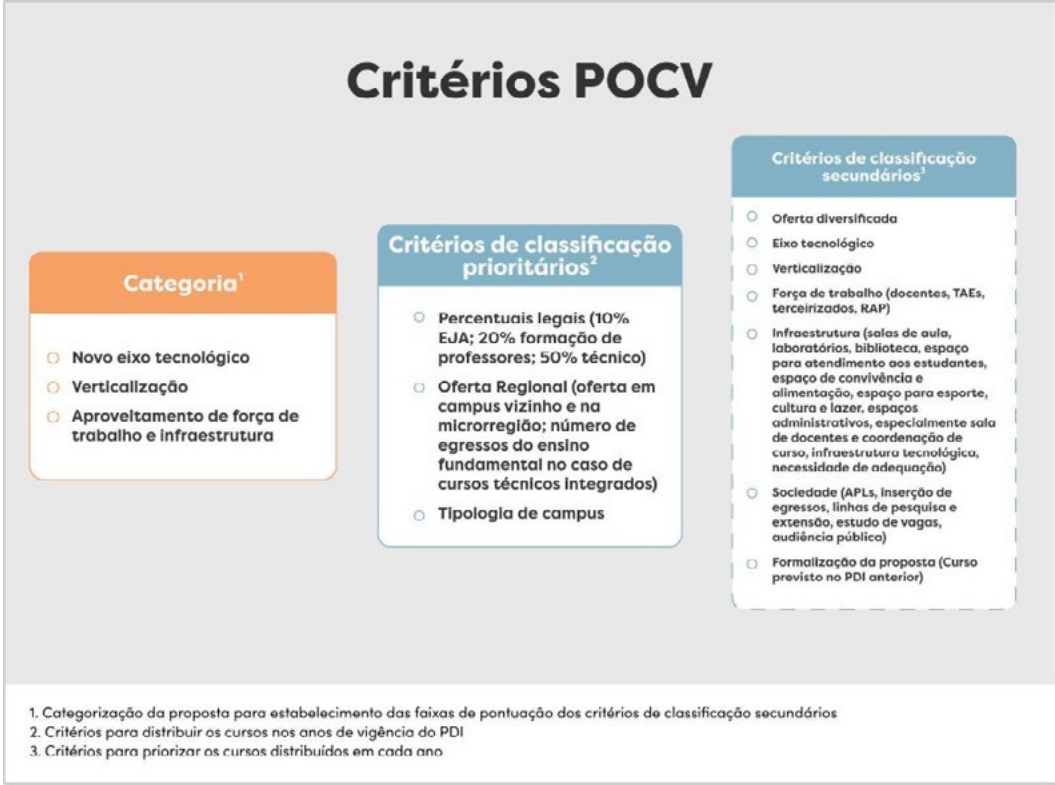
Campus	Curso ou Turma?	Nome do Curso	Nível do Curso	Tipo de Oferta	Tipo de Curso	Modalidade	Turno	Eixo Tecnológico	Verticalização (S/N)	Nº vagas por turma	Nº Turmas	Periodicidade	Previsão de início Ajustada	Situação
Sombrio	Curso	Pedagogia	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Sombrio	Curso	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação	Não se Aplica	Tecnologia	Educação Presencial	Noturno	Informação e Comunicação	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Sombrio	Curso	Administração	Técnico	PROEJA Integrado	Técnico	Educação Presencial	Noturno	Gestão e Negócios	Sim	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
Sombrio	Curso	Matemática	Graduação	Não se Aplica	Segunda Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Não	20	1	Anual	2026	Oferta prevista
Videira	Curso	Engenharia de Segurança do Trabalho	Pós-graduação	Não se Aplica	Pós-graduação (lato sensu)	Educação Presencial	Noturno	Segurança	Sim	40	1	Anual	2025	Oferta prevista
Videira	Curso	Educação	Pós-graduação	Não se Aplica	Mestrado Profissional	Educação Presencial	Integral (Vespertino/Noturno)	Desenvolvimento Educacional e Social	Sim	20	1	Anual	2026	Oferta prevista
Videira	Curso	Administração	Técnico	Integrado	Técnico	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Gestão e Negócios	Não	35	1	Anual	2026	Oferta prevista
Videira	Curso	Ciências Exatas e Naturais	Graduação	Não se Aplica	Licenciatura	Educação Presencial	Noturno	Desenvolvimento Educacional e Social	Não	40	1	Anual	2026	Oferta prevista
Videira	Curso	Engenharia de Software	Graduação	Não se Aplica	Bacharelado	Educação Presencial	Integral (Matutino/Vespertino)	Informação e Comunicação	Sim	40	1	Anual	2026	Oferta prevista

Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

7.6 CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DA OFERTA DE NOVOS CURSOS E VAGAS

Alinhados com a Missão e Visão institucional, o Plano de Oferta de Cursos e Vagas demandou da Comissão Central, um exercício de estabelecimento de critérios de classificação aqui apresentados como critérios prioritários e secundários, para priorização do POCV.

Figura 22: Critérios para priorização da abertura de cursos e vagas



Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

Os critérios apresentados como prioritários, tem a função de classificar e distribuir as propostas de cursos e vagas ao longo do período de vigência do PDI. Já os critérios secundários, servem de base para priorizar a oferta no ano de exercício, e isto ocorrerá na ocasião de distribuição de novos códigos de vagas.

Quadro 9: Blocos de priorização da oferta de cursos e vagas

	2024	2025	2026	2027	2028
Atendimento de percentuais legais	Camboriú (Curso) Cuidados de Idosos - Técnico Concórdia (Turma) Informática para Internet - Técnico Ibirama (Turma) Administração Comercial - EJA QP Rio do Sul (Turma) EJA-EPT (área) - EJA QP Rio do Sul (Turma) Informática para Internet - Técnico Integrado São Bento do Sul (Curso) EJA-EPT (área) - EJA QP	Abelardo Luz (Turma) Agropecuária - Técnico Integrado Abelardo Luz (Turma) Informática para Internet - Técnico Integrado (Anual) Abelardo Luz (Curso) Informática - EJA QP (Bienal) Abelardo Luz (Curso) Pedagogia - Graduação 2ª Lic Araquari (Curso) Informática - EJA QP Blumenau (Curso) Eletrotécnica - Técnico Integrado Blumenau (Curso) Mecânica - Técnico Integrado Brusque (Curso) Administração - Técnico Integrado Brusque (Curso) Administração - EJA QP Camboriú (Curso) Educação Especial - Graduação Camboriú (Curso) EJA-EPT (área) - EJA QP Concórdia (Curso) Educação em Ciências e Matemática - Mestrado Profissional Fraiburgo (Curso) Administração - Técnico Integrado	Abelardo Luz (Curso) Agropecuária - Técnico Subsequente Araquari (Turma) Química - Técnico Integrado Araquari (Curso) Zootecnia - Técnico Integrado Blumenau (Curso) Informática (área) - Técnico Integrado Camboriú (Turma) Defesa Civil - Técnico EaD Concórdia (Curso) EJA-EPT (área) - EJA QP Fraiburgo (Curso) Enfermagem - Técnico Subsequente Ibirama (Curso) Letras - Graduação Luzerna (Curso) EJA-EPT (área) - EJA QP Rio do Sul (Curso) Agricultura de Precisão - Técnico Integrado Rio do Sul (Turma) Agroecologia - Técnico Integrado Santa Rosa do Sul (Curso) Biologia - Graduação São Bento do Sul (Curso) Informática - Técnico Subsequente São Bento do Sul (Curso) Mecatrônica - Técnico Subsequente	Abelardo Luz (Curso) Ciências da Natureza - Graduação Araquari (Curso) Manutenção e Suporte em Informática - Técnico Integrado Araquari (Curso) Biologia - Graduação 2ª Lic Blumenau (Curso) Licenciatura (área) - Graduação Concórdia (Turma) Alimentos - Técnico Integrado Concórdia (Turma) Informática para Internet - Técnico Integrado Ibirama (Turma) Administração - Técnico Integrado Ibirama (Curso) Multimídia - Técnico Integrado Ibirama (Turma) Informática - Técnico Integrado Luzerna (Curso) Informática - Técnico Rio do Sul (Curso) Meio Ambiente - Técnico Integrado São Francisco do Sul (Curso) Meio Ambiente - Técnico Integrado	Araquari (Curso) Meio Ambiente - EJA QP Camboriú (Curso) Enfermagem - Técnico Subsequente Camboriú (Curso) Educação - Doutorado Concórdia (Curso) Letras - Graduação Ibirama (Curso) Guia de Turismo - Técnico Integrado Luzerna (Curso) Licenciatura (área) - Graduação Rio do Sul (Curso) Agroindústria - Técnico Integrado

	2024	2025	2026	2027	2028
Atendimento de percentuais legais		Luzerna (Curso) Segurança do Trabalho - Técnico Subsequente Santa Rosa do Sul (Curso) EJA-EPT (área) - EJA Técnico São Bento do Sul (Curso) Licenciatura (área) - Graduação (1 curso) São Francisco do Sul (Turma) Administração - Técnico Integrado Sombrio (Turma) Informática para Internet - Técnico Integrado Sombrio (Curso) Eventos - Técnico Integrado Sombrio (Curso) Pedagogia - Grad.	São Bento do Sul (Turma) Informática (área) - Técnico Integrado São Francisco do Sul (Turma) Administração - Técnico Integrado Sombrio (Curso) Administração - EJA Técnico Sombrio (Curso) Matemática - Graduação 2ª Lic Videira (Curso) Educação - Mestrado Videira (Curso) Licenciatura em Ciências Exatas e Naturais - Graduação Videira (Curso) Administração - Téc. Int.	São Francisco do Sul (Curso) Hospedagem - Técnico Integrado	
Outros		Araquari (Curso) Produção e Sanidade Animal - Doutorado Profissional Concórdia (Curso) Ciências da Computação - Graduação Concórdia (Curso) Produção e Sanidade Animal - Doutorado Profissional Ibirama (Curso) Gestão Comercial - Graduação São Francisco do Sul (Curso) Administração - Graduação Sombrio (Curso) Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Grad.	Concórdia (Curso) Ciências da Computação - Graduação Santa Rosa do Sul (Curso) Desenvolvimento Rural - Mestrado Profissional	Ibirama (Curso) Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Graduação São Francisco do Sul (Curso) Marketing - Graduação	Luzerna (Curso) Informática (área) - Graduação Araquari (Curso) Tecnologia e Ambiente - Doutorado Brusque (Curso) Informática (área) - Mestrado Camboriú (Curso) Informática (área) - Mestrado Rio do Sul (Curso) Educação, Ciência e Tecnologia - Mestrado

Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

7.7 OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO

A oferta de cursos de pós-graduação é um caminho natural que os institutos federais devem seguir. A verticalização do ensino, do técnico à pós-graduação, só é possível com a expansão deste nível de ensino. Os cursos de pós-graduação lato sensu possuem uma característica que os difere dos demais cursos pois a oferta não é regular e a execução conta com força de trabalho e infraestrutura já existentes no campus.

Quadro 10: Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*

2024	2025	2026	2027	2028
Ibirama (nova turma) Educação e Interdisciplinaridade Ibirama (nova turma) Moda Rio do Sul (novo curso) Educação Especial Rio do Sul (novo curso) Sistemas Agrícolas Regionais Sombrio (novo curso) Educação Digital	Brusque (novo curso) Educação Concórdia (novo curso) Ensino de Ciências -EaD Rio do Sul (novo curso) Agroecologia Rio do Sul (novo curso) Educação, Ciência e Tecnologia Rio do Sul (novo curso) Meliponicultura São Francisco do Sul (novo curso) Práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização Sombrio (novo curso) Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional Videira (novo curso) Engenharia de Segurança do Trabalho	Abelardo Luz (novo curso) Alfabetização e Letramento São Bento do Sul (novo curso) Segurança do Trabalho	Abelardo Luz (novo curso) Gestão Escolar Abelardo Luz (novo curso) Educação Indígen Araquari (novo curso) Residência e Aprimoramento em Medicina Veterinária Concórdia (novo curso) Ciência e Tecnologia de Alimentos - EaD São Francisco do Sul (novo curso) Engenharia de Automação e Controle São Francisco do Sul (novo curso) Marketing	Brusque (novo curso) Química Camboriú (novo curso) Ciências Agrárias (área) Fraiburgo (novo curso) Informática

Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

7.8 ADESÃO A CURSOS DE MESTRADO EM REDE

Além dos cursos stricto sensu que constam do planejamento institucional, o IFC poderá aderir a propostas de mestrado interinstitucional aprovadas pela Capes, de acordo com as condições infraestruturais disponíveis e em conformidade com as disposições da ação induzida pela referida agência.

7.9 EVOLUÇÃO NA OFERTA DE VAGAS

O quadro a seguir apresenta uma evolução na oferta anual de vagas dos cursos no IFC, ao longo do período de vigência do PDI.

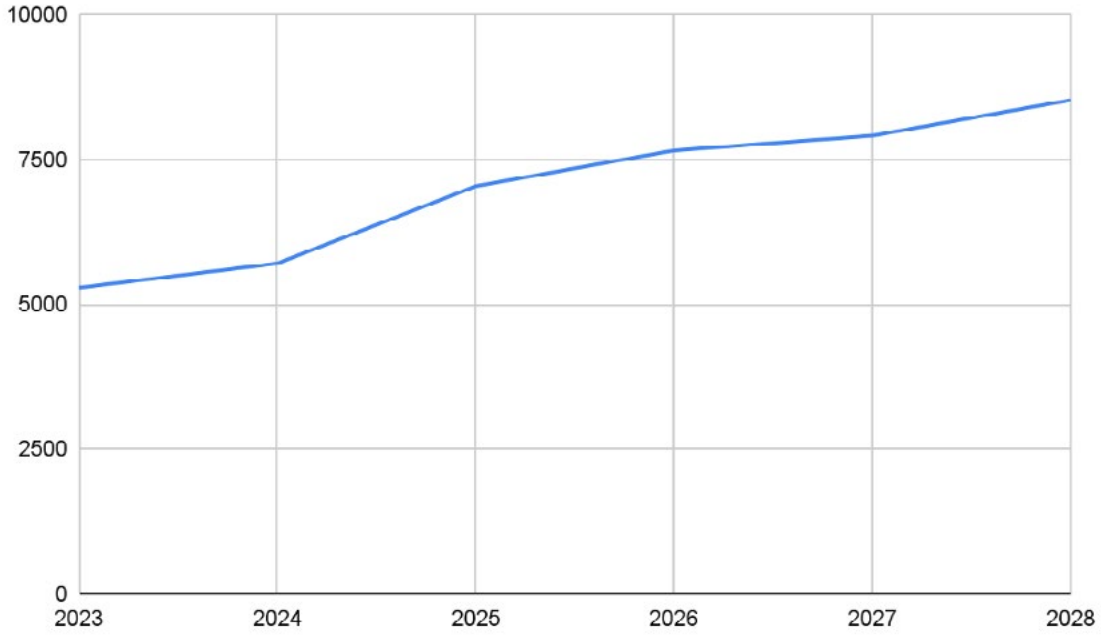
Quadro 11: Evolução na oferta de vagas

Campus	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Abelardo Luz	145	145	255	325	395	395
Araquari	565	565	645	645	691	731
Blumenau	389	389	389	464	474	514
Brusque	290	290	390	400	380	400
Camboriú	714	834	954	954	954	1154
Concórdia	435	470	580	580	690	710
Fraiburgo	230	230	270	310	310	350
Ibirama	170	240	310	345	345	415
Luzerna	245	275	275	275	310	390
Rio do Sul	586	691	831	831	761	901
Santa Rosa do Sul	335	335	375	435	435	435
São Bento do Sul	195	235	315	465	465	430
São Francisco do Sul	255	255	395	430	535	535
Sombrio	280	300	530	570	540	540
Videira	450	450	525	625	625	625
Total	**5284**	**5704**	**7039**	**7654**	**7910**	**8525**

Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

O aumento no número de vagas reflete a intencionalidade de cada uma das unidades do IFC em avançar na oferta de cursos. O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de vagas ofertadas até 2028:

Figura 23: Projeção de evolução na quantidade de vagas ofertadas



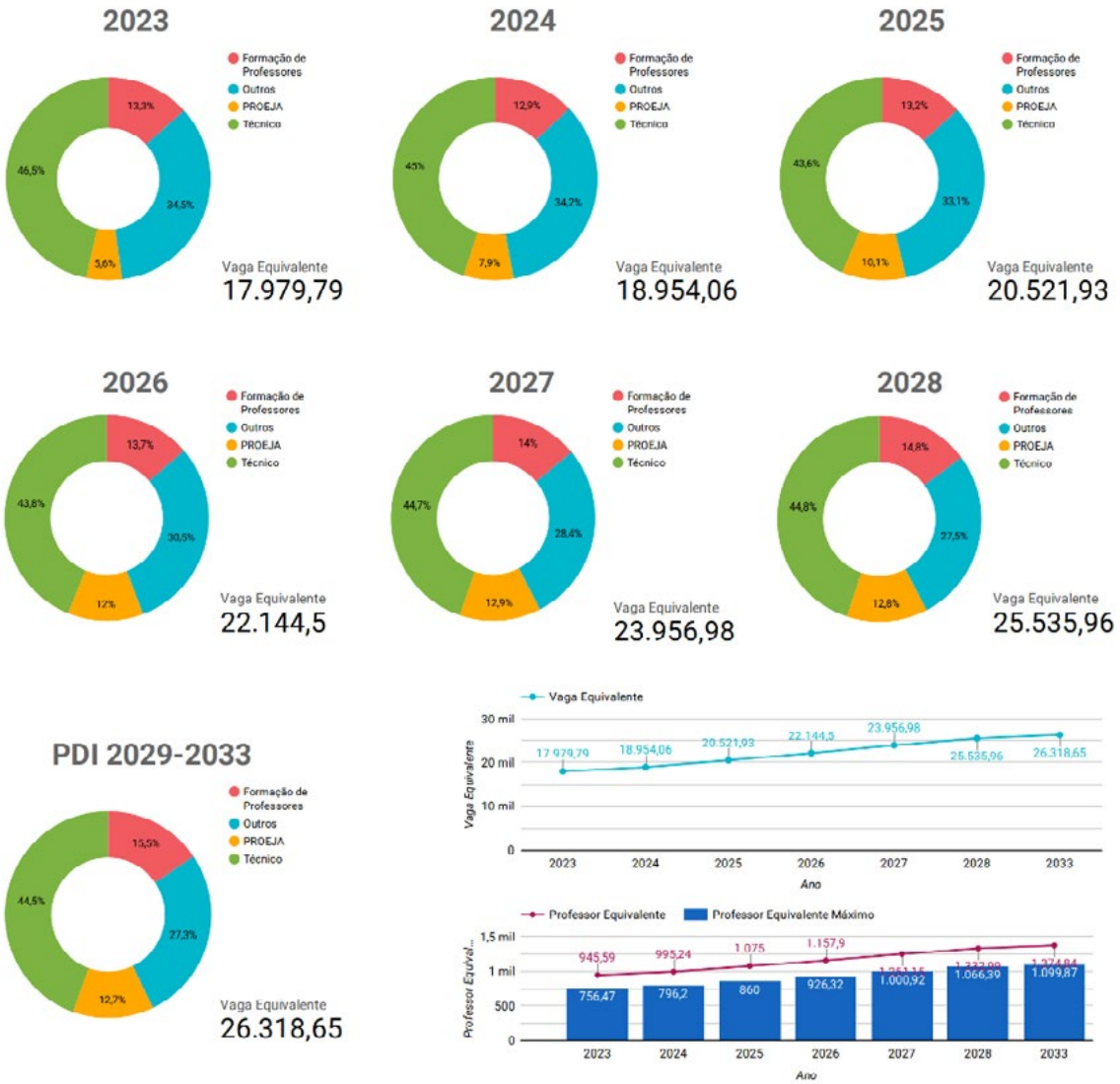
Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

7.10 PERCENTUAIS LEGAIS

O atendimento aos percentuais legais é uma premissa que deverá ser observada na execução do POCV. Apesar de que o somatório das vagas propostas não demonstre o atingimento destes percentuais legais, a efetiva aplicação dos critérios classificatórios (prioritários e secundários) deverá resultar no atendimento destes percentuais.

O somatório da figura a seguir contempla o total geral de vagas ofertadas: vagas dos cursos que os campi já ofertam e vagas dos cursos que estão propondo para 2024 a 2028.

Figura 24: Projeção dos percentuais legais



Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023)

7.11 CURSOS COM INDICATIVO PARA REVISÃO OU PRÓXIMO PDI

A partir dos estudos realizados por cada Comissão Local de elaboração do PDI, em cada um dos campi do IFC, foi possível extrair uma relação de cursos com potencial de oferta para revisão deste PDI ou para o próximo PDI. Estes cursos, assim como os demais cursos apresentados no Quadro a seguir, dependem de uma série de fatores tais como códigos de vaga, infraestrutura e alteração de tipologia.

Quadro 12: Cursos com indicativo de abertura para o próximo PDI ou para a revisão do PDI

Campus	Cursos
Abelardo Luz	Laboratório em Ciências da Natureza - Técnico Integrado (novo curso) Zootecnia - Graduação (novo curso)
Araquari	Redes de Computadores - Pós-graduação lato sensu (novo curso)
Blumenau	Engenharia Elétrica - Graduação (nova turma) Engenharia Mecânica - Graduação (novo curso)
Camboriú	Medicina Veterinária - Graduação (novo curso)
Concórdia	Produção Vegetal - Mestrado Profissional (novo curso) Pedagogia - Graduação (novo curso)
Ibirama	Meio Ambiente - Técnico Integrado (novo curso)
Rio do Sul	Florestal - Técnico Integrado (novo curso) Mecatrônica - Técnico Integrado (novo curso) Química - Graduação (novo curso)
São Bento do Sul	Licenciatura (área) - Graduação (novo curso)
Sombrio	Sistemas de Informação - Graduação (novo curso)
Videira	Engenharia do Trabalho - Graduação (novo curso)

Fonte: Elaborado pela Comissão Central (2023).

8

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

8. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

Para o cumprimento de sua missão, com fulcro nos seus valores, o IFC desenvolve políticas voltadas para a área de pessoal, as quais envolvem os processos relativos à seleção e admissão de pessoal, o dimensionamento da força de trabalho e quadro de pessoal, a formação continuada, a atenção à saúde e promoção da qualidade de vida no trabalho, a movimentação de servidores e o acompanhamento funcional e pagamento de pessoal.

8.1 SELEÇÃO E ADMISSÃO DE PESSOAL

A seleção e contratação de docentes efetivos são feitas mediante concurso público, nos termos da Lei nº 8.112/1990, da Lei nº 12.772/2012, do Decreto nº 7.312/2010 (e suas alterações), do Decreto nº 9.739/2019 e de normas complementares.

A seleção e contratação de docente substituto e de docente visitante considera o disposto na Lei nº 8745/1993, do Decreto nº 7.312/2010 (e suas alterações) e de normativos complementares, e ocorre por meio da realização de processos seletivos simplificados. No caso específico de docentes substitutos se aplica, também, a Lei nº 12.425/2011, que estabelece as situações em que pode ocorrer a substituição.

A seleção e contratação de técnicos administrativos em educação efetivos são feitas mediante concurso público, nos termos da Lei nº 8.112/1990, da Lei nº 11.091/2005, do Decreto nº 9.739/2019 e de normas complementares.

8.2. DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO E QUADRO DE PESSOAL

O dimensionamento da força de trabalho do IFC é definido a partir do Quadro de Referência de Servidores Técnico Administrativos em Educação (QRSTAE) e do Banco de Docente Equivalente (BPEq-EBTT).

O QRSTAE foi instituído com a promulgação do Decreto nº. 7.311, de 22 de setembro de 2010, que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E" integrantes do Plano de Carreira dos Cargos

Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação. Vale o registro de que o Decreto não considera os cargos "A" e "B", considerados extintos ou em extinção.

Trata-se do primeiro quadro de referência estabelecido no ordenamento jurídico para o dimensionamento de servidores Técnico-Administrativos em Educação, constituindo importante instrumento de gestão de pessoal, ao conceder aos Institutos Federais a autonomia para gerenciar as suas vagas. Observados os quantitativos estabelecidos, cada Instituto Federal pode realizar, mediante deliberação de suas instâncias competentes e na forma estabelecida em seus regramentos internos, concursos públicos para o provimento dos cargos vagos.

Conforme estabelecido no art. 5º do Decreto nº 7.311, o QRSTAE foi atualizado por meio da:

- Portaria Interministerial nº 56/2011;
- Portaria Interministerial nº 25/2013;
- Portaria Interministerial nº 346/2013;
- Portaria Interministerial nº 161, de 21 de maio de 2014;
- Portaria Interministerial nº 61, de 29 de março de 2018.

O Banco de Docente Equivalente (BPEq-EBTT) foi instituído por meio do Decreto nº. 7.312, de 22 de setembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014, dispõe sobre o banco de docente-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação.

O BPEq-EBTT foi instituído como instrumento de gestão de pessoal, sendo formado pela soma dos docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos docentes Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade docente-equivalente. Assim, para cada cargo e regime de trabalho foi atribuído um fator de equivalência, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4: Fatores de equivalência para o Banco de Docente Equivalente - BPEq-EBTT

Cargo	Regime de Trabalho	Fator de Equivalência
Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	20 h	0,65
Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	40 h	1,00
Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	DE	1,56
Docente Substituto/Visitante	20 h	0,65
Docente Substituto/Visitante	40 h	1,00
Docente Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	20 h	1,47
Docente Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	40 h	2,35
Docente Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	DE	4,58
Vaga desocupada	-	1,56

Fonte: Portaria Interministerial MDPG/MEC nº 60, de 29 de março de 2018[1] .

O BPEq-EBTT foi atualizado por meio da:

- Portaria Interministerial nº 405/2016;
- Portaria Interministerial nº 60/2018;
- Portaria Conjunta nº 28/2023.

Atualmente, considerando a publicação da PORTARIA CONJUNTA MGI/MEC Nº 28, DE 28 DE JULHO DE 2023, o BPEq-EBTT do IFC é de 1.157 vagas e de 1.718,03 docentes equivalentes.

1 Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/progep/arquivos/portaria-mec-mpdg-60-2018.pdf

A Portaria nº 713/2021, do Ministério da Educação, estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, definiu parâmetros e normas para a sua expansão e dispôs sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II. Esta Portaria substituiu a Portaria nº 246/2016, que criou o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e definiu normas e parâmetros para a sua implementação.

No âmbito interno, considerando as diretrizes emitidas pelo Ministério da Educação, por meio das portarias supracitadas, o IFC estabeleceu o dimensionamento de sua força de trabalho e os critérios e fluxos para a alocação de vagas desocupadas por meio da Portaria Normativa nº. 09/2020, alterada por meio da Portaria Normativa nº. 12/2022. O quantitativo atualizado dos servidores do IFC é apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Quadro de servidores do IFC por unidade - Técnicos Administrativos em Educação (por nível) e docentes EBTT

Unidade (Campus)	TAE A	TAE B	TAE C	TAE D	TAE E	TAE TOTAL	EBTT EFET	EBTT SUBS	TOTAL EBTT
Araquari	2	6	14	32	28	**82**	119	13	**132**
Avançado Abelardo Luz			1	3	2	**6**	14	3	**17**
Avançado Sombrio	4		7	11	8	**30**	45	5	**50**
Blumenau			8	17	12	**37**	57	5	**62**

Brusque	1		4	11	11	**27**	37	4	**41**
Camboriú		5	16	36	27	**84**	127	20	**147**
Concórdia	1	4	10	53	28	**96**	99	13	**112**
Fraiburgo			5	12	12	**29**	24	4	**28**
Ibirama			5	9	8	**22**	34	7	**41**
Luzerna		1	4	22	10	**37**	45	4	**49**
Rio do Sul	2	4	16	37	22	**81**	96	11	**107**
Santa Rosa do Sul	6	7	12	36	18	**79**	57	6	**63**
São Bento do Sul			6	9	9	**24**	39	3	**42**
São Francisco do Sul			6	13	12	**31**	42	2	**44**
Videira			10	26	21	**57**	71	9	**80**
Reitoria			9	57	69	**135**			

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha – PNP - ano Base, 2022 (2023).

8.2.1 CARREIRA DOCENTE EBTT

8.2.1.1 PLANO DE CARREIRA

Os docentes efetivos que atuam junto ao IFC ocupam o cargo de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.782/2008, e compõem a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, estruturado pela Lei nº 12.772/2012.

Junto ao quadro de docentes do IFC, tem-se os docentes substitutos regidos pela Lei nº 8.745/1993, os quais são contratados para suprir a falta de docente efetivo em razão de vacância do cargo, afastamentos, licenças ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-

reitor e diretor de campus. O total de docentes substitutos não pode exceder em 20% o total dos docentes efetivos.

Também regidos pela Lei nº 8.745/1993, estão os docentes visitantes e docentes visitantes estrangeiros, que consiste na contratação de docentes por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, com os objetivos de: apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu; contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão; contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico.

8.2.1.2 COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE

O corpo docente do IFC é composto por servidores do cargo efetivo de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei nº. 8.112/1990, e por docentes substitutos e visitantes, regidos pela Lei nº. 8.745/1993.

As informações sobre o quadro de servidores docentes da instituição podem ser obtidas no portal público do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos - SIGRH, na aba "Servidores" da página de Acesso à Informação do IFC e no grupo PRODIN do sistema de Dados Abertos.

Anualmente, é publicada a atualização da Plataforma Nilo Peçanha, que apresenta os dados da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em relação ao quadro docente do IFC, destaca-se que 906 (89,3%) são docentes efetivos, enquanto 109 (10,7%) são substitutos. Na Tabela 6 pode ser verificada essa distribuição também por campus.

Tabela 6: Quadro de docentes EBTT efetivos e substitutos

Unidade	Número de Docentes	Docente Efetivo	Docente Substituto	ITCD [2]
IFC	1.015	906	109	4,4
Campus Araquari	132	119	13	4,6
Campus Avançado Abelardo Luz	17	14	3	4,4
Campus Avançado Sombrio	50	45	5	4,2
Campus Blumenau	62	57	5	4,4
Campus Brusque	41	37	4	4,5
Campus Camboriú	147	127	20	4,5
Campus Concórdia	112	99	13	4,7
Campus Fraiburgo	28	24	4	3,9
Campus Ibirama	41	34	7	4,2
Campus Luzerna	49	45	4	4,3
Campus Rio do Sul	107	96	11	4,6
Campus Santa Rosa do Sul	63	57	6	4,6
Campus São Bento do Sul	42	39	3	4,2
Campus São Francisco do Sul	44	42	2	4,4
Campus Videira	80	71	9	4,3
Total	**1015**	**906**	**109**	

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha - PNP, Ano Base, 2022 (2023).

Em relação à formação, 92,8% dos docentes possuem curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado ou doutorado.

A Tabela 7 apresenta os dados absolutos e percentuais dos níveis de formação dos docentes do IFC. A Tabela 8 detalha as informações por unidade.

2 ITCD: Índice de Titulação do Corpo Docente.

Tabela 7: Formação dos docentes EBTT efetivos e substitutos

Titulação	Nº Servidores Docentes	Percentual
Doutorado	478	47,1
Mestrado	464	45,7
Especialização	56	5,5
Graduação	17	1,7
Total	1015	100,0

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha - PNP, Ano Base, 2022 (2023).

Tabela 8: Formação dos docentes EBTT efetivos e substitutos, por unidade

Unidade (Campus)	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
Araquari	78	44	8	2	132
Avançado Abelardo Luz	5	12			17
Avançado Sombrio	16	26	7	1	50
Blumenau	24	36	2		62
Brusque	18	22	1		41
Camboriú	75	61	9	2	147
Concórdia	72	36	2	2	112
Fraiburgo	2	18	5	3	28
Ibirama	17	17	6	1	41
Luzerna	15	32	1	1	49
Rio do Sul	62	42	1	2	107
Santa Rosa do Sul	33	27	1	2	63
São Bento do Sul	13	24	5		42
São Francisco do Sul	18	24	2		44
Videira	30	43	6	1	80
Total	**478**	**464**	**56**	**17**	**1015**

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha - PNP, Ano Base, 2022 (2023).

8.2.1.3 CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

A partir do levantamento realizado junto aos campi do IFC, considerando o planejamento de ampliação da oferta de vagas para estudantes, por meio da oferta novas turmas e/ou novos cursos, foram obtidas as informações que estão compiladas na Tabela 9, as quais apontam a previsão de expansão do quadro em mais 280 servidores docentes.

Tabela 9: Cronograma de expansão do corpo docente

	Docentes					
Unidade	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**Total Linhas**
Abelardo Luz	3	6	6	4	1	**20**
Araquari	5	20	5	0	0	**30**
Blumenau	4	3	4	3	2	**16**
Brusque	3	3	3	3	0	**12**
Camboriú	9	10	0	0	2	**21**
Concórdia	3	5	5	5	5	**23**
Fraiburgo	1	5	3	2	0	**11**
Ibirama	1	1	3	3	1	**9**
Luzerna	0	0	0	6	2	**8**
Rio do Sul	3	3	4	3	4	**17**
Santa Rosa do Sul	3	2	2	0	0	**7**
São Bento do Sul	10	15	2	1	1	**29**
São Francisco do Sul	0	2	14	0	0	**16**
Sombrio	0	5	10	0	10	**25**
Videira	3	9	6	0	0	**18**
CFTICGI	4	4	4	4	2	**18**
Total	**52**	**93**	**71**	**34**	**30**	**280**

Fonte: elaborado pela Comissão Central (2023).

O atendimento a este planejamento de ampliação do quadro docente acontecerá de acordo com a ampliação do Banco de Docente Equivalente e a distribuição de novos códigos de vagas por parte do Ministério da Educação ao IFC. Observará também os critérios de dimensionamento da força de trabalho e o modelo de cada unidade, conforme a legislação vigente.

8.2.2 CARREIRA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

8.2.2.1 PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreira dos Cargos de Técnico-administrativos em Educação foi estruturado por meio da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e suas alterações. A carreira é organizada em cargos, níveis de classificação e níveis de progressão, possibilitando aos servidores técnicos administrativos em educação a progressão na carreira conforme tempo de serviço e qualificação profissional.

8.2.2.2 COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO - TAE

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 10, onde são apresentados o quantitativo de servidores TAE e docentes por unidade, o IFC conta, atualmente, com 857 servidores TAE em seu quadro, dos quais, 16 são servidores do nível de classificação A (TAE nível A), 27 do nível B, 133 do nível C, 384 do nível D e 297 do nível E.

Os níveis A e B são compostos por servidores de apoio e que apresentam como exigência a formação no ensino fundamental completo ou incompleto. Os níveis C e D são formados por servidores de nível intermediário e que exigem formação em nível médio e/ou técnico. Os servidores de nível E são servidores cuja exigência é a formação no ensino superior.

A formação do corpo técnico administrativo em educação do IFC é apresentada na Tabela 8. Destaca-se que apenas 6,5% têm formação em educação básica, enquanto 93,5% têm formação em ensino superior de graduação e de pós-graduação, sendo que há cerca de 31% de servidores com formação em nível de mestrado.

Tabela 10: Formação dos Técnicos Administrativos em Educação, por unidade

Unidade (Campus)	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Educação básica	Total
Araquari	7	23	27	17	8	82
Avançado Abelardo Luz			3	2	1	6
Avançado Sombrio	1	7	14	5	3	30
Blumenau	1	8	17	8	3	37
Campus Brusque		8	15	3	1	27
Camboriú	1	33	38	8	4	84
Concórdia	4	41	34	10	7	96
Fraiburgo	1	2	21	3	2	29
Ibirama		3	11	5	3	22
Luzerna		11	14	10	2	37
Rio do Sul	5	31	27	11	7	81
Santa Rosa do Sul		21	31	16	11	79

São Bento do Sul	1	4	17	1	1	24
São Francisco do Sul		6	18	6	1	31
Videira		21	28	7	1	57
Reitoria	5	48	64	17	1	135
Total	**26**	**267**	**379**	**129**	**56**	**857**

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha - PNP, Ano Base, 2022 (2023).

8.2.2.3 CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

A partir do levantamento realizado junto aos campi do IFC, considerando o planejamento de ampliação da oferta de vagas para estudantes, por meio da oferta novas turmas e/ou novos cursos, haverá necessidade de ampliar o quadro de servidores técnicos administrativos também. As informações estão compiladas na Tabela 11.

Tabela 11: Cronograma de expansão do corpo técnico administrativo em educação

Unidade	Técnico-Administrativos em Educação															Total Linhas
	2024			2025			2026			2027			2028			
	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	C	D	E	
Reitoria	0	15	10	0	10	7	0	2	2	0	2	2	0	2	2	**54**
Abelardo Luz	0	1	1	0	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	**8**
Araquari	0	9	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**17**
Blumenau	1	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**7**
Brusque	0	2	0	-	2	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	**7**
Camboriú	0	2	4	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	**9**
Concórdia	2	2	2	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	**10**
Fraiburgo	0	4	2	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**11**
Ibirama	1	3	0	0	4	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	**11**

Luzerna	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	2	0	0	0	0	**5**
Rio do Sul	0	3	1	3	3	1	2	4	2	0	2	2	0	2	2	**27**
Santa Rosa do Sul	0	6	5	0	7	2	0	2	2	1	2	0	0	2	1	**30**
São Bento do Sul	2	6	2	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**16**
São Francisco do Sul	0	0	0	2	10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**13**
Sombrio	0	2	1	0	2	1	0	2	1	0	2	1	0	2	1	**15**
Videira	0	0	0	1	4	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0	**11**
CFTICGI[3]	0	2	6	0	2	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	**14**
Total	**6**	**59**	**39**	**8**	**62**	**19**	**2**	**21**	**13**	**1**	**12**	**7**	**0**	**9**	**7**	**265**
Total Ano	**104**	**89**	**36**	**20**	**16**	**265**										

Fonte: elaborado pela Comissão Central (2023).

O atendimento a este planejamento de ampliação do quadro de servidores técnicos administrativos em educação acontecerá de acordo com a ampliação do Quadro de Referência de Servidores Técnico Administrativos em Educação (QRSTAE) e a distribuição de novos códigos de vagas por parte do Ministério da Educação ao IFC. Observará também os critérios de dimensionamento da força de trabalho e o modelo de cada unidade, conforme a legislação vigente.

8.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES

A Diretoria de Gestão de Pessoas trata das relações de trabalho dos servidores com a instituição, tendo como alicerce a legislação vigente sobre o tema, e busca contribuir com o atingimento dos objetivos, da missão e da visão da instituição.

Entendendo a indissociabilidade entre os pilares da vida, quais sejam, trabalho, sucesso profissional, desenvolvimento, sucesso pessoal, família, vida social, entre outros, esta Diretoria busca encontrar um equilíbrio entre a vida profissional e as outras necessidades dos servidores. Ao encontro desta perspectiva de equilíbrio, são elaboradas ações de desenvolvimento e capacitação de pessoas.

3 CFTICGI - Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia e Inclusão (CFTICGI).

8.3.1 BASES CONCEITUAIS E LEGAIS DA CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

A promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do IFC, por meio da capacitação e formação continuada, tem se tornado condição primordial para o desenvolvimento de toda a instituição. De forma geral, a área de gestão de pessoas há tempos passou a ser considerada estratégica para as instituições.

A formação continuada deve ser permanente na vida e no decorrer do exercício de uma profissão, podendo se apresentar em diferentes formatos e por meio de diferentes recursos presenciais ou à distância. Para tanto, é preciso que se ampliem oportunidades formais e não-formais em que os trabalhadores possam trocar suas experiências, seus saberes e pontos de vista.

De acordo com Freire (1997), "onde há vida, há inacabamento", nessa perspectiva da necessidade da formação constante, especialmente em uma instituição pública de educação com tantas pluralidades, os desafios não se findam, pelo contrário, se renovam ao longo da vida profissional dos servidores docentes e técnicos-administrativos em educação.

O IFC considera que a formação continuada dos servidores é fundamental para a manutenção da qualidade das ações realizadas pelo Instituto. Como política institucional, no intuito de fortalecer a missão e o compromisso institucional com a sociedade, abrange todos os servidores efetivos e se consolida a partir de três fatores: as diretrizes traçadas para a administração pública, a importância estratégica da capacitação e a aspiração do servidor no sentido de seu aperfeiçoamento.

A seguir são descritas as principais referências legais:

a) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define as incumbências dos docentes, com destaque para o Inciso III, com a incumbência de "zelar pela aprendizagem dos alunos"; •O § 1o do art. 62 da LDB define que "a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério"; O inciso III do art. 63 da LDB define que "os Institutos Superiores de Educação manterão (...) programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis".

b) Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, define no art. 7º, que "a União, os

Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano"; destaca na meta 16 "formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos docentes da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino".

c) Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal: O art. 17 institui a Retribuição por Titulação - RT com valores progressivos relacionados à titulação do docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, que passou a compor a estrutura remuneratória dos docentes; O art. 18 institui a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC, com procedimentos para a concessão disciplinados em regulamento; O inciso I do art. 30 possibilita que os "ocupantes de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, afastem-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado [...]".

d) Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação: O inciso VIII do art. 3º da Lei 11.091/2005 considera dentre os princípios e diretrizes da gestão dos cargos do Plano de Carreira, a "garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal"; O § 1º do art. 10, institui a Progressão por Capacitação Profissional, ou seja, a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida; O art. 11 institui o Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir nível de educação formal superior ao exigido para o cargo, que passou a compor a estrutura remuneratória dos técnico-administrativos em educação; •Aos servidores Técnico-Administrativos em Educação é possível o afastamento de suas funções para participar de programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado, conforme art. 96 da Lei 8112/90.

e) Decreto 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta,

autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

O Decreto citado passou a reger o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, que é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoa - PNDP e deve ser elaborado anualmente pelos órgãos e entidades da administração pública, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas.

O PDP do IFC tem o objetivo de planejar as ações de capacitação da instituição do ano seguinte à sua elaboração, com base no levantamento das necessidades de desenvolvimento e na coleta de informações recebidas pelos gestores e pelos servidores com vistas a atender, entre outras questões, às necessidades de desenvolvimento de pessoal, considerando os cenários internos e externos.

As ações de capacitação são executadas no ano de vigência do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, a partir das manifestações das instâncias de análise para cada modalidade de capacitação. Após a execução do Plano, um relatório precisa ser elaborado para o envio das informações ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), por meio de sistema próprio.

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas também amplia a atuação da ENAP, no sentido de uma atuação mais estratégica a partir das demandas de necessidade de desenvolvimento previstas no PDP dos órgãos e complementa a regulamentação sobre as possibilidades de participação dos servidores em ações de desenvolvimento, especialmente, nos casos de licenças e afastamentos.

a) Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de docentes da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de docentes da Educação Básica: O parágrafo único do art. 3º destaca que as "competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos docentes, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes". O art. 4º relata "A Formação Continuada de docentes da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus

educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho". O art. 7º relata "A Formação Continuada, para que tenha impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente, deve atender às características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica". O anexo descreve as competências gerais e específicas docentes da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de docentes da Educação Básica.

8.3.2. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES

A formação continuada dos docentes é fundamental para a manutenção e melhoria da qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos pelo IFC e integra o PDP.

O planejamento das capacitações para a formação continuada dos docentes envolve diversas áreas de conhecimento, abrangendo, dentre outras, as metodologias diferenciadas de ensino, que contribuam para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras; a utilização de tecnologias digitais nos processos de ensino e de aprendizagem; as relações interpessoais em sala aula e na escola; a atuação na educação a distância e a legislação educacional.

A formação continuada de docentes envolve também a dimensão de possibilitar ao corpo docente a reflexão sobre a própria prática, com vistas ao aperfeiçoamento dos saberes e práticas docentes, os saberes da experiência. Considerando essa necessidade do contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, são organizados encontros e reuniões pedagógicas, para discussão e planejamento coletivo, dentre outros, possibilitando o diálogo e a troca de experiências entre os próprios docentes.

É de fundamental importância a realização de ações que envolvam a capacitação docente e que também conduzam a momentos de reflexão, que possibilitem aos docentes realizar análises em sua prática, propor estratégias para que o estudante seja protagonista nos processos de ensino e de aprendizagem, conduzir o discente a ser participativo, crítico, com capacidade de argumentar, participar em tomadas de decisões e principalmente promover uma aprendizagem significativa.

As ações de formação continuada de docentes envolvem o apoio para a participação em eventos técnicos, científicos, culturais e artísticos; a realização pelo próprio IFC de eventos técnicos, científicos, culturais e artísticos; a participação em cursos de curta duração; a realização de cursos, palestras e similares na própria instituição; o apoio à participação em cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, por meio da concessão de licença ou horário especial; dentre outros.

8.3.3 CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS ATIVIDADES TÉCNICAS

A formação continuada para as atividades técnicas dos trabalhadores da educação, notadamente dos técnicos administrativos em educação, é de fundamental importância para a manutenção e melhoria da qualidade dos processos administrativos desenvolvidos pelo IFC, que dão suporte aos processos de ensino e de aprendizagem.

A formação continuada dos servidores técnicos administrativos em educação busca atender as necessidades institucionais identificadas e promover o planejamento das ações de desenvolvimento dos servidores, alinhado com os objetivos e metas institucionais, as quais também integram o Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP.

As ações de formação continuada dos servidores técnico administrativos em educação envolvem o apoio para a participação em eventos técnicos, científicos, culturais e artísticos; a realização pelo próprio IFC de eventos técnicos, científicos, culturais e artísticos; a participação em cursos de curta duração; a realização de cursos, palestras e similares na própria instituição; o apoio à participação em cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, por meio da concessão de licença ou horário especial, programas institucionais, dentre outros.

8.3.4 CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATIVIDADE DE GESTÃO

A formação continuada dos gestores do IFC tem o objetivo de proporcionar aos ocupantes de cargos de direção, função gratificada e função de coordenador

de curso a oportunidade de atualizar os saberes e práticas relacionados à gestão escolar e será integrada ao PDP.

A equipe de gestores do IFC deve estar preparada para os desafios contemporâneos da administração e das atividades educativas. Considerando as situações cada vez mais complexas dos ambientes escolares, são exigidos, em grau crescente, o conhecimento das ferramentas da gestão escolar pública, assim como a reflexão sobre as práticas de gestão da instituição, que inclui, a discussão das particularidades e desafios dos rumos da Educação Profissional e Tecnológica no âmbito do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão.

Para tanto, a instituição precisa definir diretrizes para o desenvolvimento de lideranças, estabelecer as competências desejáveis ou necessárias aos cargos e buscar formas de aprimorá-las. Deverá ser implantado um programa de formação para gestores, contemplando: ações de formação preparatória para exercício de cargo em comissão; compreensão das mudanças de cenário nos ambientes interno e externo; melhoria contínua dos processos e serviços realizados; instrumentos de planejamento, execução e avaliação das atividades; instrumentos da gestão democrática e participativa; e, atualização constante da equipe de gestão, especialmente, em momentos de atualização da legislação vigente.

Considerando as orientações da ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, os conhecimentos essenciais para serem abordados para a formação de gestores e líderes do setor público, são:

a) **Pessoas** - Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal; Engajamento de pessoas e equipes; Coordenação e colaboração em rede.

b) **Resultados** - Geração de valor para o usuário; Gestão para resultados; Gestão de Crises.

c) **Estratégia** - Visão de futuro; Inovação e mudança; Comunicação estratégica.

8.3.5 CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATIVIDADE EM EAD

A formação continuada para a atuação em EaD (docentes, tutores, coordenadores, técnico-administrativos, entre outros) é parte integrante do PDP e tem o objetivo de atualizar, de modo permanente, os servidores que atuam nas respectivas atividades de EaD, para atender as necessidades institucionais

identificadas e promover o aperfeiçoamento dessas atividades, alinhado com os objetivos e metas institucionais.

O processo de capacitação dos docentes/tutores EaD é continuado abrangendo o uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem e as metodologias e de ações específicas em EaD. As capacitações são realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional e articuladas pelos setores que coordenam a EaD e o Desenvolvimento de Pessoal no IFC.

8.3.6 AÇÕES E INCENTIVOS À CAPACITAÇÃO

Vindo ao encontro desta necessidade de desenvolver estrategicamente o corpo funcional do IFC, os principais incentivos à capacitação desenvolvidos pelo IFC estão diretamente ligados à legislação vigente:

a) **Afastamento integral para pós-graduação *stricto sensu***, por meio do qual o servidor poderá afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país ou no exterior;

b) **Horário especial para servidor estudante**, que consiste no afastamento de servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação lato sensu, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação stricto sensu. Dá-se na forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do curso e o da instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da Lei nº 8.112/90;

c) **Licença para capacitação**, por meio da qual, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação;

d) **Ações para aperfeiçoamento (curta duração)**, as quais acontecem a partir da autorização de afastamento do servidor para congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

e) **Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do IFC**, que tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores por meio de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado.

O IFC desenvolve também ações internas que promovem intervenções no dia a dia dos servidores, tais como: Plano Anual de Capacitação dos campi e da Reitoria do IFC; educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos e docentes; Programa de Recepção Docentes e Técnico-administrativo em Educação; ações para a preparação para aposentadoria; e eventos, tais como Semana da Saúde e Segurança de Trabalho, Semana da Mulher, Pausa com a Gestão, entre outros.

8.4 ATENÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Com vistas a promover a qualidade de vida no trabalho, busca-se estimular a formação de comissões, nos campi e na Reitoria, para discussão e desenvolvimento de atividades em QVT; promover o debate de temáticas relativas à QVT, por meio de campanhas institucionais, usando as ferramentas digitais, como e-mail, sites e rede sociais; realizar ações de divulgação e conscientização para datas relacionadas à saúde do servidor; otimizar os espaços de debate promovidos pela Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), agregando ações voltadas para QVT, tanto na Reitoria como nos campi; e promover momentos de troca de experiências com profissionais especializados.

8.4.1 ATENDIMENTO AO SERVIDOR - SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Atenção à Saúde do Servidor é desenvolvida por meio de atividades inerentes ao cuidado dos servidores em relação ao ambiente de trabalho, à perícia oficial, à vigilância e promoção da saúde do servidor, ao gerenciando ações que possibilitam a melhoria das relações e das condições de trabalho, bem como as medidas de prevenção.

As ações desenvolvidas contemplam: a realização dos exames médicos admissionais, as perícias oficiais em saúde, a realização de exames periódicos, adequação dos espaços de trabalho dos servidores segundo as normas de segurança do trabalho, prestação de atendimento psicossocial, emissão de laudos de insalubridade, dentre outros.

8.4.2 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – QVT

Com vistas a promover a qualidade de vida no trabalho, busca-se estimular a formação de comissões, nos campi e na Reitoria, para discussão e desenvolvimento de atividades em QVT; promover o debate de temáticas relativas à QVT, por meio de campanhas institucionais, usando as ferramentas digitais, como e-mail, sites e rede sociais; realizar ações de divulgação e conscientização para datas relacionadas à saúde do servidor; otimizar os espaços de debate promovidos pela Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat), agregando ações voltadas para QVT, tanto na Reitoria como nos campi; e promover momentos de troca de experiências com profissionais especializados.

Com a recente aprovação, pelo CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do projeto do UNIFICA - Comitê Nacional de Saúde e Qualidade de Vida dos Institutos Federais, será fortalecido o desenvolvimento de ações em rede com foco na Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores.

8.5 MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES

A movimentação de servidores é prevista na legislação vigente e possibilita que servidores sejam lotados ou entrar em exercício em órgão ou entidade da administração pública federal distinto ao que está vinculado, com o propósito de permitir a mobilidade, o desenvolvimento profissional e a eficiência no planejamento e dimensionamento da força de trabalho.

Os principais instrumentos de movimentação de servidores, no âmbito do IFC, são: cessão, colaboração técnica, composição de força de trabalho, redistribuição, remoção e divisão de carga horária.

A movimentação de servidores é regulamentada por meio da Resolução nº 012/2021 - CONSUPER, alterada pela Resolução nº 45 / 2022 - CONSUPER. As informações pertinentes a cada modalidade de movimentação são descritas no Manual do Servidor.

9

PROJETO PARA CONSTITUIÇÃO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

9. PROJETO PARA CONSTITUIÇÃO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

9.1 APRESENTAÇÃO

A apresentação do projeto de acervo acadêmico em meio digital no PDI é uma exigência definida no art. 21, inciso VIII, do Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O IFC, devido a sua estrutura multicampi, possui 15 campi e uma unidade administrativa da reitoria, a qual detém acervo acadêmico relativo aos cursos, nas modalidades presencial e a distância, produzidos, inclusive anteriormente à criação do IFC.

O projeto apresentado toma por base a legislação vigente. Conforme o Art. 104 do Decreto nº 9.235/2017, os documentos que compõem o acervo acadêmico das IES na data de publicação deste decreto serão convertidos para o meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação.

A Portaria nº 315/2018 tem como objetivo estabelecer procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

No Art. 37 da Portaria nº 315/2018, considera-se o acervo acadêmico como o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos.

O Art. 45 da Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018, dispõe que nos termos do Art. 104 do Decreto nº 9.235, de 2017, os documentos e informações que compõem o acervo acadêmico, independente da fase em que se encontrem ou de sua destinação final, conforme Código e Tabela aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 2011, deverão ser convertidos para o meio digital.

O Art. 46, da mesma portaria, estabelece que o acervo acadêmico, oriundo da digitalização de documentos ou dos documentos nato-digitais, deve ser controlado por sistema especializado de gerenciamento de documentos eletrônicos, que possua, minimamente, as seguintes características: capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital; forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital; método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação; e utilização de certificação digital padrão ICP-Brasil, conforme disciplinada em lei, pelos responsáveis pela mantenedora e sua mantida, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do acervo.

Com relação ao art. 47, este determina que vencido o prazo de guarda da fase corrente, o documento em suporte físico do acervo acadêmico em fase intermediária, cuja destinação seja a eliminação, poderá ser substituído, a critério da instituição, por documento devidamente microfilmado ou digitalizado.

Considerando o art. 6º da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012, que dispõe que os registros públicos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente, os documentos originais do IFC serão mantidos sob guarda da unidade responsável, cumprindo os prazos estabelecidos pela Tabela de Temporalidade.

Conforme Art. 39 da Portaria nº 315/2018, o dirigente da IES e o representante legal da mantenedora são pessoalmente responsáveis pela guarda e manutenção do respectivo acervo acadêmico, que deve ser mantido permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta.

De acordo com a Portaria MEC nº 360, de 18 de maio de 2022, a digitalização do acervo acadêmico físico deverá ser concluída nos seguintes prazos, contados a partir da data de publicação da portaria:

a) Doze meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes matriculados em cursos superiores ofertados pelas IES;

b) Vinte e quatro meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes formados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 e a data de publicação desta Portaria;

c) Trinta e seis meses, para o conjunto de documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes formados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2015.

d) Além disso, fica vedado o recebimento e a produção de novos documentos integrantes do acervo acadêmico em suporte físico a partir de 1º de agosto de 2022.

9.2 RESPONSABILIDADES

No âmbito do IFC, caberá ao Setor de Arquivo Institucional, vinculado ao Gabinete da reitoria, conforme atribuições definidas em regimento da instituição:

a) Coordenar, implantar e definir estratégias, estabelecendo padrões e requisitos necessários para a execução das atividades para atendimento às questões do Acervo Acadêmico Institucional, conforme Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018, em articulação com os demais setores/Pró-reitorias no que compete à área;

b) Dar apoio técnico e promover capacitações aos servidores envolvidos no processo;

c) Instituir o Comitê Gestor, conforme Art. 45 da Portaria MEC nº 315, de 04 de abril de 2018, inciso II, para elaborar, implementar e acompanhar a Política de Segurança da Informação relativa ao Acervo Acadêmico do IFC, vinculado ao Gabinete da reitoria, com participação de servidores das áreas envolvidas.

Caberá à reitoria e aos campi do IFC:

a) Compor força de trabalho para execução das atividades de digitalização e autenticação com o uso de certificação a ser definido pelo IFC, conforme requisitos estipulados na legislação vigente;

b) Disponibilizar estrutura básica para operacionalização dessas atividades;

c) Manter atualizado o repositório arquivístico digital confiável.

9.3 INFRAESTRUTURA PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES RELATIVAS AO ACERVO ACADÊMICO DIGITAL

A implementação do acervo acadêmico digital requer recursos humanos capacitados e infraestrutura básica nas unidades do IFC com espaços físicos seguros, adequados à atividade e com equipamentos e softwares necessários.

9.4 SEGURANÇA E PRESERVAÇÃO DOS REPRESENTANTES DIGITAIS

Os documentos digitais, resultantes do processo de digitalização, necessitam de ambientes tecnológicos que garantam o armazenamento, a gestão e a preservação de documentos por longo prazo, observando as diretrizes, recomendações e orientações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), cabendo ao IFC dispor de sistemas para esta finalidade.

9.5 SISTEMAS LEGADOS

O IFC e suas unidades, possuem diversos sistemas acadêmicos e ambientes virtuais de aprendizagem que mantém informações e documentos referentes à vida acadêmica dos estudantes. Cabe ao Setor de Arquivo Institucional, em articulação com a DTI e as Pró Reitorias afetas, estabelecer estratégias de acesso e manutenção do acervo acadêmico, contemplando a preservação digital para garantir que estas informações permaneçam acessíveis, considerando os prazos estabelecidos pela Tabela de Temporalidade.

9.6 DETALHAMENTOS, ORIENTAÇÕES E NORMATIZAÇÕES ADICIONAIS

Os detalhamentos, orientações e normatizações adicionais quanto ao processo de implementação do acervo acadêmico digital poderão ser emitidos pelas instâncias competentes do IFC, sempre que se fizer necessário.

10

BIBLIOTECAS

10. BIBLIOTECAS

A oferta e promoção de um ensino de qualidade é uma das principais metas de todas as instituições educacionais. Para manter, melhorar e ampliar suas ações, acompanhando as transformações da sociedade e buscando tornar-se centros de excelência na capacitação de pessoas, a Biblioteca desempenha um papel fundamental na disseminação da informação e na geração de novos conhecimentos no ambiente educacional. Portanto, a Biblioteca está diretamente ligada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo um dos pilares indispensáveis nesse processo, ao contribuir para o aprimoramento do ensino, oferecendo um ambiente propício ao estudo individual e em grupo. Ela disponibiliza espaços de estudo, salas de leitura, áreas de trabalho equipadas com computadores e acesso à internet. Os interagentes também contam com serviços de referência e o suporte de bibliotecários especializados, que auxiliam na busca por informações relevantes para os estudos e projetos acadêmicos.

A importância da Biblioteca vai além do suporte à pesquisa e ao ensino. Ela também desempenha um papel ativo na promoção da cultura e da leitura, organizando exposições, palestras, debates, clubes de leitura e eventos relacionados à literatura. Dessa forma, a Biblioteca contribui para a formação de uma comunidade acadêmica rica em cultura e estimula o hábito da leitura entre os membros da instituição educacional.

Com sua missão de disseminar a informação, a Biblioteca também preserva o conhecimento, sendo responsável por adquirir, catalogar,

arquivar e preservar materiais impressos e digitais relevantes para a comunidade acadêmica. Isso inclui a preservação de coleções especiais, documentos históricos, obras raras e outras fontes de conhecimento cultural e científico.

Dessa forma, a Biblioteca desempenha um papel fundamental no suporte informacional, no desenvolvimento acadêmico, na promoção da cultura, na preservação do conhecimento e na colaboração com outras instituições. Ela é essencial para a busca da excelência no ensino e para o avanço do conhecimento no ambiente educacional.

Com a expansão do IFC, novas estruturas foram estabelecidas para viabilizar a integração entre os diferentes campi que compõem a instituição. Nesse sentido, desde a Resolução n.º 007 do Consuper, de março de 2014, todas as bibliotecas passaram a compor o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI-IFC), uma rede cooperativa, objetivando o aprimoramento e gerenciamento adequado. Esta integração também promove o desenvolvimento da equipe das Bibliotecas, permitindo a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas e o aprendizado conjunto.

Isso resulta em um aprimoramento contínuo dos serviços oferecidos, proporcionando aos interagentes um atendimento de qualidade.

O SIBI-IFC compõe, conforme o organograma, a Pró-Reitoria de Ensino, lotado na Direção de Ensino. A Coordenação do SIBI-IFC é exercida por um(a) bibliotecário(a) de carreira da instituição, selecionado(a) pelos colegas e nomeado(a) pelo(a) Reitor(a).

Atualmente, o SIBI é composto por 17 bibliotecas localizadas em todos os campi e unidades do IFC. Essas bibliotecas são cuidadosamente estruturadas para atender de maneira eficiente e eficaz às necessidades de ensino, pesquisa e extensão de todos os cursos oferecidos pelo IFC.

Uma das características marcantes do SIBI-IFC é a sua capacidade de interação informatizada, por meio de um software de gestão de acervo. Esse sistema permite que os interagentes realizem pesquisas no catálogo de obras das bibliotecas, renovem empréstimos, realizem reservas de forma online, proporcionando praticidade e comodidade. Além disso, o SIBI-IFC disponibiliza uma ampla variedade de espaços dedicados ao atendimento dos interagentes, estudos individuais e em grupo, bem como computadores destinados a pesquisas. O acervo físico e virtual das bibliotecas é constantemente atualizado e adequado aos requisitos de acessibilidade, garantindo que todos da comunidade acadêmica possam usufruir plenamente dos recursos disponíveis.

10.1 SERVIÇOS E PRODUTOS DAS BIBLIOTECAS

Destaca-se como recursos inovadores do SIBI-IFC uma série de iniciativas que enriquecem ainda mais o acesso à informação e promovem a inclusão na comunidade acadêmica.

Dentre essas iniciativas, vale ressaltar:

a) Amplo acervo virtual: O SIBI-IFC disponibiliza um extenso acervo virtual para a comunidade acadêmica. Esse acervo abrange uma diversidade de recursos digitais, incluindo e-books, periódicos eletrônicos, bases de dados, trabalhos acadêmicos e outros materiais online. Essa vasta oferta de recursos digitais amplia o acesso ao conhecimento, permitindo que os interagentes realizem pesquisas e acessem materiais de estudo de forma conveniente e remota;

b) Audibooks e obras em braile: Para atender às necessidades de estudantes com deficiência visual, o SIBI-IFC disponibiliza

audiobooks e obras literárias em braile. Esses recursos são uma importante ferramenta para promover a inclusão e garantir o acesso à leitura e ao conhecimento a todos os membros da comunidade acadêmica;

c) Softwares leitores de tela: Com o objetivo de oferecer suporte aos estudantes com deficiência visual, todas as bibliotecas do SIBI-IFC possuem pelo menos um computador equipado com softwares leitores de tela. Esses softwares convertem o texto exibido na tela em voz ou em braile eletrônico, permitindo que os usuários com deficiência visual tenham acesso às informações contidas nos computadores e realizem suas pesquisas de maneira autônoma;

d) Gestão informatizada: O SIBI-IFC adota um sistema informatizado para a organização, consulta e empréstimo do acervo. Por meio de um software de gerenciamento, os usuários podem localizar obras, consultar disponibilidade, renovar empréstimos e reservar de forma ágil e eficiente. Essa gestão informatizada facilita o acesso às obras e otimiza o fluxo de trabalho nas bibliotecas.

Essas inovações tecnológicas e práticas inclusivas implementadas pelo SIBI-IFC demonstram o compromisso da instituição em oferecer um ambiente acessível e enriquecedor, promovendo o acesso à informação, a igualdade de oportunidades e a qualidade educacional para toda a comunidade acadêmica. O SIBI-IFC oferece, ainda, uma ampla gama de serviços e recursos para atender às necessidades da comunidade acadêmica em geral.

Dentre eles, destacam-se:

1) Empréstimo domiciliar: Os usuários têm a possibilidade de realizar empréstimos de obras para leitura fora das bibliotecas, permitindo o acesso ao conhecimento de forma conveniente;

2) Empréstimo entre bibliotecas do IFC: O sistema possibilita que os usuários solicitem empréstimos de obras presentes em outras bibliotecas do IFC, ampliando o acesso ao acervo disponível em toda a instituição;

3) Recurso tecnológico para cadastro de usuários: O SIBI-IFC conta com um sistema tecnológico para o cadastro de usuários, que também permite realizar renovações, consultas referentes aos empréstimos, reservas e consulta às bibliografias básicas e complementares organizadas por disciplinas do curso ao qual estão vinculados;

4) Espaços para estudos individuais e coletivos: As bibliotecas do SIBI-IFC oferecem estações individuais e coletivas para estudos, proporcionando ambientes adequados para o aprendizado e a pesquisa;

5) Guarda-volumes: Os usuários têm à disposição guarda-volumes para guardar seus pertences enquanto utilizam as instalações da biblioteca;

6) Acervo digital de e-books: O SIBI-IFC disponibiliza um acervo digital de e-books, permitindo o acesso a uma ampla variedade de obras em formato eletrônico;

7) Computadores e terminais para pesquisa: Os usuários têm à disposição computadores e terminais para realizar pesquisas e acessar recursos eletrônicos nas bibliotecas;

8) Acesso à internet via Wi-Fi: As bibliotecas oferecem acesso à internet via Wi-Fi, incluindo a rede EDUROAM, possibilitando a conexão de dispositivos pessoais dos usuários;

9) Serviço de alerta sobre novas aquisições: Os usuários podem receber informações sobre as novas aquisições da biblioteca, mantendo-se atualizados sobre os recursos disponíveis;

10) Orientação e atendimento especializado: Equipe disponível para fornecer orientações sobre o acesso e uso dos recursos informacionais, bem como auxiliar na busca de materiais bibliográficos;

11) Orientações para normalização de trabalhos acadêmicos: O SIBI-IFC oferece orientações para a normalização de trabalhos acadêmicos, além de produzir e disponibilizar o Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFC auxiliando os interagentes nas diretrizes estabelecidas pelas normas da ABNT e outras;

12) Capacitações, treinamentos e oficinas: O SIBI-IFC se preocupa em oferecer suporte e orientação aos interagentes em diversas áreas, desde a normalização de trabalhos acadêmicos até o uso de ferramentas e pesquisas específicas. As capacitações, treinamentos e oficinas promovidas pela biblioteca permitem aprimorar habilidades acadêmicas e utilização de forma eficiente dos recursos informacionais disponíveis;

13) Tutoriais online: O SIBI-IFC disponibiliza tutoriais online, abordando o uso da biblioteca, a consulta ao acervo, as normas para apresentação de trabalhos acadêmicos, entre outros tópicos relevantes;

14) Visitas orientadas: São oferecidas visitas orientadas para a comunidade do IFC e instituições externas interessadas, permitindo conhecer as instalações e os serviços oferecidos pelo SIBI-IFC;

15) Elaboração de fichas catalográficas: O SIBI-IFC auxilia na elaboração de fichas catalográficas para publicações oficiais do

IFC e trabalhos de pós-graduação stricto sensu ofertados pela instituição;

16) Acesso a normas técnicas da ABNT: Os interagentes têm acesso integral à base de normas técnicas da ABNT, disponíveis online, inclusive com acesso remoto via aplicativo;

17) Acesso a periódicos e base de dados via Rede CAFE: O SIBI-IFC oferece acesso remoto via portal Rede CAFE aos periódicos disponíveis por meio do Portal de Periódicos da Capes, ampliando o acesso a artigos científicos e outras publicações especializadas;

18) Serviço de assessoria a Editora IFC: O SIBI-IFC presta assessoria a Editora, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido na instituição;

19) Atividades de incentivo à leitura: Durante todo o ano letivo, são realizadas atividades de incentivo à leitura, promovendo o hábito de leitura e a valorização do conhecimento;

20) Espaço para exposições e eventos culturais: O SIBI-IFC disponibiliza espaços físicos para a realização de exposições e eventos culturais, estimulando a troca de conhecimento e a integração da comunidade acadêmica;

21) Orientação sobre bibliografias básicas e complementares nos planos de ensino: O SIBI-IFC oferece orientação aos docentes e coordenadores de curso sobre as bibliografias básicas e complementares a serem indicadas nos planos de ensino, contribuindo para a qualidade do material de estudo utilizado pelos estudantes.

Por meio de todos esses serviços e recursos, o SIBI-IFC busca não apenas fornecer acesso à informação, mas também estimular

a curiosidade, o pensamento crítico e a busca pelo conhecimento, promovendo assim a formação de indivíduos capacitados e engajados com o mundo acadêmico e a sociedade como um todo.

10.2 AÇÕES DAS BIBLIOTECAS

No período de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o SIBI-IFC pretende atender às novas necessidades da instituição, ampliando a oferta de serviços e produtos. Nesse sentido, serão implementadas 10 ações:

1) Avaliar continuamente os serviços e recursos oferecidos pelo SIBI-IFC, visando obter feedback dos interagentes, a fim de identificar oportunidades de melhoria e aprimorar constantemente nossos serviços.

2) Buscar parcerias interinstitucionais: O SIBI buscará estabelecer parcerias com outras instituições de ensino, bibliotecas e entidades relacionadas à produção e disseminação do conhecimento, visando enriquecer seu acervo e promover a colaboração acadêmica;

3) Consolidar a capacitação contínua para os interagentes do SIBI-IFC: uma ação de extrema importância para garantir um serviço de qualidade e atender às necessidades em constante evolução da comunidade acadêmica. Por meio dessa iniciativa, busca-se proporcionar treinamentos e capacitações que aprimorem as habilidades de pesquisa, uso de bases de dados e recursos bibliográficos dos interagentes, resultando em benefícios significativos para toda a instituição;

4) Estimular a interação e a colaboração entre os interagentes das bibliotecas, promovendo atividades como grupos de estudo, clubes de leitura e workshops temáticos. Essas iniciativas proporcionarão um ambiente de aprendizado social e estimulante, onde toda comunidade IFC poderão trocar conhecimentos, discutir ideias e construir redes de colaboração;

5) Fortalecer a presença digital: Será investido na presença digital do SIBI-IFC, por meio de redes sociais, site institucional e outras plataformas, para divulgar os serviços, eventos e recursos disponíveis;

6) Implementar um sistema de automação nas bibliotecas, visando aprimorar a eficiência, agilidade e qualidade dos serviços oferecidos, otimizando processos e promovendo um melhor acesso e utilização dos recursos informacionais, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade em geral;

7) Investir na aquisição de recursos digitais, como e-books, periódicos eletrônicos, bases de dados e outros materiais online relevantes. Isso permitirá que os interagentes acessem uma ampla gama de materiais de qualquer lugar e a qualquer momento;

8) Mapear e documentar todos os processos do SIBI-IFC: esse mapeamento permitirá uma compreensão abrangente dos fluxos de trabalho, identificando pontos de melhoria, gargalos e oportunidades de otimização;

9) Modernizar e expandir a infraestrutura física das bibliotecas, proporcionando um ambiente moderno, confortável e atraente para os estudantes e pesquisadores do IFC. Ao investir nessa melhoria, estaremos criando espaços propícios para a concentração, colaboração e estudo, o que resultará em uma experiência acadêmica mais gratificante e produtiva;

10) Regulamentar e fortalecer o Repositório Digital Institucional do IFC, visando agregar e disseminar as produções científicas, artísticas, culturais e tecnológicas da comunidade acadêmica. Isso permitirá ampliar a visibilidade das produções institucionais, fomentar a colaboração e promover o acesso aberto ao conhecimento;

Com essas ações, o SIBI-IFC está comprometido em atender às demandas da instituição, da comunidade acadêmica e também da comunidade externa, fortalecendo seu papel como parceiro estratégico e impulsionando sua autonomia de gestão. Ao potencializar a autonomia de gestão do SIBI-IFC, estamos investindo na capacidade de resposta e adaptabilidade do sistema, permitindo que ele se ajuste rapidamente às necessidades em constante evolução. Isso significa que podemos oferecer serviços e recursos de alta qualidade, de forma ágil e eficiente, atendendo às demandas específicas de todos os usuários. Nossa busca pela autonomia de gestão visa garantir que o SIBI-IFC tenha a liberdade necessária para tomar decisões estratégicas, implementar inovações e oferecer soluções personalizadas. Dessa forma, podemos estar à frente das mudanças e nos antecipar às necessidades da comunidade acadêmica e externa, fornecendo um ambiente de aprendizado enriquecedor e relevante.

Portanto, ao potencializar a autonomia de gestão do SIBI-IFC, estamos investindo no sucesso e na excelência, visando a satisfação e o engajamento de todos os envolvidos. E para isso, é fundamental ampliar nosso quadro de pessoal nos próximos 5 anos, criando uma equipe dedicada exclusivamente à gestão. Ao contar com profissionais especializados e comprometidos, seremos capazes de direcionar todo o talento e esforço para o planejamento, implementação e desenvolvimento de estratégias inovadoras. Isso nos permitirá fortalecer nossos serviços, oferecendo uma experiência ainda mais eficiente e satisfatória aos interagentes.

10.2.1 PLANO DE CAPACITAÇÃO DO SIBI

O SIBI-IFC já oferece diversas capacitações para os seus interagentes, e como ações de expansão através de um plano de capacitação permanente irá propiciar:

1) Capacitação em atendimento para a equipe do SIBI-IFC a fim de desenvolver habilidades de comunicação e atendimento ao público;

2) Capacitação em literacia informacional para o desenvolvimento de habilidades de avaliação crítica da informação, compreensão e uso ético de recursos digitais. Isso inclui a identificação de fontes confiáveis, a avaliação da veracidade das informações encontradas e a compreensão dos direitos autorais e das questões de plágio;

3) Capacitação em mediação de leitura sobre estratégias de mediação de leitura, incentivando o prazer pela leitura e promovendo o acesso aos livros e materiais de leitura disponíveis nas bibliotecas;

4) Treinamento em competências digitais para o uso eficiente de tecnologias e ferramentas digitais relacionadas à pesquisa e ao acesso à informação;

5) Treinamento em gestão de acervo para a equipe do SIBI-IFC, incluindo catalogação, classificação, conservação e preservação de materiais bibliográficos. Permitindo que as equipes contribuam para a organização e manutenção eficientes do acervo das bibliotecas;

6) Treinamento em habilidades de pesquisa acadêmica para auxiliar os interagentes a compreenderem as etapas de um

processo de pesquisa acadêmica;

7) Treinamento em pesquisa e uso de recursos bibliográficos visando realizar pesquisas eficientes em catálogos de bibliotecas, bases de dados acadêmicas e outras fontes de informação relevantes.

10.3 DADOS E INDICADORES DAS BIBLIOTECAS

Apresentaremos quadros e tabelas atuais e com previsão de expansão, referentes às Bibliotecas do SIBI-IFC.

Quadro 13: Horário de funcionamento das bibliotecas do IFC

Horário de funcionamento SIBI 2023	
Unidade	**Horário Funcionamento**
Abelardo Luz	Segunda a sexta-feira - 7h30 à 11h30 - 13h30 à 17h30
Araquari	Segunda a sexta-feira - 8h00 às 21h00
Blumenau	Segunda a sexta-feira - 8h00 às 12h00 / 13h00 às 17h00 / 18h00 às 22h
Brusque	Segunda a sexta-feira - 8h às 22h00
Camboriú	Segunda a sexta-feira - 7h30 às 22h30
Concórdia	Segunda a sexta-feira - 7h15 às 22h00
Fraiburgo	Segunda a sexta-feira - 7h30 às 21h00
Ibirama	Segunda a sexta-feira - 9h00 às 21h00
Luzerna	Segunda a sexta-feira - 7h30 às 21h00
Rio do Sul (Sede)	Segunda a quinta-feira - 8h00 às 21h00 / Sexta-feira - 8h00 às 12h00 - 13h00 às 17h00
Rio do Sul (Tecn.)	Segunda a sexta-feira - 8h00 às 12h00 / 13h00 às 17h00
Rio do Sul (Urbana)	Segunda, terça e quinta-feira - 8h30 às 22h Quarta: 7h00 às 22h00 Sexta: das 7h às 15h e das 18h às 22h
Santa Rosa do Sul	Segunda a sexta-feira - 8h00 às 20h00

São Bento do Sul	Segunda a sexta-feira - 8h00 às 20h00
São Francisco do Sul	Segunda a sexta-feira - 9h00 às 21h00
Sombrio	Segunda a sexta-feira - 8h às 22h30
Videira	Segunda a sexta-feira - 7h30 às 22h30
Reitoria (Coordenação)	Segunda a sexta-feira - 08h00 às 17h00

Fonte: SIBI-IFC (2023).

Quadro 14: Quantitativo atual de servidores que trabalham nas Bibliotecas e projeção de expansão do quadro funcional até 2028

Previsão servidores SIBI 2024-2028				
Unidade	**Qtde. Servidores 2023**		**Qtde. Servidores 2024-2028**	
	Aux./Assist.	**Bibliotecários**	**Aux./Assist.**	**Bibliotecários**
Abelardo Luz	1 Auxiliar		1 Auxiliar	1 Bibliotecário
Araquari	3 Auxiliares	2 Bibliotecários	3 Auxiliares	3 Bibliotecários
Blumenau	1 Auxiliar	1 Bibliotecário	2 Auxiliares	2 Bibliotecários
Brusque		1 Bibliotecário	2 auxiliares	1 Bibliotecário
Camboriú	5 Auxiliares	2 Bibliotecários	5 Auxiliares	3 Bibliotecários
Concórdia	2 Auxiliares	3 Bibliotecários	2 auxiliares	3 bibliotecários
Fraiburgo	2 Auxiliares	1 Bibliotecário	3 auxiliares	2 Bibliotecários
Ibirama	2 Auxiliares	1 Bibliotecário	2 Auxiliares	1 Bibliotecário
Luzerna	3 Auxiliares	1 Bibliotecário	3 Auxiliares	1 Bibliotecário
Rio do Sul (Sede)	2 Auxiliares	1 Bibliotecário	3 auxiliares	1 Bibliotecário
Rio do Sul (Tecnológica)	1 Auxiliares		2 Auxiliares	1 Bibliotecário
Rio do Sul (Urbana)	1 Auxiliar	1 Bibliotecário	3 Auxiliares	1 Bibliotecário
Santa Rosa do Sul	3 Auxiliares		3 auxiliares	1 Bibliotecário
São Bento do Sul	2 Auxiliares	1 Bibliotecário	3 Auxiliares	1 Bibliotecário
São Francisco do Sul	2 Auxiliares	1 Bibliotecário	2 Auxiliares	1 Bibliotecário
Sombrio	2 auxiliares	1 Bibliotecário	3 Auxiliares	1 Bibliotecário
Videira	2 auxiliares	1 Bibliotecário	3 Auxiliares	1 Bibliotecário
Reitoria (Coordenação)		1 Bibliotecário	2 Auxiliares	2 Bibliotecários
Total	**34 auxiliares**	**18 Bibliotecários**	**47 Auxiliares**	**27 Bibliotecários**

Fonte: SIBI-IFC (2023).

O acervo bibliográfico do SIBI-IFC é formado por livros impressos; ebooks; obras de referência (dicionários, enciclopédias, manuais, guias, mapas e atlas); periódicos impressos e virtuais; folhetos; trabalhos acadêmicos; materiais audiovisuais (CDs, DVDs, fitas de vídeo e áudio); materiais em formatos acessíveis (obras em braile, audiobooks, materiais adaptados); materiais didáticos (apostilas, guias de estudo, livros-texto) entre outros materiais bibliográficos.

Tabela 12: Acervo bibliográfico SIBI-IFC 2023 (até 30/06/2023)

Tipo Obra	Títulos	Exemplares	Material Adic.
Artigos	608	0	0
Base de dados	299	0	0
Capítulo de Livros	13	0	0
Cartazes	11	11	0
CD-ROMs	459	556	58
Dissertações	546	546	348
DVD	1221	1517	299
Ebooks	18020	18020	0
Folhetos	3603	4823	33
Gravação de Som	8	21	1
Gravação de Vídeo	37	29	11
Legislação	10	0	0
Livros	86338	198590	3192
Mapas	61	75	3
Material de aula	27	125	0
Monografia de Pós-Graduação	132	38	31
Normas	283	123	0
Obra em Braille	99	415	1
Periódicos	571	8920	30
Periódicos Online	25416	25416	0
Relatório de estágio	1434	693	89

TCC	898	278	24
Teses	144	131	3
Total	**140.238**	**260.327**	**4.123**

Fonte: SIBI-IFC (2023).

O quadro a seguir, apresenta o quantitativo de acervo em 2023, organizado por biblioteca e área de conhecimento do CNPq.

Tabela 13: Acervo atual das bibliotecas

Unidade	Exatas/ Terra	Biológicas	Engenharias	Ciências Saúde	Agrárias	Sociais Aplicadas	Humanas	Linguística Letras/Artes	Multidisciplinar	Outros
Abelardo Luz	247	43	43	5	304	638	1441	500	0	0
Araquari	5911	988	509	301	3035	864	2876	3513	0	273
Blumenau	2089	84	1156	50	1806	3195	3195	2329	0	0
Brusque	1608	66	215	95	5	498	618	665	0	0
Camboriú	6552	1128	744	772	3116	3173	7429	6849	0	501
Concórdia	6728	1958	2219	781	7575	3593	4997	5233	0	0
Fraiburgo	1812	85	215	102	1446	1446	1001	1606	0	0
Ibirama	1479	279	476	110	3222	3222	2397	5012	0	0
Luzerna	1529	92	2786	12	8	1056	319	660	0	0
Rio do Sul (Sede)	1152	940	477	212	4070	1564	1515	5508	0	0
Rio do Sul (Tecn.)	353	0	156	0	0	122	15	203	0	0
Rio do Sul (Urbana)	3766	45	56	34	16	936	2956	2092	0	0
Santa Rosa do Sul	729	560	1144	0	12	829	1640	927	0	0
São Bento do Sul	1746	44	1176	43	2	2004	257	1227	0	0
São Francisco do Sul	3820	24	0	0	0	2004	257	1227	0	0
Sombrio	2190	0	0	0	0	1935	1491	2625	0	0
Videira	3282	652	1562	422	2441	2687	3204	3578	0	0

Fonte: SIBI-IFC (2023).

Em 2021, o MEC/INEP promoveu uma reformulação em sua matriz de quesitos para a avaliação de cursos. Entre as novidades, destaca-se a maior ênfase atribuída ao papel do Núcleo Docente Estruturante (NDE) na avaliação do acervo e sua pertinência em relação ao curso. Além disso, houve um aumento significativo no número de bibliografias básicas e complementares virtuais.

Essas mudanças refletem a importância de garantir que o acervo disponível atenda às necessidades dos cursos e esteja alinhado às exigências acadêmicas contemporâneas. O NDE, como responsável pela avaliação do acervo, desempenha um papel fundamental ao assegurar a qualidade e a adequação das bibliografias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, o aumento no número de bibliografias básicas e complementares virtuais acompanha a evolução tecnológica e a crescente utilização de recursos digitais na educação. Essa ampliação proporciona aos estudantes um acesso mais amplo a materiais atualizados e diversificados, enriquecendo o processo de aprendizagem e estimulando a pesquisa e a busca por conhecimento.

Com tais mudanças, o MEC/INEP busca aprimorar a avaliação dos cursos, considerando aspectos relevantes como a qualidade do acervo e sua adaptação às demandas do ensino superior. Essa iniciativa visa fortalecer a formação dos estudantes, proporcionando-lhes recursos bibliográficos adequados e atualizados, essenciais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e alinhada às exigências do mercado de trabalho.

Conforme o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância vigente do Inep/MEC:

a) O acervo físico deverá ser tombado e informatizado em sistema de gestão de acervo;

b) O acervo virtual deverá possuir contrato que garante o acesso ininterrupto pelos interagentes e registrado em nome da IES;

c) O acervo da bibliografia básica e complementar deverá estar adequado e atualizado em relação Unidade Curricular (UC) e os conteúdos descritos no PPC, além de referendado e assinado em ata pelo NDE;

d) Os quantitativos de cada bibliografia básica e complementar devem ser calculados levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares disponíveis no acervo para cada título. No caso de títulos virtuais, o acervo deverá ter acesso ilimitado;

e) Os periódicos especializados e outros materiais de apoio que complementam o conteúdo ministrado nas Unidades Curriculares (UCs) são considerados importantes critérios de avaliação pelo MEC e obedecem a regra para acervos físicos e virtuais;

f) A IES também deverá adotar um plano de contingência para garantir o acesso e a continuidade do serviço, caso ocorra algum imprevisto.

10.4 FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO, IDENTIFICADA SUA CORRELAÇÃO PEDAGÓGICA COM OS CURSOS E PROGRAMAS PREVISTOS

O SIBI-IFC busca continuar o processo de atualização e expansão do acervo, utilizando dois processos distintos de investimento:

a) Material disponível online: Será adquirido coletivamente pelo SIBI-IFC, garantindo acesso aos recursos por meio de um sistema acessível a todos os campi da instituição;

b) Material disponível fisicamente nos campi: Este investimento será realizado individualmente em cada campus, considerando a realidade e a expansão de cada um.

Em ambos os casos, os critérios para determinar a quantidade de exemplares

estarão relacionados à quantidade de possíveis interagentes, considerando os cursos e níveis de ensino oferecidos.

Dessa forma, as bibliotecas do SIBI-IFC estão comprometidas em oferecer um acervo atualizado e diversificado, tanto em formato digital quanto físico, atendendo às necessidades da comunidade IFC. O objetivo é proporcionar recursos adequados para o desenvolvimento acadêmico e científico, contribuindo para a qualidade do ensino e da pesquisa no âmbito do IFC.

Os critérios de aquisição estão estabelecidos no documento da "Política de Desenvolvimento de Coleções do IFC", o qual servirá como referência para orientar todos os processos relacionados à aquisição, permuta, doações e descarte do acervo, assim como outros documentos normativos institucionais. Essa política é fundamental para garantir que as decisões de desenvolvimento do acervo sejam pautadas em critérios claros e objetivos, considerando as necessidades dos interagentes, a relevância acadêmica e científica, e os recursos disponíveis.

A tabela abaixo mostra, por biblioteca, a previsão de investimento anual, até 2028, para ampliação do acervo.

Tabela 14: Acervo físico atual e previsão de expansão até 2028

Expansão acervo bibliográfico SIBI - 2024-2028				
Unidade	**Atual total (2023)**	**Exemplares total (2023)**	**Proposta investimento 2024-2028**	**Previsão exemplares 2028**
Abelardo Luz	1.561	3.322	10 mil/ano	3.500
Araquari	8.557	21.571	30 a 50 mil/ano	26.500
Blumenau	3.490	10.930	10 a 20 mil/ano	12.000
Brusque	1.390	3.885	10 a 20 mil/ano	5.000
Camboriú	19.894	37.363	20 a 40 mil/ano	40.000
Concórdia	17.743	36.693	50 mil/ano	40.000

Fraiburgo	2.917	6.455	25 mil/ano	8.000
Ibirama	4.021	13.309	10 a 20 mil/ano	15.000
Luzerna	1.599	6.572	50 mil/ano	8.000
Rio do Sul (Sede)	8.045	15.872	25 mil/ano	18.000
Rio do Sul (Tecn.)	433	2.286	10 mil/ano	4.000
Santa Rosa do Sul	6.845	9.523	30 mil/ ano	12.550
São Bento do Sul	1.743	5.390	40 mil/ano	9.440
São Francisco do Sul	1.299	5.180	10 mil/ano	7.000
Sombrio	4.346	8.359	10 mil/ano	9.500
Videira	6.052	18.993	10 mil/ano	21.000

Fonte: SIBI, (2023).

10.5 ESPAÇO FÍSICO DAS BIBLIOTECAS PARA ESTUDOS, HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO, PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS OFERECIDOS

O espaço físico das bibliotecas deve estar em conformidade com os padrões nacionais estabelecidos para as bibliotecas universitárias. Isso se deve ao fato de que os institutos são considerados equivalentes às universidades segundo a legislação de criação vigente (Brasil, 2008).

É essencial que as bibliotecas dos institutos atendam aos requisitos estabelecidos, garantindo um ambiente propício para o aprendizado, pesquisa e acesso à informação.

Nossa previsão inclui a expansão física das bibliotecas, conforme apresentado no quadro de infraestrutura física. Além disso, será investido em acervo virtual e em automação, o que resultará em avanços significativos. Com o acervo virtual, teremos economia, distribuição equitativa, atendimento de demandas do MEC/INEP e maior disponibilidade do pessoal interno para atendimentos individuais.

A tabela abaixo mostra a situação atual e a projeção para 2028, com espaço disponível e expansão necessária.

Tabela 15: Infraestrutura física das bibliotecas em 2023 e previsão de expansão até 2028

Unidade	N. alunos		N. assentos		Área estudo geral		Área estudos grupo		Área estudo individual		Área acervo m²		Outras áreas		Área total	
	2023	2028	2023	2028	2023	2028	2023	2028	2023	2028	2023	2028	2023	2028	2023	2028
Abelardo Luz	171		20	20	25m²	25m²	0	0	0	0	15m²	15m²	5m²	5m²	45m²	45m²
Araquari	1744		90	150	126m²	304m²	0	0	0	0	113m²	226m²	60m²	70m²	299m²	600m²
Blumenau	1201		58	58	100m²	100m²	46m²	46m²	20m²	20m²	60m²	60m²	84m²	84m²	310m²	310m²
Brusque	764		22	50	71,89m²	71,89m²	0	0	0	0	46,2 m²	46,2 m²	40,38 m²	40,38 m²	158,47 m²	158,47 m²
Camboriú	2009		77	85	90m²	90m²	20m²	20m²	16m²	16m²	230,53 m²	230,53 m²	201,94m²	201,94m²	600m²	600m²
Concórdia	1245		200	200	200m²	200m²	100	100	50	50	400	400	187	187	937,25	937,25
Fraiburgo	495		60	60	80 m²	158,47 m²	27 m²	27 m²	0	0	140 m²	140 m²	38,5m²	38,5m²	268,5 m²	268,5 m²
Ibirama	471		60	60	62,70m²	62,70m²	28,75m²	28,75m²	39m²	39m²	90m²	90m²	288,50m²	288,50m²	509m²	509m²
Luzerna	621		94	120	125,28m²	124,42m²	10,08m²	31,80m²	14,48m²	31,80m²	34,62m²	50m²	106,64m²	63,60m²	291,10m²	301,62m²
Rio do Sul (Sede)	1891		90	110	200 m²	330 m²	33 m²	33 m²	15 m²	15 m²	115m²	115 m²	62 m²	62 m²	425 m²	425 m²
Rio do Sul (Tecn.)			30	45	122 m²	122 m²	0	40 m²	0	25 m²	30 m²	50 m²	70 m²	70 m²	222 m²	222 m²
Rio do Sul (Urbana)			25	45	40 m²	107m²	0	45m²	0	35m²	70 m²	90m²	30 m²	45m²	140 m²	322 m²
Santa Rosa do Sul	971		75	75	82,48m²	82,48m²	44,2 m²	44,2 m²	0	0	82,48m²	82,48m²	49,02m²	49,02m²	160m²	160m²
São Bento do Sul	544		61	80	72 m²	100 m²	50 m²	70 m²	0	30 m²	72 m²	102 m²	40 m²	40 m²	184,05 m²	242 m²

São Francisco do Sul	627		40	40	50 m²	50 m²	30 m²	30 m²	20 m²	20 m²	30 m²	30 m²	70 m²	70 m²	200 m²	200 m²
Sombrio	670		49	49	59,8 m²	59,8 m²	0	0	0	0	42,25 m²	42,25 m²	107,8 m²	107,8 m²	210 m²	210 m²
Videira	1490		100	100	150m²	150m²	150m²	150m²	24m²	24m²	150m²	150m²	156m²	156m²	630m²	630m²

Fonte: SIBI (2023).

A inclusão da biblioteca em um PDI contribui significativamente para o fortalecimento da instituição como um todo, além de atender às necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. As bibliotecas desempenham um papel fundamental na promoção do acesso à informação, no estímulo à pesquisa e na formação de uma comunidade acadêmica engajada e atualizada.

Ao investir na infraestrutura, tecnologia e ampliação do acervo, as bibliotecas se tornam ambientes acolhedores e eficientes, que oferecem recursos atualizados e variados para o desenvolvimento acadêmico. A disponibilidade de espaços de estudo adequados e equipamentos modernos proporciona aos estudantes e pesquisadores um ambiente propício para a aprendizagem, a pesquisa e a troca de conhecimentos.

O fortalecimento das bibliotecas como parte integrante do desenvolvimento institucional reflete o compromisso da instituição em fornecer um ambiente acadêmico de excelência.

Portanto, ao planejar o desenvolvimento institucional, é imprescindível incluir a biblioteca como um pilar essencial para o progresso acadêmico. Através de investimentos estratégicos, parcerias colaborativas e programas de capacitação, as bibliotecas se tornam centros de excelência que impulsionam o avanço do conhecimento e a promoção da aprendizagem ao longo da vida.

11

INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS (FÍSICAS E TECNOLÓGICAS)

11. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS (FÍSICAS E TECNOLÓGICAS)

11.1 ESTRUTURA EXISTENTE

Durante o período de vigência do PDI 2019-2023, diversas estruturas existentes nos campi foram adequadas, bem como novas estruturas foram concluídas, de forma a atender a comunidade local de acordo com o estabelecido no Plano, bem como para o atendimento de novas demandas que surgiram ao longo do período.

No apêndice C, sistematizamos planilhas com a estrutura física existente em cada unidade do IFC, bem como as eventuais reformas e adequações que estas estruturas necessitam, tanto nos aspectos físicos quanto nos aspectos de regularização, segurança e atendimento às normas vigentes, bem como o pleno atendimento da acessibilidade arquitetônica.

11.2 PRIORIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Em virtude das diversas demandas para obras e serviços de engenharia é fundamental que o IFC crie uma priorização para o seu atendimento e sua coadunação orçamentária.

Desta forma, as atividades e contratações das áreas de arquitetura e engenharia terão como prioridades institucionais a regularização de imóveis (incluindo regularidade ambiental), a acessibilidade e a segurança das edificações.

A regularização dos imóveis se refere ao processo de legalização dos imóveis, inclusive no aspecto ambiental, garantindo que estejam de acordo com as normas e legislações vigentes. Isso envolve licenças e autorizações, regularização de documentação e adequação às normas de construção e urbanismo.

A acessibilidade, por sua vez, diz respeito à garantia de que os espaços e edificações sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou mentais. Isso inclui a adaptação de rampas, corrimãos, sinalizações táteis, elevadores e banheiros acessíveis, entre outros aspectos, de modo a garantir a igualdade de acesso a todos.

Já a segurança das edificações visa garantir a proteção e a integridade das pessoas que utilizam os espaços. Isso engloba medidas de prevenção e combate a incêndios, como a instalação de sistemas de alarme e extintores, saídas de emergência, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), adequação às normas reguladoras (NRs) dentre outras. Também inclui a manutenção adequada das estruturas, sistemas elétricos e hidráulicos, de forma a evitar acidentes e garantir a segurança dos usuários.

Essas prioridades são fundamentais pois estão diretamente relacionadas com o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade, além de garantir a segurança e a conformidade dos imóveis públicos às normas e regulamentações. Ao priorizar a regularização dos imóveis, a acessibilidade e a segurança das edificações, o IFC busca atender às demandas mais urgentes e essenciais da sociedade, visando sempre o interesse coletivo e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, segura e funcional.

Ademais, é fundamental que a alocação orçamentária em obras estejam coadunada com as priorizações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), para possíveis pactuações dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), possibilitando a captação de recursos orçamentários extraordinários e o atendimento as obras planejadas pela instituição. Desta forma, neste escopo, a SETEC aponta como prioridade, pela ordem: obras em

execução, obras paradas, PPCIP, acessibilidade e obras novas. As obras da Rede Federal alinhadas a essas prioridades pré-definidas são compiladas pela SETEC por meio do sistema Coleta SETEC, até um limite orçamentário estipulado pela Secretaria.

A primeira prioridade da secretaria são as obras que já estão em execução, ou seja, aquelas que já foram iniciadas e precisam ser concluídas. É essencial que essas obras recebam recursos adequados para que não haja interrupção ou atrasos em seu andamento.

A segunda prioridade da SETEC são as obras que estão paradas. Muitas vezes, por falta de recursos ou outros obstáculos, algumas obras são interrompidas e ficam em estado de abandono. É imprescindível que essas obras sejam retomadas e concluídas, de forma a evitar desperdício de recursos já investidos e garantir a disponibilidade de novas infraestruturas educacionais.

O foco em medidas preventivas de incêndio e acessibilidade é crucial para garantir a segurança e a inclusão de todos os membros da comunidade. Investir nesses aspectos demonstra um compromisso com o bem-estar e a igualdade de oportunidades para estudantes, servidores e visitantes. Além disso, a conformidade com normas de segurança e acessibilidade é essencial para cumprir a legislação vigente.

Por fim, a SETEC considera obras novas como última prioridade, sendo uma abordagem prudente e responsável na alocação de recursos. Essa metodologia visa garantir que a expansão das instalações ocorra de maneira sustentável e de acordo com as necessidades reais, evitando o desperdício de recursos em projetos que não estejam alinhados com as demandas atuais e futuras.

11.3 OBRAS NOVAS

Em relação às obras novas, considera-se a estrutura mínima de um campus, qual seja: salas de aulas, laboratórios/unidades de ensino-aprendizagem, ambiente administrativo, salas de docentes e atendimentos, refeitório, biblioteca, auditório, alojamentos (se for o caso), ginásio e infraestrutura de conectividade.

O planejamento para novas obras do IFC deve peremptoriamente garantir a estrutura mínima supramencionada para cada campus antes de avançar em outras obras ou expansões.

A estrutura mínima que inclui salas de aula adequadas, laboratórios bem equipados, ambiente administrativo eficiente, salas de docentes e de atendimento, refeitório de qualidade, biblioteca completa, auditório funcional, alojamentos condizentes com a oferta de vagas da unidade e um ginásio é essencial para o sucesso dos programas educacionais e para proporcionar um ambiente de aprendizado enriquecedor.

Ao priorizar a implementação dessa estrutura mínima, deve-se garantir que os estudantes tenham acesso a instalações de alta qualidade que atendam às suas necessidades acadêmicas, físicas e sociais. Além disso, essa abordagem permitirá manter e melhorar constantemente a qualidade da educação, ao invés de estender os recursos em múltiplos projetos simultaneamente.

Somente quando o IFC garantir que cada campus atenda plenamente a essa estrutura mínima, considerar-se-á de forma responsável a expansão para outras obras e melhorias. Isso reflete o compromisso com a excelência acadêmica e o bem-estar da comunidade. Portanto, a priorização dessa estrutura mínima é fundamental para o atendimento da missão institucional.

12

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12. INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS (FÍSICAS E TECNOLÓGICAS)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é o instrumento de planejamento estratégico e tático que orienta as ações da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFC (IFC) para os próximos anos. O PDTI visa alinhar as atividades da DTI com o planejamento institucional (PDI), com as diretrizes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), da Estratégia de Governo Digital e da Transformação Digital do governo federal, bem como com as necessidades e demandas da comunidade acadêmica e administrativa do IFC. Neste capítulo, são contemplados os seguintes aspectos: a organização mínima da DTI, o fortalecimento de recursos humanos, a sustentabilidade de serviços, as políticas e planos relacionados à tecnologia da informação (TI), e o desenvolvimento institucional.

A organização da área de TI no IFC é parcialmente descentralizada. Na reitoria, a Diretoria de TI (DTI) representa a unidade responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades relacionados à tecnologia da informação com suporte das coordenações subordinadas. A DTI também é responsável pelas políticas, planos e diretrizes de TI que devem zelar pelo alinhamento estratégico aos objetivos do IFC.

Nos campi, existem Coordenações de TI cuja organização e as competências são definidas pela Gestão dos Campi e definições mínimas pelo Regimento Geral do IFC. As Coordenações de TI são subordinadas administrativamente e

operacionalmente, neste caso também é subordinada finalisticamente a DTI em conjunto com, à Direção Geral do Campus, conforme padronização aprovada nos Regimento Internos dos Campi, Resolução 01/2021 – CONSUPER.

O IFC, dentro da organização do governo federal, segue e compõem, como Órgão Seccional, o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, instituído pelo Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de tecnologia da informação da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal. O SISP, entre outras ações, desenvolve e acompanha a Estratégia de Governo Digital – EGD, no qual implica ações de planejamento, priorização e execução para a comunidade do IFC, que devem ser apresentadas e alinhadas via Plano de Transformação Digital do IFC, Plano de Dados Abertos do IFC e ainda no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e demais documentos norteadores, garantindo a consonância de ações e práticas.

O IFC possui um Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) (equivalente ao Comitê de GOVERNANÇA DIGITAL, previsto na legislação vigente), como instância estratégica de governança e articulação entre a área de TI e as áreas de negócio da instituição em atendimento às orientações emanadas pelo SISP e das iniciativas lideradas pela Secretaria de Governo Digital (SGD - órgão central do SISP). Este colegiado está diretamente ligado à autoridade máxima da instituição (Presidido pelo Reitor(a)). Ainda, para garantir a governança, a Diretoria de TI do IFC, compõem participação obrigatória nos Comitê Gestor de Segurança da Informação, Comitê Gestor de Proteção de Dados, ainda na Comissão Permanente de Dados Abertos (CPDA) e o Fórum de Tecnologia da Informação (FTI).

O Fórum de Tecnologia da Informação (FTI) é um órgão de assessoramento e consulta do IFC, criado pela Portaria nº 1791/2011, tem por finalidade a assessoria ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) em questões técnicas relacionadas à Gestão de Tecnologia da Informação. Este colegiado está

diretamente ligado à DTI e é constituído pelos coordenadores de TI de cada campus, o coordenador de sistemas, coordenador de infraestrutura e redes e o coordenador de segurança da informação ou equivalente (estes últimos na Reitoria).

Ao atender as demandas da comunidade, a TI do IFC deve seguir as premissas orientadoras do SISP bem como deve estar em consonância com a Estratégia de Governo Digital e Transformação Digital, que é o conjunto de objetivos e iniciativas para promover a digitalização dos serviços públicos e a melhoria da experiência dos cidadãos com o Estado.

A DTI tem como ferramenta de acompanhamento o Índice de Maturidade em Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - iGOVSISP, apresentada via PORTARIA SGD/MGI Nº 4.339, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.

As políticas, planos e ações devem priorizar a manutenção, evolução e implementação de ações estratégicas e institucionais, buscando a padronização de processos, métodos e práticas por toda a comunidade de TI do IFC.

Neste contexto as ações de impacto geral devem ser prioritárias em relação a ações locais/individuais, fortalecendo assim os sistemas integrados, minimizando esforços repetitivos e, por consequência, liberando força de trabalho para ações macro.

Referente a atuação em Rede, o Diretor(a) de TI, tem participação garantida no Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação (Forti) que é um órgão de assessoramento das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o IFC deve buscar ou ressaltar os seguintes pontos:

a) Fomento de projetos de extensão, pesquisa e inovação vinculados à DTI;

b) Fomento a participação em ações e projetos do CONIF;

c) Fomento a participação e planos de capacitação em rede;

d) Necessidade de angariar recursos para efetivação de novos projetos;

e) Fortalecer a equipe para que continue sendo a referência nas ações no qual participa como instituição cooperada;

f) Fomentar a troca de experiências e sistemas em rede;

O IFC deve trabalhar para fomentar uma estrutura organizacional robusta, prevendo a segregação de funções, conforme os guias de boas práticas orientam, garantindo uma gestão e governança efetiva dos recursos humanos, de infraestrutura de TI, de recursos computacionais, de gestão de dados, de gestão de segurança e privacidade.

Ainda para gerir nossos recursos humanos, devemos, além de buscar a ampliação da força de trabalho, fomentar a formação em rede, garantindo a participação em programas de especialização, mestrado e doutorado, tanto com financiamento externo quanto interno, vinculados aos projetos e objetivos institucionais apontados no PDI e PDTI do IFC.

Com o dinamismo evolutivo das tecnologias de informação e comunicação, devemos ainda fomentar a capacitação dos servidores em treinamentos, formações e cursos para propiciar a evolução da equipe e tornando-os aptos a aplicar e utilizar novas tecnologias e também gerenciar os recursos existentes com mais eficiência e eficácia. Em resumo, o fortalecimento de pessoal é fundamental para garantir a qualidade dos serviços prestados pela DTI, bem como para estimular a inovação, a criatividade e a produtividade dos servidores. Além disso, o fortalecimento de pessoal contribui para a retenção de talentos na área de TI no IFC, evitando a perda de conhecimento e experiência, e consequentemente melhorando a qualidade dos serviços ofertados à comunidade.

Para além dos Recursos Humanos, devemos buscar a ampliação dos investimentos em tecnologia da informação e comunicação, para garantir a gestão contínua dos serviços e recursos, a ampliação das capacidades

computacionais para fomentar novos serviços demandados pela comunidade e garantir o atendimento da comunidade, como ampliação e fortalecimento do Sistema Integrado de Gestão, ampliação e fortalecimento da infraestrutura de EAD e ainda a ampliação e fortalecimento da infraestrutura de comunicação, garantindo a evolução e ampliando a segurança da informação do IFC.

Já sobre a sustentabilidade de serviços, que envolve a garantia da disponibilidade, da confiabilidade, da segurança e da eficiência dos serviços de TI oferecidos pela DTI, deve-se incluir aspectos como o fortalecimento de sistemas integrados, o orçamento para as ações institucionais, a gestão de atualização dos sistemas computacionais, o gerenciamento de serviço de forma completa e integrada com as áreas, o catálogo de serviços de TI, a formalização de um plano de gestão de continuidade de negócios, bom como a gestão de mudanças e dos riscos de TI. A sustentabilidade de serviços é essencial para assegurar o funcionamento adequado das atividades meio e fim do IFC, bem como para atender às expectativas e às necessidades da comunidade.

Ainda sobre a sustentabilidade dos serviços, o SISP orienta a criação de políticas e planos relacionados à TI, que envolvem a definição das normas, dos procedimentos e das boas práticas para a gestão e uso dos recursos de TI no IFC. As políticas e planos relacionados incluem aspectos como a política de cópias de segurança (política de backup), a política de gestão de ativos, a política de controle de acesso e gestão de registros de auditoria (logs), política de gerenciamento de vulnerabilidades, política de segurança da informação, o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI), o plano de transformação digital (PTD) e o plano de dados abertos (PDA). As políticas e planos relacionados à TI são importantes para orientar as decisões, as ações dos gestores e servidores do IFC, assim como dos usuários, em relação aos recursos de TI do IFC, bem como para cumprir as exigências legais e regulatórias do governo federal.

A TI do IFC é um importante ator para o desenvolvimento dos vários objetivos e metas apontadas neste PDI bem como, não menos relevante no

PDTI. A evolução no índice de maturidade iGOVSISP, trará reflexos positivos nos processos e práticas das demais áreas do IFC. Os pontos a observar para o desenvolvimento institucional incluem aspectos como o orçamento de TI para as ações institucionais, a ampliação e o fortalecimento dos sistemas institucionais, a ampliação e o fortalecimento do desenvolvimento do SIG, a ampliação e o fortalecimento da estrutura EaD, da infraestrutura de rede e de processamento computacional, o desenvolvimento pessoal, a efetiva implantação do centro de custos e sua gestão e governança, a possibilidade de angariar recursos através de TED, editais SETEC, emendas parlamentares, atuação em projetos com a rede federal. Esses aspectos são fundamentais para a DTI prover soluções inovadoras em tecnologia da informação que contribuam para o ensino, pesquisa e extensão.

13

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

13. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

13.1 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS

O IFC (IFC) é uma autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com estrutura multicampi, composta por unidades descentralizadas denominadas cada uma de campus e, como tal, sua sustentabilidade financeira é viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional sob a forma de Dotação Orçamentária. Desta forma, os recursos necessários para arcar com as Despesas Correntes e de Capitais constituídas, respectivamente, de Despesas de Custeio – Pessoal, Encargos Sociais, Benefícios aos Servidores e Outras Despesas Correntes – e de Despesas com Investimentos, tais como Obras e Material Permanente, são consignados anualmente no orçamento desta instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira.

Os orçamentos estão condicionados a leis de iniciativa do Poder Executivo, estabelecidas pelo Plano Plurianual (PPA), pelas Diretrizes Orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO) e pelos Orçamentos Anuais (Lei Orçamentária Anual – LOA).

Além dos recursos da União provenientes da fonte Tesouro, esta instituição pode contar, ainda, com a fonte de recursos diretamente arrecadados mediante a comercialização do excedente de produção, dos projetos educativos, da prestação de serviços, e ainda com recursos obtidos por meio de descentralização de créditos de outros órgãos.

13.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO

A distribuição orçamentária de todos os IFs é, em regra, direcionada pela Matriz Distributiva, sendo que a metodologia foi desenvolvida pela Comissão Paritária, imposta pelo Decreto nº 7.313/2010. Para tanto, leva em consideração o número de alunos matriculados, a carga horária do curso, o peso atribuído a cada curso e a bonificação para os cursos agrícolas.

Ao longo dos últimos anos, embora tenha havido um aumento dos indicadores do IFC, o que elevaria o orçamento para este órgão, mudanças na metodologia da distribuição orçamentária alteraram este cenário, somado ainda com a pandemia de COVID-19 que reduziram o orçamento especialmente para o exercício de 2020 conforme comparativo abaixo.

Tabela 16: Orçamento

Exercício	2019 (R$)	2020 (R$)	2021 (R$)	2022 (R$)	2023 (R$)
Assistência	13.333.709,00	13.333.706,00	12.113.246,00	12.180.852,00	20.801.966,39
Própria	1.368.825,00	1.355.140,00	1.183.655,00	822.490,00	1.062.466,00
Custeio	51.647.221,00	51.660.897,00	38.663.301,00	48.528.792,00	51.248.236,39
Investimento	-	-	1.059.728,00	608.050,00	1.063.376,00
Total	**66.349.755,00**	**66.349.743,00**	**53.019.930,00**	**62.140.184,00**	**74.176.044,78**

Fonte: Tesouro Gerencial (2023).

13.3 ORIGEM, PLANEJAMENTO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

13.3.1 FONTES DE RECURSOS

A principal fonte de recursos advém dos repasses do Tesouro Nacional, responsável pelo pagamento da folha de salário e encargos e de despesas de

custeio e investimento. Trata-se em sua maioria de recursos ordinários. Destaca-se ainda a fonte de recursos próprios, realizada por receitas agropecuárias, administrativas, inscrições em processos seletivos entre outras, arrecadadas em virtude da atividade educacional e de produção agropecuária do IFC, sendo utilizadas para pagamento de despesas de custeio.

13.3.2 FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

A distribuição total dos recursos é determinada na estrutura orçamentária anual, na qual são consignados os montantes de contribuição de cada campus para o conjunto geral de recursos do IFC.

A diretriz institucional do IFC reafirma a autonomia de suas unidades administrativas, garantindo que a distribuição orçamentária esteja em consonância com os valores preconizados pela estrutura orçamentária.

13.3.2.1 IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTOS IFC

A experiência do IFC nos últimos quatro anos com a institucionalização dos "Centros de Custos" deve ser valorizada e consolidada, pois possibilitou avanços significativos para a instituição. Desta forma, a implementação dos diversos centros de custos, delineados para impulsionar as atividades essenciais do IFC, conforme previsto em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), serão continuados. Esses centros de custos representam um marco importante no fortalecimento e na promoção das ações institucionais estratégicas para o crescimento e a excelência do Instituto.

- **Pesquisa:** A promoção da pesquisa científica e tecnológica é uma das nossas prioridades. Com a implementação deste centro de custos, estamos alocando

recursos para fomentar projetos de pesquisa inovadores, a formação de grupos de pesquisa sólidos e a ampliação de nossas redes de colaboração nacional e internacional.

- **Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT):** A inovação é a força motriz do desenvolvimento. O NIT desempenhará um papel fundamental na proteção da propriedade intelectual, na transferência de tecnologia e no estímulo ao empreendedorismo entre nossos docentes, pesquisadores e alunos.

- ***Stricto Sensu*:** A expansão de nossos programas de pós-graduação é vital para a formação de recursos humanos altamente qualificados. Este centro de custos facilitará o crescimento e aprimoramento de nossos programas de mestrado e doutorado, contribuindo para a produção de conhecimento de alto nível.

- **Extensão:** O compromisso com a sociedade é central em nossa missão. Por meio deste centro de custos, intensificaremos o conjunto de ações e atividades de extensão que buscam promover a interação transformadora entre o IFC e outros setores da sociedade, para a priorizar o desenvolvimento local e regional, o qual possibilita a necessária dinamização do conhecimento.

- **Ensino:** Na perspectiva da formação integral, entendemos a importância do desenvolvimento de ações de ensino-aprendizagem, de trabalho educativo e/ou de intervenção, de atualização ou retomada de conteúdos, de nivelamento, de monitoria, de dinamização dos componentes curriculares e da prática profissional, voltados aos estudantes dos cursos regulares, por meio do desenvolvimento de atividades extracurriculares ou complementares. Este centro de custos tem como objetivo apoiar essas frentes de atuação visando a qualificação do processo educativo.

- **EAD (Ensino a Distância):** Reconhecendo o avanço em novas relações e formas de comunicação entre os sujeitos e compreendendo que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e

técnicas construídos coletiva e socialmente, destinamos recurso específico para a Educação a Distância (EaD). A ampliação da EaD no IFC tem como objetivo democratizar o acesso a formas de aprendizagem, a informação, a socialização do conhecimento e a inclusão digital com o uso de TDICs, diversificando metodologias e ofertas educacionais consonantes ao perfil dos estudantes.

- **Programas e Projetos Institucionais:** A implementação deste centro de custos viabilizará a realização de projetos estratégicos que impulsionarão nosso crescimento e aprimoramento contínuos.

- **Cães-Guia:** Em linha com nosso compromisso com a inclusão e diversidade, estamos destinando recursos para apoiar a formação e manutenção de cães-guia, que desempenham um papel crucial na promoção da acessibilidade e autonomia de membros da comunidade com deficiência visual.

- **Internacionalização:** A inserção internacional, intercultural e global de estudantes, docentes e corpo técnico-administrativo da Instituição é essencial para a expansão de nossos horizontes acadêmicos e culturais. Este centro de custos permite a realização de atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, internacionalização em casa e projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país.

- **Eventos Institucionais:** Eventos acadêmicos, científicos, esportivos e culturais desempenham um papel vital em nossa vida institucional. Através deste centro de custos, apoiaremos a organização e realização de eventos que enriqueçam nossa comunidade.

- **Fomento a Tecnologia da Informação e Comunicação:** Através deste centro de custos, será possível alocar recursos para o investimento em ações institucionais de infraestrutura tecnológica, sistemas e softwares, equipamentos e treinamento. Isso permitirá a modernização e atualização

dos recursos de TI do IFC, garantindo que a instituição esteja preparada para enfrentar os desafios e as demandas da era da informação.

13.3.3 CONTROLE FINANCEIRO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

O repasse financeiro é realizado por meio de uma operação realizada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), tendo como base os valores liquidados por todas as Unidades Gestoras do IFC. O montante financeiro recebido pode sofrer alterações devido às variáveis relacionadas às liquidações e à situação de arrecadação atual do governo federal.

Seguindo o fluxo operacional, o repasse financeiro só é concretizado após o segundo estágio da despesa pública que é o da liquidação. Sendo que a liquidação é a fase seguinte ao empenho e corresponde à verificação do cumprimento do objeto inicialmente contratado. É a confirmação de que a administração recebeu o bem ou serviço de acordo com o estabelecido no contrato. Durante essa etapa, são apurados os documentos fiscais.

Por fim, o pagamento corresponde ao ato final do processo de contratação. Após a verificação da liquidação, realiza-se o pagamento efetivo ao fornecedor que prestou o serviço ou forneceu o bem.

Essas etapas (empenho, liquidação e pagamento) fazem parte do processo de execução orçamentária e financeira da administração pública, envolvendo o compromisso dos recursos, a verificação do objeto contratado e o efetivo desembolso de recursos financeiros para pagar o fornecedor.

13.4 POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA

Desde a sua concepção, o IFC (IFC) tem se dedicado de maneira substancial à padronização das práticas recorrentes em seus variados campi. No entanto, ao longo desse processo, o IFC deparou-se com desafios significativos na padronização de determinadas operações institucionais. Como resultado, o IFC decidiu instituir portarias normativas e manuais, a fim de mitigar erros e alcançar sua missão institucional.

Embora cada unidade administrativa possua autonomia, a Reitoria tem se empenhado continuamente em atender às demandas primordiais de todos os campi. Por meio dos mais variados meios de comunicação, em conjunto com os campi, são delineadas metas e prioridades, especialmente no que diz respeito aos investimentos em infraestrutura. Embora a obtenção de recursos extraordinários ainda seja limitada, temos alcançado progressos significativos por meio das tratativas com outros órgãos da administração direta e os parlamentares catarinenses.

A missão do IFC é dedicada à satisfação do usuário cidadão e da sociedade em geral. Por isso, o exercício das funções administrativas e o planejamento orçamentário-financeiro, embora sejam atividades-meio, possuem uma importância vital na consecução dos objetivos institucionais. Portanto, a Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e os Departamentos Administrativos estão empenhados em atender às demandas, dentro de suas possibilidades, pautados pela qualidade e celeridade.

13.5 RECURSO EXTRA ORÇAMENTÁRIO

O IFC (IFC) tem buscado aumentar seus recursos além do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), que segue os dados apontados na "MATRIZ DISTRIBUTIVA", desenvolvida pela Comissão Paritária, estabelecida pelo Decreto nº 7.313/20.

O incentivo à prospecção de recursos extraorçamentários tem sido cada vez mais frequente, com o objetivo de fortalecer a infraestrutura da instituição. Dentre as diversas modalidades de captação de recursos, duas têm se destacado pelo seu êxito: os Termos de Execução Descentralizada (TEDs), principalmente pactuados junto à Secretaria de Educação Profissional (SETEC/MEC), e as Emendas Parlamentares. Nos últimos três anos, essas modalidades geraram um acréscimo orçamentário de R$ 38.465.336,35 (trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 17: Recurso extraorçamentário

Exercício	TEDs	Emendas Parlamentares
2020	4.404.188,98	3.592.582,00
2021	3.058.222,57	5.673.511,00
2022	6.074.772,78	3.800.000,00
2023*	6.537.059,02	5.325.000,00
Sub Total	20.074.243,35	18.391.093,00
Total	**R$ 38.465.336,35**	

Fonte: PROAD (2023).

14

GESTÃO AMBIENTAL NO IFC

14. GESTÃO AMBIENTAL NO IFC

A admissão da variável ambiental dentro do serviço público no Brasil vem desde a promulgação da Constituição de 1988. Essa admissão pode ser observada no Artigo 225 que atribuiu ao Poder Público o dever de proteger o meio ambiente, provocando na Administração a necessidade de mudanças na forma de gestão a fim de adequar-se às novas exigências ambientais (Brasil, 1988).

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações (grifo nosso).

Já em 1991, uma nova consciência ambiental surge com o conceito de Desenvolvimento sustentável que se fundamenta em três pilares igualmente importantes: "relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica" (Sachs, 2002, p. 35). A abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos foi forjada com a primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Pode-se constatar que as questões sociais e econômicas passam a ter relevância no pensar ambiental.

Vinte e quatro anos depois, a ONU criou a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". E de acordo com seu objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, uma de suas metas é que os países devem "promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais".

Na administração pública Brasileira, a promoção de práticas de contratações públicas sustentáveis vem sendo feita gradativamente, mediante alterações na legislação. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de possibilitar ao gestor público a legalidade sobre os atos administrativos no planejamento dos processos de compras, instituiu a Instrução Normativa N°01, de 19 de janeiro de 2010. E, em conformidade com a IN, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou outra Instrução Normativa. A IN N°10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração dos planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

O PLS é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação que permite à instituição estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos.

O PLS deve ser estabelecido, dentre outras coisas, como um critério para definir o melhor preço em compras e contratações, conforme o Decreto nº 10.024/2019 que regulamenta o pregão eletrônico. A nova Lei de Licitação, Lei nº 14.133/2021, consagra o desenvolvimento nacional sustentável como princípio e objetivo a ser alcançado nas contratações. A governança das contratações na Administração Pública, regulamentada pela Portaria SEGES nº 8.678/2021 do Ministério da Economia, define o PLS como um

instrumento de governança vinculado ao planejamento estratégico, estabelecendo estratégias de contratações e logística com critérios e práticas de sustentabilidade. Vale ressaltar que tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 10.453/2018, que prevê diretrizes e instrumentos para ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, destacando o valor estratégico da gestão sustentável para órgãos públicos. Nesse sentido, o PLS apresenta-se como um forte indutor das políticas públicas de sustentabilidade, impulsionando a adoção de diretrizes e práticas sustentáveis em todos os níveis governamentais.

Outrossim, cumpre frisar que o PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU obriga os órgãos e entidades que compõem a administração pública a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos.

No IFC, "O princípio de sustentabilidade socioambiental do IFC é entendido como um valor fundamental para a comunidade institucional, que quando aplicada visa a melhoria social, ambiental e econômica crescente, bem como auxilia na formação cultural de cidadãos conscientes e ativos." (Art. 1º do anexo da Resolução Nº 48/2020 que regulamenta as atividades do NGA do IFC). Esse princípio está respaldado no Estatuto do IFC, no seu Art. 3, que menciona os princípios norteadores do IFC.

Dentre estes, o inciso I descreve o "compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, o meio ambiente, a transparência e a gestão democrática."

Em acréscimo, em 2012 o IFC formalizou, por meio da Portaria nº 1.343/2012, o Comitê de Implantação do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com a finalidade de instruir, orientar e supervisionar os campi na constituição dos núcleos locais, bem como na formação do NGA Institucional, os quais são regidos pela Resolução 006 – CONSUPER/2014, alterada pela Resolução 48/2020 - CONSUPER.

Vale mencionar que apenas a emissão de normas não condiz com o compromisso firmado pelo IFC. Assim, há a necessidade da incorporação, em suas atividades rotineiras e diárias, de técnicas e ações que reduzam as agressões ao meio ambiente e contribuam para o uso racional dos recursos naturais. É importante também os servidores, principalmente os gestores compreenderem que a gestão ambiental permeia por todos os setores e atividades desenvolvidas pelo IFC, ou seja, o conjunto da força de trabalho é que é responsável pelo desempenho socioambiental da instituição.

Assim, sendo o IFC, um consumidor de recursos, com o potencial de impactar o meio ambiente e a sociedade, tem o dever de adotar práticas sustentáveis em suas operações. Além disso, tendo como essência o ensino, a pesquisa e a extensão, capaz de influenciar jovens e adultos, engajar outras organizações e a sociedade como um todo, servindo como exemplo e catalisando mudanças positivas ao implementar o PLS de forma efetiva, o IFC contribui para a construção de um futuro mais sustentável, com benefícios tanto para o meio ambiente quanto para a qualidade de vida de toda a comunidade acadêmica bem como da comunidade externa.

A efetividade da implantação desses propósitos perpassa pela construção de mecanismos de sistematização, monitoramento, compartilhamento e promoção de gestão socioambiental, bem como a criação de um setor próprio na organização, responsável por tais

atividades, formalmente constituído e com atribuições e metas anuais a serem atingidas, sofrendo cobranças e exigindo-se resultados.

Por fim, com o objetivo da instauração de uma nova cultura institucional no que concerne à gestão socioambiental, algumas medidas devem ser tomadas, sendo elas:

a) Elaborar e implementar uma Política Ambiental institucional, contendo princípios e objetivos que devem ser incorporados em todos os espaços do IFC;

b) Realizar eventos objetivando a formação, conscientização e capacitação dos servidores a respeito das questões ambientais;

c) Realizar de campanhas para sensibilização dos servidores, visando a adequação de suas atividades à gestão ambiental;

d) Prever recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações de gestão ambiental;

e) Promover campanhas publicitárias para estimular de forma contínua o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental;

f) Promover a inclusão de temas socioambientais nos currículos de todos os cursos ofertados pelo IFC, bem como na pesquisa e extensão.

g) Instituir indicadores capazes de assegurar que as metas e objetivos ambientais do IFC estão sendo alcançados.

15

A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO IFC

15. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO IFC

A Política de Comunicação do IFC é o documento que estabelece as diretrizes e orienta o relacionamento do Instituto com os seus públicos estratégicos, com vistas à consolidação da imagem, da identidade e da reputação da instituição. No processo de construção da política, foram definidos as diretrizes e as normas que devem orientar as ações de comunicação realizadas pela instituição, tendo em vista o seu relacionamento com os diversos públicos de interesse.

O documento foi elaborado de forma coletiva, a partir de reuniões e pesquisas entre os profissionais de Comunicação do IFC e diversos públicos de relacionamento da instituição. A consulta pública da Política foi realizada, de 4 a 24 de junho de 2019, para que houvesse a avaliação do documento pela comunidade. Após edição e revisão do conteúdo, o documento foi aprovado pelos órgãos superiores da instituição e encontra-se vigente.

15.1 PRINCÍPIO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública é entendida como aquela que assume a perspectiva cidadã, envolvendo temas de interesse público ou coletivo. Está relacionada ao diálogo permanente, à informação e ao

relacionamento cotidiano entre as instituições públicas e o cidadão. Os princípios da Comunicação Pública são: garantir o acesso amplo à informação; fomentar o diálogo; estimular a participação; promover os direitos e a democracia; combater a desinformação; ouvir a sociedade; focar no cidadão; ser inclusiva e plural; tratar a comunicação como política de estado; garantir a impessoalidade; pautar-se pela ética; e atuar com eficácia. (Guia de Comunicação Pública, Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021).

Nesta perspectiva, tem se por princípio tratar a comunicação como política de Estado, sendo dever e responsabilidade do Estado, pois é fundamental para o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e da transparência. O Estado e suas instituições têm a obrigação de explicar, traduzir, orientar, prestar contas sobre o valor de cada ação pública e garantir a qualidade da interlocução e do acesso do cidadão às informações de seu interesse.

Com o dever de informar, orientar e dar absoluto atendimento aos cidadãos, a Comunicação Pública atua na perspectiva da promover a multiplicidade de vozes, no diálogo direto com o cidadão, suas famílias, coletivos e organizações sociais que se comunicam numa variedade crescente de canais de relacionamento, e querem ser ouvidos, respondidos e acolhidos. Nessa perspectiva, a missão da Comunicação Pública é levar as oportunidades educacionais disponíveis nos institutos federais e os serviços públicos para o maior número de pessoas possível. (Carta dos Comunicadores da Rede Federal, 2023).

15.2 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA

A partir da Política de Comunicação do IFC, a comunicação interna é entendida como um conjunto de estratégias e meios de comunicação que promovem a divulgação de informações e o diálogo da instituição com o público interno. O público interno do IFC envolve os servidores, estudantes e colaboradores terceirizados.

Quadro 15: Estratégias e meios de comunicação interna do IFC

Público Interno
Estudantes: os estudantes do IFC possuem diferentes perfis que, além das características regionais, variam de acordo com os cursos ofertados, nível de ensino, faixa etária, contexto sócio-econômico, gênero, etc; **Servidores:** todos os docentes e técnicos administrativos; **Terceirizados:** profissionais contratados para realizar atividades relacionadas à manutenção, vigilância, limpeza, transporte, entre outros serviços; **Estagiários e bolsistas:** estudantes do IFC ou de outra instituição de ensino que realizam estágios, curriculares ou extracurriculares, nos campi e/ou na Reitoria; **Membros dos fóruns:** servidores e membros externos que participam dos órgãos colegiados, câmaras e fóruns do IFC, tais como o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes, o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas, os colegiados dos campi, a Comissão Própria de Avaliação, a Comissão de Ética etc.; **Intercambistas:** estudantes do Instituto que participam de programas de intercâmbio em instituições de ensino internacionais/nacionais; ou estudantes de instituições internacionais/nacionais que estudam no IFC; **Entidades estudantis:** movimentos organizados por estudantes do IFC, com o objetivo de representar o corpo discente, tais como grêmios, centros e diretórios acadêmicos.

Meios de Comunicação
E-mail;
SIGA (intranet);
Informativo (newsletter);
Murais (Divulgação de editais, cartazes e ações educativas);
Eventos – científicos, culturais e de integração;
Mídias sociais Instagram, Facebook e TikTok;
Ouvidoria.

Fonte: Adaptado da Política de Comunicação do IFC (2023).

Entre as estratégias de comunicação está o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGAdmin) utilizado pelo IFC, que permite o envio de comunicados a todos os servidores da instituição. O sistema permite a divulgação das informações, notícias e comunicados que tenham como público-alvo os servidores e outros - estudantes, por exemplo, que tenham cadastro. O Sistema está dividido em quatro opções de canais de notícias; comunicação em grupo (envio por e-mail institucional); Notificação Online; Tela de Avisos..

O email é uma estratégia contínua de comunicação interna. Além da possibilidade de, em casos específicos, enviar o conteúdo de divulgação científica elaborado pela Cecom por e-mail, via SigAdmin, é possível fazer a divulgação periódica desse material por meio de um newsletter elaborado para esse fim.

O Informativo IFC é um subsite de notícias hospedado no site institucional com o objetivo de divulgar informações, notícias e comunicados dirigidos aos servidores do Instituto. A comunicação interna também conta com murais físicos afixados nas unidades do IFC em que são veiculados materiais de divulgação de interesse da instituição, campanhas educativas e comunicados.

No âmbito da comunicação interna, a Ouvidoria é responsável por acolher, registrar, responder às manifestações pessoais da comunidade interna. O canal de Ouvidoria exerce papel de extrema importância para controle e a governança da instituição pois, por meio das demandas recebidas e a observação dos serviços prestados se torna possível identificar estratégicas para a melhoria constante da Instituição, como a correção e/ou prevenção de possíveis problemas e tomada de decisões, funcionando desta forma como elemento catalisador no processo de mudança e de ajuste do IFC.

15.3 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA

O IFC desenvolve estratégias de comunicação com o objetivo de divulgar cursos, programas de extensão, pesquisa e outras informações importantes para a comunidade acadêmica e sociedade em geral. O público externo do IFC envolve as Famílias dos estudantes, imprensa, governos (municipal, estadual e federal);

Quadro 16: Estratégias e meios de comunicação externa do IFC

Público Interno
Estudantes em potencial: pessoas interessadas em estudar no IFC; **Escolas/instituições de origem dos potenciais estudantes:** instituições de ensino onde estão alunos com perfil para estudar no IFC; **Família:** familiares dos estudantes e dos servidores; **Egressos:** estudantes que concluíram algum dos cursos ofertados no Instituto; **Ex-servidores:** que já trabalharam e/ou se aposentaram na Rede; Empresas/setor produtivo: organizações do mundo do trabalho que tenham ou possam ter parcerias com o IFC; **Imprensa:** veículos de imprensa e profissionais da comunicação; Pesquisadores e extensionistas: profissionais de outras instituições envolvidos com pesquisas científicas ou ações de extensão; **Instituições parceiras:** organizações nacionais ou internacionais que colaboram ou podem vir a colaborar com o IFC, criando melhores condições para o desenvolvimento das missões institucionais dos envolvidos, estando a parceria formalizada ou não. **Entidades sindicais:** sindicatos que representam os servidores do Instituto; **Poder público:** representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; **Fornecedores:** pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviço ou fornecem produtos para o Instituto.
Meios de Comunicação
Site Campanhas de Ingresso Campanhas educativas Assessoria de imprensa Eventos – científicos, culturais e de integração Mídias sociais Instagram, Facebook e Tik Tok Ouvidoria

Fonte: Adaptado da Política de Comunicação do IFC (2023).

O site é o principal veículo de comunicação institucional pois reúne informações sobre os campi, os cursos, formas e editais de ingresso, projetos de pesquisa e extensão, eventos e dados de gestão. O site funciona como um repositório de conhecimento e prestação de contas, no qual os projetos de extensão e pesquisa, editais e relatórios de gestão ficam disponíveis para consulta. Além disso, possui um espaço destinado a divulgação de notícias sobre as atividades e eventos. Cada campus do IFC possui um subsite hospedado no domínio ifc.edu.br.

A partir das demandas específicas de setores e áreas administrativas de forma geral, são também criados subsites para publicização de suas ações. As campanhas de ingresso dos cursos do IFC são divulgadas por meio de campanhas publicitárias veiculadas em rádio (respeitando o plano de mídia estadual que contempla rádios locais separadas por região de atuação do IFC), TV e mídia digital.

As mídias sociais têm sido uma estratégia primordial na comunicação do IFC com os seus públicos. A instituição possui perfil oficial no Instagram, Facebook, Youtube e Linkedin. Cada campus possui um perfil específico para a divulgação das atividades e também como estratégia de interação com os públicos – internos e externos, e atendimento ao cidadão para esclarecimento de dúvidas e encaminhamento para os setores responsáveis – conforme cabível em cada caso. A assessoria de imprensa é uma estratégia fundamental utilizada no IFC na divulgação dos cursos e atividades.

Entende-se a imprensa como significativa parceira que precisa ser constantemente abastecida de informações sobre os cursos, as formas de ingresso e os procedimentos de inscrição, bem como sobre ações envolvendo o ensino, pesquisa e extensão.

A comunicação com os acadêmicos utiliza ainda o SIGAdmin, um dos módulos do SIG que permite o envio de comunicados e notícias a todos estudantes e de modo indireto aos familiares.

No IFC, os eventos são uma importante estratégia de comunicação, tendo em vista a pertinência no relacionamento institucional. Permitem ainda o compartilhamento de conhecimento entre os diferentes atores da comunidade acadêmica.

A Ouvidoria é o canal de comunicação também com a comunidade externa, pois possibilita acolher as manifestações, registrar, encaminhar, controlar e responder todas as manifestações pessoais ou de representantes de entidades que, de alguma forma, se relacionam com a instituição. As demandas são analisadas, transformando-se em dados, que são utilizados para melhoria do serviço e tomada de decisões estratégicas pela alta gestão.

15.4 OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO DO IFC PARA O PERÍODO 2024 – 2028

A partir do diagnóstico institucional e da definição de um dos objetivos estratégicos deste PDI como sendo o de fortalecer a política de comunicação do IFC, delineou-se como objetivos específicos para o período:

a) Consolidar a identidade institucional do IFC;

b) Qualificar a comunicação interna com a ampliação de canais online e offline

c) Ampliar as campanhas de ingresso e divulgação dos cursos ofertados;

d) Fortalecer os eventos como estratégia de relacionamento com os públicos estratégicos à EPT;

e) Investir no site como estratégia de comunicação e de governança do IFC;

f) Fomentar a divulgação científica no IFC;

g) Aprimorar o relacionamento com a imprensa;

h) Incorporar as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação e das mídias sociais como estratégia para promover o diálogo, a divulgação e a socialização do conhecimento;

O desenvolvimento de ações com vistas a cumprir esses objetivos propostos envolve a ampliação do investimento em comunicação, por meio de orçamento destinado às campanhas de ingresso e confecção de materiais de divulgação, como também na ampliação do quadro de servidores efetivos da área de comunicação dos campi do Instituto. Hoje, das 15 unidades, seis campi - Abelardo Luz, Brusque, Ibirama, Fraiburgo, São Bento do Sul e Sombrio - ainda não possuem em seus quadros profissionais de Comunicação.

Da mesma forma, torna-se necessário o investimento na atualização dos equipamentos das Coordenações de Comunicação - computadores, softwares, celulares, microfones, tripé, câmeras fotográficas e de vídeo que possibilitem as produções para as mídias digitais. O investimento é primordial para, de fato, incorporar no IFC as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação e das mídias sociais como estratégia para promover o diálogo, a divulgação e a socialização do conhecimento.

15.5 TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO

15.5.1 OUVIDORIA

A Ouvidoria do IFC integra a estrutura organizacional, exercendo papel de extrema importância para o controle e a governança da instituição, está diretamente subordinada ao (à) reitor(a), resguardada sua autonomia e independência funcional no âmbito de suas competências, conforme o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, Portaria nº 1.181, de 10 de junho de 2020 e a Portaria nº 581, de 9 de março de 2021.

Inicialmente, cabe esclarecer que manifestação de Ouvidoria é o elogio, sugestão, solicitação de simplificação, solicitação de serviço, reclamação e denúncia.

A Ouvidoria tem como uma das atribuições receber, registrar, analisar, encaminhar e responder as manifestações oriundas da comunidade (interna e externa), promovendo e defendendo os direitos dos cidadãos, comunidade externa todo e qualquer cidadão e interna, servidores, terceirizados e estudantes em suas relações com o IFC, de forma célere, eficiente e eficaz, de modo a levar a máxima transparência, com informações confiáveis e linguagem de fácil entendimento, com tempo mínimo de resposta.

O papel da Ouvidoria vai muito além do atendimento ao cidadão pois, por meio das demandas recebidas, a observação dos serviços prestados e dos trabalhos internos desenvolvidos nos setores, se torna possível identificar estratégicas para a melhoria constante da Instituição, como a prevenção de possíveis problemas, correção de problemas, tomada de decisões, funcionando desta forma como elemento catalisador no processo de mudança e de ajuste do IFC.

Com bases nos dados coletados e a análise estatística das manifestações recebidas, a Ouvidoria promove quando necessário mediação, indica melhorias, faz recomendações, promove capacitações, campanhas de divulgação sobre o setor, promove a participação do cidadão, divulga e interage com o Conselho de Usuário de Serviço Público, assessora internamente servidores e a alta gestação, além de elaborar e divulgar relatórios anuais das atividades desenvolvidas, levando em conta o atendimento quantitativo, qualitativo e o tempo de atendimento ao cidadão.

Cabe salientar que o cidadão primeiramente deve entrar em contato com o setor detentor da informação. Caso não tenha sucesso ou encontre alguma dificuldade, pode utilizar o canal da Ouvidoria.

Destaca-se que o cidadão tem sua identidade preservada, conforme o Decreto Nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, Art. 7º: O órgão de apuração poderá requisitar informações sobre a identidade do denunciante quando indispensável à análise dos fatos relatados na denúncia. Parágrafo único. O compartilhamento de elementos de identificação do denunciante com outros órgãos não implica a perda de sua natureza restrita.

No caso de retaliação de um denunciante, há legislação própria e esta denúncia é feita diretamente à Controladoria Geral da União (CGU).

15.5.2 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), o Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012 e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, estabelecem que órgãos e entidades públicas

devem divulgar, independentemente de solicitações, informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal e em observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Conforme previsto, qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades. A regra é a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

Os órgãos e entidades públicas devem proteger suas informações pessoais, restringindo o acesso a quaisquer dados relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem. Além disso, tais dados não podem ser acessados por outras pessoas, incluindo servidores públicos não autorizados, a não ser com a sua autorização por escrito ou por decisão de juiz em processo do Poder Judiciário.

15.5.3 TRANSPARÊNCIA ATIVA E PASSIVA

A transparência ativa está prevista de forma detalhada na legislação, indicando o local que deve ser divulgada e as informações que devem ser inseridas. O IFC cumpre a legislação, trazendo no site da reitoria e dos campis, a aba “Acesso à Informação”.

O conteúdo das informações da Reitoria pode ser visualizado no seguinte endereço: (https://acessoainformacao.ifc.edu.br/)

Quanto à transparência passiva, todos os pedidos de informação são analisados e respondidos. Cabe ressaltar que se o cidadão não ficar satisfeito com a resposta, poderá entrar com recursos de primeiro e segundo grau, sendo que o recurso de segundo grau é respondido

pela autoridade máxima da gestão. Se ainda entender que a resposta não contempla seu pedido, pode encaminhar recurso à Controladoria Geral da União (CGU).

15.5.4 PLANO DE DADOS ABERTOS

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal foi instituída em 2016 por meio do Decreto no 8.777. Nele, foram estabelecidos objetivos, regras e diretrizes para a disponibilização e sustentação de dados abertos governamentais.

O Plano de Dados Abertos (PDA) é o instrumento que operacionaliza a Política de Dados Abertos, pois organiza o planejamento das ações de implementação e promoção da abertura de dados de cada órgão. O Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA) regulamentou o Decreto estabelecendo normas complementares sobre a elaboração, conteúdo e publicação de Planos de Dados Abertos, por meio da Resolução no 3, de 13 de outubro de 2017.

O Plano de Dados Abertos (PDA) do IFC (IFC) tem o propósito de tornar pública as ações e estratégias organizacionais que nortearão as atividades de implementação e promoção da abertura de dados de forma institucionalizada e sistematizada. Confira o PDA do IFC acessando aqui.

15.5.5 MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DA LAI

Todas as ações previstas na Lei de Acesso à Informação são monitoradas pela autoridade de monitoramento da LAI, que tem como dever garantir a implantação da LAI, a qual acaba efetuando os mesmos procedimentos da Ouvidoria quanto às análises das demandas. Porém neste caso, são dois relatórios, um do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) e outro referente a transparência pública da Instituição.

Evidencia-se que o prazo interno para resposta ao cidadão é de sete dias, prorrogáveis com justificativa baseada na legislação vigente.

15.5.6 CANAIS DE COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO

1) Via internet, por intermédio das seguintes opções:

a) Plataforma Fala.BR (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação), pelo endereço: (https://falabr.cgu.gov.br/). Por meio desta, o usuário preenche os dados de cadastro e registra sua manifestação de Ouvidoria ou seu pedido de informação, o funcionamento é em tempo real todos os dias da semana 24h por dia;

b) Site da ouvidoria, pelo endereço: (https://ouvidoria.ifc.edu.br/). Neste, o interessado obtém todas as informações necessárias quanto a manifestações de Ouvidoria ou pedido de informação para registrar o mesmo no sistema Fala.BR.

c) Via telefone da Ouvidoria, apenas orientação, pelos números: (47) 3331-7804 ou (47) 3331- 7800. Por este meio, o cidadão pode

esclarecer dúvidas quanto às manifestações de Ouvidoria ou pedido de informação e receber a orientação para registrar o mesmo no sistema Fala.BR, ou pode agendar um momento com o gestor do SIC para falar pessoalmente sobre o caso. É possível efetuar o registro da sua demanda no setor de Ouvidoria, onde é disponibilizado um computador com acesso à Internet.

d) Via e-mail da Ouvidoria: apenas orientação, ouvidoria@ifc.edu.br. Por este meio, o cidadão pode esclarecer dúvidas, receber orientações ou, ainda, agendar um momento para conversar pessoalmente com um servidor da Ouvidoria ou do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), para registrar no FalaBR a sua demanda.

16

EDUCAÇÃO A DISTANCIA

16. EDUCAÇÃO A DISTANCIA

O histórico da Educação a Distância (EaD) no IFC remonta à primeira oferta de curso na modalidade que aconteceu no ano de 2013, com o curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ofertado pelo programa da Rede E-Tec Brasil, executado junto aos Campi Concórdia e Camboriú. Nos anos de 2016 e 2017, foram ofertados cursos de Qualificação Profissional – que independem de autorização e reconhecimento – via Plataforma Moodle. Dentre eles o curso de Recepção Docente, Recepção TAE, ECApacitação - Formação de Agentes de Proteção Básica, Atendimento Educacional Especializado e o curso de Libras - Língua Brasileira de Sinais.

Ainda no ano de 2017 o IFC foi credenciado para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância por meio da Portaria MEC nº 919, de 15 de agosto de 2017. Dessa forma, em 2017 o IFC passou a ofertar o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Profissional e Tecnológica de forma intercampi através da plataforma Moodle.

Em 2019 passou a constituir o organograma do IFC o Centro de Educação a Distância (CEaD), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino. Em 2020, o CEaD ofertou o Treinamento Regularmente Instituído: Tecnologias da Informação e Comunicação no Contexto Educacional como capacitação para servidores do IFC.

Desde este período, vários movimentos foram organizados para concentrar no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

(AVEA) institucional as ofertas já existentes nos campi, bem como para organizar o planejamento das demandas que passaram a ser levantadas em cada campus. A fim de implantá-las, foi necessária a composição de uma equipe multidisciplinar, vinculada ao CEaD, contando com representantes de diferentes campi, que se dedicaram à organização e apoio à oferta dos cursos EaD, com utilização de tecnologias de informação e comunicação, no intuito de favorecer interações significativas como estratégia de democratização do acesso e das formas de aprendizagem.

Em 2021, foram instituídos os Núcleos de Educação a Distância (NEaD), em especial, nos campi que possuíam oferta ou previsão de oferta em EaD. Em meados do mesmo ano houve a reoferta do treinamento, visando a capacitação dos servidores membros dos NEaDs dos campi do IFC, além dos demais servidores.

Em 2022, com a assessoria pedagógica e tecnológica do CEaD, foi iniciada a primeira oferta institucionalizada do curso de graduação Tecnologia em Sistemas para Internet na modalidade EaD, com sede no Campus Camboriú, avançando de forma significativa na proposta e objetivos desta metodologia no IFC.

Pretende-se continuar ampliando as possibilidades pedagógicas inerentes à EaD no IFC para a estruturação de cursos ou a oferta de componentes curriculares nesta modalidade. A fim de implantá-los, há a necessidade de fortalecimento da equipe multiprofissional dedicada à organização e funcionamento de cursos nessa modalidade, apoiando-se nas TDICs para possibilitar interações que construam aprendizagens individuais e, sobretudo, coletivas, como estratégia de democratização de acesso e de formas de aprendizagem.

Conforme concepção de EaD apresentada no PPI do IFC, para o período 2024-2028, a oferta da Educação a Distância no IFC, objetiva:

a) Qualificar a EaD como metodologia de ensino e aprendizagem com vistas à consolidação da cultura institucional quanto à esta modalidade;

b) Possibilitar aos campi a oferta de cursos à distância de qualidade socialmente referenciada nos diferentes níveis de ensino;

c) Democratizar formas de aprendizagem bem como atender demandas específicas decorrentes de características regionais;

d) Subsidiar os cursos presenciais, com o desenvolvimento de ambiente virtual para oferta de disciplinas na modalidade a distância, conforme normativas vigentes e projeto pedagógico de cada curso;

e) Integrar os campi do IFC por meio de ofertas multicampi;

f) Diversificar a oferta de modalidade educacional consonante ao perfil de potenciais novos estudantes para a instituição, por meio de cursos na modalidade a distância;

g) Promover a oferta de cursos e formação continuada para os servidores da Rede;

h) Viabilizar a gestão do AVEA, dispondo de ferramentas para gestão pedagógica, tecnológica e administrativa;

i) Estimular o autoestudo e o estudo colaborativo por meio da interação síncrona ou assíncrona, que permite a democratização de acesso à informação, a socialização do conhecimento e a inclusão digital com o uso de TDICs.

A área de abrangência da educação a distância no IFC é o estado de Santa Catarina, considerando a localização de nossos campi. No entanto, esta oferta pode ser extensiva a outros estados, considerando ações ou programas em rede das instituições públicas.

Enquanto modalidade e metodologia, o IFC entende que uma ação institucional responde mais proficuamente às necessidades e possibilidades para a oferta de cursos, programas e componentes curriculares em EaD. Para tanto, propõe que a infraestrutura física, tecnológica e de pessoal leve em conta condições existentes, e quando disponíveis, sejam destinados recursos para sua ampliação, com atribuições à reitoria e aos campi.

O CEaD atua no apoio à implantação, ampliação e a consolidação das ofertas formativas dos campi por meio da EaD, articulando os objetivos e as metas institucionais, sendo um espaço destinado ao apoio, ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos à distância de cada campus.

Dessa forma, o Centro colabora com a operacionalização e elaboração de Projetos Pedagógicos, contribuindo para a escolha do modelo e metodologia a ser adotado pelo campus, no que diz respeito aos elementos básicos de um curso que faz uso da metodologia EaD, bem como o uso das tecnologias e do AVEA para os cursos presenciais que utilizam desta metodologia. Por fim, o CEaD é também articulador da oferta de cursos por meio de convênios e programas externos conforme editais, como os programas da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Por sua vez, os campi do IFC podem se constituir como sede ou como polo associado, dependendo da organização da oferta do curso.

16.1 SEDE

A sede, no IFC, é definida como o campus de origem da oferta do curso EaD. Uma vez constituído como sede de oferta, o campus deve organizar-se como espaço destinado a receber e acompanhar o estudante para o desenvolvimento de cursos, programas e ofertas de EaD, inserindo-se nessa perspectiva a possibilidade de oferta pelos cursos de componentes curriculares, de forma integral ou parcial, nos limites estabelecidos pelo IFC.

Segundo os Referenciais de qualidade para a EaD a sede deve ter estrutura de secretaria para a gestão documental e Núcleo de Educação a Distância constituído, bem como toda a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica, para o desenvolvimento e implementação dos cursos ofertados (Brasil, 2007).

Conforme a proposta e objetivo de oferta do curso, o campus sede poderá definir polos de apoio presencial adicionais.

16.2 POLOS

Um campus do IFC, mediante aceite, pode se estruturar como polo associado a outro campus que se configura como sede de oferta de um curso. Assim como na sede, o polo de oferta também se configura como local de acompanhamento e recebimento do estudante, para realização de cursos, programas e ofertas de EaD.

Para tanto, o polo precisa considerar a demanda levantada pela comunidade interna, externa e arranjos produtivos, sociais e culturais locais, bem como a infraestrutura necessária que oportunize

a oferta de forma alinhada com a legislação vigente e as normativas institucionais para oferta de cursos na modalidade a distância

Não existe impedimento para o campus planejar a inclusão de polos visando futura expansão de cursos. No entanto, é importante ressaltar que o IFC não visa a oferta massificada de cursos na modalidade EaD, ou seja, a oferta de novas vagas deve estar atrelada a quantidade de docentes, corpo técnico-administrativo e infraestrutura, visando manter o mesmo padrão de qualidade e capacidade de atendimento dos cursos presenciais.

Estudos apontam para a importância do polo em sistemas de EaD, como local onde se oportunizarão as condições para a permanência e êxito do estudante, estabelecendo uma relação de proximidade entre este e o IFC, valorizando a expansão, a interiorização e a regionalização da oferta de educação pública, gratuita e de qualidade (Mota, 2009).

No caso do IFC, a possibilidade de os campi se tornarem polos contribui para qualificar o Instituto como local de referência na integração e desenvolvimento local e regional.

16.2.1 ESTUDO PARA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLOS

A implantação de polos no IFC deve levar em consideração a demanda levantada pela comunidade interna, externa e arranjos produtivos, sociais e culturais locais em conjunto com o planejamento de abertura de cursos previstos neste PDI.

16.2.2 ESTRUTURA DOS POLOS

O polo destina-se a receber e acompanhar os estudantes, oportunizando condições para apoio, permanência e êxito em atividades presenciais nos cursos na modalidade a distância.

Para atender a esta necessidade a infraestrutura básica de um polo deve contar, no mínimo, com laboratório de informática com acesso à Internet de banda larga, sendo os mesmos reservados aos estudantes da EaD em momentos de atividades previamente agendadas. Também deve contar com laboratórios de ensino, salas para apoio pedagógico e atendimento aos estudantes, salas para avaliações presenciais, secretaria e biblioteca física e virtual.

Como parte da estrutura disponível para a oferta de cursos na modalidade EaD nos polos, o IFC conta hoje com acervo de mais de 18 mil títulos de e-books das mais variadas áreas do conhecimento, disponíveis a todos os estudantes e servidores do Instituto.

16.3 METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS

A EaD no IFC baseia-se em diferentes metodologias e tecnologias de informação e comunicação que permitem comunicação síncrona e assíncrona, oportunizando o desenvolvimento pessoal e coletivo dos estudantes. Os materiais didáticos, identificados como textos-base, são elaborados utilizando-se de linguagem dialógica e disponibilizados em AVEA, observando concepções e objetivos expressos no Projeto Pedagógico do Curso, na matriz curricular e no plano de ensino dos diferentes componentes curriculares.

Em complemento, os docentes selecionam e disponibilizam materiais de apoio, compostos de diferentes recursos com o objetivo de tornar significativa a aprendizagem e mediar a produção sistematizada de conhecimentos, possibilitando a interação do estudante com os diferentes conteúdos.

O AVEA permite a apresentação e acesso aos conteúdos e materiais de estudo do curso (textos, imagens, simulações, animações, vídeos, gráficos interativos, quiz, mapas interativos, clipes, mapas conceituais, infográfico e outros) e também a condução de atividades pelos docentes, por meio da mediação e interação com o estudante, na forma de comunicação síncrona ou assíncrona. Desta forma, atividades e orientações coletivas e individuais podem ser conduzidas, por meio de chats, troca de mensagens, fóruns, vídeos e webconferências, dentre outras.

16.3.1 TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Para desenvolvimento da EaD, o IFC conta com um conjunto variado de TDICs que visam ações acadêmico-administrativas e acessibilidade comunicacional entre e com a comunidade acadêmica e com comunidade externa, tais como:

1) ***Moodle:*** o *Moodle* (do inglês, Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é a TDIC usada pelo IFC como AVEA para o desenvolvimento de atividades na modalidade EaD. O Moodle administrado pelo IFC, disponível em ead.ifc.edu.br, garante a interação entre os estudantes e docentes através de diversos recursos, tais como chat, fórum, mensagem e e-mail, contando também com a exposição de textos, imagens e vídeos.

Recursos estes que podem ser utilizados em atividades síncronas e assíncronas, de acordo com a abordagem selecionada pelo docente e característica das atividades desenvolvidas, garantindo a acessibilidade comunicacional nas atividades da EaD desenvolvidas no IFC.

2) **Sigaa:** o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa), disponível em sig.ifc.edu.br, é um pacote de soluções modernas adquirido pelo IFC para os procedimentos relacionados à área acadêmica-administrativa, permitindo o gerenciamento das informações e atividades em todos os níveis de ensino. Esta TDIC permite ao docente fazer o controle de frequência, notas e conteúdo, dentre outros. Os estudantes também têm acesso pelo Sigaa ao Portal Discente, uma sessão que agrega uma série de funcionalidades que permitem autonomia para obter informações acadêmicas, realizar matrícula online, emitir histórico escolar, comprovante de matrícula e declaração de vínculo, visualizar informações de cursos e, até mesmo, assinarem documentos institucionais certificados digitalmente. Além disso, existem funcionalidades atreladas a pesquisa, extensão, monitoria, auxílios estudantis, necessidades especiais, dentre outros. Embora o Sigaa tenha sido customizado para o exercício de atividades remotas durante a pandemia, não se constitui no AVEA institucional. O AVEA institucional se encontra na página ead.ifc.edu.br.

3) **ConferênciaWeb:** é um serviço da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em nuvem que combina vídeo e áudio para a criação de salas virtuais voltadas para aulas, reuniões, palestras e projetos. No IFC é uma ferramenta especialmente usada para encontros síncronos audiovisuais por permitir diversas formas

de interação instantânea e colaborativa, tais como bate papo, compartilhar notas, imagens, arquivos ou mesmo a tela de um computador. Também colaborando como TDIC para a EaD no IFC, a ConferênciaWeb ainda permite integração com o Moodle e a gravação de aulas e encontros para disponibilização na plataforma EduPlay.

4) **Plataforma EduPlay:** A Plataforma é um serviço de acesso gratuito oferecido pela RNP voltado para o ensino, pesquisa, saúde e cultura adequada à disponibilização de conteúdos educacionais. Na EduPlay podem ser disponibilizados streaming de vídeo e áudio (podcast) e ainda ser realizada transmissão ao vivo de eventos e transmissão de sinal de TV e de Rádio.

O Sistema permite total controle de acesso ao conteúdo disponível, podendo ser público, privado entre outros níveis de acesso.

1) ***Google Workspace*:** também como forma de interatividade entre e com a comunidade acadêmica e com comunidade externa, o IFC utiliza a plataforma integrada de colaboração fornecida pela Google em seu pacote *Google Workspace for Education*, na qual são disponibilizadas para a comunidade acadêmica diversas TDICs, tais como *e-mail, chat*, webconferência, calendário e armazenamento arquivos compartilhados. Quanto aos arquivos compartilhados, vale ressaltar a possibilidade de elaborar e desenvolver colaborativamente textos, planilhas, apresentações, formulários, anotações com a comunidade acadêmica e/ou comunidade externa.

2) **Redes sociais do IFC:** as redes sociais do IFC, Facebook, Instagram e YouTube são usadas de forma integrada a outras TDICs para amplificar as ações do Instituto e possibilidades de

atuação na EaD. Por exemplo, transmissões audiovisuais em tempo real são realizadas pelo Facebook e YouTube a partir de ferramentas como ConferênciaWeb, Google Meet e StreamYard. Como forma de garantir a acessibilidade comunicacional, a maioria das transmissões são acompanhadas de interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e audiodescrição dos participantes.

3) **Site Institucional:** o site institucional do IFC, disponível em ifc.edu.br, é uma ferramenta de comunicação tanto com a comunidade acadêmica quanto com a comunidade externa. Através dele é possível navegar e encontrar diversas informações pertencentes ao IFC e às comunidades na qual a instituição está inserida através dos seus 15 campi. Dentre as informações contempladas pelo site, e disponíveis para o público em geral, pode-se pesquisar por calendários acadêmicos, Políticas Institucionais, informações aos estudantes ingressantes e candidatos, acesso ao portal público e aos sites dos campi. O site é estruturado respeitando as diretrizes de acessibilidade previstas no modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Tal estrutura torna possível, através de leitores de tela, a experiência de navegação por pessoas com deficiência visual.

16.4 OFERTA DE CURSOS E COMPONENTES CURRICULARES

Ao longo dos últimos anos o IFC vem aumentando consideravelmente a oferta de cursos na modalidade EaD em diferentes níveis de ensino. Sendo assim, a expansão de vagas e oferta de novos cursos estão articulados com o Plano de Oferta de Cursos e Vagas, disponibilizados em capítulo específico deste PDI.

Além da previsão de ampliação de cursos e vagas na modalidade à distância, há a possibilidade de aumento da oferta de componentes curriculares em EaD nos cursos presenciais do IFC que fazem uso dessa importante modalidade de ensino como meio de alcance dos objetivos formativos e alcance do perfil de egresso almejado. Desta forma, os cursos presenciais poderão destinar componentes curriculares, com carga horária parcial ou integral, utilizando-se dos recursos tecnológicos e metodologia de EaD, conforme os limites fixados em legislação nacional e em documentos institucionais.

16.5 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DE PESSOAL

A infraestrutura necessária para o desenvolvimento da EaD contempla alguns pontos importantes relacionados à infraestrutura física, tecnológica e de pessoas:

a) Docentes com formação adequada para atuação na modalidade a distância (os docentes dos componentes curriculares na modalidade a distância são docentes lotados nos campi e poderão atuar em colaboração intercampi);

b) Equipe multidisciplinar constituída com suporte técnico e pedagógico alinhada às especificidades da modalidade a distância;

c) AVEA que possibilite a mediação pedagógica e a utilização de ferramentas adequadas ao processo de ensino e aprendizagem na EaD;

d) Laboratórios de informática com acesso a computadores e com internet adequada;

e) Salas de estudo e atendimento ao estudante;

f) Biblioteca;

g) Laboratórios técnicos e pedagógicos (dependendo das especificidades dos cursos ofertados).

Quanto aos campi, a infraestrutura física e tecnológica pressupõe a utilização compartilhada de recursos e espaços, como laboratório de informática com acesso à internet, sala de coordenação, sala de atendimento para tutoria e atendimento presencial, auditório e/ou sala multiuso para atividades presenciais, laboratórios técnicos e pedagógicos, biblioteca, registro acadêmico, sistemas/softwares específicos e espaços para convivência.

Quanto ao pessoal, os campi contam com Equipes Multidisciplinares - os NEaDs - com profissionais qualificados para atuarem nas frentes de suporte técnico e pedagógico.

Como parte do planejamento para suporte à EaD, os campi do IFC foram equipados com um conjunto de recursos tecnológicos, contando com câmera filmadora e fotográfica, kit de iluminação, microfones, mesa digitalizadora e computador para edição de conteúdos audiovisuais.

Como condições importantes para a expansão da EaD a serem contempladas pelo IFC, estão:

1) **Infraestrutura tecnológica:** buscar espaço em servidor de infraestrutura computacional compatível com as demandas previstas para os próximos anos;

2) **Infraestrutura de pessoas:** fortalecer a equipe multiprofissional do CEaD com profissionais da área multimídia, audiovisual,

edição; tecnologia educacional; designer gráfico; designer educacional; revisor de texto e técnico em Tecnologia da Informação, possibilitando maior e melhor suporte quanto às ações vinculadas à EaD.

16.6 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO EM EAD

Alinhada à diretriz organizacional de oportunizar a capacitação conforme os interesses e necessidades da Instituição, o CEaD realiza periodicamente ações de capacitação profissional para o corpo docente e técnico-administrativo da instituição.

Entre os objetivos de formação para atuação em EaD contidos nas capacitações promovidas pelo CEaD, estão:

a) Auxiliar os profissionais da educação a reconhecer a presença e as potencialidades do uso das tecnologias nas diferentes modalidades de ensino;

b) Perceber os papéis dos sujeitos da educação na utilização das TDICs;

c) Apresentar estratégias de planejamento e organização dos conteúdos considerando o uso das TDICs;

d) Desenvolver a habilidade para a utilização significativa de ferramentas tecnológicas digitais no processo de ensino-aprendizagem;

e) Apresentar plataformas educacionais disponíveis no âmbito do IFC;

f) Conhecer e praticar o uso da plataforma Moodle.

16.7 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

O material didático para as disciplinas ou conteúdos curriculares em EaD é produzido pelo docente da disciplina com o suporte do CEaD/NEaD. A produção se inicia com a proposição do conteúdo pelo docente. CEaD e NEaD, na interlocução com o docente, faz propositurа de ordem pedagógica e estrutural - desenho educacional. Após a finalização da produção do conteúdo e dos materiais de aprendizagem, estes são encaminhados ao design gráfico para a diagramação, edição de vídeo, inclusão de LIBRAS e inserção no AVEA.

O material, atualmente, é todo postado no AVEA. Não produzimos material impresso, salvo situações excepcionais, como por exemplo, o curso de EJA em razão do público alvo ter, em muitos casos, dificuldades de acesso à internet.

17

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

17. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

17.1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFC

A Avaliação Institucional no âmbito do IFC é um instrumento indispensável para orientar e qualificar as práticas e processos com base em indicadores que expressem o entendimento institucional de qualidade, princípio previsto no Artigo 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988. Trata-se de uma política educacional a serviço da elaboração de outras políticas institucionais, podendo, portanto, ser empregada como instrumento de gestão democrática e participativa.

Entendida dessa forma, a avaliação institucional fomenta uma cultura em que as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição estão atreladas a sua própria compreensão, isto é, ao seu autoconhecimento. Essa cultura de avaliação, por sua vez, transforma os atores da comunidade acadêmica em sujeitos da avaliação, contribuindo assim para que os mesmos, ao compreenderem seu protagonismo no processo avaliativo, passem a se comprometer com as mudanças necessárias e a empreender o esforço conjunto para que elas se concretizem.

17.1.1 O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O PAPEL DA CPA

A autoavaliação institucional é um mecanismo de promoção do autoconhecimento institucional e de indução da sua qualidade. Ao final de cada ciclo avaliativo, um balanço crítico permite considerar a eficácia, a pertinência e o alcance das estratégias institucionais empregadas, apontar as dificuldades encontradas e elaborar ações futuras que possibilitem mitigá-las. Seus esforços são, portanto, a base para a melhoria da qualidade social, acadêmica e para o desenvolvimento da instituição como um todo.

A autoavaliação é o eixo que organiza todos os componentes da avaliação institucional. Sob essa ótica, a autoavaliação está constantemente remetendo à relação entre o projeto institucional e a sua materialização, verificando se existe coerência interna entre eles e, em caso negativo, subsidiando as decisões de gestão que busquem corrigir as incongruências a partir do repensar da atuação institucional.

Esse caráter aberto e criativo da autoavaliação deve permitir, portanto, a análise crítica constante acerca das prioridades expressas no PDI.

A avaliação institucional é orientada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e demais legislações pertinentes. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão autônomo e responsável por planejar, coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como por sistematizar e disponibilizar as informações e os dados referentes ao processo avaliativo. Essa comissão tem autonomia institucional e seu principal objetivo é organizar os instrumentos de avaliação, sensibilizar a comunidade acadêmica para participação no processo avaliativo e socializar as informações de forma imparcial e fidedigna.

Atualmente, o IFC possui uma CPA Institucional constituída pelos presidentes das CPAs Locais, sendo que estas são compostas por representantes docentes, discentes e dos Técnico-administrativo em Educação de cada um dos campi e também por representantes da sociedade civil.

Conforme estabelecido na Resolução nº 69 - CONSUPER/2014, é dado à CPA o papel para acompanhar e subsidiar o PDI. Além disso, a CPA detém a prerrogativa de elaborar tanto os procedimentos quanto os instrumentos de autoavaliação a serem empregados pela instituição. Por fim, cabe ainda à CPA o correto preparo e a ampla divulgação dos dados das coletas, em interlocução com o CONSUPER e o CONCAMPUS na promoção de ações de melhoria institucional a partir dos resultados da avaliação.

No Art. 14 da Resolução 69, estão listadas as competências dispostas pela Resolução:

Art. 14 – Compete à CPA:

I. Acompanhar e subsidiar o PDI e o PPI;

II. Organizar os procedimentos e instrumentos a serem usados na autoavaliação da instituição, incluindo a formação de grupos de trabalho visando agilizar o processo;

III. Produzir informações sobre a realidade do IFC;

IV. Articular a participação de toda a comunidade interna e externa no processo de autoavaliação institucional;

V. Promover seminários, capacitações e debates avaliativos;

VI. Garantir a fidedignidade e transparência na coleta de dados e informações em todas as atividades avaliativas;

VII. Elaborar relatórios da autoavaliação institucional;

VIII. Promover a ampla divulgação dos resultados da autoavaliação institucional por meio de relatórios, informativos e boletins, incluindo processos e métodos utilizados;

Sugerir ao CONSUPER e ao CONCAMPUS ações de melhoria institucional a partir dos resultados da autoavaliação.

A autoavaliação institucional é realizada anualmente e conta com um relatório institucional, abrangendo todos os campi, e relatórios locais, considerando as especificidades de cada campus.

A metodologia utilizada para a composição, sensibilização, aplicação, análise e divulgação dos resultados da coleta de dados está fundamentada nas premissas do Plano Estratégico das ações da CPA e nos termos da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014.

17.1.2 DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A divulgação dos resultados da autoavaliação tem por objetivo tomar os dados da avaliação como pressupostos para conferir legitimidade às decisões da Gestão, no que se refere às políticas institucionais, e configurar-se como ferramenta que permita o monitoramento, a comparação e o acompanhamento dos padrões de qualidade dos serviços ofertados pela instituição.

Ao final de cada ciclo avaliativo, é necessário realizar um balanço crítico da avaliação como um todo. Trata-se de um processo profundo de autoconhecimento, que baliza tanto a avaliação

externa subsequente quanto as possibilidades reais de intervenção institucional que conduzam ao aprimoramento contínuo e congruente da oferta educativa.

Alguns dos elementos norteadores que podem auxiliar na realização deste balanço crítico estão listados a seguir:

1) A análise e interpretação dos dados devem evidenciar o que foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI;

2) Os resultados da avaliação devem subsidiar a expansão da oferta com base em informações abrangentes e confiáveis acerca da realidade institucional;

3) A avaliação deve configurar-se como dispositivo referencial para nortear as discussões do planejamento institucional;

4) A avaliação deverá fornecer informações fidedignas para legitimar a tomada de decisões no âmbito da instituição;

5) A avaliação fornecerá um quadro global acerca da qualidade, do alcance e dos limites dos serviços ofertados pela instituição, contemplando o contexto, os processos e os atores envolvidos.

Nesse contexto, o relatório de avaliação tem como principal objetivo aproximar as necessidades e demandas percebidas pela comunidade acadêmica, favorecendo a percepção da gestão na tomada de decisões estratégicas. Além disso, busca evidenciar as ações institucionais decorrentes dos processos de avaliação interna e externa que subsidiaram melhorias na instituição, ou seja, de que modo o IFC conseguiu aliar os resultados de autoavaliações anteriores com o planejamento institucional, as necessidades de intervenção que foram atendidas e as melhorias alcançadas.

Em um contexto geral, considerando-se a média da percepção de todos os campi e dos três segmentos envolvidos (docente, técnico-administrativo e discente), o IFC demonstra atender de forma satisfatória a maior parte dos indicadores.

As autoavaliações institucionais realizadas pela CPA ao longo dos últimos cinco anos têm mostrado um avanço positivo no que diz respeito aos instrumentos desenvolvidos e utilizados pela Comissão para a realização dos seus trabalhos. O IFC tem procurado, em todos os documentos que remetem ao planejamento de suas ações, enfatizar a necessidade de apreciação das avaliações internas e externas que ocorrem ao longo de cada ano.

Desse modo, o planejamento para a melhoria dos processos e da ação institucional é desenvolvido de forma embasada, a partir das informações obtidas pela Avaliação Institucional.

17.2 CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFC

Para a elaboração do PDI 2024/2028, foram avaliados os resultados das avaliações da CPA, bem como as propostas de melhorias apontadas. Nesse processo, o IFC está tendo a oportunidade de se debruçar sobre as suas potencialidades e fragilidades, buscando estratégias para o fortalecimento e consolidação das ações institucionais bem-sucedidas e ressaltando o rigor no enfrentamento dos seus problemas.

Uma das metas expressas no PDI 2019-2023 foi a expansão do alcance da autoavaliação institucional, conforme disposto na página 139 do documento: “Considerando que a autoavaliação institucional

não é uma mera obrigação legal e entendendo que o IFC tem caráter diferenciado das demais instituições de ensino superior, uma vez que atua com diferentes níveis de ensino, tem-se como meta desenvolver, a médio e longo prazo, uma autoavaliação que possa abranger toda a comunidade acadêmica e também escolar, inserindo-se nesse processo, além dos estudantes e docentes do ensino superior, os estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio".

Está em construção, a política de Avaliação Institucional do IFC, com o objetivo de incluir o atendimento desta meta de ampliação expressa no PDI anterior. Nesse contexto, a Política será o documento orientador fundamental para a avaliação das práticas institucionais, cujos regramentos serão publicados posteriormente por meio de normativas internas. Sua discussão e construção coletiva representam um avanço importante para o fomento e a consolidação da Avaliação Institucional no IFC.

17.3 O MONITORAMENTO DO PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional terá vigência de 5 anos, de 2024 até 2028. A proposta é que sejam feitas revisões bianuais deste documento, na íntegra: uma ao final de 2025 e uma ao final de 2027.

Para fins de monitoramento e acompanhamento do Plano Estratégico Institucional, o IFC contará com o apoio de ferramentas digitais automatizadas, com painéis publicizados no Portal do IFC. Representantes de todas as unidades da organização devem participar desse processo, fornecendo e validando as informações do monitoramento.

Quanto aos indicadores estabelecidos no Plano Estratégico Institucional, estes serão acompanhados periodicamente pela área de Desenvolvimento Institucional, e pautados em Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs). As RAEs serão atribuídas ao Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFC, em conformidade com as atribuições estabelecidas.

Considerando que o monitoramento da estratégia deve ser articulado com o monitoramento do orçamento e da prestação de contas, o relatório de monitoramento das metas estabelecidas para cada indicador do Plano Estratégico Institucional será publicado anualmente, como parte integrante do Relatório de Gestão do IFC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Apresentação. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira.** São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 9-22.

AGOSTINI, M. R. **Correlações entre diferentes terminologias no contexto do terceiro setor: inovação social x empreendedorismo social x empresa social x negócio social.** IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. 2016. Disponível em: https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/178. Acesso em: 17 maio 2023.

ALMEIDA, Patrícia Albieri de; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina Muniz Rossa. Quais as razões para a baixa atratividade da docência por alunos do Ensino Médio? **Psicol. Ensino & Form.**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 103-121, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612014000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 abr. 2023.

ANDRADE, S., S. **Juventudes e processos de escolarização:** uma abordagem cultural. 2008. 258p. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

ARAÚJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723%3E. Acesso em: 18 jun. 2018.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramentos.

AZEVEDO, F. **Sociologia educacional.** Parte Terceira, Capítulo 1. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BASTOS, A. V. B. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário de reestruturação produtiva. In: BORGES-ANDRADE, G. S. A; MOURÃO, L. (Orgs.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho:** fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAUMVOL, L; SARMENTO, S. **Languages and internationalization of higher education: analysis of FAUBAI Conferences.** Disponível em: <http://www.faubai.org.br/conf/2018/submissions/modules/request.php?module=oc_program&action=view.php&id=47&file=1/47.pdf&c=1>. Acesso em 23 maio 2023.

BENEVIDES, M. V. Educação para a democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?lang=pt. Acesso em 19 jun. de 2023.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

_____. **Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007.** Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 29 ju. 2023.

_____. **Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja - e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840. Htm. Acesso em: 12 nov. 2023.

_____. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/dec5154_04.htm. Acesso em: 24 maio de 2023.

_____. **Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909.** Dispõe sobre a criação nas capitais dos estados da República de Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 01 abr. de 2023.

_____. **Decreto nº 9070, de 23 de outubro de 1911.** Dispõe sobre novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20novo%20regulamento%20%C3%A1s%20escolas,61%20da%20lei%20n. Acesso em: 01 abr. de 2023.

_____. **Decreto-lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Dispõe sobre a lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 01 abr. de 2023.

_____. **Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.741-2008?OpenDocument. Acesso em: 31 maio 2023.

_____. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 24 maio de 2023.

_____. **Lei no 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 02 maio 2023.

_____. **Lei No 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. Acesso em: 01 abr. de 2023.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dispõe sobre nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 01 abr. de 2023.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a. Acesso em: 01 abr. de 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 maio de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio.** Documento Base. Brasília: MEC/Setec, nov. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

_____. **Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020.** Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG. Disponível em: https://www.gov.br/funarte/pt-br/acesso-a-informacao-lai/institucional/governanca-institucional/gestao-estrategica/plano-estrategico-funarte/legislacao/instrucao-normativa-ndeg-24-de-18-de-marco-de-2020.pdf/view#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%2C%20avalia%C3%A7%C3%A3o,estruturado%20nos%20termos%20de%20art. Acesso em: 20 maio 2023

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação a distância.** 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf. Consultado em 19/07/2023.

_____. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão **Guia técnico de gestão estratégica.** V. 1.0. Brasília: ME/SEDGG/SEGES, 2019. Versão 1/2020. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/defeso/guia-tecnico-de-gestao-estrategica. Acesso em: 01 set. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Encontro Nacional de Gestores de Comunicação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/mec-faz-encontro-para-fortalecer-comunicacao-publica. Acesso em: 19 out. 2023.

CALDART, R. S. Educação do campo (verbete). In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Escola básica do campo (verbete). In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALEIRO, A. Uma análise do papel económico das eleições. **Economia e Sociologia**, Portugal, n. 84, p. 35-51, 2007.

CAPES. **Política Nacional de Pós-graduação, expressa no Plano Nacional de Pós- Graduação 2011-2020.** Brasília. Capes, 2010.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ**, 2003, n. 24, p. 05-15. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pthttps://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021.** Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

CORRÊA, V. As relações sociais na escola e a produção da existência do docente. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** V. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COUTO, A. F. R. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT: uma proposta para o planejamento integrador no Ifes** – campus Colatina. 155 f. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, dezembro de 2003. p. 40-52.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DEMO, P. **Conhecimento moderno:** sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Educar pela pesquisa.** 9. ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção educação contemporânea).

DIDIO, A. R.; WELP, A. K. de S. Internacionalização e línguas adicionais: uma descrição das políticas linguísticas da UFRGS. **Organon**, Porto Alegre, v. 34, n. 66, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/91048. Acesso em: 23 maio. 2023.

DIMENSTEIN, G.; ALVES, R. **Fomos maus alunos.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921–946, out. 2007.

FLORO, E F. **O trabalho docente e verticalização do ensino nos Institutos Federais.** Livro 3. Pernambuco: ENDIPE, 2014.

FRANÇA-FILHO, G. Terceiro setor, economia solidária, economia social e Economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Análise & dados**, Bahia, vol. XXII, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. **Educação e mudança.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral (verbete). In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (org.). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. São Paulo. Editora Cortez, 2011.

GOMES, M. J. Na senda da inovação tecnológica na educação a distância. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, ano 42, p. 181- 202, fev. 2008.

GOMES, N. L. (Org.) **Indagações sobre currículo:** diversidade e currículo–Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 17-47.

_____. **Diversidade e currículo.** Brasília: MEC, 2007.

GONÇALVES, N. G. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** um princípio necessário. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HL, M. J.; DRESCH, O. I. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o conhecimento. **Revista Dialogus.** Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 39-55, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios.** 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html? =&t=downloads. Acesso em: 09 abr. 2019.

KENSKI, V. M. Educação e comunicação: interconexões e convergências. **Educ. Soc.** vol. 29, n. 104. Campinas, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php? script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000300002. Acesso em: 02 out. 2018.

_____. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2008.

KNIGHT, J. **Internacionalização da educação superior:** conceitos, tendências e e desafios. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. 218 p. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/files/Internacionalizacao%20da%20educ%20superior%20-%20JANE%20KNIGHT%20-%20e-book.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023. [e-book].

KUENZER, A. Z. O ensino médio agora é para vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, v. 21, n.70, 2000, p. 15-39.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, M. F.; MASSON, G. Atratividade no ingresso e permanência na carreira docente em redes municipais de educação. **Educação**, n. 45, v. 1, p. 1–24. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984644438298. Acesso em: 31 maio 2023.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, v. 4, p. 1-18, 1978.

MALANCHEN, J. **A pedagogia histórico-crítica e o currículo:** para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais, Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/115677?mode=full. Acesso em: 01 jun. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MASSON, G. Requisitos essenciais para a atratividade e a permanência na carreira docente. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, 849–864. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017169078. Acesso em: 16 abr. 2023.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio.** Brasília: SETEC, 2007.

_____. **Microdados censo escolar [2017].** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados. Acesso em: 09 abr. 2023.

_____. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/busca-geral/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20746-organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Coopera%C3%A7%C3%A3o,%2C%20comerciais%2C%20sociais%20e%20ambientais. Acesso em: 13 jun. 2023.

_____. **Parecer CNE/CEB 11/2000.** Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Disponível em:

_____. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** 2007. Disponível em: 2007 http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf

_____. **Resolução Nº 6, de 8 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20atendimento%20da,Nacional%20de%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%20%E2%80%93%20PNAE. Acesso em: 16 maio 2023.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos.** Novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____. **O que é educação a distância.** 2002. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf. Acesso em: 01 out. 2023.

MORIN, E. **La mente bien ordenada.** Barcelona: Seix Barral, 2000.

MOTA, R. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, F.M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância:** o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009.

NÓVOA, A. **Formação de docentes e profissão docente.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4955743/mod_resource/content/1/Antonio%20Novoa%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20docentes%20e%20profiss%C3%A3o%20docente.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/destaque/Suzigan_2006_Mapeamento_Identificacao_e_Caracterizacao_Estrutural_de_APL_no_Brasil.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

ORTIGARA, C. Institutos Federais: uma nova concepção de educação ou reorganização administrativa? In: Colóquio Nacional, 2., 2013, Natal. **Anais**... Natal. A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, IFRN, 2013.

PACHECO, E. M. **Os institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PHILLS, J. A., DEIGLMEIER, K., MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review.** 2008. Disponível em: https:// ssir.org/articles/ entry/rediscovering_social_innovation. Acesso em agosto de 2023.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-32831997000200006. Acesso em: 01 jun. 2023.

PORTILHO, E. L. Aprendizagem ao longo da vida. **Revista Cenário Rural**, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Ano 3, n. 1. Brasília: SENAR, 2008.

_____. **Como se aprende?** estratégias, estilo e metacognição. Rio de Janeiro: Walk, 2008.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. et al (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica no brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

_____. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil:** um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EDUFRJ/EPSJV/FIOCRUZ, 2010.

RISTOFF, D. I. Considerações sobre a evasão. In: VASCONCELOS, S. I. et al (orgs.). **Expressão sobre a graduação.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1997. p. 09-32.

SACRISTÃN, J. G. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizada. In: MOREIRA, A. F. B. & GARCIA, R.L. (Orgs). **Currículo na contemporaneidade:** incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOMÉ, J. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul LTDA, 1998.

SANTOS, B. S. **Introdução à uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, R. Q. **Educação e extensão:** domesticar ou libertar? Petrópolis: Vozes, 1986.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, 12(34), 152-165. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-247820070 00100012. Acesso em: 01 jun. 2023

SCHENKEL, C. A. Educação Profissional no Brasil In: SCHENKEL, Cladecir Alberto. Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado. 2012. 348 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem: Artes Médicas Sul, Porto Alegre, 2000.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. In: PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. **Pedagogia universitária**. São Paulo. EDUSP, 2009, p.129-146.

SILVA, J. G. **A expansão, interiorização e implantação dos institutos federais.** Disponível em: https://jesuegraciliano.wordpress.com/reflexoes/a-expansao -interiorizacao-e-implantacao-dos-institutos-federais/. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, N. N. A diversidade cultural como princípio educativo. **Revista Paidéia:** Belo Horizonte, Ano 8, n. 11, p. 13-29, jul./dez. 2011. Disponível em: http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/1307 Acesso em 15 jun. 2023.

SILVA, P. **A expansão da educação superior e o trabalho docente no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.** 2015. 281 f. (Dissertação) - Mestrado em Educação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, T. T. et al. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SILVA, T. T. et al. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SOUZA, A. R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25. n. 3, p.123-40, dez. 2009. Disponível em https://www.scielo.br/j/edur/a/fF53XWVkxxbhpGkqvcfkvkH/?lang=pt Acesso 20 jun. 2023.

SUZIGAN, W. **Relatório consolidado identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil.** IPEA. Diretoria de Estudos Setoriais, 2006. Disponível em:

TARTUCE, G. L. B. P., et al. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. **Cad. Pesqui.** Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200008. Acesso em: 01 abr. 2023.

TEIXEIRA, A. S. **Educação para a democracia:** introdução à administração educacional. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

UNESCO. **Education for human development.** Brasília: UNESCO/ Instituto Ayrton Senna, 2005.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WIT, H., Hunter, F. O futuro da internacionalização do ensino superior na Europa. **Ensino Superior Internacional**, n. 83, p. 2–3, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.6017/ihe.2015.83.9073. Acesso em: 01 jul. 2023

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 101, p. 1287-1302, set/dez 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

APÊNDICE A
CHECK-LIST POCV

APÊNDICE A - CHECK-LIST POCV

Dimensões	Aspectos analisados	Descrição	Sim / Não	Observações
Ensino, Pesquisa e Extensão	Eixo Tecnológico	Este curso está dentro de um eixo tecnológico existente?		
	Verticalização	Este curso está dentro de um plano de verticalização?		
	Percentuais Legais	Qual a projeção dos percentuais legais para oferta de vagas no campus com a abertura do curso/turma? (50% técnico, preferencialmente integrado; 10% EJA-EPT; 20% formação de docentes)		
	Linhas de Pesquisa e Extensão	O curso dialoga e contribui com as linhas de Pesquisa e Extensão do campus, em consonância com a responsabilidade social da instituição, na perspectiva de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural?		
Pessoal	Docentes	Há docentes com formação e titulação adequada e em quantidade suficiente para abertura deste curso/turma, considerando o RAD?		
	Técnico-administrativo em Educação	Há Técnico-administrativo em Educação suficientes para o desenvolvimento do curso, considerando a abertura dos setores (biblioteca, registro acadêmico, atendimento aos estudantes, laboratórios, etc), demandas por atendimento técnico e especializado nos turnos de funcionamento do campus?		
	Terceirizados	Há terceirizados suficientes ou condições para a contratação visando o desenvolvimento do curso/turma?		
	RAP	Qual é a estimativa da relação aluno x docente? Ainda, por consequência a relação aluno x TAE?		

Infraestrutura	Salas de Aula	Há salas de aula suficientes e com as especificidades necessárias para abertura e integralização do curso?		
	Laboratórios	Há laboratórios suficientes e com as especificidades necessárias para atendimento das demandas do campus com a abertura e integralização do curso, incluindo equipamentos e insumos?		
	Biblioteca	O espaço físico, infraestrutura e acervo bibliográfico é suficiente para abertura e integralização do curso?		
	Espaços para atendimento aos estudantes	Há espaços para atendimento aos estudantes suficiente considerando a abertura e integralização do curso?		
	Espaços para convivência e alimentação	Há espaços para convivência e alimentação suficientes considerando a abertura e integralização do curso?		
	Espaços para desenvolvimento de ações de esporte, cultura e lazer	Há espaços suficientes para desenvolvimento de ações de esporte, cultura e lazer considerando a abertura e integralização do curso?		
	Espaços administrativos, especialmente sala de docentes e coordenação de curso	Há espaços administrativos suficientes considerando a abertura e integralização do curso/turma, em especial sala para docentes, coordenação de curso, etc?		
	Infraestrutura tecnológica	A infraestrutura tecnológica é adequada para a abertura e integralização do novo curso/turma, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência?		
	Adequações	Há necessidade de alguma adequação de infraestrutura para abertura e integralização do curso, além do que foi contemplado nos itens anteriores?		

Sociedade	APLs (Painel de Demandas)	O curso atende e contribui para o desenvolvimento dos APLs da região em consonância com a responsabilidade social da instituição, na perspectiva de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural?		
	Consulta Pública	A proposta já passou por algum tipo de consulta ou audiência pública? Já há estudo de viabilidade e manutenção da oferta de vagas?		
	Demanda regional	Existem cursos similares na região? Há demanda no mundo do trabalho identificada para a posterior inserção dos egressos?		

APÊNDICE B
PAINEL DE INDICADORES E METAS

APÊNDICE B – PAINEL DE INDICADORES E METAS

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base					Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
				2019	2020	2021	2022	2023					
OE1	Ind. 1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Meta por campus										
	Ind. 2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	Meta por campus										
	Ind. 3	Percentual de vagas em cursos de formação de docentes	Meta Institucional						14%	15%	16%	18%	20%
	Ind. 4	Número de matrículas equivalentes	Meta Institucional	19.634	19.909	19.193	21.373	–	19.000	20.000	21.000	22.000	23.000
	Ind. 5	Número de cursos de pós-graduação Lato Sensu verticalizados com cursos de graduação	Meta Institucional						8	8	8	8	8
	Ind. 6	Elaboração ou atualização de diretrizes para cada nível de oferta que contemple estratégias para avançar na formação integral e cidadã e no currículo integrado	Meta Institucional						5	6	7	7	8

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	Ind. 1	Elaboração ou atualização de diretrizes para cada nível de oferta que contemple estratégias para avançar na formação integral e cidadã e no currículo integrado.	Meta Institucional	Atualização da diretriz dos cursos técnicos integrados	Atualização da Organização Didática dos Cursos Criação diretriz para oferta de cursos verticalizados	Criação de diretriz para cursos técnicos subsequentes; Atualização das diretrizes da Qualificação Profissional, da EJA-EPT e da Educação do Campo	Atualização da política de pós-graduação Criação de diretriz para cursos de bacharelado e tecnologia	Atualização da Política de Formação de docentes
	Ind. 2	Percentual de PPCs de cursos regulares que avancem na qualificação dos currículos e implantação de ações integradas	Meta Institucional		50%	60%	80%	100%
	Ind. 3	Número de projetos de curso pilotos e indutores implantados, com arquitetura curricular inovadora para além dos elementos previstos nas diretrizes institucionais	Meta Institucional			1 EJA	1 Técnico	1 Graduação
	Ind. 4	Número de ofertas implantadas com articulação entre cursos técnico e de tecnologia, prevista nos respectivos PPCs, mediante aproveitamento de estudos, com base em itinerários formativos profissionais.	Meta Institucional			1	1	1
	Ind. 5	Índice de cursos com metodologias e organização do processo de ensino- aprendizagem que favoreçam a formação integral e cidadã e a materialização do currículo integrado	Meta Institucional	Formação GT	Publicação do instrumento			
	Ind. 6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	Meta por campus					

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	Ind. 1	Número de Editais Integrados;	Meta por campus					
	Ind. 2	Número de Programas e Projetos Integrados	Meta por campus					
	Ind. 3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	Meta por campus					
	Ind. 4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	Meta por campus					
	Ind. 5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	Meta por campus					
	Ind. 6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	Meta por campus					
	Ind. 7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	Meta por campus					
	Ind. 8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	Meta por campus					
	Ind. 9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	Meta por campus					
	Ind. 10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	Meta por campus					
	Ind. 11	Número de Programas e Projetos de Extensão	Meta por campus					
	Ind. 12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	Meta por campus					
	Ind. 13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	Meta por campus					
	Ind. 14	Número de Programas e Projetos de Inovação	Meta Institucional	15	16	16	17	17

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	Ind. 15	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Inovação	Meta Institucional	0,3%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%
	Ind. 16	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Inovação	Meta Institucional	0,240%	0,252%	0,244%	0,246%	0,248%
	Ind. 17	Porcentagem de processos de propriedade intelectual em relação aos Programas e Projetos de Inovação.	Meta Institucional	10%	10%	10%	10%	10%
	Ind. 18	Porcentagem de transferência de tecnologia em relação aos processos de Propriedade Intelectual do IFC.	Meta Institucional	1%	1%	1%	1%	1%
	Ind. 19	Número de programas, projetos e ações de Inovação.	Meta Institucional	12	13	14	15	16
	Ind. 20	Número de pedidos de Propriedade Intelectual.	Meta Institucional	32	34	36	38	40
	Ind. 21	Número de concessão de Propriedade Intelectual.	Meta Institucional	3	4	5	6	7
	Ind. 22	Número de Transferência de Tecnologia econômica.	Meta Institucional	1	1	1	1	1
	Ind. 23	Número de Transferência de Tecnologia social.	Meta Institucional	1	1	1	1	1

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE4	Ind. 1	Ampliação do número de respondentes da Pesquisa de Egressos	Meta Institucional	3%	3%	3%	3%	3%
	Ind. 2	Ampliação da representatividade de cursos respondentes na Pesquisa de Egressos	Meta Institucional	70%	80%	90%	95%	100%
	Ind. 3	Avaliação da Satisfação dos Egressos quanto à qualidade da formação e a preparação para o mundo do trabalho	Meta Institucional	Atualizar o instrumento	3	3	3	3
	Ind. 4	Coerência entre a área de formação e a atuação profissional	Meta Institucional	Acompanhamento percentual	Acompanhamento percentual	Acompanhamento percentual	Acompanhamento percentual	Acompanhamento percentual

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE5	Ind. 1	Percentual de orçamento de comunicação investido em campanhas, ações e materiais de divulgação;	Meta Institucional	5%	6%	7%	8%	10%
	Ind. 2	Número de pessoas alcançadas pelas publicações em mídias sociais	Meta Institucional	5%	8%	11%	14%	17%
	Ind. 3	Número de acessos ao site do IFC	Meta Institucional	8%	10%	12%	14%	16%
	Ind. 4	Número de publicações realizadas nas mídias sociais do IFC	Meta Institucional	3%	6%	9%	12%	15%
	Ind. 5	Número de inserções positivas na mídia	Meta Institucional	5%	8%	10%	12%	15%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	Ind. 1	Número de ações desenvolvidas pelos núcleos inclusivos (NEABI, NEGES, NAPNE, NEPI)	Meta Institucional	50	60	70	80	90
	Ind. 2	Número de capacitações para servidores com temáticas relacionadas à inclusão e a valorização da diversidade na perspectiva dos direitos humanos	Meta Institucional	20	30	40	50	60
	Ind. 3	Percentual de PPCs que contemplam de forma transversal conteúdos curriculares nas temáticas deficiência; história e cultura indígena e afro-brasileira; e, gênero e sexualidade	Meta Institucional	–	40%	60%	80%	100%
	Ind. 4	Percentual de páginas do site oficial do IFC e de funcionalidades dos sistemas integrados de gestão acessíveis com base nos parâmetros internacionais de acessibilidade na web	Meta Institucional	40%	55%	70%	85%	100%
	Ind. 5	Porcentagem de publicações institucionais acessíveis, conforme suas características, com interpretação em libras, audiodescrição, texto alternativo, dentre outros	Meta Institucional	5%	10%	15%	20%	25%
	Ind. 6	Número de estudantes com deficiência que ingressam no IFC	Meta Institucional	75	80	85	90	95
	Ind. 7	Número de estudantes negros (pretos e pardos) que ingressam no IFC	Meta Institucional	360	375	390	405	420
	Ind. 8	Número de estudantes indígenas que ingressam no IFC	Meta Institucional	12	14	16	18	20

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	Ind. 9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	Meta por campus					
	Ind. 10	Monitoramento de estudantes que ingressam por ações afirmativas	Meta Institucional	Formação de GT	Publicação do instrumento			
	Ind. 11	Número de recursos de tecnologia assistiva disponibilizados para estudantes com deficiência através de editais de auxílio	Meta Institucional	60	65	70	75	80
	Ind. 12	Número de campi com equipes mínimas de Atendimento Educacional Especializado	Meta Institucional	8	10	12	14	15
	Ind. 13	Percentual de estudantes que necessitam do atendimento educacional especializado e acompanhados pela Equipe de AEE	Meta Institucional	100%	100%	100%	100%	100%
	Ind. 14	Percentual de estudantes com deficiência acompanhados por profissionais de apoio, conforme necessidades indicadas pela equipe de AEE	Meta Institucional	60%	70%	80%	90%	100%
	Ind. 15	Número de unidades com no mínimo um tradutor e intérprete de Libras	Meta Institucional	12	13	14	15	16
	Ind. 16	Número de turmas ofertadas do Componente Curricular Optativo Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos regulares	Meta Institucional	3	4	4	5	5
	Ind. 17	Porcentagem de servidores egressos do curso Língua Brasileira de Sinais (Libras) ofertado pela instituição	Meta Institucional	1%	2%	3%	4%	5%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	Ind. 1	Publicação e atualização anual do Manual do Estudante	Meta Institucional	Elaboração do Manual	Publicação e divulgação do Manual	Atualização do Manual	Atualização do Manual	Atualização do Manual
	Ind. 2	Percentual da efetiva composição das equipes multiprofissionais, conforme portaria de dimensionamento da força de trabalho	Meta Institucional	60%	70%	80%	90%	100%
	Ind. 3	Construção de ferramenta de monitoramento da taxa de promoção de estudantes em vulnerabilidade social	Meta Institucional	Formação GT	Implantação da ferramenta			
	Ind. 4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	Meta por campus					
	Ind. 5	Número de ações e projetos culturais	Meta por campus					
	Ind. 6	Número de ações e projetos esportivos	Meta por campus					
	Ind. 7	Construção de orientações para constituição e organização de grêmio, centro acadêmico e Diretório Central dos Estudantes	Meta Institucional	Documento publicado				
	Ind. 8	Percentual de campi com todos os centros acadêmicos e grêmios estudantis formalmente instituídos	Meta Institucional	50%	60%	70%	85%	100%
	Ind. 9	Número de encontros de entidades estudantis organizados de forma itinerante	Meta Institucional	1	1	1	1	1
	Ind. 10	Porcentagem de estudantes da educação básica que são atendidos com almoço, além de lanche, em dias de aula em turno integral	Meta Institucional	Publicar ato normativo				100%
	Ind. 11	Número de Editais de Mobilidade Estudantil	Meta Institucional	2	3	4	4	4
	Ind. 12	Número de Estudantes em Mobilidade Estudantil	Meta Institucional	6	9	12	12	12

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	Ind. 1	Número de campi com Planos de Permanência e Êxito elaborados bianualmente a partir do diagnóstico das causas de evasão e retenção	Meta Institucional	15		15		15
	Ind. 2	Número de campi com Planos de Permanência e Êxito elaborados bianualmente contendo, no mínimo, ações de acolhimento, nivelamento, monitoria, organização dos horários escolares e do currículo com foco na aprendizagem do estudante	Meta Institucional	15		15		15
	Ind. 3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual	Meta por campus					
	Ind. 4	Porcentagem de campi com monitoramento, acompanhamento e análise das taxas de evasão e retenção	Meta Institucional		100%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base 2019	2020	2021	2022	2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE9	Ind. 1	Número de Cursos de Graduação e Técnico Subsequente na Modalidade EAD	Meta Institucional	2	3	3	4	4	2	3	3	4	4
	Ind. 2	Número de Cursos de pós-graduação na Modalidade EAD	Meta Institucional	2	3	3	4	4	2	3	3	4	4
	Ind. 3	Percentual de cursos regulares que contemplam uso de TICs enquanto metodologia para o desenvolvimento dos componentes curriculares	Meta Institucional		20%	30%	50%	60%		20%	30%	50%	60%
	Ind. 4	Percentual de PPCs de cursos regulares que contemplem conteúdos e uso de TICs para a vida e para o mundo do trabalho	Meta Institucional		20%	30%	50%	60%		20%	30%	50%	60%
	Ind. 5	Percentual de PPCs de cursos regulares que contemplem a previsão de e-books nas bibliografias (básicas ou complementares) dos componentes curriculares	Meta Institucional		20%	30%	50%	60%		20%	30%	50%	60%
	Ind. 6	Política de Arquivo Digital implantada e percentual de processos e documentação atendendo normas legais	Meta Institucional						Implan-tação da política	40%	60%	80%	100%
	Ind. 7	Percentual de documentação do Acervo Acadêmico Digital atendendo normas legais	Meta Institucional						20%	40%	60%	80%	100%
	Ind. 8	Percentual da efetiva composição das equipes multidisciplinares mínimas dos NEaDs e CEaD	Meta Institucional						60%	70%	80%	90%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base					Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
				2019	2020	2021	2022	2023					
OE9	Ind. 9	Número de unidades com sala de audiovisual multiuso implantada	Meta Institucional						8	10	12	14	16
	Ind. 10	Percentual de servidores capacitados para o uso de TICs com finalidade pedagógica e/ou administrativa no ano	Meta Institucional						10%	15%	20%	25%	25%
	Ind. 11	Número de pessoas que acessam os e-books nas plataformas administradas pelo SIBI/IFC	Meta Institucional						3000	4000	5000	6000	7000

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	Ind. 1	Percentual de execução do PLS	Meta por campus	Estabelecer diretriz (com linha de base) para qualificar o investimento em ações de sustentabilidade ambiental	Aumentar 1% em relação a 2023	Aumentar 2% em relação a 2023	Aumentar 3% em relação a 2023	Aumentar 4% em relação a 2023
	Ind. 2	Montante de orçamento investido em ações de sustentabilidade ambiental	Meta Institucional	Formação de GT	Aprovação no Consuper	Elaboração e execução de um Plano de Ação em todas as unidades	Elaboração e execução de um Plano de Ação em todas as unidades	Elaboração e execução de um Plano de Ação em todas as unidades
	Ind. 3	Política aprovada no Consuper durante a vigência deste PDI	Meta Institucional	3000	4000	5000	6000	7000

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	Ind. 1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	Meta por campus					
	Ind. 2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	Meta por campus					
	Ind. 3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Meta por campus					
	Ind. 4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Meta por campus					
	Ind. 5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Meta por campus					

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base					Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
				2019	2020	2021	2022	2023					
OE12	Ind. 1	Aprovação de diretrizes para implementação da Política de Avaliação Institucional	Meta Institucional						Aprovação da Política de Avaliação Institucional				
	Ind. 2	Percentual de participação dos servidores no processo de autoavaliação institucional;	Meta Institucional		51%	52%	38%		50%	55%	60%	65%	70%
	Ind. 3	Percentual de participação dos estudantes no processo de autoavaliação institucional;	Meta Institucional		5,5%	5,14%	3%		5%	7%	9%	12%	15%
	Ind. 4	Percentual de cursos regulares que realizaram a avaliação interna de cursos;	Meta Institucional						50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base					Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
				2019	2020	2021	2022	2023					
OE13	Ind. 1	Índice Geral de Gestão e Governança Pública - IGG	Meta Institucional	35%		45,20%			50%		60%		70%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base					Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
				2019	2020	2021	2022	2023					
OE4	Ind. 1	Número de editais de apoio à publicação de livros de autoria/ organização de servidores do IFC.	Meta Institucional			1	1	1	2	2	2	2	2
	Ind. 2	Número de editais de apoio à publica-ção de livros de autoria/organização de estudantes e egressos do IFC.	Meta Institucional					1	1	1	1	1	1
	Ind. 3	Número de editais de auxílio à tradu-ção e revisão de artigos científicos para publicação.	Meta Institucional		1		2	2	2	2	2	2	2
	Ind. 4	Número de livros publicados pelos servidores - Editora IFC	Meta Institucional						15	16	17	18	19
	Ind. 5	Número de livros publicados pelos estudantes e egressos - Editora IFC	Meta Institucional						4	5	5	5	5
	Ind. 6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	Meta por campus										

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE15	Ind. 1	Revisar a Política de Saúde e Segurança do Trabalho	Meta Institucional	Política revisada	--	--	--	--
	Ind. 2	Elaborar um Plano de Ação para execução da Política de SST (anual)	Meta Institucional	Plano de Ação elaborado	Plano de Ação elaborado	Plano de Ação elaborado	Plano de Ação elaborado	Plano de Ação elaborado
	Ind. 3	Percentual de execução do Plano de Ação SST	Meta Institucional	--	100%	100%	100%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base					Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
				2019	2020	2021	2022	2023					
OE16	Ind. 1	Percentual de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP);	Meta Institucional		9.09%	20,44%	28%		35%	35%	38%	38%	40%
	Ind. 2	Percentual de docentes capacitados	Meta Institucional	18%	36%	63%	34%		50%	50%	50%	50%	50%
	Ind. 3	Percentual de Técnico-administrativo em Educação capacitados	Meta Institucional	25%	32%	44%	28%		50%	50%	50%	50%	50%
	Ind. 4	Percentual de gestores capacitados	Meta Institucional	28,99%	63,68%	71,66%	62,09%		100%		100%		100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Linha de base					Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
				2019	2020	2021	2022	2023					
OE17	Ind. 1	Taxa de alcance da infraestrutura mínima conforme definição no PDI	Meta Institucional					60%	60%	70%	80%	90%	100%
	Ind. 2	Taxa de execução do Relatório circunstanciado de Acessibilidade	Meta Institucional						20%	40%	60%	80%	100%
	Ind. 3	Taxa de execução do PDTI (ações planejadas X ações implementadas)	Meta Institucional						70%	70%	80%	80%	80%
	Ind. 4	Taxa de investimento em TI	Meta Institucional	R$ 564.247,00	R$ 210.753,67	R$ 170.522,30	R$ 1.214.620,11		2%	2%	2%	2%	2%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Abrangência	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE18	Ind. 1	Montante orçamentário inscrito em restos a pagar (custeio)	Meta Institucional	30%	25%	20%	15%	15%
	Ind. 2	Índice de liquidação orçamentária	Meta Institucional	50%	55%	60%	70%	70%
	Ind. 3	Índice de empenho	Meta Institucional	65%	75%	80%	90%	90%

PLANO ESTRATÉGICO – CAMPUS ARAQUARI

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE18	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	42%	44%	46%	48%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT		3%	6%	6%	8%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	22	24	26	28	30
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	10	12	14	16	18
	I9	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2024	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2025	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2026	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	20%	25%	30%	35%	40%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	20%	20%	20%	20%	20%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	4	5	6	7	8
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	4	5	6	7	8
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2024	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2025	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2026	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	39%	41%	43%	46%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	10%	10%	10%	10%	10%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	6	8	10	12	14
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	1	2	3	4	5
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2024	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2025	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2026	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS BLUMENAU

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	43%	45%	47%	49%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	10%	10%	10%	10%	10%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	6	8	10	12	14
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	2	3	4	5	6
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2024	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2025	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2026	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS BRUSQUE

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	60%	60%	60%	60%	60%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT		6%	10%	10%	10%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	6	8	10	12	14
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	9	11	13	15	17
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2024	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2025	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2026	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS CAMBORIÚ

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	44%	45%	46%	46%	46%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	14%	14%	14%	14%	14%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	10	12	15	20	25
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	12	15	17	19	21
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2024	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2025	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2026	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS CONCÓRDIA

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	41%	43%	45%	47%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT		3%	6%	6%	8%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	22	24	26	28	30
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	12	15	17	19	21
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2024	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2025	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2026	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS FRAIBURGO

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	60%	60%	60%	60%	60%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	10%	10%	10%	10%	10%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	6	6	8	10	12
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	2	3	4	5	6
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS IBIRAMA

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	50%	50%	50%	50%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	10%	10%	10%	10%	10%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	4	6	8	10	12
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	6	7	8	9	10
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS LUZERNA

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	50%	50%	50%	50%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT		6%	10%	10%	10%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	12	14	14	16	16
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	6	7	8	9	10
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS RIO DO SUL

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	37%	40%	43%	46%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT		4%	6%	6%	8%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	12	14	15	18	20
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	4	5	6	7	8
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	50%	50%	45%	40%	40%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT		10%	15%	20%	20%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	16	17	18	19	20
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	2	3	4	5	6
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS SÃO BENTO DO SUL

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	50%	50%	50%	50%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT		4%	6%	8%	8%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	4	6	8	10	12
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	7	8	9	10	11
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	46%	47%	48%	49%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	10%	10%	10%	10%	10%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	4	6	8	10	12
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	5	6	7	8	9
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO

CAMPUS VIDEIRA

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE1	I1	Percentual de vagas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio	46%	47%	48%	49%	50%
	I2	Percentual de oferta de vagas em cursos EJA-EPT	8%	8%	8%	8%	8%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	I1	Número de Editais Integrados;	1	1	1	1	1
	I2	Número de Programas e Projetos Integrados	2	2	2	2	2
	I3	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos Integrados	1%	2%	3%	4%	5%
	I4	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos Integrados	1%	1,5%	2%	2,5%	3%
	I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	6	8	10	12	14
	I6	Porcentagem de Servidores em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	7%	9%	11%	13%	15%
	I7	Porcentagem de estudantes em Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	1%	2%	2%	3%	3%
	I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	9	11	13	15	17
	I9	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Pesquisa	10%	12%	14%	16%	18%
	I10	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Pesquisa	1,50%	1,70%	1,90%	2,1,%	2,20%
	I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	2	2	2	2	2
	I12	Percentual de Servidores em Programas e Projetos de Extensão	1%	2%	3%	4%	5%
	I13	Percentual de estudantes em Programas e Projetos de Extensão	1%	1,50%	2%	2,50%	3%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE6	I9	Porcentagem de estudantes provenientes de ações afirmativas em Programas e Projetos Integrados	2,0%	2,5%	3,0%	3,5%	4,0%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	I4	Porcentagem de estudantes em vulnerabilidade socioeconômicas (ingressantes pela ação afirmativa baixa renda ou atendidos pelo PAE) envolvidos em programas ou projetos de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação	2%	2,50%	3%	3,50%	4%
	I5	Número de ações e projetos culturais	2	4	6	8	10
	I6	Número de ações e projetos esportivos	2	4	6	8	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE8	I3	Índice de execução das ações previstas no Plano de Permanência e Êxito bianual		80%		100%	

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE10	I1	Percentual de execução do PLS	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2023	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala superior	Classificar em escala igual ou superior em relação a 2027

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE11	I1	Percentual de ações de extensão com parcerias vigentes;	1%	2%	3%	4%	5%
	I2	Percentual de programas e/ou projetos de pesquisa com parcerias vigentes	1%	2%	3%	4%	5%
	I3	Percentual de programas e projetos de extensão alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I4	Percentual de programas e projetos de pesquisa alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%
	I5	Percentual de programas e projetos de ensino alinhados com os ODS	Implementação de monitoramento	50%	55%	60%	65%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	I6	Percentual de servidores que publicam (livros e capítulos de livros publicados; artigos publicados em periódicos; trabalhos completos publicados em anais de eventos).	10%	12%	14%	16%	18%

PLANO ESTRATÉGICO – REITORIA

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE2	I6	Percentual de servidores participantes de formação continuada nos temas concepções da EPT, metodologias e avaliação do processo de ensino-aprendizagem	50%	60%	70%	80%	100%

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE3	OE3-I1	Número de Editais Integrados	1	1	1	1	1
	OE3-I2	Número de Programas e Projetos Integrados	30	30	30	30	30
	OE3-I5	Número de Programas e Projetos de Ensino e Monitoria	20	22	23	24	25
	OE3-I8	Número de Programas e Projetos de Pesquisa	60	62	64	66	68
	OE3-I11	Número de Programas e Projetos de Extensão	10	10	10	10	10

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE7	OE7-I11	Número de Editais de Mobilidade Estudantil	2	3	4	4	4

Cód. Objetivo	Cód. Indicador	Nome do Indicador	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
OE14	OE 14-I6	Número de Programas e Projetos de Inovação	10%	12%	14%	16%	18%

APÊNDICE C PLANILHAS DA ESTRUTURA ATUAL E NOVAS ESTRUTURAS DAS UNIDADES DO IFC

APÊNDICE C – PLANILHAS DA ESTRUTURA ATUAL E NOVAS ESTRUTURAS DAS UNIDADES DO IFC

ESTRUTURA ATUAL – ABELARDO LUZ

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Bloco com 4 salas de aula	375	[1]	Reforma	Parcial	Não	Alta	[Ampliação necessária em apenas uma das salas]
1.2	Sala de aula	59,67	1			Não		
2	**Laboratórios**							
2.1	Laboratório de informática	36,01	1		Integral	Não		
2.2	Laboratório didática/ brinquedoteca	41,46	1		Integral	Não		
2.3	Biblioteca	65,46	1		Integral	Não		

3	**Salas de professores**							
3.1	Salas de professores	103,87	1			Não	Alta	
4	**Auditório**							
4.1	Auditório	198.88	1			Não	Alta	
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Sala do Sisae	6,46	1			Não	Alta	
5.2	Registro Acadêmico	17,34	1			Não	Alta	
5.3	Casa funcional	87,66	1			Não	Alta	
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Cozinha	71,1	1			Não	Alta	
6.2	refeitório	97.70	1			Não	Alta	
6.3	Recepção de alimentos, depósitos de alimentos e de lixos	71.19				Não	Alta	
6.4	Vestiários de servidores terceirizados	31.34				Não	Alta	
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Alojamento/moradia estudantil capacidade 72 lugares, contendo dormitórios, sanitários, lavanderia, lava botas, vestiário, varanda, sala de estudo e sala de estar.	704.84	1			Não	Alta	
7.2	Pátio Coberto	107.81	1			Não	Alta	

8	**Sanitários**							
8.1	Sanitários e vestiário masculino Alunos	30.69	1			Não	Alta	
8.2	Sanitário e Vestiário Feminino alunos	30.74	1			Não	Alta	
8.3	Sanitários masculino servidores	11,53	2			Não	Alta	
8.4	Sanitários feminino servidores	11,32	2			Não	Alta	
9	**Àrea Administrativa e Pedagógica**							
9.1	Sala de direção	17,03	1			Não	Alta	
9.2	Sala de coordenações de cursos e DEPE	30,68	1			Não	Alta	
9.3	Sala de reuniões	8,14	1			Não	Alta	
9.4	TI e data Center	15,39	1			Não	Alta	
9.5	Sala de Trabalho dos TAES	54,16	1			Não	Alta	

NOVAS ESTRUTURAS – ABELARDO LUZ

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Bloco com 4 Salas de aula	375	[2]	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.2	Laboratório de solos e topografia	[48]	[1]	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.3	ginásio poliesportiva coberto	[500]	[1]	Prática esportiva	Alta	Não	
1.4	Galpão de máquinas	400	1	Administrativo	Alta	Não	
	Laboratório de Ciências Sociais e Humanas	48	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
	Laboratório de Linguagens (Centro Línguas)	48	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.5	Laboratório de agroecologia e sementes	48	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.6	Laboratório de Software	48	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.7	Laboratório de Hardware	48	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.8	Alojamento/moradia estudantil capacidade 72 lugares, contendo dormitórios, sanitários, lavanderia, lava botas, vestiário, varanda, sala de estudo e sala de estar.	704.84	1	Alojamento	Alta	Não	
1.9	Laboratório de Física e Matemática						
1.10	Laboratório de Química						
1.11	Laboratório de biologia						

ESTRUTURA ATUAL – ARAQUARI

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Bloco A			Reforma	Parcial	Não	Alta	Telhado / Rede Elétrica / Lógica / PPCI / NR10 / Acessibilidade
1.2	Bloco D			Reforma	Parcial	Não	Alta	PPCI / NR10 / Acessibilidade
1.3	Bloco E			Reforma	Parcial	Não	Alta	PPCI / NR10 / Acessibilidade
2	**Laboratórios**							
2.1	Bloco B			Reforma	Parcial	Não	Alta	Telhado / NR10 / PPCI / Acessibilidade
2.2	Laboratório de Biologia - Bloco A			Reforma	Parcial	Não	Alta	Telhado / Rede Elétrica / Lógica / PPCI / NR10 / Acessibilidade
2.3	Galpão Gestação - UEA Suinocultura			Ampliação	Parcial	Não	Média	
2.4	Clínica Escola - CPCC			Reforma	Parcial	Não	Alta	Piso / PPCI / NR10 / Acessibilidade

2.5	Centro de Práticas para Grandes Animais			Reforma	Parcial	Não	Média	Piso / Telhado / Sistema de Tratamento de Resíduos / Espaço para Discentes / NR10 / PPCI / Rede Elétrica / Lógica / Acessibilidade
2.6	UEA Suinocultura			Ampliação	Parcial	Não	Alta	Banheiro / Vestiário / Farmácia / Copa
2.7	UEA Suinocultura			Reforma	Parcial	Não	Alta	NR10 / PPCI / Acessibilidade
2.7	Laboratórios de Química			Reforma	Parcial	Não	Média	Obrigatória para abertura de mais uma turma do técnico em química
2.8	Laboratório Multiuso de Agronomia			Reforma	Parcial	Não	Média	
2.9	Laboratório de Química - Bloco A			Reforma	Parcial	Não	Alta	Telhado / Rede Elétrica / Lógica / PPCI / NR10 / Acessibilidade
2.10	UEA Bovinocultura e sala de professores			Reforma	Parcial	Não	Média	Substituição do telhado existente
2.11	Viveiro de mudas			Reforma	Parcial	Não	Média	Reforma do prédio
2.12	Estação meteorológica			Reforma	Parcial	Sim	Média	Modernização de equipamentos

2.13	Mecanização agrícola			Ampliação	Parcial	Sim	Média	Reforma da unidade e modernização de equipamentos
2.14	Laboratório de Engenharia Agrícola			Reforma	Parcial	Não	Média	
2.15	Fábrica de Software							
2.16	Laboratório de Redes - B3							
2.17	Laboratório de Programação - B1							
2.18	Laboratório de Programação - B2							
2.19	Laboratório de Desenvolvimento de Sistemas - B4							
2.20	Laboratório de Infraestrutura - B5							
2.21	Laboratório de Informática - A11							
2.22	Laboratório de Hardware - A12							
2.23	Laboratório de Bioquímica e Bioprocessos							
2.24	Laboratório de Topografia							
2.25	Laboratório do Olhar							
2.26	Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Aplicadas – LITA Maker							

2.27	Laboratório de I nformática – D102							
2.28	Laboratório de Física							
2.29	Laboratório de Metabolismo, Reprodução Animal, Ecotoxicologia e Farmacologia							
2.30	Laboratório de Ensino e Aprendizagem							
2.31	Laboratório de Química Analítica e Ambiental							
2.32	Laboratório de Química Orgânica							
2.33	Laboratório de Química Geral e Inorgânica							
2.34	Laboratório de Organismos Aquáticos							
2.35	Laboratório de Aquicultura							
2.36	Laboratório de Produção Vegetal							
2.37	Laboratório de Fitossanidade e Microbiologia Agrícola							
2.38	Laboratório de Produtos Lácteos							
2.39	Laboratório de Carnes, Embutidos e Defumados							
2.40	Laboratório de Anatomia							

2.41	Laboratório de Técnicas Anatômicas							
2.42	Laboratório de Imunohistoquímica							
2.43	Laboratório de Histotécnicas							
2.44	Laboratório de Necropsias							
2.45	Laboratório de Microscopia – LABVET							
2.46	Laboratório de Biologia Molecular							
2.47	Laboratório de Microbiologia							
2.48	Laboratório de Parasitologia							
2.49	Laboratório de Microscopia – LED VET							
3	**Salas de professores**							
3.1	Bloco C			Reforma	Parcial	Não	Alta	
3.2	Bloco B							
3.3	Bloco A							
3.4	Bloco D							
3.5	LABVET							
3.6	REDVET							
3.7	UEA BOVINOCULTURA							
4	**Auditório**							

4.1	Auditório			Reforma	Parcial	Não	Alta	Rede Elétrica / Lógica / PPCI / NR10 / Acessibilidade
4.2	Mini Auditório - Bloco D							
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	SISAE - Bloco E							
5.2	Coordenações de Curso							
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Refeitório			Reforma	Parcial	Não	Alta	Rede elétrica / Rede de gás / Rede de esgoto / NR10 / PPCI / Acessibilidade
6.2	Refeitório			Ampliação	Parcial	Não	Média	
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Ginásio de Esportes			Reforma	Parcial	Não	Alta	
7.2	Ginásio de Esportes			Ampliação	Parcial	Não	Média	
7.3	Salas para CAs, DCE, Atlética, Grêmio			Ampliação	Parcial	Não	Média	
8	**Sanitários**							
8.1	Adequação de acessibilidade - Bloco A			Reforma	Parcial	Não	Alta	
8.2	Adequação de acessibilidade - Bloco D			Reforma	Parcial	Não	Alta	

8.3	Adequação de acessibilidade - Bloco E			Reforma	Parcial	Não	Alta	
8.4	Adequação de acessibilidade - Auditório			Reforma	Parcial	Não	Alta	
8.5	Adequação de acessibilidade - Refeitório			Reforma	Parcial	Não	Alta	
8.6	Adequação de acessibilidade - Ginásio			Reforma	Parcial	Não	Alta	
8.7	Vestiário do Bloco C			Reforma	Parcial	Não	Alta	
8	Sanitário familiar							
8.1	Bloco A			Reforma	Parcial	Não	Alta	
9	**Outros**							
9.1	Almoxarifado			Reforma	Integral	Não	Alta	
9.2	Torres de Caixas d'água			Reforma	Parcial	Não	Alta	
9.3	Casas de vegetação			Reforma	Parcial	Não	Média	Reforma das estruturas prevendo a troca dos plásticos e a substituição das peças com problemas.
9.4	Patrimônio			Ampliação	Parcial	Não	Média	

NOVAS ESTRUTURAS - ARAQUARI

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Salas de aula	45	16	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Bloco F
1.2	Biblioteca		1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.3	Laboratórios de Informática		5	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Sim	
1.4	Vestiários (Lado A e Lado B)	80	2	Acessibilidade a rquitetônica	Alta	Parcialmente	
1.5	Laboratório de Climatologia		1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Não	
1.6	Laboratório de Línguas - CLIFC		1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.7	Laboratório de Ciências da Natureza e Pesquisa Aplicada		1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.8	Sala Núcleos Inclusivos		1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Sim	
1.9	Salas de Servidores		12	Administrativo	Média	Sim	
1.10	Espaço de Convivência		2	Convivência	Média	Não	Viabilização possível com a estruturação do Bloco F
1.11	Depósito de agrotóxicos com rampa de abastecimento	26	1	Regularização/Segurança	Alta	Não	
1.12	UEA Bovinocultura	1700	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Sim	Pátio para silagem

1.13	Galpão multiuso / Mecanização Agronomia	436,1	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.14	Cobertura entre os blocos e adequação do piso			Acessibilidade arquitetônica	Alta	Não	
1.15	Ginásio Poliesportivo		1	Prática esportiva	Baixa	Não	
1.16	Segurança eletrônica			Regularização/Segurança	Alta	Sim	
1.17	Cercamento do campus			Regularização/Segurança	Alta	Sim	
1.18	Iluminação			Regularização/Segurança	Média	Parcialmente	Ampliação de áreas iluminadas
1.19	Subestação elétrica Lado B			Regularização/Segurança	Alta	Parcialmente	
1.20	Adequação elétrica/NR10			Regularização/Segurança	Alta	Não	De outros espaços não mencionados

ESTRUTURA ATUAL – BLUMENAU

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Sala de aula - C - Inferior	66,1	2					[Ampliação necessária em apenas uma das salas]
1.2	Sala de aula - C - Inferior	59,48	2					
1.3	Sala de aula - C - Inferior	60,03	2					
1.4	Sala de aula - C - Inferior	56,03	2					
1.5	Sala de aula - C - Superior	66,1	2					
1.6	Sala de aula - C - Superior	59,48	2					
1.7	Sala de aula - C - Superior	60,03	2					
1.8	Sala de aula - C - Superior	56,03	2					
1.9	Sala de aula - C - Superior	44,1	1					
2	**Laboratórios**							
2.1	Laboratório de desenho	132,56	1					
2.2	Laboratório de Bio / Quim	119,87	1					
2.3	Laboratório de Informática (D - Sup)	78,02	1					
2.4	Laboratório de Informática (D - Sup)	74,49	1					

2.5	Laboratório Informática (D - Sup)	75,5	1					
2.6	Laboratório (A - Inf)	77,02	1					
2.7	Laboratório (D - Sup)	76,46	1					
2.8	Laboratório Hardware e Redes (A - Sup)	110,92	1					
2.9	Laboratório de Informática (A - Sup)	77,34	1					
2.10	Laboratório (A - Inf)	77,02	2					
2.11	Laboratório de Mecânica (A - Inf)	344,57	1					
3	**Salas de professores**							
3.1	Salas de professores (D - Inf)	25	3065					
4	**Auditório**							
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Sala de apoio (C Inf)	44,1	1					
5.2	Sala servente (D Sup)	12,39	1					
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Copa (B - Sup)	3,58	1					
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e aloja-mentos**							
8	**Sanitários**							
8.1	Sanitário Serv. Mas. (D- Sup)	9,45	1					

8.2	Sanitário Serv. Fem. (D- Sup)	8,93	1					
8.3	Sanitário Serv. Mas. (B- Sup)	11,36	1					
8.4	Sanitário Serv. Fem. (B- Sup)	11,36	1					
8.5	Sanitário Aluno Masc (B- Sup)	17,48	1					
8.6	Sanitário Aluno Fem (B- Sup)	17,48	1					
8.7	Sanitário Serv. Masc (B- Sup)	2,75	1					
8.8	Sanitário Serv. Masc (B- Inf)	17,48	1					
8.9	Sanitário Serv. Fem (B- Inf)	17,48	1					
8.10	Sanitário Recep (B - Inf)	4,49	1					
8.11	Sanitário Serv. Mas. (D - Inf)	9,45	1					
8.12	Sanitário Serv. Fem. (D- Inf)	8,93	1					
8.13	Sanitário familiar							
9	**Administrativo**							
9.1	Administrativo 1 (B - Sup)	23,83	1					
9.2	Administrativo 2 (B - Sup)	25,62	1					
9.3	Administrativo 3 (B - Sup)	24,49	1					
9.4	Administrativo 4 (B - Sup)	32,75	1					

9.5	Administrativo 5 (B - Sup)	24,49	1					
9.6	Administrativo 6 (B - Sup)	32,75	1					
9.7	Administrativo 7 (B - Sup)	24,51	1					
9.8	Administrativo 8 (B - Sup)	32,72	1					
9.9	Administrativo 9 (B - Sup)	32,72	1					
9.10	Gabinete (B - Sup)	40,76	1					
9.11	Diretoria (B - Sup)	25,43	1					
9.12	Arquivo (B - Sup)	5,24	1					
9.13	Servidor (B - Sup)	6,25	1					
9.14	Almoxarifado (B - Inf)	17,09	1					
9.15	Secretaria (B - Inf)	40,65	1					
9.16	Arquivo (B - Inf)	39,49	1					
10	**Biblioteca**							
10.1	Biblioteca (B - Inf)	194,72	1					
10.2	Sala Bibliotecário (B - Inf)	10,14	1					
10.3	Sala Processamento (B - Inf)	10,77	1					
10.4	Sala de Estudos (B - Inf)	17,23	1					
10.5	Reprografia (B - Inf)	17,85	1					
11	**Outros**							
11.1	Recepção (B - Inf)	37,82						
11.2	Depósito (C - Inf)	11,59						
11.3	DML (D - Sup)	7,29						
11.4	Vestíbulo (B - Sup)	2,18						

NOVAS ESTRUTURAS – BLUMENAU

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Salas de aulas	1670	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.2	Bloco de laboratórios		1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.3	Auditório	300	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.4	Lixeira	34,75	1	Regularização/Segurança	Baixa	Parcialmente	
1.5	Garagem de veículos oficiais	177,41	1	Regularização/Segurança	Baixa	Não	

ESTRUTURA ATUAL – BRUSQUE

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Sala de aula 01				Integral	Sim	Baixa	[Ampliação necessária em apenas uma das salas]
1.2	Sala de aula 02				Integral	Sim	Baixa	
1.3	Sala de aula 03				Integral	Sim	Baixa	
1.4	Sala de aula 04				Integral	Sim	Baixa	
1.5	Sala de aula 05				Integral	Sim	Baixa	
1.6	Sala de aula 06				Integral	Sim	Baixa	
1.7	Sala de aula 07				Integral	Sim	Baixa	
1.8	Sala de aula 08				Integral	Sim	Baixa	
1.9	Sala de aula 09				Integral	Sim	Baixa	
1.10	Sala de aula 10				Integral	Sim	Baixa	
1.11	Sala de aula 11				Integral	Sim	Baixa	
1.12	Sala de aula 12				Integral	Sim	Baixa	
2	**Laboratórios**							
2.1	Laboratório maker física				Integral	Sim	Baixa	
2.2	Laboratório hardware				Integral	Sim	Baixa	
2.3	Laboratório de química 01				Integral	Sim	Baixa	

2.4	Laboratório química 02				Integral	Sim	Baixa	
2.5	Laboratório química 03				Integral	Sim	Baixa	
2.6	Laboratório de informática 01				Integral	Sim	Baixa	
2.7	Laboratório de informática 02				Integral	Sim	Baixa	
2.8	Laboratório de informática 03				Integral	Sim	Baixa	
2.9	Laboratório de redes				Integral	Sim	Baixa	
2.10	Laboratório de processos fermentativos			Reforma	Parcial	Não	Alta	
3	**Salas de professores**							
3.1	Sala dos professores 01				Integral	Sim	Baixa	
3.2	Sala dos professores 02				Integral	Sim	Baixa	
3.3	Sala dos professores 03				Integral	Sim	Baixa	
4	**Auditório**							
4.1	Auditório			Ampliação	Integral	Sim	Média	
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Sisae				Integral	Sim	Baixa	
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Refeitório			Ampliação	Integral	Sim	Média	
6.2	Copa							

7	**Espaços de convivência, prática esportiva e aloja-mentos**							
7.1	Ginásio			Reforma	Integral	Sim	Média	
8	**Sanitários**							
8.1	Sanitários auditório				Integral	Sim		
8.2	Sanitários administrativo				Integral	Sim		
8.3	Sanitários salas de aula piso superior				Integral	Sim		
8.4	Sanitários piso inferior				Integral	Sim		
8.5	Sanitários ginásio				Integral	Sim		
8.6	Sanitários laboratórios especiais				Integral	Sim		
8.7	Sanitários refeitório				Integral	Sim		
8.8	Sanitário guarita				Integral	Sim		
9	**Sanitário familiar**							
9.1	Não há							

NOVAS ESTRUTURAS – BRUSQUE

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Salas de Aula	300	6	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.2	Laboratório de Informática	100	2	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Não	
1.3	Coordenações de Curso	50	5	Administrativo	Alta	Não	
1.4	Guarita	35	1	Administrativo	Alta	Não	
1.5	Concha Acústica	35	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Não	
1.6	Estacionamento	1000	1	Convivência	Média	Não	
1.7	Área de Convivência	200	1	Convivência	Média	Não	
1.8	Rampa de acessibilidade	120	1	Acessibilidade arquitetônica	Alta	Não	

ESTRUTURA ATUAL – CAMBORIÚ

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Reforma da salas de aula no setor de Mecânica e Transportes	80		Reforma	Integral	Não	Média	
1.2	Reforma e adequação das salas de aula do segundo piso do Abatedouro			Reforma	Integral	Não	Média	
2	**Laboratórios**							
2.1	Reforma da Bovinocultura de Leite	396,59		Reforma	Integral	Não	Média	
2.2	Reforma da cobertura do galpão das vacas (no meio do pasto)	100		Reforma	Parcial	Não	Média	
2.3	Reforma das esterqueiras na bovinocultura de leite	51		Reforma	Parcial	Não	Média	
2.4	Adequação do laboratório de gestão de resíduos sólidos	150		Reforma	Parcial	Não	Média	
2.5	Reforma e adequação do piso, cobertura e mangueira para o gado interno	70		Reforma	Parcial	Não	Média	

2.6	Adequação da estrutura do setor de Avicultura de postura para cadastro no SIM	152		Reforma	Parcial	Não	Média	
2.7	Reforma dos galpões e apriscos nos setores de Ovinocultura e Caprinocultura			Reforma	Integral	Não	Média	
2.8	Reforma do galpão da Casa da Banana	200		Reforma	Integral	Não	Média	
2.9	Reforma do galpão da Olericultura/ grandes culturas	186,29		Reforma	Integral	Não	Média	
2.10	Reforma do galpão da Jardinagem	98		Reforma	Integral	Não	Média	
2.11	Reforma da cobertura geral e na espera dos animais na Agroindústria	198		Reforma	Integral	Não	Média	
2.12	Reforma do Galpão da Silvicultura	673,29		Reforma	Integral	Não	Média	
2.13	Reforma dos galpões da Mecanização	591,43		Reforma	Integral	Não	Média	
2.14	Reforma Laboratório de Química	87,58		Reforma	Integral	Não	Média	
2.15	Reforma Laboratório e prédio principal da Piscicultura	140		Reforma	Integral	Não	Média	
2.16	Reformas laboratórios de física, análises de água, biologia	195,06		Reforma	Integral	Não	Média	

2.17	Pintura interna do Abatedouro em epóxi			Reforma	Integral	Não	Média	
2.17	Reforma da cunicultura	212,5		Reforma	Integral	Não	Alta	
3	**Salas de professores**							
4	**Auditório**							
4.1	Reforma do Auditório	500,32		Reforma	Parcial	Não	Média	
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Reforma e readequação do antigo refeitório	135,89		Reforma	Integral	Não	Média	
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Reforma do Ginásio Esportivo	2228,72		Reforma	Parcial	Não	Média	
7.2	Reforma da pista de Atletismo	5000		Reforma	Integral	Não	Média	
7.3	Reforma do alojamento para mobilidade estudantil	200,81		Reforma	Parcial	Não	Média	
7.4	Conclusão do novo ginásio esportivo			Ampliação	Parcial	Não	Alta	
7.5	Conclusão da quadra poliesportiva coberta			Ampliação	Parcial	Não	Alta	
8	**Sanitários**							

8.1	ampliação dos sanitários acessíveis no campus	45		Reforma	Parcial	Não	Média	
8.2	Sanitário familiar							
8.3	Adaptação de um banheiro familiar no campus	4		Reforma	Parcial	Não	Média	
9	**Administrativo**							
9.1	Reforma do telhado do Bloco A – Prédio Central do Campus	850		Reforma	Parcial	Não	Alta	
9.2	Reforma antigo alojamento para receber o almoxarifado e patrimônio	640,27		Reforma	Integral	Não	Alta	
9.3	Adequação do atual Almoxarifado para Coor-denação de cursos	255,69		Reforma	Integral	Não	Alta	
9.4	Reforma Bloco de Terceirizados	380		Reforma	Integral	Não	Alta	
9.5	Drenagem do acesso ao campus com acessibilidade	7100		Reforma	Integral	Não	Alta	
9.6	Reformas do piso, elétrica, telhado, iluminação e janelas dos blocos C, D, B,	2817,15		Reforma	Integral	Não	Alta	
9.7	Reforma da Biblioteca	608,88		Reforma	Integral	Não	Alta	
9.8	Adequação do campus a Norma NR 10	25.536,56		Reforma	Integral	Não	Média	
9.9	Regularização bomberil	23.571,04		Reforma	Integral	Não	Alta	
9.10	Regularização fundiária	1785136,27			Integral	Não	Alta	

NOVAS ESTRUTURAS - CAMBORIÚ

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Bloco com 16 salas de aula			Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.2	Bloco de coordenação de ensino - ao lado bloco F			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.3	Bicicletários			Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.4	Nova Guarita			Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.5	Laboratório de cunicultura			Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.6	Complexo poliesportivo aberto para comunidade			Prática esportiva	Média	Não	
1.7	Barracão pré moldado para depósito de materiais de construção utilizados no Campus nas proximidades da Cunicultura			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.8	Bloco de laboratórios de inovação e tecnologia (IF Maker, IFCria, Incubadora)			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.9	Maternidade suinocultura			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	

1.10	Rampa Bloco J			Acessibilidade arquitetônica	Alta	Não	
1.11	Passarelas cobertas entre blocos de sala de aula			Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.12	Estacionamento próximo a Biblioteca			Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.13	Acesso ao IFMAKER			Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.14	Construção de uma estufa para uso comum na jardinagem			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.15	Construção de uma área coberta para depósito de ferramentas e abrigo para aulas práticas na Agroecologia			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.16	Construção de sala de apoio técnico na jardinagem			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.17	Depósito para Agrotóxicos			Administrativo	Média	Não	
1.18	Depósito para Produtos Químicos			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.19	Complexo de Equoterapia			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.20	Ampliação do piso superior do Centro de Convivência para Centro de Línguas			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.21	Escada de acesso ao segundo piso de salas do Abatedouro			Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.22	Construção de banheiros e vestiários na área externa do centro esportivo			Acessibilidade arquitetônica	Alta	Não	

1.23	Bloco de laboratórios multiuso (pesquisa, química, biologia...)			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.24	Plano de mobilidade e acessibilidade no campus			Acessibilidade arquitetônica	Alta	Não	
1.25	Cercamento do campus			Regularização/Segurança	Alta	Não	
1.26	Estrutura para a bovinocultura de corte na área principal do campus			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.27	Plataforma elevatória para o segundo piso do Centro de Convivência			Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	

ESTRUTURA ATUAL - CONCÓRDIA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Bloco Veterinária	77,68	7	Reforma	Parcial	Não	Média	
1.2	Bloco Tecnológico	65,74	9	Reforma	Parcial	Não	Média	
1.3	Bloco Pedagógico	59,55	14	Reforma	Parcial	Não	Média	
1.4	Salas Isoladas	53,51	10	Reforma	Parcial	Não	Média	Jardim, Horta, Zootecnia, abatedouro e Clifc
2	**Laboratórios**							
2.1	Laboratórios	122,18	50	Reforma	Parcial	Não	Média	todos os laboratórios do campus
3	**Salas de professores**							
3.1	Bloco Veterinária	23,73	11	Reforma	Parcial	Não	Média	
3.2	Bloco Tecnológico	80,74	4	Reforma	Parcial	Não	Média	
3.1	Bloco Pedagógico/ Ginásio	16,41	16	Reforma	Parcial	Não	Média	
4	**Auditório**							
4.1	Auditório Central	483	1	Reforma	Integral	Não	Média	
4.2	Auditório Central - sala anexa	72,92	1	Reforma	Parcial	Não	Média	

4.3	Bloco pedagógico - auditório	147,37	1	Reforma	Parcial	Não	Média	
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Espaços de atendimento a discentes	32,75	13	Reforma	Parcial	Não	Média	
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Copa e cozinha	16,55	6	Reforma	Parcial	Não	Média	
6.2	Refeitório	553,76	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Convivência	373,33	6	Reforma	Parcial	Não	Média	
7.2	Práticas Esportivas	928,02	4	Reforma	Parcial	Não	Média	
7.3	Alojamento	337,84	11	Reforma	Parcial	Não	Média	
8	**Sanitários**							
8.1	Sanitários	32,77	43	Reforma	Parcial	Não	Média	
8	Sanitário familiar							
9	**Ambiente administrativo**							
9.1	Ambientes administrativos	18,94	47	Reforma	Parcial	Não	Média	
10	**Outros**							
10.1	Telhado	40000	1	Reforma			Alta	Manutenção/ reforma de telhados de todas as edificações do Campus

NOVAS ESTRUTURAS – CONCÓRDIA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Campus Concórdia	40000	1	Acessibilidade arquitetônica	Alta	Não	Regularização arquitetônica de todas as áreas do Campus
2.1	Campus Concórdia	40000	1	Regularização/Segurança	Alta	Parcialmente	Regularização junto aos órgãos competentes (Prefeitura, Bombeiros, IMA etc)
3.1	Refeitório	1000	1	Alimentação	Alta	Parcialmente	
4.1	Moradia estudantil	700	2	Alojamento	Alta	Parcialmente	
5.1	Complexo esportivo	2000	1	Prática esportiva	Baixa	Não	Complexo contendo Campo de futebol, e área para atletismo (pista, área para arremesso, área para saltos etc)

6.1	Área de convivência	700	2	Convivência	Baixa	Não	
7.1	Passarelas e passeios	500	10	Acessibilidade arquitetônica	Baixa	Parcialmente	
8.1	Banheiros/vestiários	100	10	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Parcialmente	Atender demandas Bloco Pedagógico, Tecnológico e Veterinária
9.1	Bloco de laboratórios	1000	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Abrigar laboratórios de Hidráulica, Biotecnologia, Química, Geoprocessamento, Mecanização e Lab Matemática
10.1	Galpão para beneficiamento e armazenamento de sementes (Agronomia)	800	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Não	
11.1	Armazém de Agrotóxicos	200	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Parcialmente	
12.1	Bloco de salas de aula	1000	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
13.1	Bloco zootecnia	1000	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Zoo I, II e III e aviário de poedeiras
14.1	Central de Reagentes			Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	
15.1	Portaria			Regularização/Segurança	Média	Não	Adequação de entrada do campus

ESTRUTURA ATUAL – FRAIBURGO

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Salas 1-6 - Bloco A	417	6					
1.2	Salas 7-9 - Bloco B	205	3					
2	**Laboratórios**							
2.1	Laboratórios de Informática	230	4					
2.2	Laboratório CLIFC	49,64	1					
2.3	Laboratório de Ciências	115	1					
2.4	Laboratório de Edificações e Segurança do Trabalho	135	1					
2.5	Sala de audiovisual	11,48	1	Reforma	Parcial	Sim	Baixa	
2.6	Sala de música	100	1	Reforma	Parcial	Sim	Alta	
2.7	Laboratório de Hardware	67	1					
2.8	Laboratório do CEPEDI	28	1					
3	**Salas de professores**							
3.1	Salas de professores 1-5	145	5					
3.2	Sala da Coordenação do ADS	16,2	1					
4	**Auditório**							
4.1	Auditório	352	1	Reforma	Integral	Sim	Média	

4.2	Miniauditório	67	1					
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Salas de professores 1-5	145	5					
5.2	SISAE	28,37	1					
5.3	NAPNE	28,33	1					
5.4	Núcleo de Atendimento Multiprofissional	28,22	1					
5.5	RACI	38,4	1					
5.6	Biblioteca	255	1					
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Refeitório	75,24	1					
6.2	Cantina	144	1					Em processo de ampliação
6.3	Copa dos servidores	64,14	1					
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Espaço de convivência entre blocos	1193	1					
7.2	Sala do Grêmio Estudantil	20	1					
8	**Sanitários**							
8.1	Banheiros servidores (masculino/feminino)	50,36	6					
8.2	Banheiros discentes (masculino/feminino)	120,93	8					
8.3	Sanitário familiar							

NOVAS ESTRUTURAS – FRAIBURGO

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Terreno	4500	1	Prática esportiva	Alta	Parcialmente	
1.2	Ginásio de esportes	785	1	Prática esportiva	Alta	Parcialmente	
1.3	Refeitório	200	1	Alimentação	Média	Parcialmente	

ESTRUTURA ATUAL – IBIRAMA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**	600	8					
1.1	Prédio principal			Reforma	Parcial	Sim		[Ampliação necessária em apenas uma das salas]
2	**Laboratórios**	613,32	7					
2.1	Laboratório de Informática		3					
2.2	Laboratório de Ciências		1					
2.3	Laboratório de Costura		1					
2.4	Laboratório de Risco e Corte		1					
2.5	Laboratório Modelagem		1					
3	**Salas de professores**	323,34	4					
4	**Auditório**	225,52	1					
5	**Espaços de atendimento a discentes**	1015	3					
5.1	SISAE							
5.2	Secretaria							
5.3	Biblioteca							

6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**	625	2					
6.1	Copa		1					
6.2	Espaço de convivência		1	Ampliação	Integral	Sim	Alta	
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**	1611,33	1,00					
7.1	Ginásio de Esportes							
8	**Sanitários**	160	12	12				
8.1	Sanitários		10					
8.2	Vestiários		2					
8.3	Sanitário familiar		0	0				

NOVAS ESTRUTURAS – IBIRAMA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Bloco multiuso para salas de aula, TI, SISAE, Sala de AEE, Espaço de Convivência, Garagem para veículos oficiais e Refeitório	3000	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	A edificação é primordial para ampliação de ofertas de vagas e atendimento às políticas educacionais, pois nosso espaço é limitado. Atualmente utilizamos laboratórios como salas de aula.

ESTRUTURA ATUAL – LUZERNA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Salas de aula 1 a 8 (bloco A 1º pvto)	59,5	8		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
1.2	Sala 9 (bloco A 1º pvto)	70,35	1		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
1.3	Sala 1 (bloco A térreo)	89,77	1		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
1.4	Salas de aula (bloco B 1º e 2º pvtos)	47,6	4	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.

1.5	Sala de aula (bloco B 1º pvto)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2	**Laboratórios**							
2.1	Laboratório de Física (bloco A)	59,5	2		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
2.2	Laboratório de Química (bloco A)	80,5	1		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
2.3	Laboratório de Segurança do Trabalho (bloco A)	89,77	1		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
2.4	Laboratório de Biologia (bloco A)	59,5	1		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
2.5	Lab. Multidisciplinar (bloco A)	63,52	1		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se

2.6	Lab. de Informática 01 (bloco B)	95,54	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.7	Lab. de Informática 02 (bloco B)	47,6	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.8	Lab. de Informática 03 (bloco B)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.9	Oficina Mecânica (bloco B térreo)	228,9	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.

2.10	Lab. Fundição e conformação (bloco B térreo)	95,2	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.11	Laboratório Metrologia e Qualidade (bloco B térreo)	59	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.12	Lab. Ensaios Mecânicos e Metalurgia(bloco B térreo)	95,2	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.13	Lab. Usinagem CNC (bloco B térreo)	47,6	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.

2.14	Lab. Soldagem (bloco B térreo)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.15	Lab. de Ciências Termo-fluídas e Refrigeração (bloco B térreo)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.16	Lab. Projetos (bloco B térreo)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.17	Lab. Informática Industrial (bloco B 1º pvto)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.

2.18	Lab. Projeto Integrador Automação (bloco B 1º pvto)	47,6	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.19	Lab. Pesquisa Automação (bloco B 1º pvto)	47,6	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.20	Lab. Máquinas Elétricas e Acionamento (bloco B 1º pvto)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.21	Lab. Eletroeletrônica (bloco B 1º pvto)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.

2.22	Lab. Pneumática, Eletropneumática e Hidráulica (bloco B 1º pvto)	71,4	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
2.23	Lab. Controle de processos (bloco B 1º pvto)	47,6	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
3	**Salas de professores**							
3.1	Salas de professores (bloco B) (bloco B 1º pvto)	46,51	2	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
4	**Auditório**							
4.1	Mini auditório (bloco B 2º pvto)	82,5	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.

5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Salas NUPE/ SISAE (bloco B 1º pvto)	67,9	1	Reforma	Parcial		Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
5.2	Sala DEPE/ CGE (bloco A 1º pvto)	30,14	1		Parcial			Em fase de regularização para emissão do Habite-se
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Refeitório (bloco B térreo)	82,5		Reforma	Integral	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Contêiner Convivência	59,8	1		Parcial	Não		Em fase de regularização para emissão do Habite-se
7.2	Ginásio poliesportivo	980,4	1		Integral	Não		Em construção

8	**Sanitários**							
8.1	Sanitário guarita	2,55	1		Integral	Sim		
8.2	Sanitários bloco Administrativo	9	4		Integral	Sim		
8.3	Sanitários bloco A	30,27	4		Parcial	Não	Alta	Em fase de regularização para emissão do Habite-se
8.4	Sanitários bloco B	23,12	6	Reforma	Parcial	Não	Alta	A reforma no bloco B de ensino é necessária para resolver questões de acessibilidade e por consequência a liberação do Habite-se.
8.5	Sanitário familiar							

NOVAS ESTRUTURAS – LUZERNA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Salas de aula	65	12	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Faz parte de um novo bloco pedagógico
1.2	Laboratórios	80	2	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Faz parte de um novo bloco pedagógico
1.3	Refeitório	400	1	Alimentação	Média	Não	Faz parte de um novo bloco pedagógico
1.4	Auditório	400	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Faz parte de um novo bloco pedagógico
1.5	Biblioteca	400	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Faz parte de um novo bloco pedagógico

1.6	Urbanização	800	1	Convivência	Alta	Não	A urbanização do campus foi iniciada e precisa de uma segunda etapa que contemple os arredores do ginásio (em construção).

ESTRUTURA ATUAL – REITORIA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Ambientes**							
1.1	Hall de entrada	70,47	1	Ampliação	Parcial	Sim	Média	Melhoria no conforto do ambiente
1.2	Salas térreas	82,16	6	Reforma	Parcial	Sim	Média	Retirada de arquivo deslizante para ampliação de espaço disponível
1.3	Arquivo	31,1	1		Parcial	Sim		
1.4	Depósito	13,84	2		Parcial	Sim		
1.5	Salas mezanino	126,97	2		Parcial	Sim		
1.6	Salas 1º andar	251,1	3		Parcial	Sim		
1.7	Salas 2º andar	251,1	3		Parcial	Sim		
1.8	Salas 3º andar	156,06	4		Parcial	Sim		
1.9	Salas imóvel locado	369,46	5		Parcial	Sim		
1.10	Arquivo imóvel locado	37,8	1		Parcial	Sim		
1.11	Infraestrutura de rede de dados		1	Ampliação	Parcial	Sim	Média	Ampliação da capacidade
2	**Laboratórios**							
3	**Salas de professores**							

4	**Auditório**							
4.1	Salas de reuniões	91	1					
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Copa	5,24	1					
6.2	Refeitório	18,5	1	Ampliação	Parcial	Sim	Média	Ampliação e adequação do espaço
6.3	Copa andares	8,16	3					
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Estacionamento	327,51	1					
7.2	Demais áreas (circulação, escadas, elevador)	332,29	1					
7.3	Estacionamento imóvel locado	199,56	1					
7.4	Demais áreas imóvel locado	153,52	1					
8	**Sanitários**							
8.1	Térreo	7,36	2					
8.2	Mezanino	3,92	2					
8.3	Andares	31,9	13					
8.4	Sanitário familiar							

NOVAS ESTRUTURAS – REITORIA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Cobertura para vagas de estacionamento externas	64	1	Convivência	Baixa	Sim	
1.2	Painéis fotovoltaicos	150	1	Administrativo	Baixa	Parcialmente	
1.3	Espaço de convivência	60	1	Convivência	Média	Sim	
1.4	Datacenter	17	1	Administrativo	Alta	Não	

ESTRUTURA ATUAL – RIO DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**		a					
1.1	Salas do Bloco A	589,88	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Troca de janelas e pintura
1.2	1º andar - Salas de aula – UU	449,4	1		Parcial	Sim	Baixa	
1.3	2º andar - Salas de aula – UU	590,2	1		Parcial	Sim	Baixa	
1.4	3º andar - Salas de aula – UU	590,2	1		Parcial	Sim	Baixa	
1.4	Sala de aula – Mecanização	55,36	1		Parcial	Não	Média	
1.6	Sala de aula agroecologia	51,12	1		Parcial	Não	Média	
1.7	Sala de Aula CGP Bloco A	46,55	1		Parcial	Não	Média	
1.8	Sala de aula Ginásio	63,55	1		Parcial	Não	Média	
1.9	Salas Bloco B	395,75	1		Parcial	Não	Média	
1.10	Salas de aula - Bloco C	403,9	1		Parcial	Não	Média	
1.11	Salas de Aula Bloco B	395,75	1		Parcial	Não	Média	
1.11	Térreo - Sala de Aula – UU	70,7	1		Parcial	Sim	Baixa	
2	**Laboratórios**							

2.1	Labs. de Informática	229,59	1	Reforma	Parcial	Não	Média	
2.2	Lab. Ecologia	109,15	1		Parcial	Não	Média	
2.3	Lab. Entomologia	107	1		Parcial	Não	Média	
2.4	Lab. Física solo	100,88	1		Parcial	Não	Média	
2.5	Lab. Fisiologia	109,15	1		Parcial	Não	Média	
2.6	Lab. Genética	109,13	1		Parcial	Não	Média	
2.7	Lab. Hidráulica	109,59	1		Parcial	Não	Média	
2.8	Lab. Mecânica	190,1	1		Parcial	Não	Média	
2.9	Lab. Microbiologia	109,15	1		Parcial	Não	Média	
2.10	Lab. Química	98,4	1		Parcial	Não	Média	
2.11	Lab. Química solo	106,57	1		Parcial	Não	Média	
2.12	Lab. Sementes	109,15	1		Parcial	Não	Média	
2.13	Laboratório Agroecologia	23,93	1		Parcial	Não	Média	
2.14	Laboratório de Aquicultura	265,06	1		Parcial	Não	Média	
2.15	Laboratório de Aquicultura	264,72	1		Parcial	Não	Média	
2.16	Laboratório de Meteorologia	94,57	1		Parcial	Não	Média	
2.17	Laboratório de parasi-tologia e diagnóstico veterinário	135,29	1		Parcial	Não	Média	
2.18	Laboratório de Processamento Vegetal	159,95	1		Parcial	Não	Média	
2.19	Laticínios	109,22	1		Parcial	Não	Média	
2.20	Sala de ordenha	99,87	1		Parcial	Não	Média	

2.21	Suinocultura	723,31	1		Parcial	Não	Média	
2.22	Térreo - Lab de Libras – UU	15,64	1		Parcial	Não	Média	
2.23	UEP Agri I	140,5	1		Parcial	Não	Média	
2.24	UEP Agri II / UEP Agri III	94,57	1		Parcial	Não	Média	
2.25	UEP Florestas	98,33	1		Parcial	Não	Média	
2.26	UEP Florestas - Galpão	188,8	1		Parcial	Não	Média	
2.27	UEP Gestão Ambiental	116	1		Parcial	Não	Média	
2.28	UEP ZOO I	122,91	1		Parcial	Não	Média	
2.29	UEP ZOO II	122,8	1		Parcial	Não	Média	
2.30	UEP ZOO III	124,36	1		Parcial	Não	Média	
3	**Salas de professores**							
3.1	Gabinete professores Bloco A	80,2	1		Parcial	Não	Média	
3.2	Sala dos professores Bloco A	55,39	1		Parcial	Não	Média	
3.3	Sala professor Ginásio	41,81	1		Parcial	Não	Média	
3.4	Sala professores Agroe-cologia	23,43	1		Parcial	Não	Média	
3.5	Sala professores Bloco B	28,95	1		Parcial	Não	Média	
3.6	4º andar - Sala coordenadores – UU	117,7	1		Parcial	Sim	Média	
3.7	4º andar - Sala professores – UU	159,04	1		Parcial	Sim	Média	
4	**Auditório**							
4.1	Auditório Unid. Urbana	334,41	1		Parcial	Sim	Média	

4.2	Auditório Unid. Sede	182,91	1		Parcial	Não	Média	
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Ambulatório	32,74	1		Parcial	Não	Média	
5.2	Sala atendimento especializado	16,56	1		Parcial	Não	Média	
5.3	Secretaria	15,34	1		Parcial	Não	Média	
5.4	Sisae	64,29	1		Parcial	Não	Média	
5.5	SISAE Feminino	75	1		Parcial	Não	Média	
5.6	1º andar - Secretaria – UU	70,7	1		Parcial	Sim	Média	
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Cozinha/refeitório	846,13			Parcial	Não	Média	
6.2	Térreo - Cozinha – UU	34,15			Parcial	Sim	Média	
7	Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos							
7.1	Moradia Estudantil	175m²	15	Reforma	Parcial	Não	Média	
7.2	Quadras de esporte	100m²	2	Reforma	Parcial	Não	Baixa	
7.3	Ginásio de esportes	1833,63			Parcial	Não	Média	
7.4	Alojamento agroecologia	23,08			Parcial	Não	Média	
7.5	Térreo - Área de convivência – UU	228,77			Parcial	Sim	Média	
8	**Sanitários**							
8.1	Banheiros Bloco A	37,34		Ampliação	Parcial	Não	Alta	

8.2	Banheiros Bloco A Salas de Aula	17,64		Ampliação	Parcial	Não	Alta	
8.3	1º andar – Banheiros - UU	23,07		Reforma	Parcial	Sim	Média	
8.4	2º andar - Banheiros – UU	23,07		Reforma	Parcial	Sim	Média	
8.5	3º andar - Banheiros – UU	23,07		Reforma	Parcial	Sim	Média	
8.6	4º andar - Banheiros – UU	23,07		Reforma	Parcial	Sim	Média	
8.7	Banheiro almoxarifado	3,17			Parcial	Não	Média	
8.8	Banheiros Bloco C	95,72			Parcial	Não	Média	
8.9	Banheiros Agroecologia	25,92			Parcial	Não	Média	
8.10	Banheiros Bloco B	17,18			Parcial	Não	Média	
8.11	Banheiros Cantina	34,22			Parcial	Não	Média	
8.12	Banheiros cantina	51,6			Parcial	Não	Média	
8.13	Banheiros CGP	17,64			Parcial	Não	Média	
8.14	Banheiros Informática	25,95			Parcial	Não	Média	
8.15	Térreo - Banheiros – UU	16,43			Parcial	Não	Média	
8.16	Sanitário familiar							
9	**Outros**							
9.1	Central de compostagem	200	1	Ampliação	Parcial	Não	Média	
9.2	Estrutura para armazenamento e uso da água da chuva	---	1	Ampliação	Parcial	Não	Média	
9.3	1º andar - Biblioteca - sala da bibliotecária – UU	12			Parcial	Sim	Baixa	
9.4	1º andar - Biblioteca – UU	131,42			Parcial	Sim	Baixa	
9.5	1º andar - Corredores – UU	115,4			Parcial	Sim	Baixa	

9.6	1º andar - Elevadores – UU	7,41			Parcial	Sim	Baixa	
9.7	1º andar - Escadas / Saída de incêndio – UU	69,37			Parcial	Sim	Baixa	
9.8	1º andar - Reprografia – UU	39,03			Parcial	Sim	Baixa	
9.9	2º andar - Área envidraçada final bloco – UU	39,03			Parcial	Sim	Baixa	
9.10	2º andar - Corredores - UU	115,4			Parcial	Sim	Baixa	
9.11	2º andar - Elevadores – UU	7,41			Parcial	Sim	Baixa	
9.12	2º andar - Escadas / Saída de incêndio – UU	69,37			Parcial	Sim	Baixa	
9.13	3º andar - Área envidraçada final bloco – UU	39,03			Parcial	Sim	Baixa	
9.14	3º andar - Corredores – UU	115,4			Parcial	Sim	Baixa	
9.15	3º andar - Elevadores – UU	7,41			Parcial	Sim	Baixa	
9.16	3º andar - Escadas / Saída de incêndio – UU	69,37			Parcial	Sim	Baixa	
9.17	4º andar - Coordenação TI – UU	30			Parcial	Sim	Baixa	
9.18	4º andar - Corredores – UU	42,3			Parcial	Sim	Baixa	
9.19	4º andar - Elevador – UU	7,41			Parcial	Sim	Baixa	
9.20	4º andar - Escadas / Saída de incêndio – UU	69,37			Parcial	Sim	Baixa	

8.21	4º andar - Sala de reuniões – UU	67,5			Parcial	Sim	Baixa	
9.22	4º andar - Servidor – UU	8,5			Parcial	Sim	Baixa	
9.23	5º andar - Elevador – UU	7,41			Parcial	Sim	Baixa	
9.24	5º andar - Escadas – UU	26,63			Parcial	Sim	Baixa	
9.25	Abatedouro	282,07			Parcial	Não	Média	
9.26	Abrigo de máquinas	155,22			Parcial	Não	Média	
9.27	Almoxarifado	393			Parcial	Não	Média	
9.28	Almoxarifado Coordenação	48,03			Parcial	Não	Média	
9.29	Aprisco	50			Parcial	Não	Média	
9.30	Aprisco	50,9			Parcial	Não	Média	
9.31	Aprisco desativado	29,37			Parcial	Não	Média	
9.32	Arquivo Permanente	30,14			Parcial	Não	Média	
9.33	Avi. corte	265,97			Parcial	Não	Média	
9.34	Aviário	265,5			Parcial	Não	Média	
9.35	Aviário de Postura	314,61			Parcial	Não	Média	
9.36	Aviário semi confinado	265,12			Parcial	Não	Média	
9.37	Baias cavalos terapeutas	67,5			Parcial	Não	Média	
9.38	Cantina	15,05			Parcial	Não	Média	
9.39	Cantina + Área de convivência	218,64			Parcial	Não	Média	
9.40	Carpintaria	231,1			Parcial	Não	Média	
9.41	Casa caldeira	41,65			Parcial	Não	Média	
9.42	Casa do mel	52,25			Parcial	Não	Média	

9.43	CECOM / NEPE	20,19			Parcial	Não	Média	
9.44	Cgis	16,33			Parcial	Não	Média	
9.45	CGP	102,7			Parcial	Não	Média	
9.46	Coord. Agropecuária e agroecologia	45,92			Parcial	Não	Média	
9.47	Coord. RH	32,81			Parcial	Não	Média	
9.48	Coordenação de Agronomia	100,65			Parcial	Não	Média	
9.49	Copa	4,32			Parcial	Não	Média	
9.50	Corredores	110,84			Parcial	Não	Média	
9.51	Corredores	413,84			Parcial	Não	Média	
9.52	Corredores	140,09			Parcial	Não	Média	
9.53	Corredores	84,48			Parcial	Não	Média	
9.54	Corredores	138,1			Parcial	Não	Média	
9.55	DEPE	46,38			Parcial	Não	Média	
9.56	Deposito	18,6			Parcial	Não	Média	
9.57	Depósito	71,94			Parcial	Não	Média	
9.58	Depósito	108			Parcial	Não	Média	
9.59	Depósito	97,96			Parcial	Não	Média	
9.60	Depósito	42			Parcial	Não	Média	
9.61	Depósito	24			Parcial	Não	Média	
9.62	Depósito	9,7			Parcial	Não	Média	
9.63	Depósito e vestiário	36			Parcial	Não	Média	
9.64	Depósito Estufas	72,78			Parcial	Não	Média	
9.65	DIP	21,4			Parcial	Não	Média	

9.66	Elevadores	10			Parcial	Não	Média	
9.67	Equoterapia e Zooterapia	118,65			Parcial	Não	Média	
9.68	Escada + corredores	76,45			Parcial	Não	Média	
9.69	Escadas e Saídas de incêndio	52,8			Parcial	Não	Média	
9.70	Estábulo	194,05			Parcial	Não	Média	
9.71	Estacionamento	950			Parcial	Não	Média	
9.72	Estacionamento	250			Parcial	Não	Média	
9.73	Estacionamento	1100			Parcial	Não	Média	
9.74	Estacionamento – UU	130,27			Parcial	Não	Média	
9.75	Fábrica de ração	290,21			Parcial	Não	Média	
9.76	G. coelhos	263,25			Parcial	Não	Média	
9.77	Gabinete	44,65			Parcial	Não	Média	
9.78	Galinheiro	79,7			Parcial	Não	Média	
9.79	Galpão	210			Parcial	Não	Média	
9.80	Galpão Agroecologia	41,57			Parcial	Não	Média	
9.81	Galpão bovino de leite	84			Parcial	Não	Média	
9.82	Garagem Carros Oficiais	123,2			Parcial	Não	Média	
9.83	Garagem Carros Oficiais	150			Parcial	Não	Média	
9.84	Guarita	10,66			Parcial	Não	Média	
9.85	Guarita Alojamentos	52			Parcial	Não	Média	
9.86	Hall de entrada	68,52			Parcial	Não	Média	
9.87	Inf. - Audiovisuais	83,02			Parcial	Não	Média	
9.88	Inf. - Corredores	295,76			Parcial	Não	Média	

9.89	Lavanderia	50,88			Parcial	Não	Média	
9.90	Mecanização Agrícola	295,62			Parcial	Não	Média	
9.91	Patrimônio / Tesouraria	21,4			Parcial	Não	Média	
9.92	Reprografia	21,04			Parcial	Não	Média	
9.93	Sala Balanças	10			Parcial	Não	Média	
9.94	Sala DAP	14,65			Parcial	Não	Média	
9.95	Sala de reuniões	30,86			Parcial	Não	Média	
9.96	Sala de reuniões	122			Parcial	Não	Média	
9.97	Sala deposito livros	65			Parcial	Não	Média	
9.98	Sala diretor	16,83			Parcial	Não	Média	
9.99	Sala Laboratoristas	11,4			Parcial	Não	Média	
9.100	Sala Reagentes	11,4			Parcial	Não	Média	
9.101	Salas jogos	34,11			Parcial	Não	Média	
9.102	Servidor	9,5			Parcial	Não	Média	
9.103	Servidor de rede	10,2			Parcial	Não	Média	
9.104	Subestação	18,51			Parcial	Não	Média	
9.105	Sup. - Biblioteca	437,79			Parcial	Não	Média	
9.106	Sup. - Biblioteca Atendimento e sala da bibliotecária	65			Parcial	Não	Média	
9.107	Sup. - Corredores	95,85			Parcial	Não	Média	
9.108	Telefonista	13,22			Parcial	Não	Média	
9.109	Térreo - Administração / telefonista – UU	15,64			Parcial	Não	Média	
9.110	Térreo - CGE – UU	35			Parcial	Não	Média	

9.111	Térreo - Copa – UU	13,12			Parcial	Não	Média	
9.112	Térreo - Corredores – UU	48,88			Parcial	Não	Média	
9.113	Térreo - Elevadores – UU	7,41			Parcial	Não	Média	
9.114	Térreo - Escadas / Saída de incêndio – UU	50,56			Parcial	Não	Média	
9.115	Térreo - Garagem veículos oficiais – UU	81,76			Parcial	Não	Média	
9.116	Térreo - NUPE – UU	15,64			Parcial	Não	Média	
9.117	Térreo - Sala Centro Acadêmico – UU	26,5			Parcial	Não	Média	
9.118	Térreo – Hall de Entrada – UU	26,44			Parcial	Não	Média	
9.119	TI	32,23			Parcial	Não	Média	
9.120	Vestiários	45,14			Parcial	Não	Média	
9.121	Vestiários	70,42			Parcial	Não	Média	
9.122	Vestiários	43,81			Parcial	Não	Média	
9.123	Zooterapia e Equoterapia	57,02			Parcial	Não	Média	

NOVAS ESTRUTURAS – RIO DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Novo pórtico de acesso principal	100m²	1	Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.2	Auditório	500m²	1	Administrativo	Alta	Não	Unidade Sede não possui auditório adequado
1.3	Prédio Administrativo	1500m²	1	Administrativo	Média	Não	
1.4	Sistema de tratamento de esgoto	600m²	1	Regularização/Segurança	Alta	Sim	Não há sistema de tratamento operante
1.5	Prédio de salas de aula - Agronomia	1676,98	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.6	Prédio/blocos para moradia estudantil	200m²	5	Alojamento	Média	Não	
1.7	Complexo de atletismo	5000m²	1	Prática esportiva	Média	Não	
1.8	Academia ao ar livre	64m²	1	Prática esportiva	Baixa	Parcialmente	
1.9	Passarelas Bloco A para: Agronomia, Agroecologia e Bloco B	500m²	1	Acessibilidade arquitetônica	Média	Parcialmente	

1.10	Estufa de vegetação e estrutura interna (Hidroponia para solanáceas)	50m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Sim	
1.11	Portão de acesso secundário (Agronomia)	30m²	1	Acessibilidade arquitetônica	Baixa	Parcialmente	
1.12	Silo de alvenaria - Zoo III	90m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Sim	
1.13	Vestiário com banheiros - AGRI I	30m²	1	Acessibilidade arquitetônica	Baixa	Sim	

ESTRUTURA ATUAL – SANTA ROSA DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Ambientes conjugados (bloco agronomia/ cursos superiores)**							
1.1	Bloco agronomia - cursos superiores	1449,6	1					
1.1.1	salas de aula	72	5					
1.1.2	laboratórios	72	4	Reforma	Parcial	Não	Alta	Instalação de rede de gás GLP nos laboratórios, essencial para as atividades de ensino, pesquisa e inovação.
1.1.3	salas de professores	10	8					
1.1.4	espaço de convivência externa antiga	393	1					
1.1.5	sanitários	20	1					
1.1.6	Auditório	130	1					

1.1.7	Ambiente administra-tivo (Secretaria, sala coordenação e reunião)	82	1					
2	**Ambientes conjugados (residências funcionais)**							
2.1	Casa (lotes 6, 2, 8, 10, 13, 15)	142,51	6					
2.1	sanitários	4,5	18					
2.2	Casa (lote 4)	227,89	1					
2.2.1	sanitários	4,5	4					
2.3	Casa (lotes 3, 5, 7, 9 11)	86,84	5					
2.3.1	sanitários	4,5	5					
2.4	Antigo Laboratório de panifica-ção (atu-al guarita Alojamento Masculino)	142	1					
2.4.1	sanitários	4,5	1					
2.5	Casa (lote 1) - alojamento masculino	86,84	1					

2.5.1	sanitários	4	1					
3	**Ambientes conjugados (laboratórios e sanitários)**							
3.1	Complexo de laboratórios	541,66	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Instalação de rede de gás GLP nos laboratórios, essencial para as atividades de ensino, pesquisa e inovação. Sistema fechado para reutilização da água / Laboratório de bromatologia.
3.1.1	sanitários	16	1					
3.2	Lab processamento produtos vegetais	110,72	1					
3.2.1	sanitários	2,5	1					
3.3	Lab inseminação de suínos	86,44	1					
4	**Ambientes conjugados (alojamentos, espaço de convivência, prática esportiva e sanitários)**							
4.1	Alojamento feminino (blocos 1 e 2)	680,36	2	Reforma	Parcial	Não	Alta	Substituição de aberturas, troca de pisos cerâmicos e pintura
4.1.1	sanitários	10	16					

4.2	Pátio coberto	171,35	1	Ampliação	Parcial	Não	Baixa	A ampliação da cobertura servirá para alocar mesa de tênis de mesa, xadrez e outros
4.3	Bloco de apoio agronomia - convivência e vestiários	343,2	1					
4.3.1	sanitários	21	2					
4.3.2	vestiários	23	2					
4.4	Alojamento masculino	607,2	1					
4.4.1	sanitários	6,3	8					
4.5	Centro cultural	367,47	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Espaço para estudantes internos, jogos, espaço de lazer (clube de xadrez)
4.5.1	sanitários	4	2					
4.6	Vestiário feminino	105,78	1					
4.6.1	sanitários	22,2	1					
4.7	Ginásio de esportes	1.485,13	1					
4.7.1	sanitários	7,37	7					
4.7.2	Vestiários	8	3					
4.7.3	Sala de Aula	40,08	1					
4.7.4	Sala de Professores	19	1					

5	**Ambientes conjugados (auditórios 1 e 3)**							
5.1	Auditório 1	316,7	1					
5.2	Bloco Auditório 3	409,13	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Adequação do Auditório 3 em Sala ambiente ou Laboratório Técnico-pedagógico de Desenho Técnico e Construções Rurais por meio de: 1. substituição do madeiramento estrutural do teto afetados por cupim; 2. isolamento ´do forro com entradas de pássaros, roedores e insetos; 3. substituição/melhorias ou rebaixamento do sistema de iluminação (estação de trabalho); 4. eliminação de móveis infestados por cupins (há anos esse pedido); 5. instalação de mesas ou bancadas apropriadas para desenho técnico (reguláveis em altura e ângulo, porta mochila, porta objetos/utensílios, presilha para fixação de folhas, réguas deslocáveis na horizontal e vertical), 6. bancada com cabeamento estruturado para 20 estações de trabalho (computadores) com softwares de desenho (autocad), 1 impressora colorida A3; 7. armários e bancadas para exposição de materiais de construção; 8 construção de varanda (5mX15m) na face norte para manuseio, preparo e ensaio de materiais bem como testes e deposição de materiais alternativos de construção rural e. 8. construção sala (3mX4m) com banheiro (2m X 1,5m) para professor, grupos de estudos/pesquisas aplicadas e bolsistas de projetos afins.

5.2.1	Auditório 3	118,44	1					
5.2.2	sanitários	7	3					
5.2.3	Salas de Aula	98,85	2					
5.2.4	Sala Administrativa	24	1					
6	**Ambientes conjugados (espaços para alimentação e sanitários)**							
6.1	Conjunto vivência - refeitório	509,56	1	Ampliação	Parcial	Não	Alta	Projeto de ampliação (2024) e execução da ampliação (2025). Devido à entrada de novas turmas e o consequente aumento do número de pessoas da comunidade acadêmica, faz-se necessária a ampliação, pois hoje não suporta mais. Temos alguns equipamentos de padaria que não cabem dentro da padaria, tendo em vista o aumento do número de alunos e consequente aumento do número de refeições e equipamentos a padaria e cozinha, em especial câmara fria, já não dão mais conta de produzir neste espaço tão pequeno. Se o estoque de alimentos fosse ao lado da cozinha também facilitaria muito o controle/recepção/estocagem.

6.1.1	sanitários	5,5	2					
6.1.2	cozinha e áreas de apoio (dispensa, câmaras, áreas de lavação etc)	105	1					
6.1.3	padaria	28	1					
7	**Ambientes conjugados vinculados ao SISAE**							
7.1	Conjunto vivência - centro cívico/ vestiários	328,8	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A necessidade de espaço novo para o ambulatório de saúde, pois o mesmo não está adequado com as normas da RDC 50. Não temos banheiros para alunos no setor, esterilizamos materiais no mesmo local de atendimento entre outras mudanças necessárias no espaço físico.
7.1.2	Salas Administrativas e atendimento ao	12	15					
7.1.3	Sanitários Administrativos/servidores	22,42	1					
7.1.4	sanitários/ vestiário alunos	63,18	1					

7.2	Lavanderia	136,5	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Será estudada a viabilidade de reformar o ambiente para criar sala de aula para o Curso de Bacharelado em Zootecnia
7.2.1	sanitários	5,78	1					
8	**Ambientes conjugados vinculados ao DEPE e à CGE (salas de aula, ambientes de trabalho administrativo, sala de professores e sanitários)**							
8.1	Conjunto pedagógico - educação geral (Bloco Depe) salas administrativas	256,63	1					
8.1.1	sanitários (Bloco depe)	12,5	2					
8.2	Conjunto apoio pedagógico (Salas Professores)	218,19	1					
8.2.1	sanitários	24	2					

8.3	Conjunto pedagógico - salas de aula	56,25	7					
8.3.1	sanitários	20	2					
8.3	sala de professores	18,75	3					
8.4	Conjunto pedagógico - laboratórios (salas de aula)	62,39	6					
8.4.1	Sala administrativa	40,15	2					
9	**Ambientes conjugados vinculados à Direção--Geral e DAP (ambientes de trabalho administrativo e sanitários)**							
9.1	Conjunto administrativo	342,36	1					
9.11	sanitários	10,46	2					

10	**Ambientes conjugados vincula-dos ao DIP (ambientes de trabalho administra-tivo, sala de convivência e sanitários)**							
10.1	Bloco DIP (salas admi-nistrativas e de apoio)	592,08	1					
10.1.1	sanitários	3,68	2					
10.1.2	sala de con-vivência	41,89	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Ambiente para os TAEs (estu-do, reunião, descanso, confra-ternização etc)
10.1.3	almoxarifado	70	2					
10.2	Conjunto carpintaria/ garagem	1.077,60	1					
10.2.1	sanitários	2,31	1					
10.2.2	Laboratório de amostras	37,82	1					

10.2.3	laboratório de Mecanização	66,32	2	Ampliação	Parcial	Não	Baixa	Junto ao espaço que existe para máquinas e motores. Readequar o espaço e organizar novos equipamentos. Laboratório de Engenharia Agrícola (Mecanização, Hidráulica, Topografia, Agrometeorologia e Irrigação e Drenagem)
10.2.4	Sala de Aula	66,32	1					
10.2.5	Garagem veículos oficiais	559,75	1					
10.2.6	Marcenaria/ oficina	185	1					
10.2.7	Garagem para máquinas e implementos agrícolas	198,45	1					
11	**Ambientes conjugados de apoio**							
11.1	Antiga Pousada rural (Salas administrativas técnicos em agropecuária)	234	1					
11.1.2	sanitários	6,66	9					

11.2	Guarita da entrada principal	63,31	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Melhorar a infraestrutura de entrada no Campus e garantir controle e segurança de acesso ao campus
11.2.1	sanitários	2	1					
11.3	Guarita interna	12,8	1					
11.4	Antiga Subestação (depósito Infra)	28,55	1					
11.5	Nova subestação	22,79	1					
11.6	Depósito Horta	50,78	1					
11.7	Pátio Coberto (Hall/cantina e Anfiteatro)	171,35	1					
12	**Ambientes conjugados (museu)**							
12.1	Prédio do museu	331,8	1					
12.1.1	sanitários	2,5	2					
13	**Ambientes conjugados (unidades educativas de produção)**							

13.1	Aviário corte e recria (1, 2, 3 e 4 de) avicultura, caprinocultura e ovinocultura	234	4	Ampliação	Parcial	Não	Baixa	Espaço junto ao aviário de frangos de corte / sala de digestibilidade para avicultura
13.2	Aviário postura (Bovinocultura de Leite)	409,13	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Substituição do tronco de segurança e instalação de balança digital
13.3	Sala ambiente agricultura I e II	101,38	2					
13.3.1	sanitários	3,25	4					
13.3.2	Sala de aula	60,95	2					
13.4	Sala ambiente zootecnia I	115,36	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Reforma de banheiros para estudantes e professores
13.4.1	sanitários	3,25	2					
13.4.2	Sala técnico em agropecuária	9	1					
13.4.3	Sanitário sala técnico	3,9	1					
13.5	Sala ambiente zootecnia II	108,83	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Reforma de banheiros para estudantes e professores
13.5.1	sanitários	3,25	2					

13.5.2	Sala técnico em agropecuária	9	1					
13.5.3	Sanitário sala técnico	3,9	1					
13.6	Pocilga	614,33	1					
13.7	Agroindústria I e II	351,55	1	Ampliação	Parcial	Não	Alta	Em períodos de chuvas, o acesso ao ambiente fica complicado, além de molhar dentro da sala de aula.
13.7.1	sanitários	6,2	1					
13.7.2	Sala de Aula	72,8	1					
13.7.3	Sala do professor	6,2	1					
13.9	Agroindústria - unid. 04 (Laboratório Zootecnia)	38,69	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Readequação do antigo laboratório de anatomia para bioquímica e carnes (com os equipamentos necessários); deixando os equipamentos utilizados no abate para aulas e adequação de laboratório para análise de carnes.
13.10	Tambo de leite	147,73	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Inclusão de cobertura para sala de espero da ordenha
13.10.1	sanitários	3	1					
13.11	Pocilga 2	179,1	1					
13.12	Fábrica de peixes	300	1					

13.13	Zoo I - cunicultura - criação coelhos	110	1					
13.14	Olericultura e Silvicultura	222,98	2					
13.14.1	sanitários	12	4					
13.14.2	salas de aula	73	2					
13.14.3	sala de professores	20	2					
13.15	Agricultura I - horta (sala ambiente)	50,5	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Sala de apoio da horta encontra-se com a estrutura de madeira totalmente comprometida. Necessitando de substituição total de preferência por material de alvenaria.
13.15.1	sanitários	4	1					
13.16	Abatedouro de ruminantes (agroindústria 03)	98,67	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Será estudada a viabilidade de reformar este ambiente, criando-se uma sala de aula para o Curso de Bacharelado em Zootecnia ou para adequação para sala de extração de mel
13.16.1	sanitários	5,5	1					

13.18	Observação: adequação de todas as UEPs conforme normativa atualizada do Concea.	a definir	a definir	Reforma	Parcial	Não	Alta	Reformas a fim de atender normativas atuais do Concea (serão considerados todos os ambientes que contemplam atividades com animais. Serão realizadas reuniões com os responsáveis - técnicos--administrativos e docentes, ocupantes ou não de chefias)
13.19	Depósito Horta	50,78	1					
14	**Ambientes conjugados (biblioteca)**							
14.1	Bloco da biblioteca	549,51	1	Ampliação	Parcial	Não	Alta	Elaboração de projeto (2024) e possível execução (2026). Com a entrada de novas turmas, faz-se necessário a ampliação do espaço.
14.1.1	sanitários	9	4					
14.1.2	laboratório de informática	73,8	1	Ampliação	Parcial	Não	Baixa	O número de computadores que o laboratório possui não permite o uso de diversos recursos didáticos que encontram-se disponíveis para diversificar metodologias de ensino
14.1.3	reprografia	16,2	1					
14.1.4	Auditório 2/ sala de aula	73,8	1					

15	**Estacionamento principal (obra de acessibilidade)**							
15.1	Estacionamento	12.167	1					
16	**Container (sala de professores)**							
16.1	Container	29,28	2					
17	**Outros itens relacionados à reforma ou ampliação, que não são ambientes formalizados como tais ou que têm expectativa de se tornarem ambientes diversos após estudos**							
17.1	Projeto As Built	a definir	a definir	Incluirá reforma e ampliação	Integral	Não	Alta	Projeto que dará um visão ampla sobre todo o Campus e posterior escolhas das obras necessárias para construção, reforma e ampliação.
17.2	Passarelas cobertas	300	1	Ampliação	Parcial	Não	Média	Melhorar os acessos entre salas de aula e ambientes de práticas de ensino

17.3	Internet	a definir	1	Ampliação	Parcial	Não	Alta	Internet funcionando em todas as salas de aula e demais espaços coletivos (é uma ação a ser realizada anualmente, em decorrência da demanda)
17.4	Sala para reuniões	a definir	a definir	Reforma	Parcial	Não	Média	Há somente uma sala de reuniões, localizada no prédio dos cursos superiores. É necessário haver mais, por isso será realizado estudo para verificar ambientes que possam ser adequados para essa finalidade
17.5	Sala para videoconferências	a definir	a definir	Reforma	Parcial	Não	Média	Não há um espaço específico para essa finalidade, por isso será realizado estudo para verificar ambientes que possam ser adequados para essa finalidade
17.6	Área para produção de bioinsumos	a definir	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Adequar um dos galpões para a produção de bioinsumos: biofertilizantes, compostos e bokashi.
17.7	Área para compostagem	30	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Melhorar a área para a produção de composto orgânico, próximo a área de horta

17.8	Depósito rações e insumos para alimentação animal (fábrica de rações)	131	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Adequação da estrutura existente, com divisão de salas de depósito para animais monogástricos e ruminantes. Reativar a fábrica de ração havendo separação de espaços para armazenagem de produtos conforme as diferentes espécies.
17.9	Adequação do centro de manejo de bubalinocultura/bovinocultura de corte (área de fazenda)	a definir	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Adequações da infraestrutura existente. Construção de piquetes, com cerca elétrica de dois fios (5.000 m), palanque com distanciamento de 10 metros. Cercamento e sombreamento da área de descanso dos animais. Bebedouro tipo australiano.
17.10	Reativação e adequação do setor de aquicultura	a definir	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	A fim de atender as disciplinas previstas no curso de Zootecnia.
17.11	Reforma da torre da caixa d'água	44	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Garantir a segurança dos servidores que ali trabalham

NOVAS ESTRUTURAS – SANTA ROSA DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Pista de atletismo	a definir	1	Prática esportiva	Alta	Parcialmente	Já há um pré-projeto. Espaço do campo de futebol.
1.2	Meliponário	5X20	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Sim	Construção de um meliponário ao lado da sala ZOO I, onde anti-gamente existia o mi-nhocário. Base de piso existente, atualmente coberta por grama
1.3	Pedilúvios	a definir	a definir	Regularização/Segurança	Alta	Sim	Pedilúvios para acesso de pessoas e carros a área de zootecnia
1.4	Laboratório de sementes (projeto)	400 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Elaboração do projeto visando implantar um local para se esta-belecer um banco de sementes
1.5	Laboratório de sementes	400 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Parcialmente	Implantar um local para se estabelecer um banco de sementes

1.6	Mecanização Agrícola (projeto)	500 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Elaboração de projeto para construção de galpão/garagem para máquinas e equipamentos agrícolas.
1.7	Mecanização Agrícola (galpão/garagem)	500 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Parcialmente	Construção de galpão/garagem para máquinas e equipamentos agrícolas.
1.8	Agricultura I (projeto)	60 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Elaboração do projeto de construção de estrutura de apoio e de manejo para o projeto de plantas aromáticas e condimentares.
1.9	Agricultura I (estrutura para plantas aromáticas e condimentares)	60 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Parcialmente	Construção de estrutura de apoio e de manejo para o projeto de plantas aromáticas e condimentares.
1.10	Mecanização Agrícola (rampa)	20 m²	1	Regularização/Segurança	Alta	Sim	Construção de rampa para carregamento e descarregamento de veículos/implementos agrícolas
1.11	Zootecnias I, II e III (estação de tratamento de esgotos no local)	200 m²	1	Regularização/Segurança	Média	Parcialmente	Construção de ETE para tratamento de dejetos de todos os setores da zootecnia
1.12	Cobertura para estudantes na espera dos ônibus	50 m²	1	Regularização/Segurança	Alta	Parcialmente	Medida que visa garantir conforto em dias de chuva e segurança aos estudantes

1.13	Galpão nas áreas de cultivo Morro do Bino	40 m²	1	Regularização/Segurança	Alta	Sim	Infraestrutura necessária para acomodação dos alunos em aulas práticas, protegendo do sol e chuvas
1.14	Novo Auditório (projeto)	a definir	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Projeto
1.15	Novo Auditório	a definir	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Construção
1.16	Energia renovável (projeto)	a definir	1	Administrativo	Alta	Não	Projeto elétrico para instalação de placas fotovoltaicas como sugestão em cobertura no estacionamento com placas solares
1.17	Energia renovável	a definir	1	Administrativo	Alta	Não	sugestão de cobertura do estacionamento com placas solares
1.18	Centro de equoterapia (projeto)	325 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Elaboração projeto para implantação posterior de projetos de extensão, pesquisa e apoio a disciplina de equinocultura do curso de zootecnia.
1.19	Centro de equoterapia	325 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Execução de obras para realização de projetos de extensão, pesquisa e apoio a disciplina de equinocultura do curso de zootecnia.

1.20	Bloco para cursos superiores (projeto)	650 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Elaboração de projeto para construção de novo espaço com no mínimo 12 salas de aula, banheiros, cozinha, sala de coordenação, sala de reuniões, acessibilidade.
1.21	Bloco para cursos superiores	650 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Não	Construção de novo espaço com no mínimo 12 salas de aula, banheiros, cozinha, sala de coordenação, sala de reuniões, acessibilidade.
1.22	Canil e gatil (projeto)	200 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Elaboração de projeto para espaço para atender a disciplina de nutrição de cães e gatos, além de permitir a realização de pesquisas na área de alimentação pet com alunos de todos os cursos, além de projetos de extensão com zooterapia.
1.23	Canil e gatil	200 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Parcialmente	Construção de espaço para atender a disciplina de nutrição de cães e gatos, além de permitir a realização de pesquisas na área de alimentação pet com alunos de todos os cursos, além de projetos de extensão com zooterapia.

1.24	Aprisco para ovinos e caprinos	250 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	Ambiente ideal para confinamento e manejo, algo que não há no campus
1.25	Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) - (projeto)	3000 m²	1	Regularização/Segurança	Alta	Não	Elaboração de projeto para tratamento do esgoto sanitário do campus, bem como reutilização da água para irrigação atendendo a requisitos ambientais e sustentáveis.
1.26	Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)	3000 m²	1	Regularização/Segurança	Baixa	Não	Execução de projeto para tratamento do esgoto sanitário do campus, bem como reutilização da água para irrigação atendendo a requisitos ambientais e sustentáveis.
1.27	Zootecnia III (silo aéreo)	200 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Sim	Construção de silo aéreo para armazenamento de silagem
1.28	Alojamentos (prédio)	a definir	1	Convivência	Baixa	Não	Projetos em andamento na Reitoria
1.29	Laboratório de purificação e análise de biomoléculas (de diferentes fontes, Ex: alimentos)	60 m²	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Parcialmente	Construir algum espaço para criar um laboratório aberto para purificação e análise inicial de moléculas biológicas (proteínas, carbohidratos, lípidos, ácidos nucleicos) que poderá ser usado pelos diferentes grupos de pesquisa, em TCCs e em aulas práticas.

1.30	Criação de espaço adequado para coleções biológicas	a definir	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Parcialmente	Construção de espaço com armários e desumidificador para guardar as diferentes coleções biológicas da escola, tanto as secas quanto as úmidas
1.31	Criação de um laboratório de recursos educacionais	a definir	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Parcialmente	Criação de um espaço para criação e confecção de recursos didáticos como jogos, maquetes, materiais inclusivos, com suporte para a impressora 3D
1.32	Projeto As Built	a definir	1	Regularização/Segurança	Alta	Não	Projeto que dará um visão ampla sobre todo o Campus e posterior escolhas das obras necessárias para construção, reforma e ampliação.
1.33	Banheiros na Zootecnia I e Zootecnia II	a definir	a definir	Administrativo	Média	Não	Necessidade de mais banheiros nesses ambientes em decorrência da demanda de usuários e a distância do prédio central

ESTRUTURA ATUAL – SÃO BENTO DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	Salas de aula							
1.1	Salas C201-C214 - Bloco C	60,63	10		Integral	Sim		
2	Laboratórios							
2.1	Química - Bloco C	60,62	1		Integral	Sim		
2.2	Informática C109 - Bloco C	89,39	1		Integral	Sim		
2.3	Informática C210-C211 - Bloco C	60,63	2		Integral	Sim		
2.4	Especiais E100-E105 - Bloco E	233,78	2	Adequação	Integral	Sim	Média	Implantação de infra-estrutura de rede física (cabos) nos ambientes / Implantação de segurança em portas com acesso por biometria ou cartão / Instalação de abrigo para realização de trabalhos pesados de mecânica (corte, desbaste, solda, armazenamento de materiais) / Providenciar depósito de materiais e/ou projetos (container 20 pés) / Expansão do laboratório de Processos de Fabricação - 80m² / Laboratório de Materiais e Ensaios - 63m²

2.5	Redes - container	59,37	1	Reforma	Integral	Não	Alta	Instalação de cobertura e espaço de convivência / Reforma interna e externa, com pintura externa / Regularização documental perante órgãos (bombeiros, prefeitura, etc)
2.6	Rádio/Audiovisual - container	29,72	1	Reforma	Integral	Não	Alta	Instalação de cobertura e espaço de convivência / Reforma interna e externa, com pintura externa / Regularização documental perante órgãos (bombeiros, prefeitura, etc)
3	Salas de professores							
3.1	Salas C110-C111 - Bloco C	60,62	2		Integral	Sim		
4	Auditório							
4.1	Auditório - Bloco F	297,28	1		Integral	Sim		
5	Espaços de atendimento a discentes							
5.1	Secretaria - Bloco C	52,87	1		Integral	Sim		
5.2	Sisae - Bloco C	60,62	1		Integral	Sim		

5.3	Biblioteca	193,26	1	Ampliação	Integral	Sim	Alta	Ampliação do espaço físico, especialmente o destinado à alocação do acervo, que inclui as estantes, prateleiras, e livros, em decorrência da oferta de novos cursos e turmas
6	Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)							
6.1	Cantina	21,87	1		Integral	Sim		
6.2	Refeitório	242,2	1		Integral	Sim		
6.3	Cozinha	180,08	1		Integral	Sim		
6.4	PNAE	19,64	1		Integral	Sim		
7	Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos							
7.1	Ginásio	1.094,26	1		Integral	Sim		
7.2	Grêmio - container	29,72	1	Reforma	Integral	Não	Alta	Instalação de cobertura e espaço de convivência / Reforma interna e externa, com pintura externa / Regularização documental perante órgãos (bombeiros, prefeitura, etc)
8	Sanitários							
8.1	BWC Masc.-Fem. - auditório	5,9	2		Integral	Sim		

8.2	BWC PNE - auditório	4,55	1		Integral	Sim		
8.3	BWC Masculino - administrativo	4,39	1		Integral	Sim		
8.4	BWC Feminino - administrativo	4,66	1		Integral	Sim		
8.5	BWC PNE - administrativo	3,52	1		Integral	Sim		
8.6	BWC Masc.-Fem. - térreo	14,57	2		Integral	Sim		
8.7	BWC PNE - térreo	4,35	1		Integral	Sim		
8.8	BWC Masculino - 1º andar	2,12	1		Integral	Sim		
8.9	BWC Feminino - 1º andar	22,95	1		Integral	Sim		
8.10	BWC - PNE - 1º andar	4,87	1		Integral	Sim		
8.11	BWC Masculino - lab. esp.	5,36	1		Integral	Sim		
8.12	BWC Feminino - lab. esp.	6,1	1		Integral	Sim		
8.13	BWC PNE - lab. esp.	3,69	1		Integral	Sim		
8.14	BWC Masc.-Fem. - ginásio	44,24	2		Integral	Sim		
8.15	BWC PNE - ginásio	20,36	1		Integral	Sim		
8.16	BWC Masc.-Fem. - cantina	19,55	2		Integral	Sim		
9	Espaço Administrativo/Ensino							
9.1	Direção - Bloco C	29,13	1		Integral	Sim		

9.2	DAP - Bloco C	59,36	1		Integral	Sim		
9.3	DEPE - Bloco C	14,57	1		Integral	Sim		
9.4	Pesquisa/extensão - Bloco C	14,57	1		Integral	Sim		
9.5	Coordenação de cursos - Bloco C	44	1		Integral	Sim		
9.6	TIC - Bloco C	76,72	1		Integral	Sim		
10	Demais estruturas							
10.1	Guarita	10,78	1	Adequação	Integral	Sim	Média	Instalação de cobertura e espaço de recepção / Instalação de cancela automatizada
10.2	CGIS - container	29,72	1	Reforma	Integral	Sim	Alta	Reforma interna e externa, com pintura externa / Regularização documental perante órgãos (bombeiros, prefeitura, etc)
10.3	Cobertura veicular	37,5	1		Integral	Sim		
10.4	Hall principal	403,05	1		Integral	Sim		
10.5	Circulação coberta entre blocos	392,62	1		Integral	Sim		
10.6	Casa de bombas	13,22	1	Adequação	Integral	Sim	Média	Substituição de relé de proteção de MT atual por modelo com mais funções
10.7	GLP	3,43	1		Integral	Sim		
10.8	Lixeira	9,54	1		Integral	Sim		
10.9	Cisterna	19,59	1		Integral	Sim		

10.10	Estacionamento	10500	1	Adequação	Integral	Sim	Média	Redimensionamento/ otimização de vagas de estacionamento / Pintura das vagas de estacionamento / Instalação de placas de sinalização
Em todos os ambientes será necessário realizar a pintura externa/interna, bem como adequar a acessibilidade em determinados pontos do Campus, conforme laudo do Setor de Engenharia.								

NOVAS ESTRUTURAS – SÃO BENTO DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Novo Bloco de salas de aula	3.600	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Bloco em 4 pavimentos, sendo o térreo aberto e mais três andares de salas - composto por 24 salas de aula e 2 salas de apoio. Salas para atender aos novos cursos propostos, Centro de Línguas, Música e Linguagens e Laboratórios de Ensaios de Materiais, Processos de Fabricação, Informática, Ensino de Ciências/ Matemática, Matemática, Física e Química. Espaço para ampliação da Biblioteca.

ESTRUTURA ATUAL – SÃO FRANCISCO DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Reforma Telhados e Rufos	1600	3	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Reforma dos telhados para corrigir infiltrações nas salas de aula
1.2	Linha de Vida		3	Ampliação	Parcial	Sim	Alta	Necessidade de instalação de Linha De Vida nos prédios do campus
1.3	Ampliação tomadas em salas de aula		10	Ampliação	Parcial	Sim	Alta	Ampliação do quantitativo de tomadas de energia elétrica nas salas de aula
1.4	Substituição portas salas de aula		10	Reforma	Parcial	Sim	Média	Substituição das portas por estarem apresentando pontos danificados
1.5	Adequação NR10	5000		Reforma	Parcial	Sim	Alta	
1.6	Adequação PPCI	5000		Reforma	Parcial	Sim	Alta	Adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio
1.7	Salas 1 a 10	60	10					
2	**Laboratórios**							

2.1	Substituição portas salas de aula		4	Reforma	Parcial	Sim	Média	Substituição das portas por estarem apresentando pontos danificados
2.2	Química	60,62						
2.3	Biologia	60,62						
2.4	Física e matemática	50,99						
2.5	Idiomas	60,62						
2.6	Informática	60,62						
2.7	Infraestrutura de TI	60,62						
2.8	Automação industrial e EE	60,62						
3	**Salas de professores**							
3.1	Readequação dos espaços para atendimento do MPT			Reforma	Integral	Sim	Alta	Alteração do layout, com realização da movimentação de paredes, substituição por gesso acartonado, de maneira que as salas passem a dispor de janelas.
3.2	Sala professores	233,78						
4	**Auditório**							
4.1	Retirada de Ardó-sia das paredes do Auditório	330	1	Reforma	Integral	Sim	Alta	
4.2	Auditório	217,,97						
5	**Espaços de atendimento a discentes**							

6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Ampliação do refeitório	233	1	Ampliação	Integral	Sim	Alta	Readequação das paredes de vidro para ampliação do espaço do refeitório
6.2	Refeitório	242,2						
6.3	Cozinha	90,02						
6.4	Cantina	17,15						
6.5	Copa Professores	5,43						
6.6	Copa ADM	3,46						
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							
7.1	Acesso de Veículos	50	1	Reforma	Integral	Sim	Alta	Processo ainda aguardando um retorno do SEI para elaboração de projeto
7.2	Adequação da infraestrutura de rede para as ampliações propostas		1	Ampliação		Não	Alta	Previsão de adequação da infraestrutura juntamente com as reformas, ampliações e novas construções propostas
7.3	Ginásio	862,2						
8	**Sanitários**							

8.1	Banheiros acessíveis	32	5	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Adequação dos banheiros às novas legislações (Sinal Sonoro, abertura de portas, etc.)
8.2	Captação de Água da Chuva		1	Ampliação	Parcial	Não	Baixa	Reaproveitamento da água para uso em sanitários
8.3	Sanitários auditório	16,35						
8.4	Sanitários bloco de salas	66,98						
8.5	Sanitários administrativo	12,56						
8.6	Sanitários ginásio	98,84						
8.7	Sanitários professores	15,15						
9	**Sanitário familiar**							
9.1	Banheiros Inclusivos	45	1	Reforma	Integral	Sim	Alta	Adequação dos banheiros às novas legislações

NOVAS ESTRUTURAS – SÃO FRANCISCO DO SUL

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Sala de Aula	45	12	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Necessidade de expansão de salas para atender a demanda de novas turmas
1.2	Espaço de Convivência	35	2	Convivência	Média	Parcialmente	Espaço de Convivência
1.3	Sala Atendimento AEE	40	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	Necessário local estruturado para centralizar os atendimentos AEE
1.4	Sala de A tendimento	9	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Sim	Para atendimentos individualizados dos alunos
1.5	Sala de Reuniões	35	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	O campus não dispõe de sala para reuniões
1.6	Passarela coberta para entrada dos pedestres	60	1	Convivência	Média	Parcialmente	
1.7	Bicicletário Coberto	50	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	
1.8	Estacionamento Coberto		1	Administrativo	Baixa	Não	
1.9	Laboratório de Mecânica	47	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	

1.10	Sala para I ncubadoras	57	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.11	Laboratório Unificado Pesquisa/ Extensão	45	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	
1.12	Energia Solar		1	Administrativo	Baixa	Não	Medida prevista pelo campus para diminuição das contas de energia elétrica, podendo este recurso ser aplicado no subsídio da alimentação
1.13	Portaria	50	1	Acessibilidade arquitetônica	Alta	Não	Se faz necessário para aumentar a segurança e controle de acesso ao campus
1.14	Campo de futebol com pista de atletismo			Prática esportiva	Média	Não	
1.15	Sala DAP	50	1	Administrativo	Média	Não	Necessário considerando o aumento do quantitativo de TAE

ESTRUTURA ATUAL - SOMBRIO

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Sala de Aula 12, 13, 24 e 27 - Bloco A	68,85	6	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura em todas as salas
1.2	Sala de Aula 25 e 26 - Bloco A	74,36	6	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura em todas as salas
1.3	Salas de Aula 21, 22 e 23 - Bloco B	49,02	3	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura em todas as salas
2	**Laboratórios**							
2.1	Laboratório de Planejamento, Organização de Turismo e Eventos (sala 22 - Bloco A)	32,04	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.2	Laboratório de Ensino de Matemática (sala 23 - Bloco A)	68,85	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.3	Laboratório de Informática I (sala 31 - Bloco A)	74,36	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.4	Laboratório de Dispositivos de Redes (sala 32 - Bloco A)	74,36	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura

2.5	Laboratório de Informática II (sala 34 - Bloco A)	68,85	1	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Pintura
2.6	Laboratório de Informática III (sala 35 - Bloco A)	68,85	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.7	Laboratório de Hardware (sala 36 - Bloco A)	74,36	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.8	Laboratório de Informática IV (sala 37 - Bloco A)	74,36	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.9	Laboratório de Informática V (sala 38 - Bloco A)	68,85	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.10	Centro de Línguas (sala 13 - Bloco B)	49,02	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
2.11	Laboratório de Multidisciplinar de Ciências (sala 13 - Bloco C)	95	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Pintura
2.12	Laboratório de Alimentos e Bebidas (sala 12 - Bloco D)	61	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Pintura
2.13	Sala de Artes (sala 15 - Bloco E)	23	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Pintura
2.14	Laboratório de Hospedagem (sala 11 - Bloco H - Contêiner 2)	28,8	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Pintura
2.15	Sala de Projetos (sala 13 - Bloco F)	47,5	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Pintura

2.16	Laboratório de Eventos (Sala 22 - Bloco A)	32,04	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Pintura
3	Salas de professores							
3.1	Sala dos Professores (sala 33 - Bloco B)	123,22	1	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Pintura
4	Auditório							
4.1	Auditório (sala 21 - Bloco A)	157,52	1	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Pintura
5	Espaços de atendimento a discentes							
5.1	Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento do Educando - SISAE (sala 11 - Bloco A)	32,04	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
5.2	Biblioteca (sala 14 - Bloco A)	157,52	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
5.3	Biblioteca/Sala de Estudo Individual (sala 15 - Bloco A)	68,85	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
5.4	Coordenação de Supervisão Pedagógica (sala 26 - Bloco B)	23,6	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
5.5	Psicologia Escolar (sala 31 - Bloco B)	18,88	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
5.6	Coordenação dos Cursos (sala 34 - Bloco B)	47,7	1	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Pintura

5.7	Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (sala 14 - Bloco D)	43,68	1	Reforma	Parcial	Não	Média	Pintura
5.8	Orientação em Saúde (sala 14 - Bloco B)	20,04	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
6	Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)							
6.1	Refeitório (sala 11 - Bloco E)	90	1	Ampliação	Parcial	Não	Alta	Pintura
7	Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos							
7.1	Quadra	405	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Cobertura/Pintura
7.2	Grêmio/Centro Acadêmico (sala 24 - Bloco B)	19,72	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura
7.3	Hall de Convivência (Bloco A)	157,52	1	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Pintura
7.4	Circulação Integração entre Bloco A e B	60	1	Reforma	Parcial	Sim	Alta	Pintura
8	Sanitários							
8.1	Banheiro Femininos (Bloco A)	25,97	3	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura/Reparos
8.2	Banheiro Masculinos (Bloco A)	25,97	3	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura/Reparos
8.3	Banheiro de uso individual 2º piso (Bloco B)	1,55	5	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura/Reparos

8.4	Banheiro Masculino (Bloco B)	16,08	2	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura/Reparos
8.5	Banheiro Feminino (Bloco B)	16,08	2	Reforma	Parcial	Sim	Média	Pintura/Reparos
8.6	Banheiro Social (Bloco E)	4	2	Reforma	Parcial	Não	Alta	Pintura/Reparos
8.7	Banheiro Feminino (Bloco D)	11,45	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Pintura/Reparos
8.8	Banheiro Masculino (Bloco D)	11,45	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Pintura/Reparos

NOVAS ESTRUTURAS - SOMBRIO

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Sala de aula	60	10	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	
1.2	Laboratório de química	60	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Baixa	Sim	
1.3	Quadra poliesportiva	500	1	Prática esportiva	Alta	Não	
1.4	Construção de passeios externos e internos coberto	400	1	Acessibilidade arquitetônica	Alta	Sim	
1.5	Auditório	300	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Não	
1.6	Estacionamento (servidores e veiculos oficial - coberto)	300	1	Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	
1.7	Refeitório	300	1	Regularização/Segurança	Alta	Não	
1.8	Ampliação da Biblioteca	69	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	atual sala de aula 13 - Bloco A
1.9	Salas Administrativas	200	5	Administrativo	Média	Sim	
1.10	Laboratório de Ensino	68	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Sim	
1.11	Laboratório - Brinquedoteca	68	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Sim	Curso de Pedagogia

1.12	Laboratório de Física	100	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	
1.13	Laboratório de Biologia	100	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	
1.14	Laboratório de Informática	60	2	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	
1.15	Guarita/Portaria	30	1	Regularização/Segurança	Média	Sim	
1.16	Salas individuais para docentes (atendimento e planejamento)	200	1	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Parcialmente	
1.17	Espaço de convivência/ descanso servidores	100	1	Convivência	Alta	Parcialmente	

ESTRUTURA ATUAL – VIDEIRA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Ambientes Iguais)	Necessidade	Acessibilidade Arquitetônica	Ambiente Regularizado?	Prioridade	Observação
1	**Salas de aula**							
1.1	Sala ampla com capacidade para 40 alunos. Arejada por duas janelas grandes permitindo entrada de luz. Com ar condicionado.	70	19		Integral	Não		Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
1.2	Sala/miniauditório com capacidade para 70 alunos. Arejada por duas janelas aos fundos e laterais permitindo entrada de luz. Com ar condicionado. Possui 2 quadros de vidro, um principal e outro na lateral. As cadeiras e carteiras dessa sala são estilos da PNE.	163	1		Integral	Não		Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
1.3	Sala com capacidade para 35 alunos. Arejada por duas janelas grandes permitindo entrada de luz. Com ar condicionado.				Integral	Não		Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2	**Laboratórios**							

2.1	Laboratório de Água e Solos	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.2	Laboratório de Química	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.3	Laboratório de Física	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.4	Laboratório de Bromatologia	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.5	Laboratório de Microscopia	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI

2.6	Laboratório de Automação Industrial	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.7	Laboratório de Eletrotécnica	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.8	Laboratório de Máquinas e Acionamentos	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.9	Laboratório de Eletrônica	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.10	Laboratório de Eletroeletrônica	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI

2.11	Laboratório de Eletromecânica e Instalações Elétricas	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.12	Laboratório de Práticas Pedagógica	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.13	Brinquedoteca	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.14	Laboratório Segurança do Trabalho	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI

2.15	Laboratórios de Informática	70	7	Ampliação	Parcial	Não	Alta	Renovação do parque de computadores dos laboratórios de informática e Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.16	Prática Pedagógica Computação	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.17	Laboratório de Redes de Computadores	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.18	Laboratório de Hardware	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI

2.19	Laboratório de Alimentos	70	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.20	Estufas para produção de mudas	320	2			Sim		
2.21	Barracão/Galpão de Máquinas - Bloco I	280,8	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
2.22	Laboratórios e instalação de placas fotovoltaicas	550	1					
2.23	Área de Piscicultura	600	1					
2.24	Lavoura/Práticas agropecuária	20000	1					
3	**Salas de professores**							
3.1	Bloco M - Pedagógico - Espaço destinado aos gabinetes de docentes e coordenadores de curso, salas de apoio, sala de reunião, sala DEPE, etc. Em torno de 30 salas, sendo divisões por eucatex, grande maioria com ar condicionado	666,38	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI

3.2	Bloco N - Administrativo - Bloco com 12 salas para os setores administrativos, tais como, sala DG, DAP, Financeiro, CECOM, Compras, TI, Auditoria, Chefia de Gabinete, CGP, Contabilidade, Infraestrutura, Contratos, CPD e sala de reuniões. Todas com mobiliário adequado e ar condicionado.	514,37	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
3.3	Bloco C - Apoio pedagógico - Bloco com 8 salas destinadas aos serviços de apoio ao estudante, tais como SISAE, NAPNE, Reprografia, Estágios e Extensão, Registros Acadêmicos e Ambulatório. Todas com mobiliário adequado e ar condicionado.	70	8	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
4	**Auditório**							
4.1	Bloco J - Auditório para 340 pessoas, com palco, salas de apoio, banheiros e camarins	520	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
4.2	Adequação acessibilidade do palco	50	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Adequar o acesso ao palco às normas de acessibilidade, por meio de rampa de acesso

4.3	Rampa de acesso ao auditório pela lateral	30	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Adequar o acesso ao auditório pela lateral, pois na entrada principal há uma rampa com inclinação inadequada.
5	**Espaços de atendimento a discentes**							
5.1	Bloco K - Biblioteca - Espaço amplo e adequado, com área destinadas ao acervo, espaço para leitura, 3 salas administrativas e sala do bibliotecário	630	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
6	**Espaços para alimentação (refeitório, copa, etc.)**							
6.1	Bloco O - Copa/Área de Convivência	298,84	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
6.2	Refeitório - espaço para alimentação dos estudantes, cozinha, depósitos e cantina	509,87	1	Reforma	Parcial	Sim	Média	Reforma telhado
7	**Espaços de convivência, prática esportiva e alojamentos**							

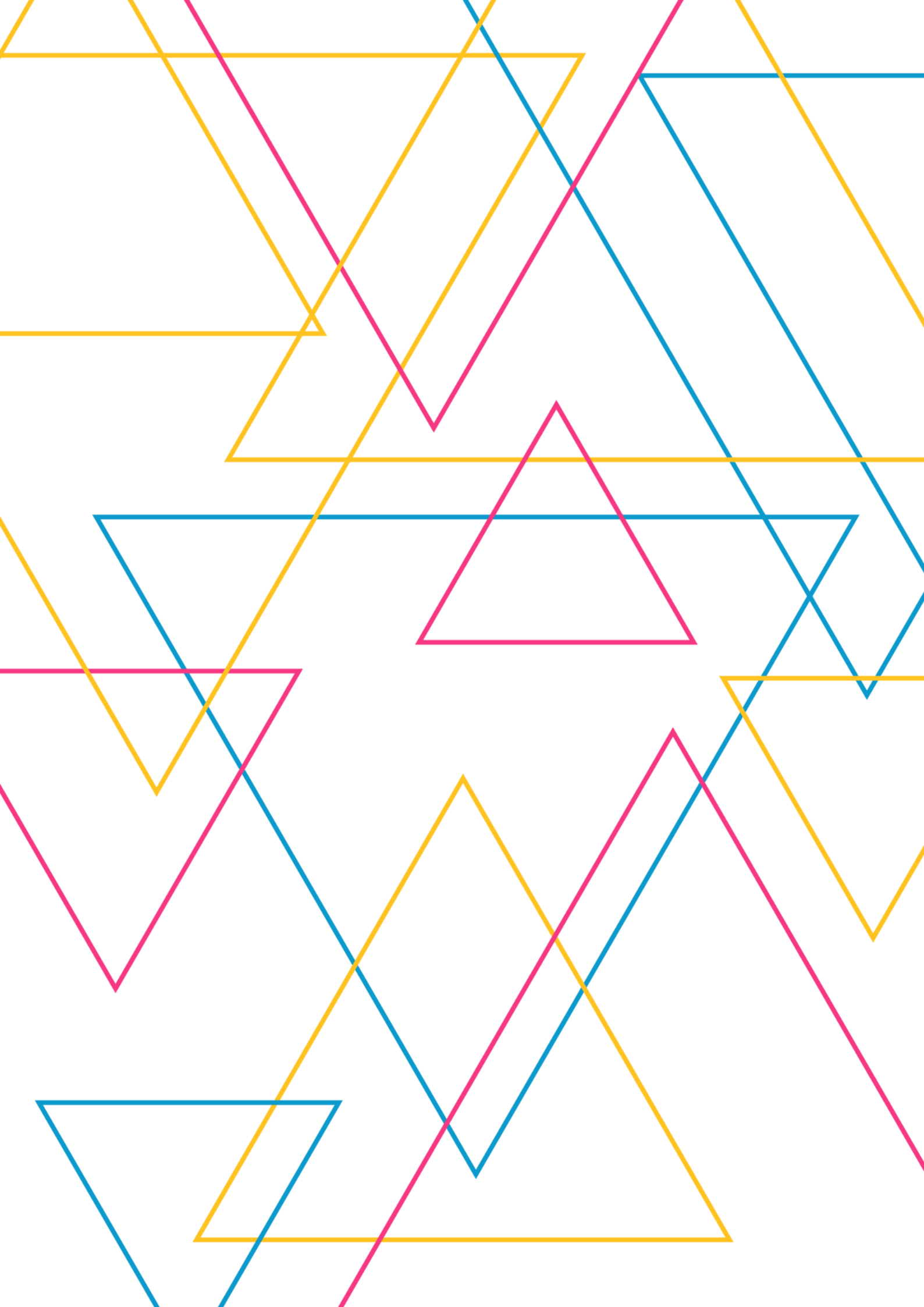
7.1	Bloco L - Ginásio - Quadra esportiva coberta com medidas de 40 x 20m, arquibancada para em torno de 300 pessoas, salas de apoio, depósito de material esportivo, vestiários.	1592,5	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
7.2	Bloco L - Anexo do Ginásio - 5 Salas complementares ao ginásio que servem para academia completa, sala de jogos, sala de música e arquivo permanente	484,61	1	Reforma	Parcial	Não	Alta	Aprovação de projetos e regularização de Sistema Prevenção e Combate a Incêndio - PPCI
7.3	Melhoria iluminação externa/ áreas de circulação	10000	1	Ampliação	Parcial	Não	Baixa	Melhorar a iluminação entre as áreas de circulação externas aos edifícios do Campus
7.4	Quadra de vôlei de praia	350	1					
7.5	Pista de atletismo	400	1					
7.6	Pavimentação externa	14.478,50	1					
7.7	Garagem dos veículos oficiais	133,29	1					
7.8	Guarita	150	1	Ampliação	Integral	Não	Alta	Necessita de construção de nova guarita para controle de acesso ao campus.
7.9	Poço artesiano	30	1					

7.10	Subestação de energia abrigada	40	1					
7.11	Depósito de lixo	6	1					
8	**Sanitários**							
8.1	Ampliação sanitários Bloco Pedagógico	40	2	Ampliação	Parcial	Não	Alta	Banheiros com capacidade e condições abaixo do necessário, em desacordo com as normas vigentes.
8.2	Sanitários em geral - Campus possui 16 espaços destinados para sanitários masculinos e femininos, todos em perfeitas condições de funcionamento, com exceção do banheiro dos professores que necessita de ampliação	20	16					
8.3	Sanitário familiar							

NOVAS ESTRUTURAS – VIDEIRA

	Ambientes	Área (M²)	Quantidade (Estruturas Iguais)	Categoria	Prioridade	Consegue Realizar com Recursos Próprios da Matriz Orçamentária da Unidade?	Observação (Detalhar Informações que Julgar Relevantes)
1.1	Laboratórios para Agronomia e Agropecuária - Bloco H	490	4	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Ampliação de 4 salas para laboratórios e sanitários no bloco H para uso dos cursos de Agronomia, Agropecuária e Segurança no Trabalho
1.2	Construção de nova guarita com controle de acesso de usuários	138,24	[1]	Regularização/Segurança	Alta	Parcialmente	Obra deve tem previsão de início para 2023
1.3	Campo de futebol suíço	1300	[1]	Prática esportiva	Alta	Sim	Finalização de obra abandonada para construção de espaço de práticas esportivas aos estudantes - campo de futebol suíço
1.4	Ampliação de vagas de estacionamento, drenagem e regularização de espaço	3000	[1]	Acessibilidade arquitetônica	Média	Não	Drenagem e regularização do terreno para ampliação de vagas de estacionamento e pavimentação de rua até o barracão de máquinas
1.5	Trator (equipamento para aulas)			Ensino/Pesquisa/Extensão	Alta	Parcialmente	Necessidade de aquisição de trator para uso na área experimental dos cursos de Agropecuária e Agronomia

1.6	Iluminação externa acesso ao Campus	200	1	Regularização/Segurança	Alta	Sim	Melhoria na iluminação próximo a guarita e área de acesso ao Campus
1.7	Construção de usina fotovoltaica para produção de energia solar	400	1	Administrativo	Baixa	Não	Investimento em produ-ção de energia solar por meio de usina fotovoltaica
1.8	Construção de um bloco de sala de aulas - 8 salas	850	8	Ensino/Pesquisa/Extensão	Média	Não	Ampliação para atender as demandas dos novos cursos. Uma sala para gravação dos cursos em EAD.



INSTITUTO
FEDERAL
Catarinense